

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL DE BASE
CONSERVACIONISTA DO
MOSAICO
SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU**



REVISADO E ATUALIZADO-2019



PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE BASE CONSERVACIONISTA DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU

REVISADO E ATUALIZADO-2019



MOSAICO

sertão veredas
peruaçu



CRITICAL ECOSYSTEM
PARTNERSHIP FUND



EXECUÇÃO

Fundação Pró-Natureza – FUNATURA

Diretor-Presidente:

Aldenir Chaves Paraguassú

Diretor 1º Vice-Presidente:

Cleber José Rodrigues Alho

Diretor 2º Vice-Presidente:

Nikolaus Uberthus Josef Maria Von Behr

Superintendente Executivo:

Cesar Víctor do Espírito Santo

Tesoureiro:

Eduardo Batista dos Passos

Contador:

José Ribamar de Oliveira

Conselho de Curadores

Herbert O.R. Schubart (Presidente)

Aldenir Chaves Paraguassú

Cleber José Rodrigues Alho

Nikolaus Uberthus Josef Maria Von Behr

Estanislau Monteiro de Oliveira

Jorge Gomes do Cravo Barros

João Carlos de Souza Carvalho

José Imaña Encinas

Ricardo do Monte Rosa

Carlos Alberto Xavier

Nurit Bensusan

Bráulio Ferreira de Souza Dias

Conselho Fiscal

Fernando Antônio Thomé Andrade (Presidente)

Emerson José de Almeida

José Cláudio Lima Lopes

Paulo de Freitas Maciel (Suplente)

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

Direção e Supervisão:

Cesar Víctor do Espírito Santo

Coordenação Geral:

Fernando Antonio Rodrigues Lima

Assistente de Coordenação:

Fernanda Maciel Ferreira

Coordenação de Campo:

Ernane Faria

Assistente Administrativo-Financeiro:

Paulo Henrique Gonçalves de Sousa

CONSULTORES / COORDENADORES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Agroecologia:

Fernanda Maciel Ferreira

Extrativismo Vegetal:

Joel Araújo Sirqueira

Turismo:

Ana Gabriela Fontoura e Damiana Sousa Campos

Iniciativa Privada/Agronegócio:

Cesar Víctor do Espírito Santo

Águas do Mosaico:

Alexandre Jorge Pádua

Gestão Integrada UCs/Áreas Protegidas:

Ernane Faria e Kolbe Soares

Fundo Mosaico:

Marcos Pinheiro e Cesar Víctor do Espírito Santo

Zoneamento Socioambiental:

Mônica Veríssimo dos Santos

Sistema de Informações Geográficas/Mapas:

José Wilson Corrêa Rosa

Sistematização e Integração do Plano:

Cesar Víctor do Espírito Santo e Fernando Lima

COLABORADORES:

Biodiversidade do Mosaico: Guilherme Ferreira

Áreas Protegidas: Mara Moscoso

Povos Tradicionais: Iara Attuch

APOIO

IEB: Michael Becker / Aryanne Amaral / Michael Jackson

WWF: Kolbe Soares / Abílio Vinícius

Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

CEPF/CI: Peggy Poncelet / Deborah Miller

ARTE

Programação Visual:

Milton Goes

Diagramação:

Fernando Brandão



Brasília, Novembro de 2019.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. Considerações gerais	4
1.2. O Cerrado e a Caatinga	4
1.3. A região do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu	5
2. OBJETIVOS	6
2.1. Objetivo Geral	6
2.2. Objetivos Específicos	6
3. PERÍODO DE DURAÇÃO DO PLANO	6
4. METODOLOGIA E HISTÓRICO DA ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DO PLANO	6
5. DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAL DA REGIÃO DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS - PERUAÇU	9
5.1. Localização Geográfica	9
5.2. Aspectos Popacionais e Socioeconômicos	10
5.3. Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais	14
5.4. Aspectos Ambientais	18
5.4.1. Considerações Gerais	18
5.4.2. Fatores Abióticos (geomorfologia, geologia, solos e clima)	19
5.4.3. Hidrografia	20
5.4.4. Fatores Bióticos	20
5.4.4.1. Vegetação e Flora	20
5.4.4.2. Fauna	21
5.4.5. Principais Problemas Ambientais	22
5.4.6. Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas	23
5.5. FOCOS DE DTBC (Situação atual)	43
5.5.1. Agroecologia	43
5.5.2. Extrativismo Vegetal Sustentável	47
5.5.3. Agronegócio	53
5.5.4. Águas do Mosaico	59
5.5.5. Turismo	71
5.5.6. Gestão Integrada das UCs	87
6. ZONEAMENTO SOCIOAMBIENTAL	90
7. PROPOSTAS DE AÇÕES DE CURTO (3 ANOS), MÉDIO (6 ANOS) E LONGO (12 ANOS) PRAZOS PARA OS SEIS FOCOS DO DTBC	134
7.1. Agroecologia e Extrativismo Vegetal Sustentável	135
7.2. Agronegócio Sustentável	145
7.3. Águas do Mosaico	153
7.4. Turismo	156
7.5. Gestão Integrada das UCs	164
7.6. Orçamento Geral dos Seis Focos de DTBC	170
8. FUNDO SOCIOAMBIENTAL DO MOSAICO	171
BIBLIOGRAFIA	180
ANEXOS	187

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu foi oficialmente reconhecido em 2009, por meio da portaria nº 128 de 24/04/2009, do Ministério do Meio Ambiente.

A primeira versão do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC) do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu foi publicada em 2008 e sua execução iniciou-se efetivamente em 2010. Esta primeira versão do Plano objetivou promover o desenvolvimento da região em bases sustentáveis e integrado ao manejo das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico, com foco em três linhas de ação, ou seja, o extrativismo vegetal, o turismo ecocultural e a gestão integrada das áreas protegidas.

Entre 2010 e 2019 várias ações foram desenvolvidas no território, tendo como base as três linhas de ação previstas no Plano de DTBC. Após estes 10 anos de execução, entendeu-se que o Plano deveria passar por uma revisão e atualização. Desta forma, foram incorporadas no presente Plano de DTBC novas ações que se somaram às três linhas que vinham sendo desenvolvidas. Assim, acrescentou-se os temas agroecologia, agronegócio sustentável e produção e conservação de água. Além disso, trabalhou-se com a proposta de um zoneamento socioambiental do território e com a proposta de formação e implementação de um fundo socioambiental para o Mosaico.

O presente Plano tem um prazo de execução de 12 anos, coincidindo com a Agenda 2030 das Nações Unidas e com ações a serem desenvolvidas no curto, médio e longo prazos. As ações previstas no Plano guardam relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030, bem como, com as políticas públicas adotadas que visam a conservação da natureza e a sustentabilidade das atividades socioeconômicas.

1.2. O CERRADO E A CAATINGA

O mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (SVP) está situado na transição entre dois biomas Brasileiros: o Cerrado e a Caatinga. O Cerrado é a savana mais rica em biodiversidade do mundo e o segundo maior bioma do Brasil, cobrindo originalmente 25% do território nacional (dois milhões de km²) e abrangendo 10 das 12 grandes bacias hidrográficas do país. Situa-se na região central do Brasil e é o elo entre os biomas da Mata Atlântica, Amazônia, Caatinga e Pantanal.

O Cerrado é considerado um dos hotspots mundiais de biodiversidade. De acordo com o MMA, o Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas, distribuídas em uma grande diversidade de habitats de diferentes fitofisionomias. Cerca de 199 espécies de mamíferos são conhecidas, 837 espécies de aves, 1200 espécies de peixes, 180 de répteis e 150 de anfíbios, grande parte de espécies endêmicas. Ainda de acordo com o MMA, estimativas recentes indicam que o Cerrado é o refúgio de 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos.

Ainda existem grandes lacunas de conhecimento e, certamente, com mais investimentos em pesquisas, muitas outras espécies serão identificadas.

Outro fator muito importante para o cerrado é a água. O bioma pode ser considerado a caixa-d'água do Brasil, pois nele estão localizadas nascentes de importantes bacias hidrográficas como a do São Francisco, a do Prata e a do Amazonas, bem como o aquífero Urucua e parte do aquífero Guarani. Nas próximas décadas, o recurso água será estratégico para todas as nações e o cerrado desempenhará um importante papel neste cenário.

Além da biodiversidade e da água, esse bioma é bastante rico em termos socioculturais. São inúmeros grupos indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais que habitam o cerrado, que vivem de forma harmônica com o ambiente e que guardam manifestações culturais e conhecimentos tradicionais identificados com o bioma, representando valioso patrimônio imaterial.

Também, não se pode menosprezar o potencial turístico da região. As belezas naturais aliadas à riqueza sociocultural dos povos que habitam o sertão, se forem trabalhados de forma adequada e com a participação das comunidades locais, podem se transformar em uma das principais fontes de ingresso de recursos, tendo no turismo a mola propulsora.

Apesar de toda esta riqueza, o cerrado vem sendo palco, nas últimas décadas, de uma destruição sem precedentes. A título de comparação, a Mata Atlântica levou 500 anos para ser reduzida a cerca de 10% da sua extensão original. O cerrado, em apenas 5 décadas, teve a sua vegetação nativa reduzida em cerca de 50% de sua extensão original. A continuar neste ritmo, o cerrado estará quase que totalmente destruído em menos de 50 anos. Restarão apenas as unidades de conservação, que passam a figurar

como a principal estratégia de preservação do bioma, porém, atualmente, representam apenas 8,21% da área coberta originalmente pelo bioma (2,85% são unidades de conservação de proteção integral e 5,36% de unidades de conservação de uso sustentável), um percentual muito pequeno levando em consideração sua riqueza em biodiversidade e em água e a baixa representatividade do que está efetivamente protegido.

A principal causa desta destruição é a expansão da fronteira agropecuária, representada principalmente pela produção de soja e carne, e a produção de carvão vegetal para atender as indústrias siderúrgicas, principalmente de Minas Gerais, na produção de ferro-gusa, matéria-prima do aço. Estes produtos representam algumas das principais *commodities* da pauta de exportação brasileira, principalmente para a Europa e Ásia.

É inegável que a produção agrícola na região do Cerrado tem grande relevância na economia nacional. Por exemplo, no ano de 2010 propriedades rurais na área original do bioma representaram 40% do PIB agrícola e cerca de 60% do rebanho bovino do Brasil. Porém, parte desta produção é realizada sem um planejamento adequado, afetando de forma negativa não apenas a biodiversidade local, mas também a qualidade do solo e dos recursos hídricos, o que compromete a qualidade de vida de populações humanas e até a viabilidade em longo prazo da própria agricultura na região. Essa expansão agressiva e sem planejamento faz com que atualmente Cerrado apresente taxas de desmatamento equivalentes a da Amazônia brasileira, conforme citado acima.

Já a Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro e está associado às regiões de clima semi-árido do nordeste do país. As estimativas da cobertura vegetal natural na Caatinga variam bastante, mas ao menos cerca de 40% do bioma já foi desmatado. Além do mais, como a caatinga é uma das regiões semi-áridas mais populosas do mundo, grande parte da vegetação nativa remanescente sofre impactos constantes que resultam em um empobrecimento da flora local.

Nos últimos anos, algumas iniciativas têm demonstrado que o cerrado e a caatinga em pé têm um valor tão ou mais representativo do que quando é explorado nas formas convencionais que se utiliza da conversão da vegetação nativa em grandes monocultivos de grãos, pastagens artificiais e na produção de carvão ou lenha. Boa parte da biodiversidade do cerrado e da caatinga é amplamente utilizada de várias formas (remédios,

alimentos, artesanatos, corantes, aromas, cosméticos, objetos utilitários, etc). Com mais estudos, a gama de utilização aumentará bastante.

1.3. A REGIÃO DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS - PERUAÇU

O território do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu abrange parte do norte e noroeste de Minas Gerais, sudoeste da Bahia e sudeste de Goiás. Possui 38 áreas protegidas, sendo 11 (onze) que constam da portaria que reconheceu o Mosaico em 2009, 2 (duas) Terras Indígenas, 17 (dezesete) unidades incorporadas ao Mosaico por meio de proposições aprovadas em reuniões do Conselho do Mosaico e 8 (oito) RPPNs que fazem parte do território, porém sem estarem oficialmente incorporadas ao Mosaico.

A quase totalidade das unidades que compõem o mosaico ainda não está implantada e apresenta sérios problemas de regularização fundiária. Muito trabalho precisa ser feito para a efetiva implantação destas unidades, tanto do ponto de vista da implementação propriamente dita das unidades, como nas ações relacionadas com os moradores do entorno / zonas de amortecimentos, corredores ecológicos e demais áreas adjacentes às unidades.

Entremeadas a todas estas áreas protegidas localizam-se propriedades privadas em geral, em que são desenvolvidas as atividades agropecuárias, tanto voltadas para o agronegócio, como para a agricultura familiar. Trata-se de grandes, médias e pequenas propriedades, além de posses.

A maioria dos habitantes da área rural do Mosaico é caracterizada por populações nascidas na própria região formadas por comunidades tradicionais, extrativistas, agricultores familiares, assentados e comunidades indígenas. Também, existem na região, agricultores convencionais (agricultura mecanizada), a maioria vinda de outras regiões do país, principalmente do sul.

São inúmeros os atrativos e as opções de visitação pública nesta região, o que se traduz em grandes potencialidades para o desenvolvimento do turismo ecocultural.

Característica importante refere-se à riqueza cultural dos povos que habitam a região. Nela ainda se encontram várias formas de manifestações populares tão bem descritas pelo célebre escritor mineiro João Guimarães Rosa, a quem se prestou homenagem ao se nomear o Parque Nacional sediado em Chapada Gaúcha com o título de sua mais famosa obra, *Grande Sertão: Veredas*.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Promover o desenvolvimento da região em bases sustentáveis e integrado ao manejo das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Promover a gestão integrada do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu;
- Promover o desenvolvimento do turismo sustentável na região, de forma a valorizar as tradições culturais e as riquezas naturais;
- Promover a implementação de práticas voltadas para o extrativismo vegetal racional, geradoras de renda para os produtores;
- Promover a implementação da agroecologia junto aos produtores da região, em especial aos agricultores familiares;
- Promover a implementação de práticas voltadas para agropecuária sustentável junto aos produtores voltados para o agronegócio;
- Promover a implementação de práticas voltadas para a produção e conservação dos recursos hídricos do território.

3. PERÍODO DE DURAÇÃO DO PLANO

O Plano tem um período de duração de 12 anos, com ações previstas para serem executadas a curto, médio e longo prazos.

4. METODOLOGIA E HISTÓRICO DA ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DO PLANO

Para a revisão e atualização do presente Plano, a estratégia baseou-se na formação de um amplo espaço para discussão, que envolveu a formação de grupos de trabalho temáticos no âmbito do Conselho do Mosaico, incluindo representantes de outras instituições que não fazem parte do Conselho.

Foram formados 06 (seis) grupos de trabalho temáticos, ou seja: 1. Turismo; 2. Extrativismo; 3. Agroecologia; 4. Água; 5. Agronegócio Sustentável; 6. Gestão Integrada das Unidades de Conservação. O Conselho do Mosaico funcionou como instância centralizadora,

facilitando a formação dos GTs, incentivando a participação de conselheiros e de outros participantes convidados para integrar os grupos mencionados, bem como a mobilização para a realização das reuniões dos GTs. Para cada grupo formado foi contratado um Coordenador que teve a função de moderar as discussões do grupo e sistematizar por meio de relatórios parcial e final o resultado dessas discussões.

No que se refere ao zoneamento do Mosaico, cada GT deu a sua contribuição, sob as orientações dos consultores responsáveis pela elaboração de mapas e do próprio zoneamento, compatibilizando informações cartográficas de diferentes fontes, com informações baseadas nos conhecimentos de integrantes dos diferentes GTs.

Em relação ao Fundo Socioambiental do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, fez-se uma discussão por meio de um GT, já existente no âmbito do Conselho do Mosaico, que adotou como base um trabalho já existente sobre a criação do Fundo, sendo o mesmo adaptado para a realidade atual do Mosaico.

A revisão e atualização do Plano de DTBC foi desenvolvido em cinco etapas, conforme o quadro abaixo:

ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DTBC
Primeira Etapa – Apresentação e formação dos grupos de trabalho <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Projeto e da proposta de elaboração do Plano de DTBC ao Conselho do Mosaico • Contratação dos consultores • Apresentação da metodologia e formação dos grupos de trabalho no âmbito do Conselho do Mosaico
Segunda Etapa – Levantamentos de dados secundários <ul style="list-style-type: none"> • Levantamentos de dados sobre Socioeconomia • Levantamentos de dados sobre Turismo • Levantamentos de dados sobre Extrativismo Vegetal • Levantamentos de dados sobre Agroecologia • Levantamentos de dados sobre Recursos Hídricos • Levantamentos de dados sobre Agropecuária • Levantamentos de dados sobre as UCs e demais Áreas Protegidas • Elaboração de mapas de trabalho
Terceira Etapa – Sistematização I <ul style="list-style-type: none"> • Sistematização dos levantamentos de dados dos vários temas • Oficinas Internas - Discussão entre os consultores • Trabalhos dos GTs temáticos <ul style="list-style-type: none"> - Oficina de Nivelamento de Atores Locais - Atividades de Intercâmbio - Reuniões dos GTs - Elaboração de mapas colaborativos de cada GT - Reuniões envolvendo todos os GTs no âmbito do Conselho do Mosaico • Elaboração de mapas para o zoneamento
Quarta Etapa – Sistematização II <ul style="list-style-type: none"> • Adequação dos mapas • Oficina Interna - Sistematização das Propostas dos Grupos de Trabalho • Elaboração da Versão 1 do Plano de DTBC
Quinta Etapa – Sistematização III – Publicação <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Versão 1 do Plano de DTBC • Oficina Interna - Sistematização das colaborações; • Elaboração da Versão Final do Plano de DTBC; • Publicação e divulgação

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO (GT):

1. GT Gestão Integrada de Unidades de Conservação

- **Coordenadores:** Ernane Faria e Kolbe Soares
- **Participantes:**

Nº	Gestor	Unidade de Conservação
01	Vicente Gonçalves de Almeida	PN Grande Sertão Veredas
02	Rafael Pereira Pinto	PN Cavernas do Peruaçu
03	Cicero de Assis Barros	PE Serra das Araras
04	João Roberto B. Oliveira	PE Veredas do Peruaçu
05	Laíssa de Araújo Viana	PE Mata Seca
06	Neilton Viana Neves	RVS Rio Pandeiros
07	Cicero de Assis Barros	RDS Veredas do Acari
08	Dayanne Ferreira dos Santos Sirqueira	APA Cavernas do Peruaçu
09	Altenfelder Martins da Fonseca	APA Bacia do Rio Pandeiros
10	Altenfelder Martins da Fonseca	APA Cochá e Gibão
11	Valeria A. Silva	RPPN Aldeia
12	Jose Elias Lopes	RPPN Porto Cajueiro
13	Leidson dos Reis Nunes	PE Verde Grande
14	Laíssa de Araújo Viana	PE Lagoa do Cajueiro
15	Roberto Marcine de Oliveira Nunes	RB Jaíba
16	Walmiral Silva Sousa Júnior	RB Serra Azul
17	Tatiane Lima de Jesus	PE Sagarana
18	Adailton José de Santana	PM São João das Missões
19	Lauana Nogueira	RVS Veredas do Oeste Baiano
20	Lauana Nogueira	APA Rio Vermelho
21	Laíssa de Araújo Viana	APA Lagedão
22	Jose Luiz Vieira	APA Serra do Sabonetal
23	Daniel Navarro	APA Municipal de Uruana
ANALISTAS DO IEF/ICMBio/Prefeituras/Funai		
24	Ismael Oliveira Silva	IEF
25	Raiane de Melo Viana	ICMBio
26	Tatiane Lima de Jesus	IEF
27	Jeane Evangelista Borges	Prefeitura de Januária(MG)
28	Marcelino Mendonça de Aquino	Funai
29	Helena dos Reis Moreira	ICMBio

2. GT de Extrativismo Vegetal e GT Agroecologia

- **Coordenador GT Extrativismo Vegetal:** Joel Araújo Sirqueira
- **Coordenadora GT Agroecologia:** Fernanda Maciel
- **Participantes:**

1	Joel Araújo Sirqueira (Coordenador de Extrativismo - FUNATURA)
2	Fernanda Maciel Ferreira (Coordenadora de Agroecologia - FUNATURA)
3	Abílio Vinícius Barbosa Pereira (Analista de Conservação WWF-Brasil)
4	Aldenor Lopes de Almeida (Agricultor Familiar e Extrativista)
5	Antônio Lopes Marques (Liderança Comunitária /Agricultor familiar e Extrativista)
6	Beltrano Ramos da Silva (Presidente da Cáritas Diocesana de Januária / Agricultor Familiar e Extrativista)
7	Cássio Alexandre da Silva (Professor Geografia - Unimontes)
8	Dayanne Ferreira dos Santos Sirqueira (Chefe da APA Cavernas do Peruaçu)
9	Eva Aparecida da Mota Santos (Tesoureira Cooperuaçu / Liderança Quilombola)
10	Evaneide França de Almeida (Central Veredas / Artesã com pigmentos naturais)
11	Fernando Antônio Madeira (Pesquisador do Agroextrativismo no Cerrado)
12	José Domingos (Agricultor Familiar e Extrativista)
13	Leopoldo Claret Andrade Souza (Sabores de Agreste/ Trabalhador Rural)
14	Manoel Alcides Fernandes (Coodenador Coopae)
15	Marcelino Mendonça de Aquino (Coordenador Técnico Local - FUNAI)
16	Maria Eduarda Fernandes Dutra (Estudante e Extrativista)
17	Pedro Cardoso da Silva (Liderança Xakriabá)
18	Santino Lopes de Araújo (Liderança Comunitária/Agricultor Familiar e Extrativista)
19	Valdomiro da Mota Brito (Presidente Cooperuaçu / CAA / Xakriabá Várzea Grande)
20	Vicentina Bispo de Almeida Corte (Núcleo do Pequi/ Extrativista e Culinarista do Cerrado)

3. GT Turismo Ecocultural

- **Coordenadora:** Ana Gabriela Fontoura
- **Facilitadora:** Damiana de Sousa Campos
- **Participantes:**

Nome	Representação
Diana Campos	Instituto Rosa e Sertão
Daiana Campos	Instituto Rosa e Sertão
Josiane Carneiro	Centro de Artesanato
Murilo Mendes	Ekos Brasil
Miriam S. K.	Voluntária do ICMBio
Rafael Pinto	ICMBio
Claudia Seixas	Prefeitura de Itacarambi
Hebert Canela Salgado	Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
Ivone Maria Ferreira Valadares	Prefeitura Municipal de Uruana
Meire Jane Carmo da Silva	Prefeitura Municipal de Arinos
Leidson dos Reis Nunes	IEF
Andrea de Cássia Alves Silva	Cresertão
Elis Cristina Santos	Instituto Rosa e Sertão e sociedade civil
Gilmara Pereira	ICMBio/Peruaçu
Maria Camila Machado	Vale dos Sonhos Operadora
Solange Mota	Secretaria Municipal de Turismo de Januária
Késcia Sílvia Dourado Madureira	Pousada Caminho das Pedras
Maria Mônica Macedo	Itacarambi
Anderson Lopes Santana	Condutor ambiental
Fabio Toledo dos Santos	Prefeitura de Chapada Gaúcha

4. GT Água

- **Coordenador:** Alexandre Jorge Pádua
- **Participantes:**

1	Santino Lopes de Araújo - Associação Água Doce – Januária (MG)
2	Aldenor Lopes Almeida – Associação Marimbas – Chapada Gaúcha (MG)
3	Jerre Ribeiro Sales – Cáritas Diocesana – Januária (MG)
4	Fernando Araújo da Cruz - IFNMG – Arinos (MG)
5	Débora Guimarães Takaki – Prefeitura de Januária (MG)
6	Walter Viana – SUPRAM – Januária (MG)
7	Valdomiro da Mota Brito – Cooperuaçu – Itacarambi (MG)

8	Pedro Barros de Alencar Júnior – Rede Bartô - DF
9	Fabício de Souza Ribeiro - ICMBio
10	Marcelo Bernardes Almeida – Participantes de Januária (MG)
11	Frederico Junqueira Singulano - Prefeitura de Januária (MG)
12	Fernando Araújo da Cruz - Engenheiro Agrônomo
13	Maria Mônica Macedo - Participantes de Januária (MG)
14	Rafael Macedo Chaves - IBAMA
15	Adailton José de Santana Oliveira - Prefeitura de São João das Missões (MG)
16	Fábio Magalhães Oliveira – Participantes de Januária (MG)
17	Bertin Alkmim – Participantes de Januária (MG)
18	José Domingos Ribeiro – Participante de Januária (MG)

5. GT Agronegócio

- **Coordenador:** Cesar Victor do Espírito Santo – Funatura
- **Participantes:**

1	Ernesto José Pierdoná - Coopertinga
2	Marcelo Perondi - Coopertinga
3	Aliceu Kogler - Coopertinga
4	Rômulo Mota Silva – Coopertinga
5	Sidnei Antônio Baron - COOAPI
6	Roberto Sbruzzi - COOAPI
7	Josieli Speth - COOAPI
8	Hélio Gustavo R. Lopes - COOAPI
9	Wilson Miguel – Produtor rural
10	Carlos Alberto Maier – Sindicato de Produtores Rurais
11	Allan B.A. de Figueiredo – Fazenda Trijunção
12	Anelise Ruzante - BrasilAgro
13	Liana Machado Gama - BrasilAgro

6. GT Fundo Socioambiental

- **Coordenador:** Cesar Victor do Espírito Santo – Funatura
- **Participantes:**

1	Guilherme Ferreira - Biotrópicos
2	Damiana Campos - Rosa e Sertão
3	Débora Takaki - Prefeitura de Januária
4	Kolbe Soares - WWF-Brasil
5	Marcelino Aquino - Funai
6	José Elias Lopes - RPPN Porto Cajueiro

5. DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO E AMBIENTAL DA REGIÃO DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS - PERUAÇU

5.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

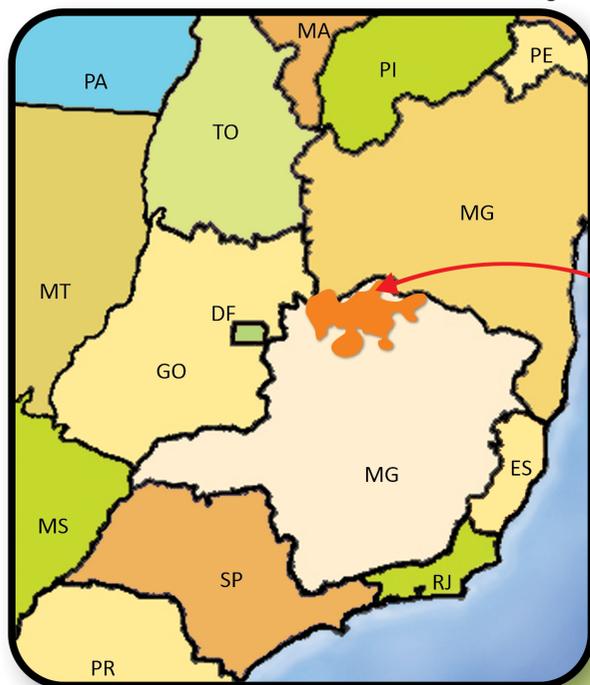
O mosaico de unidades de conservação e outras áreas protegidas denominado Sertão Veredas – Peruaçu (MSVP) localiza-se, considerando a portaria do MMA que o reconheceu oficialmente, na margem

esquerda do rio São Francisco, macrorregiões norte e noroeste de Minas Gerais e sudoeste da Bahia. Abrange os seguintes municípios em Minas Gerais: Formoso, Arinos, Chapada Gaúcha, Urucuia, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, Bonito de Minas, São João das Missões e Manga. Engloba, ainda, pequena parte do município de Cocos no sudoeste da Bahia. O Mapa abaixo (figura 1) mostra a localização do Mosaico, em sua área original, com cerca de 1.500.000 hectares.

FIGURA 1: Localização do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu (área original)

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU

O Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu abrange uma área total de mais de 1.500.000 ha. Localiza-se na margem esquerda do rio São Francisco, Macrorregiões Norte e Noroeste de Minas, e abrange as seguintes unidades:



OS MUNICÍPIOS ENLOBADOS PELO MOSAICO SÃO:

Minas Gerais: Formoso, Arinos, Chapada Gaúcha, Urucuia, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, Bonito de Minas, São João das Missões e Manga.
Bahia: Cocos.

CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS -PERUAÇU

PROTEÇÃO INTEGRAL

- Parque Nacional Grande Sertão Veredas
- Parque Nacional Cavernas do Peruaçu
- Parque Estadual da Mata Seca
- Parque Estadual da Serra das Araras
- Parque Estadual Veredas do Peruaçu
- Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros

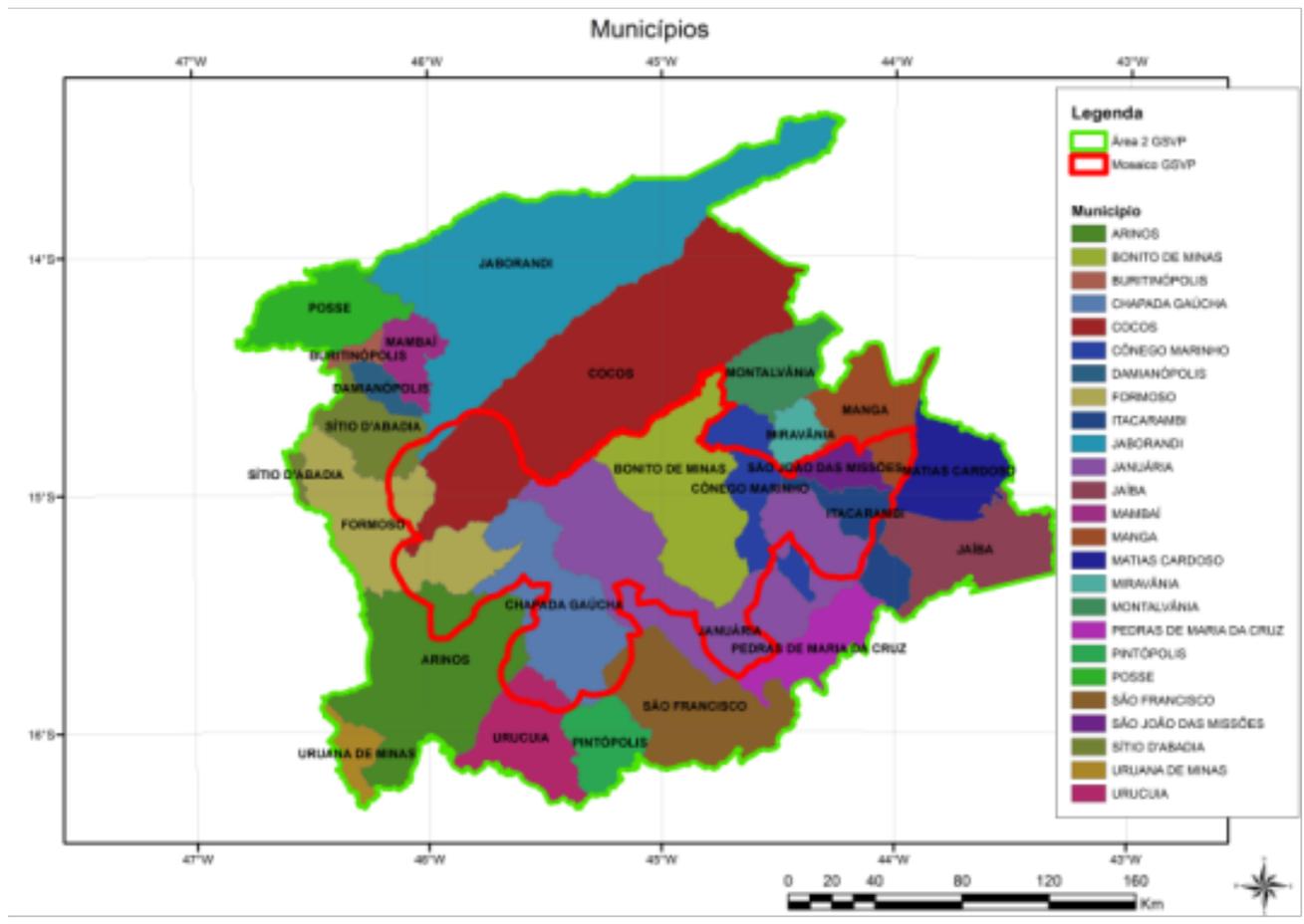
USO SUSTENTÁVEL

- APA Federal do Peruaçu
- APA Estadual de Pandeiros
- APA Estadual do Cochá e Gibão
- RPPN Fazenda Ressaca
- RPPN Veredas do Pacari
- RPPN Arara Vermelha
- RPPN Porto Cajueiro
- Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari

Nos anos de 2012 e 2018, o Conselho do Mosaico aprovou a incorporação de novas unidades de conservação, englobando outros municípios de Minas Gerais, da Bahia e de Goiás. O mapa abaixo (figura 2) mostra a nova delimitação do Mosaico, considerando

as novas unidades de conservação incorporadas pelo Conselho (vide item 5.4.6., à frente), que abrangeram outros municípios da região, atingindo uma superfície de mais de 3.000.000 de hectares, dobrando a área original do Mosaico.

FIGURA 2: Localização do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu (área ampliada)



5.2. ASPECTOS POPULACIONAIS E SOCIOECONÔMICOS

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista – DTBC publicado em 2008, o número total de habitantes dos municípios de Minas Gerais que compõem o Mosaico (Formoso, Arinos, Chapada Gaúcha, Urucua, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, Bonito de Minas, São João das Missões e Manga) possuíam uma população total de aproximadamente 190.000 habitantes (Fundação João Pinheiro, 2008). De acordo com os dados projetados pelo IBGE 2019, essa população deve sofrer um acréscimo de 3.209 habitantes, continuando a ser uma região de baixa densidade demográfica e de população rural acima da média brasileira.

A tabela 1, a seguir, mostra a área de cada município e o número de habitantes das áreas urbanas, rurais e total, conforme dados do IBGE, 2010 e a projeção da população total para o ano de 2019.

Observando-se os dados apresentados pela tabela percebe-se que as variações de população dos municípios do Mosaico são pequenas considerando o intervalo entre o ano de 2010 e 2019. Apenas os municípios de Chapada Gaúcha (MG) e Urucua (MG), destacam-se com incrementos acima da média dos outros municípios. Considerando a diferença entre os anos de 2000 e 2019, o município de Chapada Gaúcha (MG) quase dobrou de população. O município de Januária continua a ser o de maior população, chegando em 2019 próximo aos 70.000 mil habitantes. Importante mencionar ainda a estimativa de população para o município de Urucua que tem um incremento em relação ao ano de 2000 de mais 7.000 (sete mil) habitantes. Tanto em relação ao município de Chapada Gaúcha quanto ao de Urucua seria importante investigar as causas desse incremento, que provavelmente deve estar associado a um aumento da atividade econômica durante esse período.

TABELA 1: Áreas dos municípios e populações

Cidade	Área Km ²	População Censo 2000	Situação Domiciliar Urbana/Pessoas Censo 2010	Situação Domiciliar Rural/Pessoas Censo 2010	População Censo 2010	População estimada 2019
Arinos	5.322,795	17.709	10.854	6.820	17.674	17.875
Bonito de Minas	3.900,641	7.863	2.209	7.464	9.673	11.230
Chapada Gaúcha	3.214,698	7.270	5.761	5.044	10.805	13.680
Cocos	10.084,274	17.611	8.572	9.581	18.153	18.777
Cônego Marinho	1.617,916	6.477	11.915	5.186	7.101	7.642
Formoso	3.691,483	6.522	5.173	3.004	8.177	9.562
Itacarambi	1.252,074	17.455	17.799	3.921	17.720	18.153
Januária	6.691,174	63.605	41.322	24.141	65.463	67.742
Manga	1.968,082	21.959	13.848	5.965	19.813	18.407
São João das Missões	675,089	10.473	2.446	9.269	11.715	13.014
Urucuia	2.072,340	9.615	6.165	7.439	13.604	16.865

Fonte: IBGE, 2010

Os maiores municípios no Mosaico são Cocos, na Bahia, com 10.084,274 Km², seguido de Januária (MG), com 6.691,174 Km² e Arinos (MG), com 5.322,795 Km². O município com maior população total é Januária (MG) com 67.742 habitantes. Depois, bem distante está a segunda posição, do município de Cocos (BA) com 18.777, seguido de Manga (MG) com 18.407. As maiores densidades demográficas estão em São João das Missões (MG), com 17,27

hab./km², seguido de Itacarambi (MG), com 14,46 hab./km². Em termos de escolarização de 6 a 14 anos, não há nenhum município com 100% de crianças. O mais próximo é Cônego Marinho, com 98,7%. O maior IDHM é de Januária, com 0,658. Contudo, todos estão abaixo de 0,7. A mortalidade infantil é menor em São João das Missões e Bonito de Minas. Observa-se que embora sejam os municípios com menores taxas, não apresentam os maiores PIBs per capita (Tabela 2).

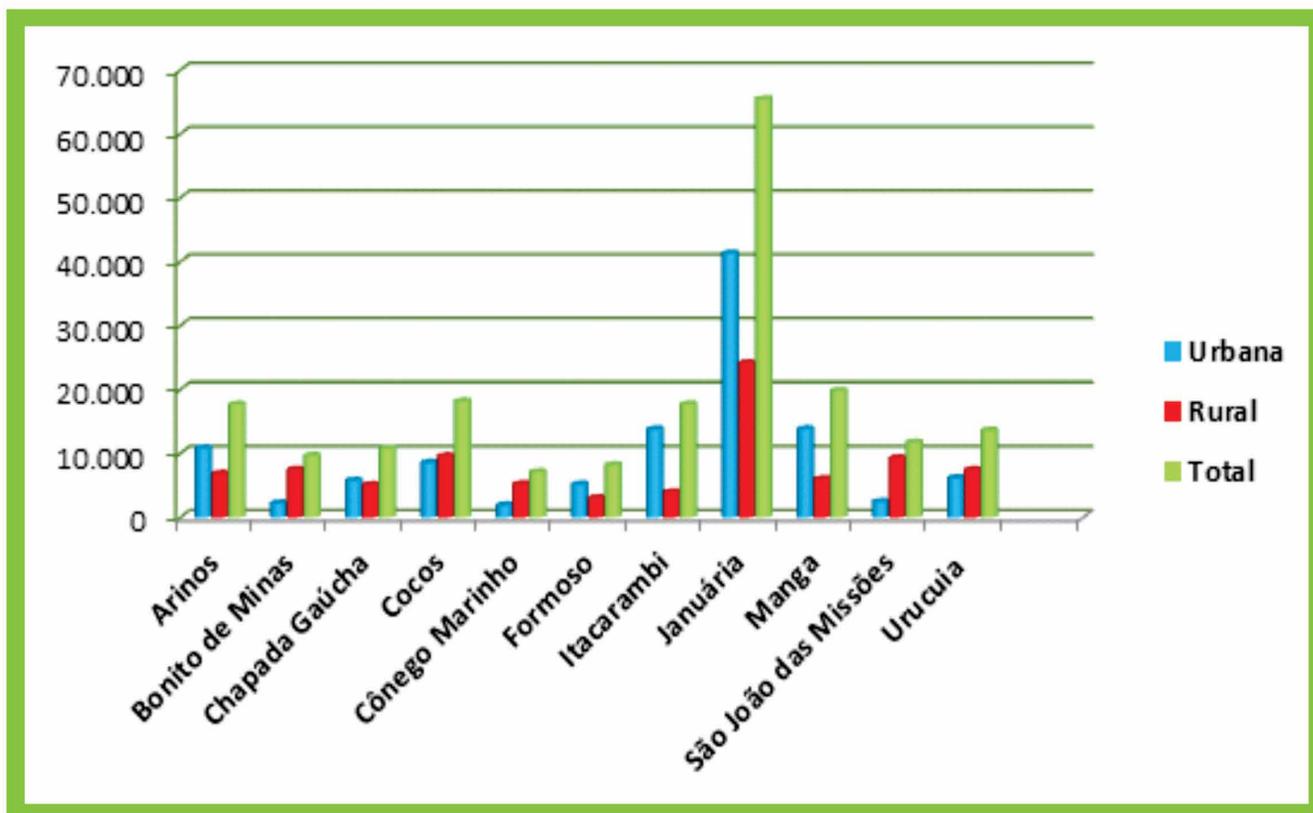
TABELA 2: Dados gerais sobre os Municípios inseridos no Mosaico

Município	Área Territorial (km ²) (2019)	População Estimada (2019)	Densidade Demográfica (hab./km ²) (2010)	Escolarização 6 a 14 anos (2010)	Índice de-IDHM desenvolvimento humano municipal (2010)	Mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos) (2017)	PIB per capita R\$ (2016)
Arinos (MG)	5.322,795	17.875	3,35	96,6%	0,656	28,71	11.200,04
Bonito de Minas (MG)	3.900,641	11.230	2,48	93%	0,537	7,46	6.876,58
Chapada Gaúcha(MG)	3.214,698	13.680	3,32	97,8%	0,635	22,47	13.826,90
Cocos (BA)	10.084,274	18.777	1,77	97%	0,596	14,60	11.281,10
Cônego Marinho (MG)	1.617,916	7.642	4,32	98,7%	0,621	13,33	6.415,33
Formoso (MG)	3.691,483	9.562	2,2	96,4%	0,640	22,73	19.361,85
Itacarambi (MG)	1.252,074	18.153	14,46	97,6%	0,641	18,45	9.992,05
Januária (MG)	6.691,174	67.742	9,83	96,4%	0,658	11,59	9.283,74
Manga(MG)	1.968,082	18.407	10,16	96,4%	0,642	28,94	10.567,85
São João das Missões(MG)	675,089	13.014	17,27	90,8%	0,529	7,58	5.446,60
Urucuia (MG)	2.072,340	16.865	6,55	95,6%	0,619	20,20	7.89,27
POPULAÇÃO TOTAL		211.955					

Fonte: IBGE, 2010

Em relação à situação domiciliar, o Mosaico possui população mista, sendo seis municípios com a maior população concentrada na área urbana: Arinos, Chapada Gaúcha, Formoso, Itacarambi, Januária e Manga (Gráfico 1).

GRÁFICO 1: População e situação de domicílio



Fonte: IBGE, 2010

Analisando as informações populacionais do IBGE (2010) e complementando com as pesquisas de campo, pode-se afirmar que, apesar dos dados apresentados, boa parte dos habitantes que possui domicílio na sede do município é proprietária de terras em áreas rurais.

Os municípios tipicamente rurais são Bonito de Minas, Cocos, Cônego Marinho, São João das Missões e Urucuia. Cabe ressaltar que São João das Missões possui maior população residente na área rural (cerca de 79%), em função da existência de duas Terras Indígenas – Xakriabá e Xakriabá Rancharia, consideradas áreas rurais na contagem do Censo realizado pelo IBGE.

Todos os municípios têm comunidades rurais em seus territórios. Algumas podem ser consideradas aglomerados e outras são casas dispersas, mas geralmente com relações familiares. O maior número desse tipo de comunidade localiza-se no município de Manga (35), seguido de Cônego Marinho (32) e Januária (26), que tem a maior quantidade de distritos - cinco no total -, seguido de Cônego Marinho, com quatro. Arinos possui mais assentamentos, aproxi-

madamente 27. São João das Missões não possui distritos, nem assentamentos, o que se deve ao fato de mais da metade de seu território pertencer a duas Terras Indígenas.

Há 46 comunidades quilombolas (CNRQ) reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

Em Formoso, localiza-se o Assentamento São Francisco, formado por antigos moradores do Parque Nacional do Grande Sertão Veredas, que tiveram suas posses de terras indenizadas pelo Governo Federal. Bonito de Minas, Cocos, Itacarambi e Januária não possuem assentamentos.

A tabela 3, a seguir, apresenta alguns dados dos estabelecimentos agropecuários existentes nos municípios que fazem parte do Mosaico.

Os dados apresentados evidenciam um problema antigo relacionado a falta de assistência técnica na região de abrangência do Mosaico. O número de estabelecimentos agropecuários que não recebem esse tipo de assistência é bem superior ao número dos que são assistidos. É possível perceber que os municípios que mais utilizam agrotóxicos são os que estão vinculados ao agronegócio exportador

de commodities, sobretudo os que estão expandindo suas lavouras de soja como os de Urucuia (MG), Chapada Gaúcha (MG), Formoso (MG) e Cocos (BA). O número de estabelecimentos com áreas ocupadas por florestadas plantadas é pequeno em relação ao

número de estabelecimentos que mantêm florestas naturais e as destinadas a Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente-APP. Ainda é pequeno o número de estabelecimentos que utilizam os Sistemas Agroflorestais – SAF.

TABELA 3: Números de estabelecimentos agropecuários

Cidade	Recebe Assistência Técnica	Não recebe Assistência Técnica	Utilizam agrotóxicos	Não utilizam Agrotóxicos	Matas ou florestas Naturais	Matas ou florestas destinadas a APP ou RL	Matas ou florestas plantadas	SAF	Plantio Direto
Arinos	385	1.418	155	1.630	276	1.269	9	255	16
Bonito de Minas	27	1.249	38	1.230	609	595	6	763	664
Chapada Gaúcha	106	849	102	852	154	446	6	163	108
Cônego Marinho	37	801	72	758	226	410	01	263	353
Formoso	114	610	166	552	74	314	12	156	82
Itacarambi	38	520	41	500	11	177	01	29	237
Januária	188	3.230	125	3.242	442	1.773	13	602	183
Manga	198	808	362	591	136	503	02	500	80
São João das Missões	44	1.161	183	1.013	239	307	-	635	452
Urucuia	555	779	307	988	140	1.062	06	390	02
Cocos	58	1.599	206	1.406	119	954	02	267	36

Fonte: IBGE, 2010

A seguir são apresentados dados dos municípios do mosaico relacionados com o abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário (tabela 4).

TABELA 4: Dados de abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário dos municípios do mosaico.

	Arinos	Bonito de Minas	Chapada Gaúcha	Cocos	Cônego Marinho	Formoso	Itacarambi	Januária	Manga	São João das Missões	Urucuia
Abastecimento de Água	61,41%	22,84%	53,32%	-	23,46%	63,26%	77,87%	63,12%	69,89%	20,88%	42,24%
Coleta de Lixo	74,60%	22,84%	53,32%	-	-	-	70,98%	-	69,89%	-	43,40%
Esgotamento Sanitário adequado	24,2%	0,6%	19,8%	3,1%	0,3%	11,6%	39,1%	37,2%	4,4%	3,2%	10,1%

Fonte: IBGE, 2010

Verifica-se que em relação à infraestrutura de saneamento e abastecimento de água, as condições, em geral, são precárias. As fossas representam o meio mais utilizado de destinação de esgoto, com uma média de 51% de domicílios. Só os municípios de Arinos, Itacarambi e Januária possuem índices acima de 20%. Os índices mais baixos são os dos municípios de Bonito de Minas e Cônego Marinho que não atingem mais do que 1%. A coleta de lixo é feita

em apenas 35% dos domicílios considerando todos os municípios. Arinos (74,6%), Itacarambi (70,98%) e Manga (69,89%) são os que apresentam os melhores índices de coleta de lixo.

Os principais acessos a região de abrangência do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, partindo de Brasília (DF) estão associadas as rodovias federais 020 e 040. O acesso pela rodovia 020 se dá pela saída norte, e a que segue rumo a rodovia 040 se faz pelo sentido sul.

Rodovia 020: a partir de Brasília-DF, pela rodovia federal BR 020 com acesso sentido Cabeceiras (GO)-Arinos (MG)- Chapada Gaúcha (MG), obtêm-se o acesso à região oeste de abrangência do Mosaico.

Rodovia 040: a partir de Brasília-DF pela rodovia federal BR 040, interligando às rodovias estaduais que dão acesso a Pirapora (MG) e a Montes Claros (MG). De Montes Claros (MG) até Januária (MG), seguindo pela rodovia federal BR 135, obtêm-se o acesso à região leste de abrangência do Mosaico.

Todos os municípios contam com serviço de transporte de ônibus com saídas regulares para as duas capitais (Brasília e Belo Horizonte) e de interligação entre municípios vizinhos. Januária possui pista de pouso para pequenos aviões e, geralmente, são utilizadas pista de pouso de fazenda.

Boa parte das estradas que cortam o MSVP não é pavimentada. Os trechos asfaltados interligam os municípios de Arinos e Chapada Gaúcha, e Januária e Bonito de Minas, Cônego Marinho e Itacarambi. De Itacarambi para São João das Missões e até Manga há trechos em asfaltamento. Entre Manga e Cocos, a rodovia está sendo asfaltada.

As distâncias entre as sedes dos municípios não são longas, porém, a falta de pavimentação e de manutenção dificultam os acessos, especialmente na estação chuvosa.

5.3. POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O território do Mosaico é símbolo de riqueza cultural de povos e comunidades tradicionais que habitam a região a tempos imemoriais, sendo o povo indígena Xacriabá seus primeiros habitantes. A partir do século XVII começaram a chegar os primeiros não indígenas com a expansão da pecuária no interior do Brasil, quando foram formados os primeiros povoados na região. Assim, várias comunidades foram se formando e hoje são caracterizadas como tradicionais, dentre as quais

destacam-se os quilombolas. Além destes, podem ser citados, geraizeiros, barranqueiros, veredeiros, chapadeiros, pescadores, dentre outros.

Povo Xacriabá

De acordo com o Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Xacriabá e Xacriabá/Rancharia (PGTA Xacriabá), ANAÍ (Associação Nacional de Ação Indigenista), 2015, a presença indígena na região foi pela primeira vez registrada em meados do século XVI. Em 1690, terras habitadas por índios refugiados ao longo do São Francisco são doadas por Matias Cardoso a bandeirantes paulistas, conquistadas às custas do massacre de indígenas.

Os Xacriabá praticam agricultura, extrativismo vegetal (frutos, plantas medicinais, madeira), extrativismo de barro para diferentes usos, dentre outras atividades. Em relação ao desenvolvimento do extrativismo, os Xacriabá, tiveram inserção em iniciativas como o Projeto Extrativismo Vegetal Sustentável no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu da Cooperativa Sertão Veredas, além da execução de projetos através das associações locais. Em especial as associações das aldeias Barreiro Preto e Sumaré-Peruaçu tem encabeçado projetos nesse sentido.

O território indígena está localizado sobre os municípios de São João das Missões e Itacarambi, na região do Norte de Minas Gerais. Ao todo, ele abrange a extensão de aproximadamente 100 mil hectares entre os rios Itacarambi, Peruaçu e São Francisco, banhado por outros pequenos rios temporários e permanentes.

De acordo com o PGTA Xacriabá, ANAÍ, 2015, o povo Xacriabá vive nos territórios Xacriabá e Xacriabá Rancharia, ocupando uma área de 53.213 ha. Há uma reivindicação para a incorporação de mais 43.357 ha de áreas identificadas como território Xacriabá, que ampliaria as Terras indígenas para 96.570 ha, conforme a tabela 5, a seguir.

TABELA 5: Dados sobre as Terras Indígenas Xacriabá

Terra Indígena Xacriabá	Terra Indígena Xacriabá	Terra Indígena Xacriabá (Ampliação reivindicada)	Terra Indígena Xacriabá Rancharia	Total
Localização	São João das Missões e Itacarambi, MG	São João das Missões e Itacarambi, MG	São João das Missões, MG	
Situação	Homologada (Dec. 94.608/1987)	Identificada	Homologada (Decreto s/n/ 2003)	
Área oficial (ha)	46.415	43.357	6.798	96.570
População	7.171	1.800 (aprox.)	1.024	10.000
Nº casas	1548	221	223	1995
Área da APA* sobreposta à TI (ha)	5.716	11.244	0	16.960
Área do PARNA* sobreposta à TI (ha)	0	19.022	0	19.022
Área do município de São João das Missões ocupada pela TI (%)	59	22,2	9,5	91,2
Área do município de Itacarambi ocupada pela TI (%)	4,7	20	<1	24,8

Ao todo são 46 aldeias distribuídas pelo território (Tabela 6, abaixo), cada uma com um nome diferente, em geral, relacionado a água. Cada aldeia tem uma liderança.

TABELA 6: Aldeias e população Xacriabá

Aldeia	População	Aldeia	População
Barra de Baixo	Ignorado	Pedra Redonda	78
Barra do Sumaré	255	Pedrinhas	67
Barreiro Preto	643	Peruaçu	150
Boqueirão	101	Pindaíba	109
Brejo Mata Fome	544	Poções	ignorado
Caatinguinha	314	Prata	406
Caraibas	Ignorado	Rancharia	816
Catito	ignorado	Riachão	99
Celeiro	Ignorado	Riachinho	357
Custódio	108	Riacho Comprido	102
Dizimeiro	ignorado	Riacho do Brejo	628
Forges	171	Riacho do Buriti	72
Grota de Pedras	Ignorado	Santa Cruz	277
Ilha do Capão	ignorado	São Bernardo	ignorado
Imbaúba	509	São Domingos	150
Itacarambzinho	74	Sapé	172
Itapicuru	315	Sumaré1	297
Lagoinha	ignorado	Sumaré 2	238
Morro Falhado	243	Sumaré3	217
Morro Vermelho	107	Terra Preta	144
Olho d'Água do Buriti	108	Vargens	324
Olho d'Água dos Pimenta	ignorado	Várzea Grande	ignorado
Olho d'Águão	Ignorado	Veredinha	Ignorado

Comunidades Quilombolas e outras Comunidades Tradicionais

O Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), no Projeto Quilombos Gerais, dedicado a levantar os quilombos no estado de Minas Gerais, constatou a existência de 346 comunidades desse tipo até junho de 2006, em todo o estado, conformando uma população de 85.000 a 90.000 indivíduos.

De acordo com esse levantamento, nos vales do Urucuia e do Acari, incidências geográficas incluídas nos limites do MSVP, verificou-se a convivência e mescla de categorias quilombolas e tradicionais. O

grande contingente quilombola da região, quando não identificado exclusivamente como quilombolas, é identificado como quilombolas/ribeirinhos, quilombolas/vazanteiros, nos municípios de Manga e Januária, e, quilombolas/chapadeiros, em outros municípios da margem esquerda do São Francisco. Como comunidades tradicionais constam os geraiseiros, os caatingueiros, os vazanteiros, os chapadeiros e os ribeirinhos. A tabela 7, abaixo, apresenta as comunidades quilombolas identificadas nos municípios inclusos no território do Mosaico SVP, de acordo com a pesquisa feita pelo CEDEFES.

TABELA 7: Comunidades Quilombolas com certidões expedidas até a portaria de nº 104/2016 da Fundação Palmares. Publicada no DOU de 20/05/2016.

Municípios do Mosaico SVP com presença quilombola já identificada	Nomes das Comunidades	Quantidade de Comunidades por Município
1. Bonito de Minas	Salto do Borrachudo; Cabeceiras do Salto; Mandus e Vargem Grande	4
2. Chapada Gaúcha	Barro Vermelho; Buraquinhos; São Félix; São Miguel da Aldeia e Prata.	5
3. Formoso	São Francisco/Gentio	1
4. Januária	Água Viva; Caluzeiros; Alegre; Barreiro do Alegre; Balaeiro; Barreiro; Buritizinho; Lambedouro; Onça; Pedras; Cabano; Pitombeiras; Vila Aparecida; Gameleira; Grotinha; Pasta Cavalo; Pé de Serra; Picos; Quebra Guiada; Retiro dos Bois; Riachinho; Várzea da Cruz.	22
5. Manga	Brejo de São Caetano; Ilha da Ingazeira; Justa I; Justa II; Pedra Preta; Puris; Bebedouro; Espinho; Malhadinha e Vila Primavera.	10
6. Urucuia	Baixa Funda	1
7. Jaíba	Gorutuba	1
8. Cocos/BA	Cajueiro e Samambaia	2
Total		46

Fonte: Fundação Palmares/2016. Acesso em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>

A centralidade da questão territorial para se compreender e respeitar tais grupos diferenciados coloca como fundamental a criação de canais de comunicação eficientes e a inclusão de representantes desses grupos na elaboração e implantação do Plano de DTBC do Mosaico. A denominação genérica de sertanejos mineiros, como colocado por Costa (2005), caracterizada pela resistência política histórica, pela luta por sobrevivência e a auto-susten-

tação econômica, pela diversidade de modos de vida locais que se misturam e pela marcante presença de coletividades afro-descendentes que lutam por seus territórios ancestrais é, de fato, um termo genérico que inclui a diversidade sociocultural norte-mineira: os índios, quilombos, os diversos tipos de comunidades tradicionais e as relações inter-grupais que se dão entre eles.

A cultura norte-mineira, assim, só pode ser realmente compreendida por meio de um mergulho nas relações sociais locais e da busca em perceber como os diferentes grupos humanos relacionam-se com o ambiente.

Por exemplo, na comunidade do Rio dos Bois, em Chapada Gaúcha, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) trabalhou em Projeto de Assentamento que promete a implantação de sistema simplificado de abastecimento de água para 75 famílias locais. Nesta comunidade, assim como acontece em várias outras comunidades tradicionais do território do Mosaico, é explícita a religiosidade católica rural (BRANDÃO, 1993) em que os grupos vizinhos integram-se e sustentam uma rede de sociabilidade por meio de rezas e celebrações religiosas em homenagem aos santos cristãos, como Santa Luzia, Nossa Senhora do Desterro, São Bento e, uma das mais importantes no Noroeste mineiro, a Folia de Reis, celebrada entre os dias 25 de dezembro e 06 de janeiro. Assim, segundo uma antiga moradora do Rio dos Bois, Ferreira, Cachimbo, Cabeceira do Boi, Angical e Retiro são comunidades vizinhas que integram tal rede social tecida por meio das rezas e festas.

Fenômeno social contemporâneo que tem se dado em diversas localidades do interior brasileiro, tradicionalmente de religião católica, é a conversão de alguns moradores locais para a religião evangélica. Isso acontece em Rio dos Bois, de maneira que, segundo uma das lideranças locais, enquanto a Folia de Reis é a principal festa para os católicos a Série de Conferências é o principal evento para os evangélicos da comunidade.

Essa mesma liderança descreveu um pouco da situação econômica e de subsistência da comunidade. Falou do plano de converter a casa de farinha que foi construída com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no início do assentamento, em uma casa de rapadura, pois acham o trabalho com a cana mais viável. Não consomem muito peixe na alimentação, vendem pequi e favela. O buriti é uma espécie tradicionalmente usada na comunidade para produção de utensílios domésticos, como vassouras, esteiras - usadas para dormir sobre elas quando não tinham camas - e a “carocha” - tipo de capa protetora feita com a palha dessa espécie para trabalhar na roça em dias de chuva.

Muitos na comunidade são beneficiários do Programa Bolsa Família. Os jovens tendem a migrar para locais próximos às grandes propriedades dos

gaúchos, em busca de empregos. Os interesses institucionais em preservar o ambiente e os da comunidade em melhorar suas condições materiais de vida são vistos como passíveis de articulação por meio do desenvolvimento da economia do turismo. Nas palavras de um morador, com a implantação de tal economia: “*nem o veado morre, nem a onça passa fome*”.

Ribeirão de Areia, outra comunidade importante do município da Chapada Gaúcha, assim como no caso do Rio dos Bois, também tece rede de sociabilidade com grupos vizinhos como as comunidades de Galho Escuro, Vereda, Veredão, Sítio Pequeno, Cafarnaum, Invernada e Barrocão. Ribeirão de Areia vive de modo bastante autônomo em relação à sede urbana de Chapada Gaúcha. Ali compram somente café, sal e açúcar, sendo que os demais produtos alimentícios são cultivados e processados na comunidade, como é o caso da polpa de buriti, do queijo, da farinha de mandioca, da rapadura e do mel. Algumas pessoas da comunidade dispõem de quintal com grande variedade de plantas medicinais, algumas nativas e outras cultivadas. A principal celebração religiosa também é a Folia de Reis na qual a comunidade empenha-se em trabalho árduo para sua realização, durante todo o mês de dezembro, desde que recebem convidados de fora. A musicalidade nesta comunidade é elemento central de sua cultura expressa na feitura de rabecas com matérias-primas de espécies nativas, instrumento que juntamente com violas dão a base rítmica para as canções cantadas por crianças, jovens, homens, mulheres e idosos.

No trajeto entre os municípios de Chapada Gaúcha e Januária, encontram-se, dentre outros, os povoados de São Joaquim, Tamboril, Tijuco, Barreiro, Lapão, Pandeiros e Cachoeira. Em Cônego Marinho, na sua parte rural, encontram-se as comunidades Saco dos Bois, Curral de Pedra, Candéal, Olaria e Candéalzinho. Nesse município, uma das principais atividades econômicas é a produção de cachaça, cuja consequência para algumas das comunidades locais (Candéalzinho, Olaria, Candéal) é a grave presença de alcoolismo. Candéal é a antiga sede do município de Cônego Marinho, da época em que se criava gado “*na solta*”, e local cuja produção de objetos de cerâmica está registrada como patrimônio cultural brasileiro, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Uma das artesãs demonstrou o processo de preparação do barro para a produção das peças. Contou que tal conhecimento ancestral encontra-

se ameaçado diante do desinteresse das gerações mais jovens em dar continuidade à sua produção e transmissão.

Itacarambi está localizado às margens do rio São Francisco, a cidade é bem cuidada tem a cultura ribeirinha muito presente, podendo o visitante presenciar a lavagem de roupas e utensílios domésticos em suas águas, feita por mulheres de diferentes gerações, no período da manhã – atividade feminina local que aponta para um cotidiano diretamente ligado ao rio. As comunidades localizadas na parte rural do município são Fabião I, Fabião II, Janelão, Araçá, Vereda Grande e Várzea Grande. Em Várzea Grande foram identificadas duas casas de farinha cuja produção é em grande parte comprada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Plantam, além da mandioca, pasto, feijão, milho e cana, de modo que produzem também cachaça e rapadura destinadas à venda.

Em conversas informais com moradores de Várzea Grande ficaram explícitas as relações amistosas inter-grupais entre os índios Xakriabás e as comunidades vizinhas em eventos como jogos de futebol e festas de casamentos, apontando para a existência de redes sociais, tais quais nos casos anteriormente descritos. Vereda Grande, Várzea Grande e Xakriabá são comunidades onde se encontram as nascentes do rio Peruaçu.

Na região do Peruaçu, nos últimos anos, tem havido uma preocupação de prevenção contra o fogo, principalmente com a finalidade de preservar as veredas. Uma liderança local vê a presença dos órgãos ambientais como algo bom, pois crê que “*não pode distorá*”. Diz ainda que: “*nós não estamos dentro do Parque (Peruaçu), mas é como se tivesse*”, o que demonstra a pressão feita pelo órgão ambiental sobre essas comunidades para que elas obedeçam aos princípios de conservação da natureza, tal qual postulado na legislação ambiental brasileira.

Em Itacarambi, em um local chamado Mocambinho, local onde os engenheiros do Projeto Jaíba de Irrigação, iniciado na década de 1970, instalaram-se, logo dispendo de casas grandes feitas de metal e alvenaria, postos de gasolina e hotéis, apesar do isolamento geográfico. No entanto, o nome do local indica a presença dos afro-descendentes, posto que a palavra “mocambo” significa “palhoça onde se localizam os negros”, tal qual colocado por Cascudo (1954: 754), de onde se destaca um trecho do significado de “quilombo”:

“Representa-se em qualquer época do ano como entretenimento isolado, mas geralmente como parte de festividades religiosas: festas de padroeiros, festas de Natal etc. Para representação, que se realiza numa praça ou largo, arma-se uma palhoça – o mocambo – onde se localizam os negros, e que é enfeitada de bandeirolas de papel de seda e cercada pelo sítio ou jardim: bananeiras e mamoeiros transplantados para o local. A certa distância faz uma paliçada, atrás da qual se escondem os índios ou caboclos”. (CASCUDO, 1954: 754)”

O trecho não apenas faz referência à presença dos afro-descendentes no Noroeste de Minas Gerais, dado o signo lingüístico que permanece, como também remete à convivência entre grupos étnicos distintos, como os negros, os índios e os caboclos, muitas vezes por meio de festividades e celebrações religiosas, que faz da margem esquerda do rio São Francisco, a porção Noroeste de Minas Gerais, um conjunto de culturas distintas em convivência histórica por meio da qual se criaram vínculos entre os distintos grupos humanos e entre esses e os elementos da natureza.

Uma dessas culturas está expressa nos barranqueiros e seu modo de vida tradicional bastante ameaçado, como se pode notar na fala do “mestre” - como gosta de ser chamado o barqueiro - que nos conduziu a Mocambinho. Disse que pescou muito por ali com a técnica do arrastão e que hoje não gosta mais de pescar para sobreviver; só pesca com os amigos para ajudá-los ou por diversão. Contou que antes tinha muito peixe e que a atividade dava para o sustento. Hoje, porém, isso é difícil.

5.4. ASPECTOS AMBIENTAIS

5.4.1. Considerações Gerais

De acordo com o documento “*Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização – MMA, 2018*”, a região do Mosaico está classificada como “Área de Extrema e Alta Importância Biológica”, na qual encontram-se diversas espécies raras, endêmicas e ameaçadas da fauna e flora do Cerrado, e alto grau de riqueza de recursos hídricos (mais de 20% da água que abastece o Rio São Francisco é oriunda de rios existentes na região do Mosaico). Ou seja, considerando todo o território nacional, o mosaico está entre as áreas mais importantes para a biodiversidade.

Conforme o Perfil do Ecossistema Hotspot de Biodiversidade do Cerrado (CEPF, IIEB, ISPN, 2017), a região do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu foi definida como um dos corredores prioritários do bioma, com o nome de Corredor Prioritário Sertão Veredas-Peruaçu. Na região do Mosaico encontram-se 8 KBAs (Áreas Chaves para a Biodiversidade), que são: **BA 14** – Cocos; **BA 27** – Itaguari; **BA 34** – PN GSV; **BA 48** – RVS das Veredas do Oeste Baiano; **GO 06** – APA das Nascentes do Rio Vermelho; **MG 113** - RVS Rio Pandeiros; **MG 33** - EE Sagarana; **MG 85** - PE Veredas do Peruaçu.

A área do Mosaico está dentro da região designada como “Gerais”, área que engloba a margem esquerda do Médio São Francisco, abrangendo o norte/noroeste mineiro, sudoeste da Bahia, indo até o sul do Piauí. Em termos fitogeográficos, a região do Mosaico localiza-se na Província Central, Sub-província do Planalto Central (Rizzini 1979).

Além da grande diversidade de ambientes, o Mosaico se destaca pela elevada cobertura vegetal remanescente. Enquanto o bioma Cerrado já perdeu metade da sua vegetação original, estimativas apontam que o Mosaico ainda mantém cerca de 60% da sua cobertura vegetal nativa. A presença de unidades de conservação de proteção integral é certamente um dos fatores que contribuiu para a manutenção de grande parte da vegetação na região, já que são comprovadamente efetivas em evitar desmatamento no Cerrado. Outros fatores importantes são a distância em relação a grandes centros urbanos e a baixa densidade populacional – por exemplo, a densidade humana média nas três APAs do Mosaico é de aproximadamente 2 pessoas/km², enquanto a média nas demais APAs do Cerrado é mais que o dobro, cerca de 5 pessoas/km². Devido a esta grande extensão de vegetação remanescente e a localização na transição entre dois biomas, o Mosaico abriga ainda um incrível número de espécies da fauna e flora brasileira, algumas delas ameaçadas de extinção, fazendo com que a região seja reconhecida como área prioritária para a conservação em nível nacional e estadual.

5.4.2. Fatores Abióticos (geomorfologia, geologia, solos e clima)

De acordo com o zoneamento dos Sistemas de Terras da América Tropical CIAT/EMBRAPA-CPAC (Cochrane et al., 1985) a região do MSVP encontra-se na unidade fisiográfica “Espigão Mestre do São Francisco”. Geomorfologicamente, a chapada do

“Espigão Mestre do São Francisco” localiza-se na região denominada de “chapadão central”. Sua declividade é suave pois o relevo é pouco movimentado. As altitudes variam de 540 m a 600 m na borda leste e de 600 a 800 m no lado oeste.

Predominam na região do Mosaico as areias quartzosas e latossolo vermelho-amarelo. Apesar dessa relativa simplicidade de solos, estabeleceram-se sobre eles diferentes formações vegetais em um complexo mosaico fitofisionômico. Ao longo da calha dos rios, o material advindo da erosão à montante deposita-se e forma solos hidromórficos, sobre o qual assentam-se as veredas.

A região próxima ao Rio São Francisco (leste) possui, em geral, solos mais ricos em nutrientes, enquanto as demais áreas são caracterizadas principalmente por solos arenosos e menos férteis.

A área mais ao leste do Mosaico, no vale do Peruaçu, é de grande relevância espeleológica, arqueológica e paleontológica. A região do Rio Peruaçu abriga um sistema cárstico e sítios arqueológicos de importância mundial. Algumas das cavernas ao longo deste rio têm dimensões gigantescas, com quilômetros de comprimento e aberturas de dezenas de metros.

A pluviosidade no território do Mosaico tende a aumentar em direção ao oeste, onde a média anual é de cerca de 1.400 mm de chuva. Na região leste do Mosaico a estação seca é um pouco mais prolongada e a pluviosidade anual média fica em torno de 800-900 mm. Independente da variação na pluviosidade, todo o Mosaico tem uma sazonalidade bem definida, com chuvas concentradas no período de outubro/novembro até o final de março e uma estação seca no restante do ano, que atinge seu pico entre junho e agosto. Normalmente é no final da estação seca, em setembro/outubro, que ocorrem grandes incêndios na região do mosaico devido a combinação entre o longo tempo de estiagem e altas temperaturas. Apesar de o Cerrado ser um ecossistema adaptado ao fogo, incêndios intensos e muito frequentes afetam negativamente a vegetação e são devastadores quando atingem as veredas.

O clima regional é característico da *Savana do Centro-Oeste*, em condições sub-úmidas. As temperaturas médias anuais são altas, em torno de 23°C. As máximas absolutas atingem 37 a 40°C, mesmo no topo das chapadas. As médias das mínimas ficam entre 16°C e 19°C, mas as mínimas absolutas chegam próximas a 0°C (RADAMBRASIL, 1982). O declínio da umidade

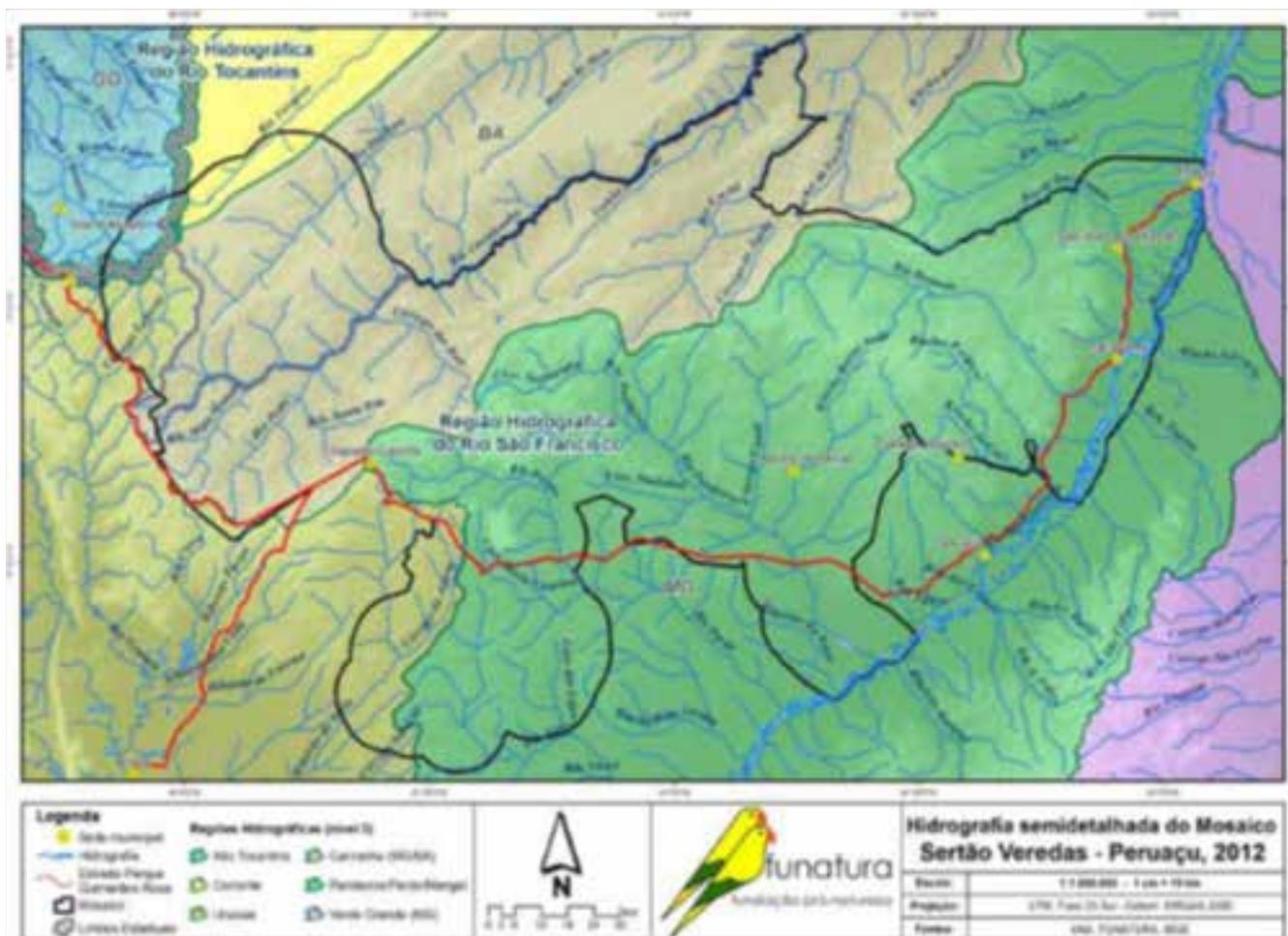
relativa do ar, entre maio e setembro, é um dos aspectos climáticos mais marcantes da área, permanecendo abaixo de 70% e, muitas vezes, abaixo dos 35%.

5.4.3. Hidrografia

O sistema hidrográfico do Mosaico drena para a bacia do rio São Francisco e tem como principais

rios, o Carinhanha, o Cochá, o Peruaçu, o Pandeiros e o Pardo. O sistema hidrológico da área é abastecido pelo grande aquífero formado pelo arenito Urucuia, com grande capacidade de armazenamento de água. O Mapa abaixo (Figura 3) mostra a hidrografia da região do Mosaico.

FIGURA 3: Hidrografia da Região do MSVP



5.4.4. Fatores Bióticos

5.4.4.1. Vegetação e Flora

Por estar localizado em região de transição entre os biomas Cerrado e Caatinga, o Mosaico Sertão Veredas Peruaçu apresenta grande heterogeneidade ambiental e diversos tipos de vegetação. De forma geral, as regiões oeste e central do mosaico estão sob influência do Cerrado, enquanto a região mais à leste, próxima ao Rio São Francisco, está sob maior influência da Caatinga. Nesta área de influência da Caatinga são encontradas as matas secas (ou floresta estacional decidual), um tipo de vegetação florestal em que quase todas as ár-

vores perdem as folhas durante a estação seca como forma de lidar com a reduzida disponibilidade de água. Este tipo de floresta está ameaçado em todo o mundo devido ao alto valor da madeira de algumas espécies de árvores e por estar normalmente associada à solos de maior qualidade. A barriguda *Cavanillesia arborea*, com seu tronco largo e galhos proporcionalmente curtos, é uma das árvores típicas da mata seca do Mosaico. Outros tipos de vegetação comuns nesta região do MSVP são o cerrado denso, caracterizado pela alta densidade de árvores e arbustos, e as matas de galeria e matas ciliares que estão presentes nas margens de rios e córregos.

Já nas áreas de solo mais arenoso do Mosaico, nas regiões oeste e central, a vegetação característica é o cerrado em suas diversas variações, ou seja, Cerrado *sensu stricto* ou cerrado típico, Campo Sujo, Campo Limpo, Matas de Galeria, Veredas e Carrasco. Estes tipos de vegetação são caracterizados por árvores e arbustos em densidades variadas e um estrato herbáceo bem desenvolvido. É a densidade de árvores e arbustos que determina a classificação do tipo de cerrado presente em uma determinada área, variando entre cerrado ralo, cerrado típico e cerrado denso – sendo que os dois primeiros tipos são mais comuns nas regiões oeste e central do Mosaico. Plantas frutíferas importantes para a fauna e para as comunidades locais são encontradas nos cerrados do Mosaico, como o pequi *Caryocar brasiliense*, cajuzinho-do-cerrado *Anacardium humile*, araticum *Annona coriacea*, baru *Dipteryx alata*, entre várias outras. Nas regiões oeste e central do MSVP é onde estão mais presentes as famosas veredas, sempre com a presença da imponente palmeira buriti *Mauritia flexuosa*. A vereda é um tipo de vegetação associado à cursos d'água e possui duas zonas bem distintas, uma zona campestre na área mais seca com dominância de espécies herbáceas e uma zona mais úmida, normalmente próximo à calha de um córrego, onde ficam concentrados os buritis. Nesta zona mais úmida da vereda pode ocorrer também a concentração de árvores maiores, como a pindaíba *Xylopia emarginata*, em alguns casos formando uma vegetação com dossel bem fechado.

De acordo com Felfili, 2001, o cerrado típico é muito rico em espécies da flora e predomina sobre areia quartzosa na interface com a vegetação da caatinga. São espécies comuns nesta fitofisionomia, o cajuzinho *Anacardium humile*, o pau-santo *Kilmeyera coriacea*, o pau-terra-da-folha-larga *Qualea grandiflora*, dentre as árvores e o capim-flexinha *Echinolaena inflexa*, o *Axonopus pressus*, o *Trachypogon spicatus* e a *Tacinga funalis*, dentre as herbáceas. Nos campos sujos e campos limpos destacam-se espécies das famílias Eriocaulaceae, Velloziaceae, Myrtaceae entre as árvores, além de uma profusão de gramíneas e cyperaceas. As matas de galeria ocorrem formando uma rede florestal ao longo dos cursos d'água, sendo geralmente bordeadas pelos campos, aos quais se seguem os cerrados. São importantes repositórios de biodiversidade e consideradas corredores de fauna silvestre. O carrasco tem predominância de espécies arbóreas, com camada arbustiva densa,

muitas lianas e poucas gramíneas. Destacam-se as seguintes espécies cajuzinho-do-cerrado *Anacardium occidentale*, araticum *Annona crassiflora*, *Aspidosperma macrocarpa*, *Qualea parviflora*.

5.4.4.2. Fauna

Com relação à fauna, na região ocorrem as espécies típicas do Cerrado e, por estar em uma área de transição, ocorrem, também espécies típicas da Caatinga, além de espécies da Mata Atlântica e da Amazônia. Várias destas espécies são endêmicas, raras ou estão ameaçadas.

A fauna de vertebrados terrestres (anfíbios, répteis, aves e mamíferos) do MSVP são relativamente bem conhecidas devido aos inventários de espécies conduzidos para produzir planos de manejos para algumas das unidades de conservação. Porém estudos mais específicos sobre estes grupos e inventário das espécies de invertebrados são ainda necessários em quase todo o Mosaico. Mesmo considerando apenas os vertebrados terrestres, ainda existe muito a ser revelado na região, como mostram a descoberta de novas espécies de sapo e lagarto, a redescoberta do cachorro-vinagre *Speothos venaticus* e o registro inédito de um lobo-guará *Chrysocyon brachyurus* de coloração preta previamente desconhecido pela ciência. De fato, a fauna de mamíferos do Mosaico é impressionante. A região abriga uma comunidade de mamíferos praticamente intacta, representando mais de 80% de todas as espécies de médio e grande porte presentes no Cerrado. Predadores do topo da cadeia alimentar como a onça-pintada *Panthera onca* e a suçuarana *Puma concolor*, grandes herbívoros como a anta *Tapirus terrestris* e o cervo-do-pantanal *Blastocerus dichotomus* (ou suçupara, como é conhecido na região), grandes insetívoros como o tamanduá-bandeira *Myrmecophaga tridactyla* e o tatu-canastra *Priodontes maximus*, além de animais extremamente raros em Minas Gerais e no sudeste do Brasil como o queixada *Tayassu pecari* e o gato-palheiro *Oncifelis colocolo*, são encontrados no MSVP.

Dentre as aves destaca-se a arara-canindé *Ara ararauna*, com grande dependência das veredas para sobreviver. Ocorrem, também, a arara-vermelha *Ara chloroptera*, o gavião-de-penacho *Harpyhalyaetus coronatus*, a ema *Rhea americana*, o mutum *Crax fasciolata*. Dentre os anfíbios destacam-se o sapo-cururu *Bufo paracmenis*, a rã *Leptodactylus mystacinus*, a perereca *Hyla albopunctata*. Entre os répteis, novamente há influência de espécies da caatinga e a

presença do jacaré-coroa *Paleosuchus palpebrosus*, considerado ameaçado de extinção. É comum a presença da cascavel *Crotalus durissus*, da jararacuçu *Bothrops moojeni*, da jibóia *Boa constrictor*. Ocorre, também, a sucuri *Eunectes murinus*, várias espécies de calango e o teiú *Tupinambis merinae*. O carrasco é a fitofisionomia mais rica em répteis na área.

Estas e outras espécies sensíveis a impactos humanos só continuam a existir na região devido às unidades de conservação, especialmente as de proteção integral que desempenham um papel fundamental na conservação da biodiversidade local.

5.4.5. Principais Problemas Ambientais

Os principais problemas ambientais existentes na região do mosaico referem-se a:

- a) conversão de áreas de vegetação nativa de cerrado em grandes monocultivos de grãos, café irrigado, capim para produção de semente e bovinocultura, atividades que caracterizam o agronegócio;
- b) comprometimento/secamento de nascentes e cursos d'água em função do uso inadequado do solo e do excesso de poços tubulares profundos para irrigação e outros usos;

- c) a exploração do cerrado para a produção de carvão, a maior parte das vezes realizada de forma ilegal;
- d) a prática de queima da vegetação nativa para renovação do pasto e limpeza de terreno para roça;
- e) caça e tráfico de animais silvestres, principalmente os que envolvem a captura de psitacídeos.

As atividades que caracterizam o agronegócio e a produção de carvão vegetal são, por natureza, altamente impactantes ao cerrado. Além de levarem a uma diminuição drástica de vegetação nativa de cerrado, podem provocar outros impactos igualmente preocupantes, como a poluição ambiental provocada pelo uso intensivo de agrotóxicos e a diminuição de oferta de água, em função do uso de irrigação por pivô central de forma excessiva e até o esgotamento de mananciais.

Os mapas abaixo (figuras 4 e 5) mostram o uso da terra no território do Mosaico (original – portaria 128/2009 e ampliado com a inclusão de novas UCs pelo Conselho. Estima-se que a área antropizada corresponde a cerca de 60%.

FIGURA 4: Antropização no Território do Mosaico (área original)

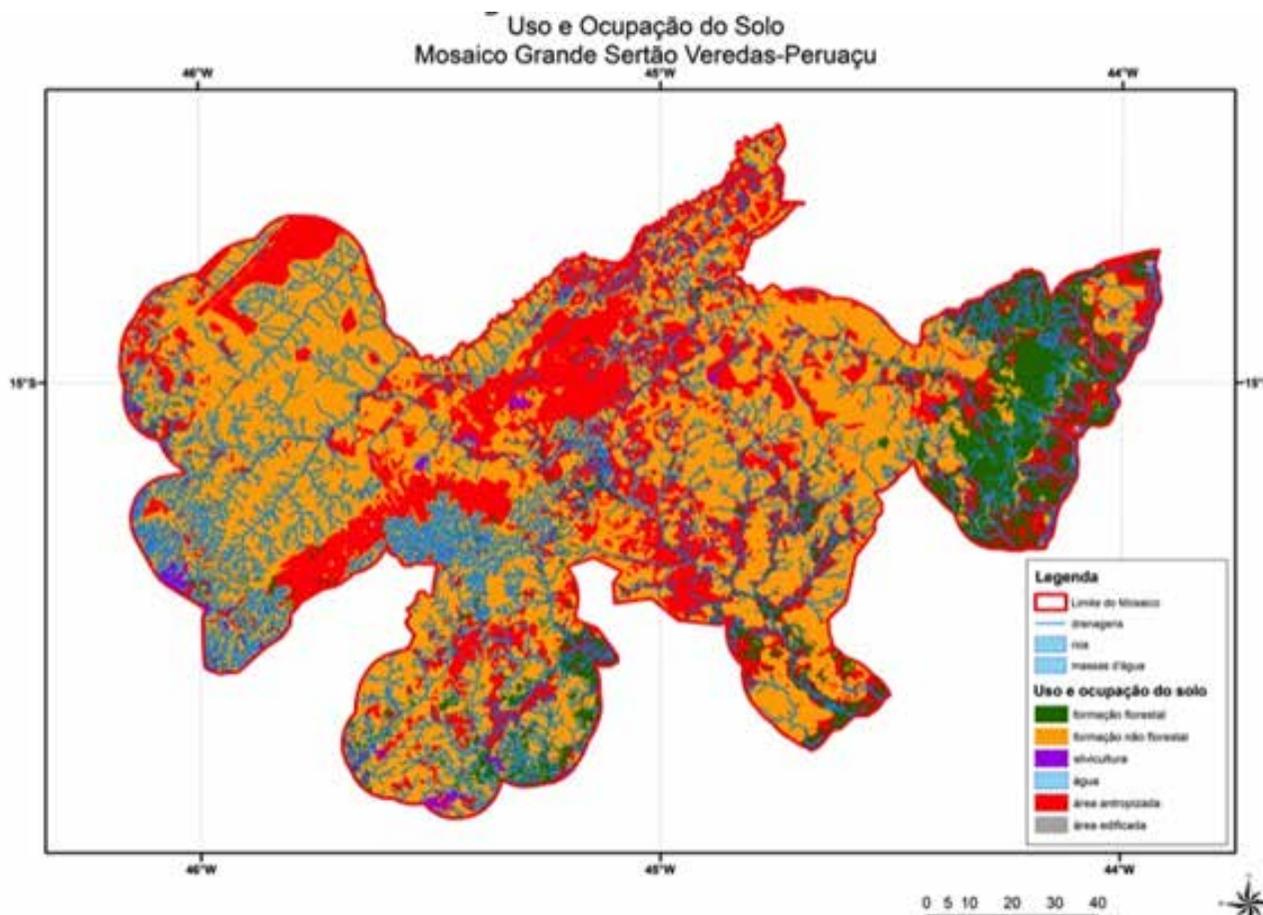
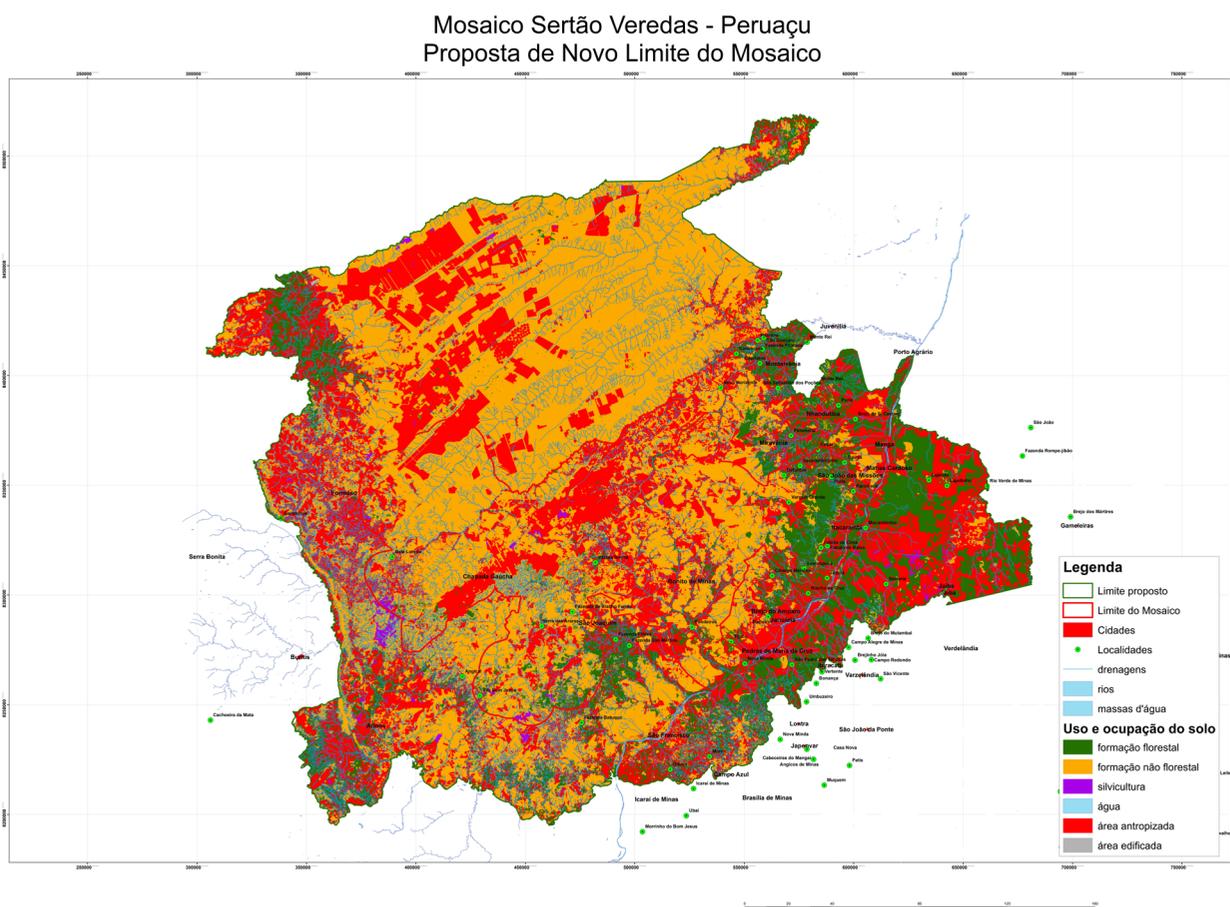


FIGURA 5: Antropização no Território do Mosaico (área ampliada)



Nas áreas onde não há os grandes monocultivos, o padrão de uso do solo adotado pelos agricultores familiares refere-se à criação extensiva de gado, com a utilização de pastagens nativas e agricultura de subsistência. Nestas áreas é comum o uso do fogo para a renovação do pasto, fato que tem, anualmente, ocasionado sérios problemas às unidades. Todos os anos, além da queima de grandes áreas no entorno das unidades, boa parte das mesmas é incendiada. Algumas áreas acabam pegando fogo anualmente ou em intervalos de dois anos, fato que leva a uma perda gradual da biodiversidade local.

Outro problema causado pela presença do gado dentro das unidades ou nas suas áreas de entorno e corredores ecológicos refere-se à possibilidade de transmissão de doenças para animais silvestres. Há registro de mortandade de veados, após passagem de uma grande boiada na área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas na década de 80. A presença de gado acaba levando, também, a uma matança desnecessária de onças, por parte de donos de gado.

As roças, apesar das pequenas extensões, são feitas, em geral, em áreas de preservação permanente (veredas) e muitas vezes são necessários a confecção de drenos que acabam causando impactos localizados.

A agricultura familiar, seja de comunidades tradicionais, seja de projetos de reforma agrária existentes na região, tem tido pouca assistência no sentido de que suas atividades produtivas venham alcançar a auto-sustentabilidade. Em geral, a agricultura familiar é bem menos impactante que a exploração voltada para o agronegócio, porém, não sendo feita de forma adequada leva a resultados pouco promissores.

5.4.6. Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas

O território do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu possui 38 áreas protegidas, sendo 11 (onze) que constam da portaria nº 128/2009 que reconheceu o Mosaico em 2009, 17 (dezessete) unidades incorporadas ao Mosaico por meio de proposições aprovadas em reuniões do Conselho do Mosaico, 8 (oito) RPPNs que fazem parte do território e 2 (duas) Terras Indígenas, porém sem estarem oficialmente incorporadas ao Mosaico.

Todas estas áreas protegidas perfazem um total de 1.829.705 ha, conforme mostrado na tabela 8, a seguir, nos mapas (Figuras 6 e 7) e nas tabelas subsequentes (9 a 13).

TABELA 8: Áreas Protegidas existentes no Mosaico (área ampliada)

SUPERFÍCIE DAS ÁREAS PROTEGIDAS EXISTENTES NO TERRITÓRIO DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS PERUAÇU	
Área original – Portaria MMA	1.240.706ha
UCs incluídas pelo Conselho	496.338ha
UCs que não fazem parte do MSVP	29.863ha
Terras Indígenas	62.798ha
Superfície Total de Áreas protegidas no território do MSVP	1.829.705

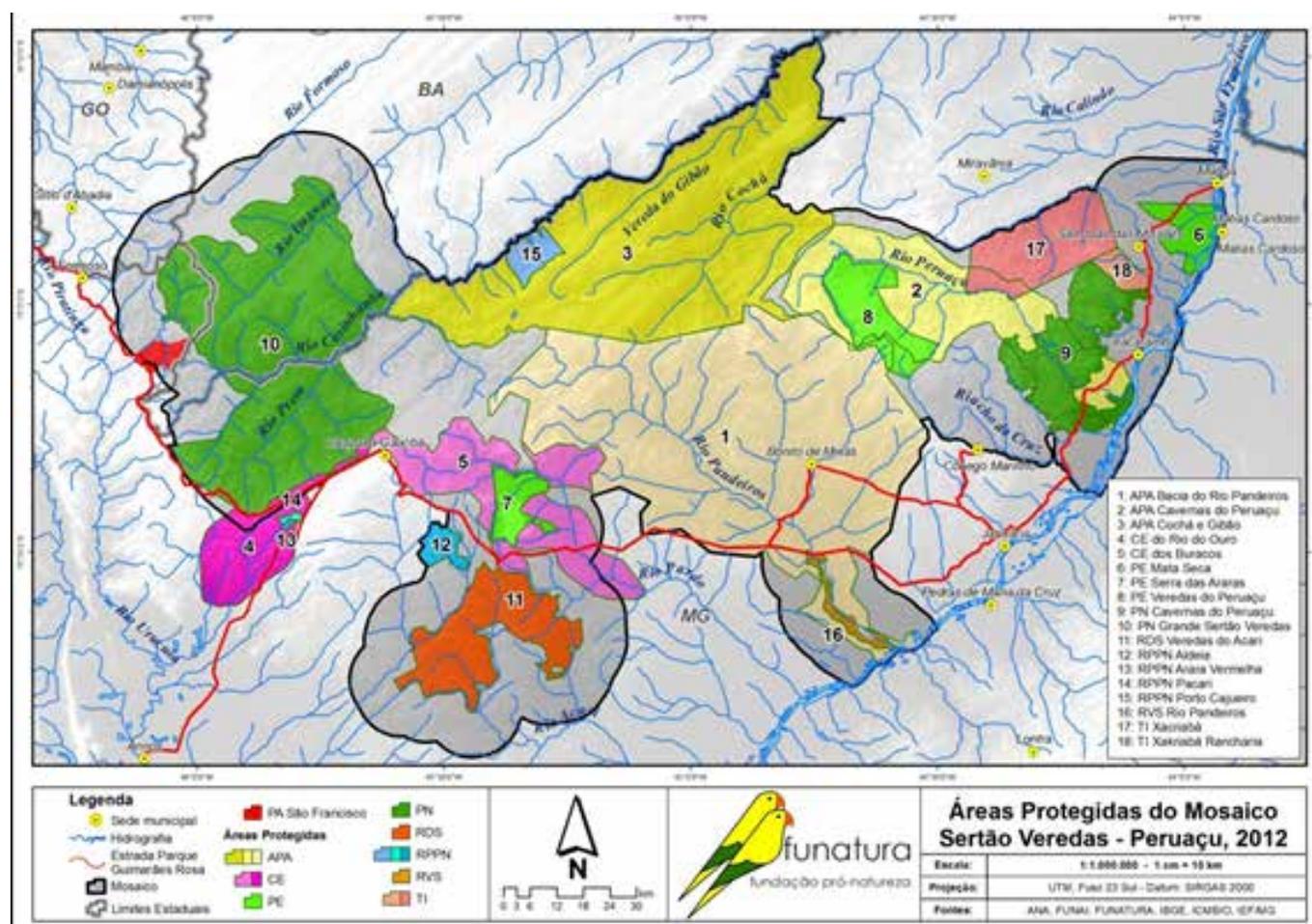
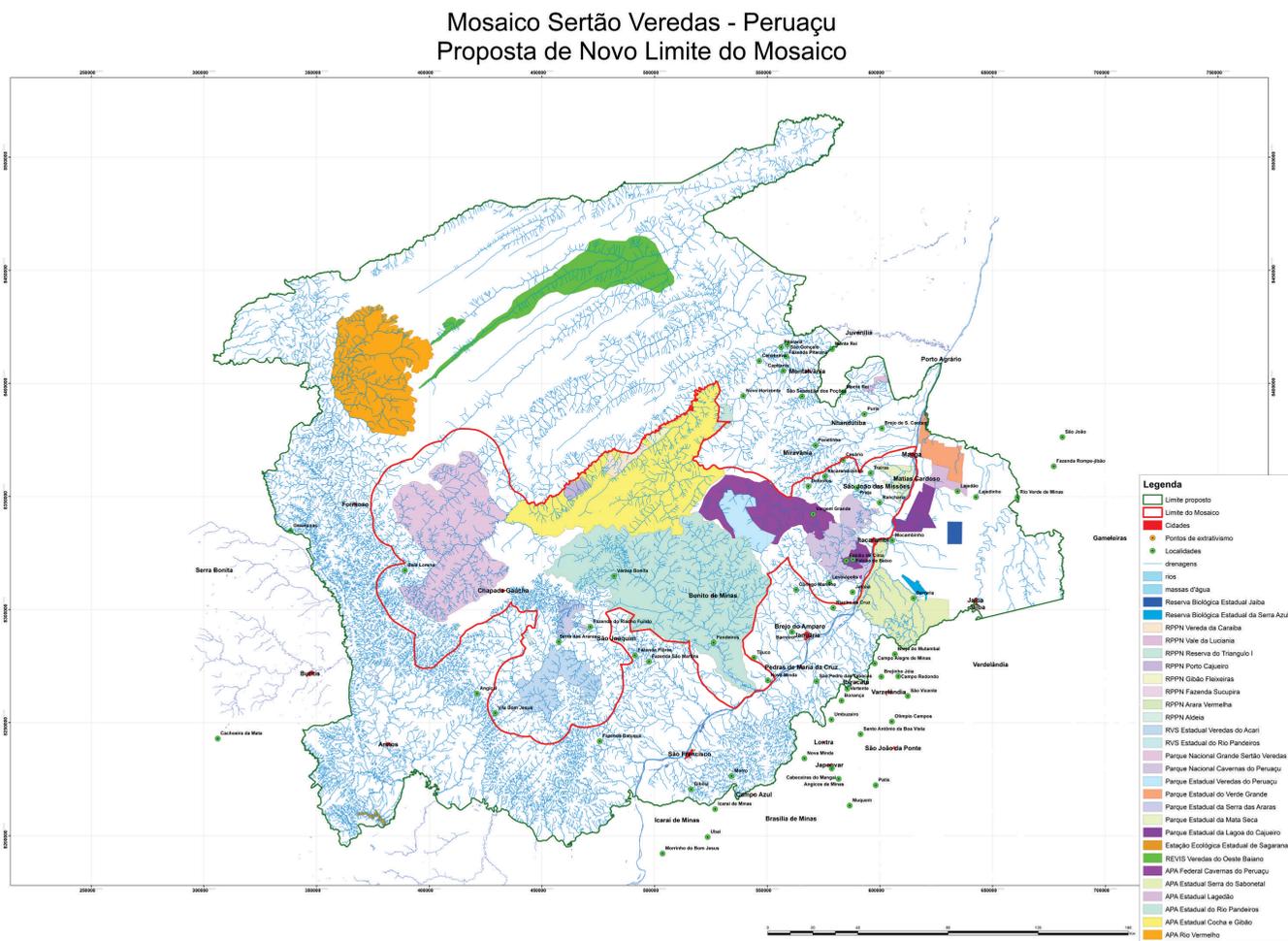
FIGURA 6: Território do Mosaico, conforme previsto na portaria nº128/2009

FIGURA 7: Território do Mosaico com as novas UCs incluídas pelo Conselho



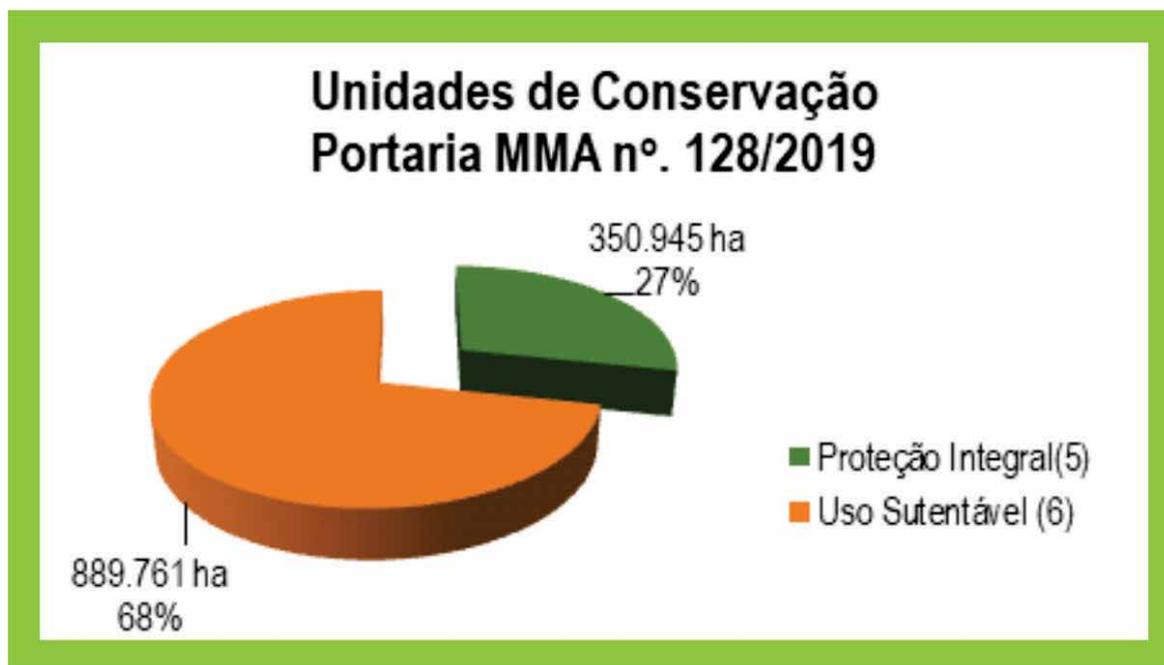
De acordo com a Portaria nº. 128, de 24 de abril de 2009, o Mosaico é composto de 11 unidades de conservação em 11 municípios dos estados de Minas Gerais e Bahia. Por esta portaria, o território

das UCs soma 1.240.706 ha, sendo seis do grupo proteção integral (350.945 ha) e cinco do grupo uso sustentável (889.761 ha), conforme apresentado na tabela 9 e na figura 8.

TABELA 9: Unidades de Conservação do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, Portaria nº. 128/2009.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MOSAICO VEREDAS-PERUAÇU			
Portaria nº. 128/2009			
Categoria	Nome	Município	Área ha
Proteção Integral: 06 unidades de conservação			
Parque Nacional	Grande Sertão Veredas	MG: Arinos, Formoso, Chapada Gaúcha BA: Cocos	230.671
	Cavernas do Peruaçu	MG: Itacarambi, Januária e São João das Missões	56.448
Parque Estadual	Veredas do Peruaçu	MG: Januária, Bonito de Minas e Conego Marinho	31.226
	Mata Seca	MG: Manga	15.360
	Serra das Araras	MG: Chapada Gaúcha - Distrito de Serra das Araras	11.137
RVS Estadual	Rio Pandeiros	MG: Januária	6.103
Total área			350.945
Uso Sustentável: 05 unidades de conservação			
APA Federal	Cavernas do Peruaçu	MG: Januária, Itacarambi, Cônego Marinho e Bonito de Minas	143.356
APA Estadual	Rio Pandeiros	MG: Januária e Bonito de Minas	393.866
	Rio Cochá e Gibão	MG: Januária e Bonito de Minas	285.326
RDS Estadual	Veredas do Acari	MG: Chapada Gaúcha e Uruçuia	58.735
RPPN	Porto Cajueiro	MG: Januária	8.478
Total área			889.761
Total da área das 11 unidades de conservação			1.240.706

FIGURA 8: Unidades de conservação do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, conforme a Portaria MMA nº 128/2009.



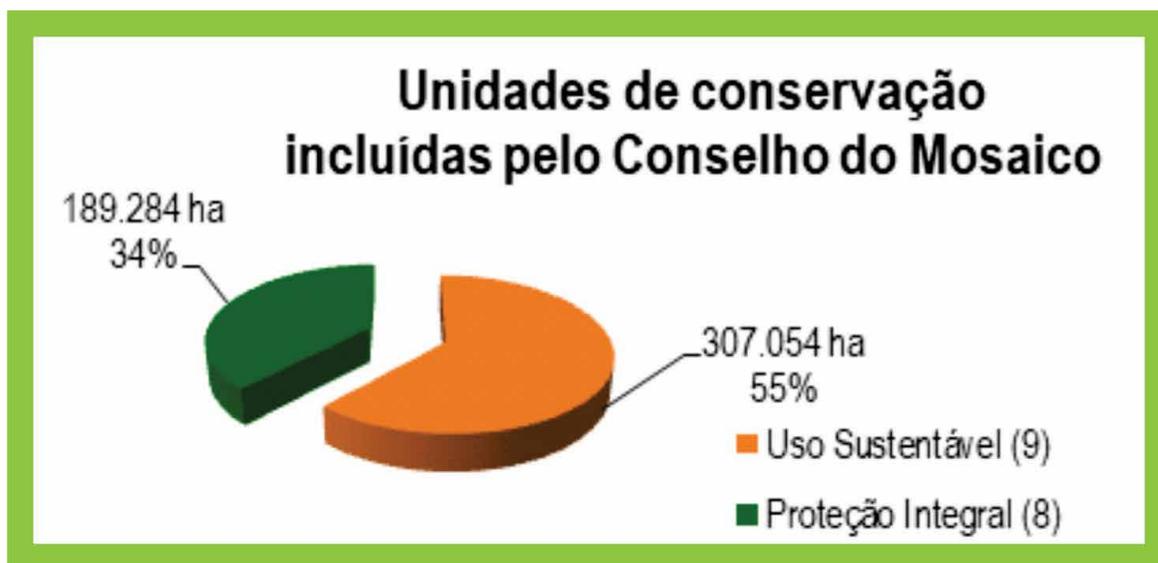
Após o reconhecimento do Mosaico, em 2009, foi aprovada a inclusão de 17 UCs em quatro reuniões do Conselho do Mosaico, ocorridas em 2014 e 2018. No total foram oito UCs do grupo proteção integral (189.284 ha) e nove UCs de uso sustentável (307.054 ha), totalizando o acréscimo de 496.338 ha, conforme a tabela 10 e a figura 9.

TABELA 10: Unidades de conservação aprovadas pelo Conselho do Mosaico.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO APROVADAS PARA AMPLIAÇÃO DO MOSAICO VEREDAS-PERUAÇU				
Categoria	Nome	Município	Conselho	Área ha
Proteção Integral: 08 Unidades de Conservação				
Parque Estadual	Verde Grande	MG: Matias Cardoso	31ª reunião	25.570
	Lagoa do Cajueiro	MG: Matias Cardoso	31ª reunião	20.500
Parque Municipal	Sagarana	MG: Arinos	19ª reunião	2.340
	Do Pequi	GO: Mambá	31ª reunião	2.300
Rebio Estadual	Salustriano	MG: São João das Missões	19ª reunião	3
	Jaíba	MG: Matias Cardoso	31ª reunião	6.210
Rebio Estadual	Serra Azul	MG: Jaíba	31ª reunião	3.840
RVS Federal	Veredas do Oeste Baiano	BA: Cocos e Jaborandi	31ª reunião	128.521
Total área				189.284
Uso Sustentável: 09 Unidades de Conservação				
APA Federal	Nascentes do Rio Vermelho	GO: Buritinópolis, Damianópolis, Mambá e Posse	31ª reunião	176.159
APA Estadual	Lajedão	MG: Matias Cardoso	31ª reunião	12.000
	Serra do Sabonetal	MG: Jaíba, Itacarambi e Pedras de Maria da Cruz	31ª reunião	82.500
APA Municipal	Uruana	MG: Uruana de Minas	30ª reunião	30.048
RPPN	Itaguari	BA: Cocos	32ª reunião	4.000
	Guará	BA: Cocos	32ª reunião	1.050
	Guará I e II	BA: Cocos	32ª reunião	633
	Lagoa do Formoso	BA: Cocos	32ª reunião	502
	São Francisco da Trijunção	BA: Cocos	32ª reunião	162
Total área				307.054
Total de 17 unidades de conservação incluídas no MSVP				496.338

Obs: Datas Reuniões: 19ª (02/12/2014); 30ª (05/04/2018); 31ª (05/07/2018); 32ª (13/12/2018)

FIGURA 9: Unidades de conservação aprovadas pelo Conselho para ampliação do MSVP.



No território há, ainda, oito reservas particulares do patrimônio natural – RPPN, que somam 29.863 ha, que ainda não solicitaram ao Conselho Consultivo a inclusão no MSVP, conforme a tabela 11.

TABELA 11: Unidades de conservação existentes no território que não fazem parte oficialmente do Mosaico.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO TERRITÓRIO QUE NÃO FAZEM PARTE DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS - PERUAÇU			
Categoria	Nome	Município	Área ha
Uso Sustentável: 09 unidades de conservação			
RPPN	Vereda da Caraíba	MG: Bonito de Minas	10.368
	Aldeia	MG: Chapada Gaúcha	7.342
	Reserva Triângulo I	MG: Bonito de Minas; Cônego Marinho e Montalvânia	5.540
	Gibão Flexeiras	MG: Bonito de Minas	3.528
	Veredas do Pratudinho	BA: Jaborandi	2.238
	Veredas do Pacari	MG: Arinos	347
	Fazenda Sucupira	MG: Arinos	252
	Arara Vermelha	MG: Arinos	248
Total área			29.863

No território do Mosaico, além das UCs, há outros tipos de áreas protegidas como as terras indígenas (TI), os territórios quilombolas, as reservas legais (RL), as áreas de preservação permanente (APP) e os corredores ecológicos e zonas de amortecimento definidas nos planos de manejo das unidades de proteção integral.

Em relação às Terras Indígenas, existem duas já demarcadas, TI Xakriabá e TI Xakriabá Rancharia, conforme mostra a tabela 12. Há uma reivindicação para a incorporação de mais 43.357 ha de áreas identificadas como território Xakriabá, que ampliaria esses territórios de 62.798 ha para **106.155 ha**.

TABELA 12: Terras indígenas no Território do Mosaico

TERRAS INDÍGENAS NO MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU			
Território Indígena: 02			
TI	Xakriabá	MG: São João das Missões e Itacarambi	56.000
	Xakriabá Rancharia	MG: São João das Missões	6.798
Total área TI			62.798

Com a incorporação pelo Conselho, de novas UCs, o Mosaico passou de 11 para 28 UCs, sendo 14 do grupo de proteção integral, com 540.229 ha e 14 de uso sustentável, com 1.196.815 ha, totalizando 1.737.044 ha. Adicionando a este valor as RPPNs que estão no território do MSVP, mas que não foram

incluídas pelo Conselho, chega-se a um total de 36 UCs, sendo 14 de proteção integral e 22 de uso sustentável, perfazendo uma área de 1.766.907 ha. Por fim, adicionando os territórios indígenas, chega-se a 1.829.705 ha do território legalmente protegidos, conforme apresentado na tabela 13, abaixo.

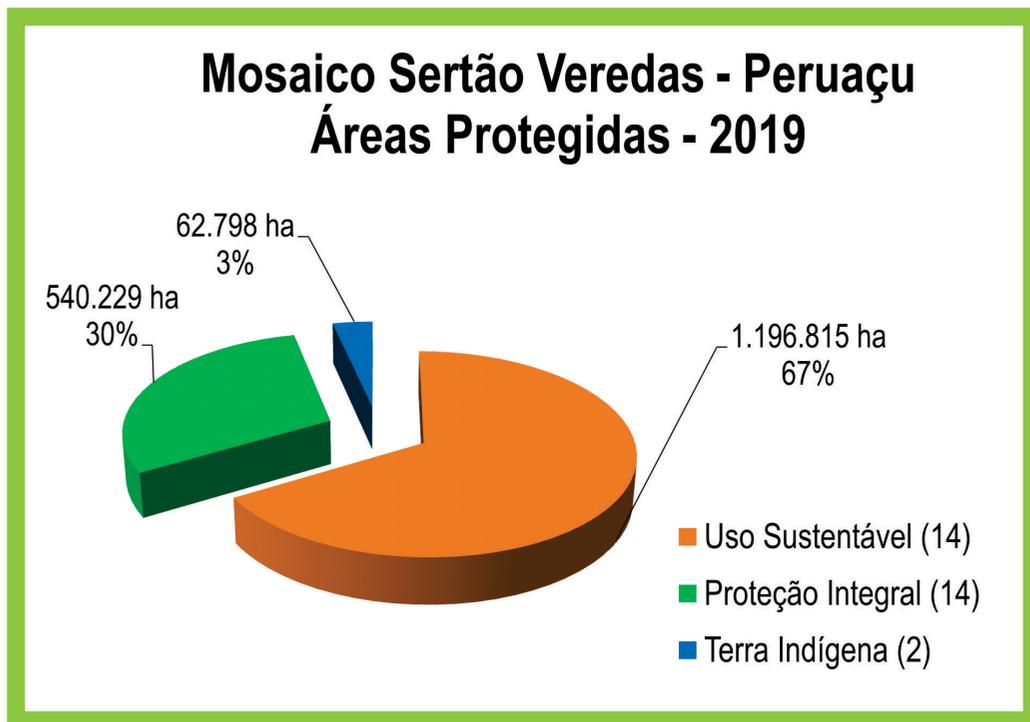
TABELA 13: Áreas Protegidas do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu - 2019.

ÁREAS PROTEGIDAS DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU - 2019			
Categoria	Nome	Município	Área ha
Proteção Integral: 14 unidades de conservação			
Parque Nacional	Grande Sertão Veredas	MG: Arinos, Formoso, Chapada Gaúcha BA: Cocos	230.671
	Cavernas do Peruaçu	MG: Itacarambi, Januária e São João das Missões	56.448
Parque Estadual	Verde Grande	MG: Matias Cardoso	25.570
	Lagoa do Cajueiro	MG: Matias Cardoso	20.500
	Sagarana	MG: Arinos	2.340
	Veredas do Peruaçu	MG: Januária, Bonito de Minas e Conego Marinho	31.226
	Mata Seca	MG: Manga	15.360
	Serra das Araras	MG: Chapada Gaúcha - Distrito de Serra das Araras	11.137
Parque Municipal	Do Pequi	GO: Mambá	2.300
	Salustriano	MG: São João das Missões	3
Rebio Estadual	Jaíba	MG: Matias Cardoso	6.210
	Serra Azul	MG: Jaíba	3.840
RVS Federal	Veredas do Oeste Baiano	BA: Cocos e Jaborandi	128.521
RVS Estadual	Rio Pandeiros	MG: Januária	6.103
Total área do grupo proteção integral			540.229
Uso Sustentável: 14 unidades de conservação			
APA Federal	Cavernas do Peruaçu	MG: Januária, Itacarambi, Cônego Marinho e Bonito de Minas	143.356
	Nascentes do Rio Vermelho	GO: Buritinópolis, Damianópolis, Mambá e Posse	176.159
APA Estadual	Lajedão	MG: Matias Cardoso	12.000
	Serra do Sabonetal	MG: Jaíba, Itacarambi e Pedras de Maria da Cruz	82.500
	Rio Pandeiros	MG: Januária e Bonito de Minas	393.866
	Rio Cochá e Gibão	MG: Januária e Bonito de Minas	285.326
APA Municipal	Uruana	MG: Uruana de Minas	30.048
RDS Estadual	Veredas do Acari	MG: Chapada Gaúcha e Uruçuaia	58.735
RPPN	Porto Cajueiro	MG: Januária	8.478
	Itaguari	BA: Cocos	4.000
	Guará	BA: Cocos	1.050
	Guará I e II	BA: Cocos	633
	Lagoa do Formoso	BA: Cocos	502
	São Francisco da Trijunção	BA: Cocos	162
Total área do grupo uso sustentável			1.196.815
Total da área de 28 unidades de conservação incluídas no Mosaico SVP			1.737.044
Unidades de Conservação no território do Mosaico não incluídas pelo Conselho Gestor			
RPPN	Vereda da Caraíba	MG: Bonito de Minas	10.368
	Aldeia	MG: Chapada Gaúcha	7.342
	Reserva Triângulo I	MG: Bonito de Minas; Cônego Marinho e Montalvânia	5.540
	Gibão Flexeiras	MG: Bonito de Minas	3.528
	Veredas do Pratudinho	BA: Jaborandi	2.238
	Veredas do Pacari	MG: Arinos	347
	Fazenda Sucupira	MG: Arinos	252
	Arara Vermelha	MG: Arinos	248
Total da área de RPPNs não incluídas no MSVP			29.863
Total da área de 36 unidades de conservação no território do Mosaico SVP: 14 PI + 22 US			1.766.907
Território Indígena: 02			
TI	Xakriabá	MG: São João das Missões e Itacarambi	56.000
	Xakriabá Rancharia	MG: São João das Missões	6.798
Total área de terra indígena			62.798
Áreas Protegidas do Mosaico SVP(*): 36 UC + 2 TI			1.829.705

(*) soma das áreas das UCs e TIs sem considerar as sobreposições.

A figura 10 apresenta o gráfico para melhor visualizar o percentual do território dessas 28 UCs, por grupo: proteção integral e uso sustentável.

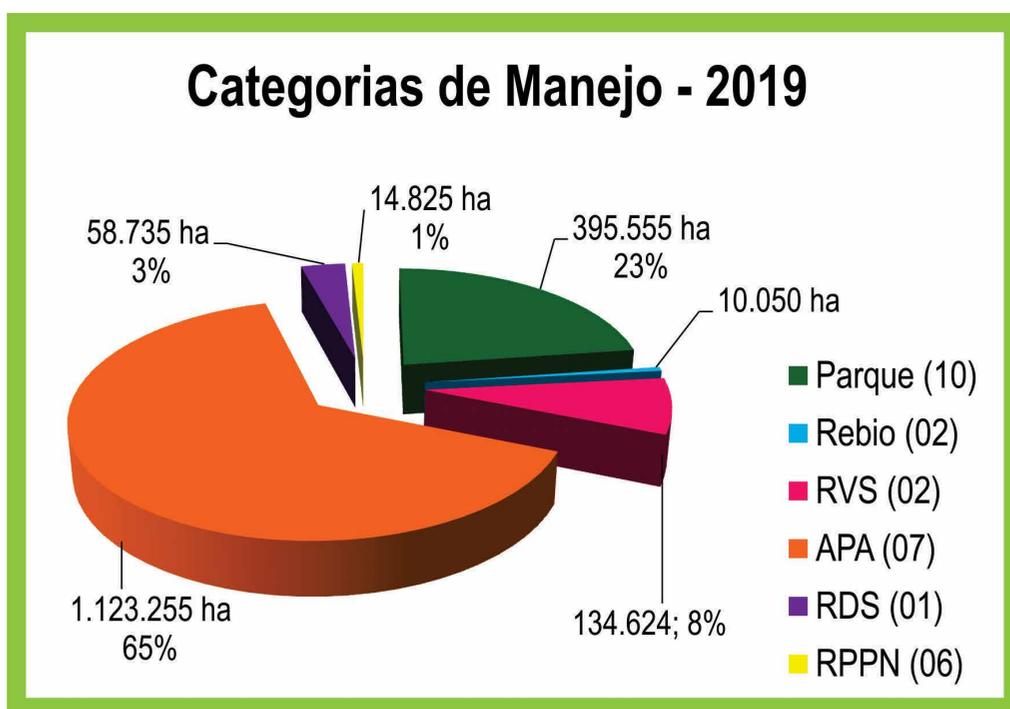
FIGURA 10: Unidades de conservação e territórios indígenas do MSVP (2019).



As UCs do Mosaico estão representadas em seis categorias de manejo, as de proteção integral (parques, reservas biológicas e refúgios de vida silvestre), as de uso sustentável (áreas de proteção ambiental,

reserva de desenvolvimento sustentável e reservas particulares do patrimônio natural), conforme apresentado na figura 11, abaixo. As APAs e os parques ocupam as maiores áreas.

FIGURA 11: Categorias de Manejo das UCs do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.

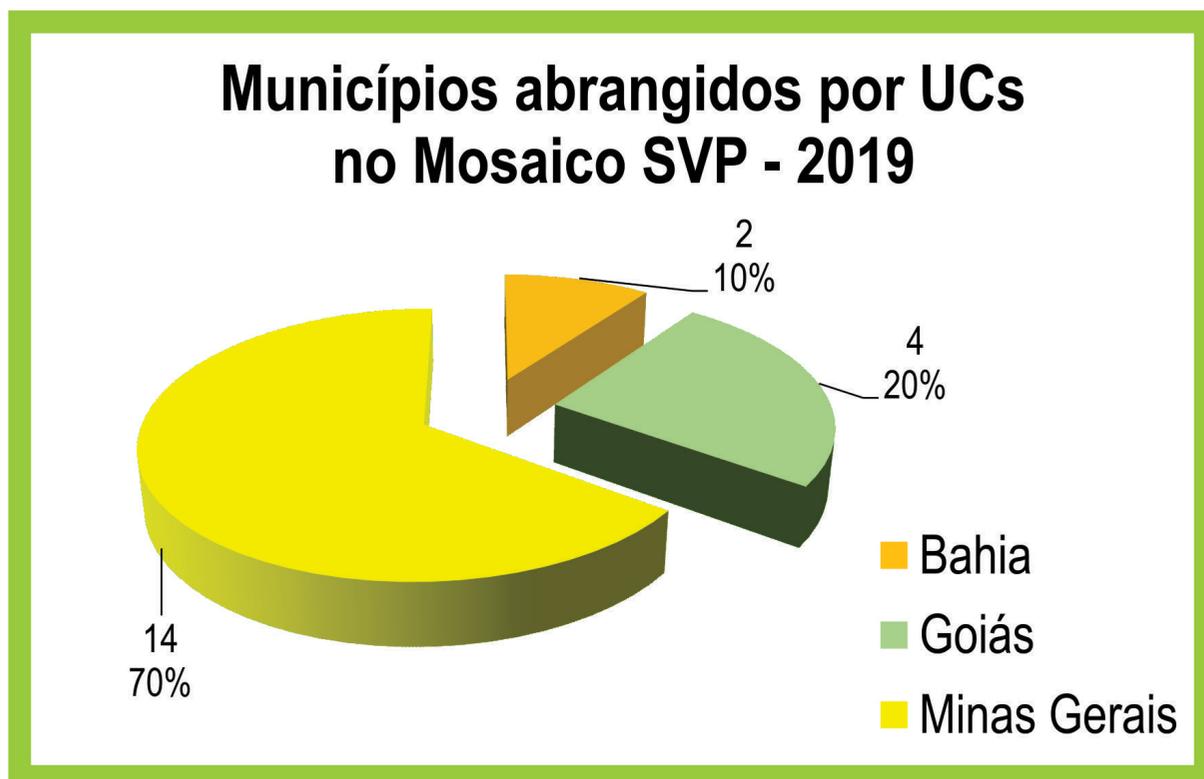


Com a ampliação do território, nove municípios passaram a fazer parte do MSVP, somando 20 no total. Também, foi incluído o estado de Goiás, conforme apresentado na tabela 14 e na figura 12, abaixo.

TABELA 14: Municípios abrangidos por unidades de conservação no MSVP.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO MOSAICO SVP - 2019		
Estado	Município	Unidade de Conservação
BAHIA 02 MUNICÍPIOS	Cocos	RVS Veredas do Oeste Baiano
		RPPN Itaguari
		RPPN Guará
		RPPN Guará I e II
		RPPN Lagoa do Formoso
		RPPN São Francisco da Trijunção
	Jaborandi	RVS Veredas do Oeste Baiano
GOIÁS 04 MUNICÍPIOS	Buritinópolis	APA Nascentes do Rio Vermelho
	Damianópolis	APA Nascentes do Rio Vermelho
	Mambaí	APA Nascentes do Rio Vermelho Parque Natural Municipal do Pequi
	Posse	APA Nascentes do Rio Vermelho
MINAS GERAIS 14 MUNICÍPIOS	Arinos	PN Grande Sertão Veredas PE Sagarana
	Bonito de Minas	PE Veredas do Peruaçu APA Cavernas do Peruaçu APA Rio Cochá e Gibão APA do Rio Pandeiros
	Chapada Gaúcha	PN Grande Sertão Veredas PE Serra das Araras RDS Veredas do Acari
	Cônego Marinho	PE Veredas do Peruaçu APA Cavernas do Peruaçu
	Formoso	PN Grande Sertão Veredas
	Itacarambi	PN Cavernas do Peruaçu APA Serra do Sabonetal APA Cavernas do Peruaçu
	Jaíba	Rebio Serra Azul APA Serra do Sabonetal
	Januária	PN Cavernas do Peruaçu PE Veredas do Peruaçu RVS Rio Pandeiros APA Rio Cochá e Gibão APA do Rio Pandeiros APA Cavernas do Peruaçu RPPN Porto Cajueiro
	Manga	PE Mata Seca
	Matias Cardoso	Rebio Jaíba PE Verde Grande PE Lagoa do Cajueiro APA Lajedão
	Pedras de Maria da Cruz	APA Serra do Sabonetal
	São João das Missões	PN Cavernas do Peruaçu Parque Natural Municipal Salustriano
	Uruçua	RDS Veredas do Acari
	Uruana de Minas	APA de Uruana
TOTAL: 20 MUNICÍPIOS		

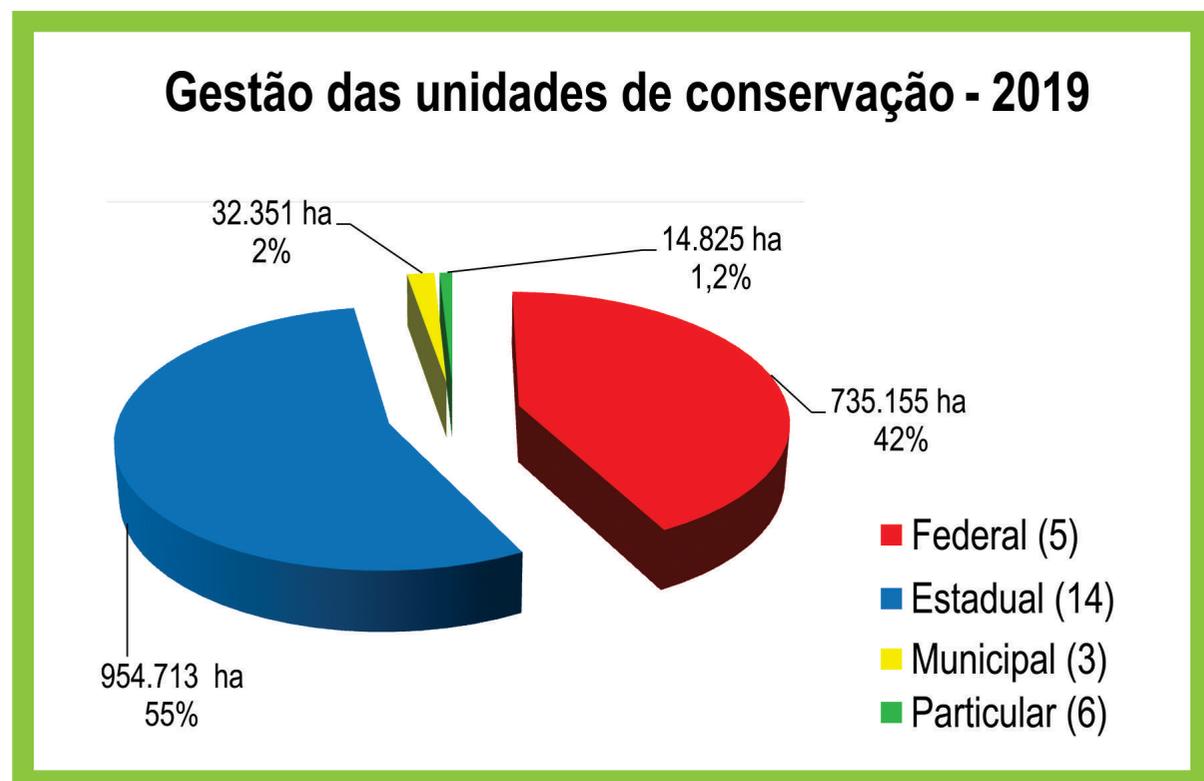
FIGURA 12: Municípios abrangidos pelo Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.



Das 28 UCs do Mosaico, 14 estão sob a gestão do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF, cinco pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade – ICMBio, três de prefeituras municipais e seis são de proprietários particulares, como é mostrado na figura 13, abaixo.

FIGURA 13: Gestão das unidades de conservação, 2019.



Planos de Manejo das Unidades de Conservação do Mosaico

Todas as UCs devem ter Plano de Manejo - PM que, segundo a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), é documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. O PM deve ser elaborado pelo órgão gestor ou pelo proprietário e, no caso da RDS, deve ser assegurada a participação da população residente na elaboração do planejamento. O PM deve ser aprovado por meio de portaria do órgão executor no caso dos Parques,

Rebios, RVS, APAs e RPPN. No caso da RDS, além da aprovação do órgão executor deve ser aprovado por meio de resolução do conselho deliberativo. Deve ser assegurada ampla participação da população residente na elaboração, revisão e implementação do PM das APAs e RDS. O PM é um importante instrumento de gestão da UC e, também, aumenta o conhecimento da região, com a elaboração dos diagnósticos social, do meio biótico e abiótico e, também, identifica os principais problemas e conflitos a serem mediados, trazendo ações para minimizá-los ou solucioná-los.

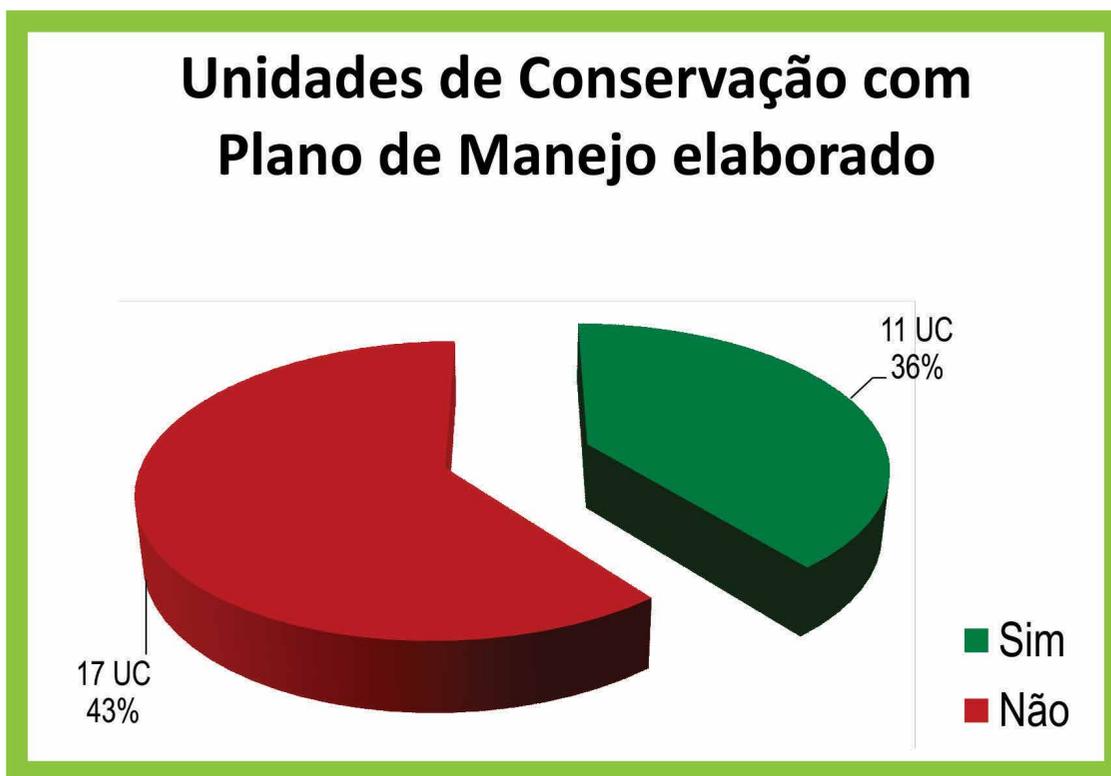
No território do MSVP, 11 (onze) das 28 (vinte e oito) UCs possuem plano de manejo elaborado e aprovado, conforme mostrado na tabela 15 e na figura 14, abaixo.

TABELA 15: Unidades de conservação com plano de manejo.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM PLANO DE MANEJO ELABORADO			
Categoria	Nome	Sim	Não
Parque Nacional	Grande Sertão Veredas(*)		
	Cavernas do Peruaçu		
Parque Estadual	Verde Grande		
	Lagoa do Cajueiro		
	Sagarana		
	Veredas do Peruaçu		
	Mata Seca		
	Serra das Araras		
Parque Municipal	Do Pequi		
	Salustriano		
Reserva Biológica Estadual	Do Jaíba		
	Serra Azul		
Refúgio de Vida Silvestre Federal	Veredas do Oeste Baiano		
Refúgio de Vida Silvestre Estadual	Rio Pandeiros		
Área de Proteção Ambiental Federal	Cavernas do Peruaçu		
	Nascentes do Rio Vermelho		
Área de Proteção Ambiental Estadual	Pandeiros		
	Cochá e Gibão		
	Lajedão		
	Sabonetal		
Área de Proteção Ambiental Municipal	De Uruana		
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Veredas do Acari		
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Porto Cajueiro		
	São Francisco da Trijunção		
	Lagoa do Formoso		
	Guará		
	Guará I e II		
	Reserva Itaguari		

(*) Plano de Manejo elaborado em 84 mil ha, antes da ampliação do Parque em 2

FIGURA 14: Unidades de conservação que possuem plano de manejo.



Zoneamento das Unidades de Conservação

Importante ressaltar que os planos de manejo das unidades devem possuir zoneamentos, onde são previstos diferentes tipos de zonas, conforme a categoria da unidade de conservação.

No caso dos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, Reservas Biológicas e Refúgios de Vida Silvestre, além das zonas previstas no interior das unidades, são definidas nos seus entornos, as zonas de amortecimento e, quando couber, corredores ecológicos que interliguem as unidades de conservação a outras áreas protegidas e/ou conservadas. As zonas de amortecimento e os corredores ecológicos devem possuir restrições de uso pelo proprietário da terra, com vistas a impedir que as unidades de conservação se tornem “ilhas”. Neste caso, o proprietário/ocupante deve desenvolver atividades que não levem ao corte raso da vegetação nativa, conservando minimamente a estrutura do ecossistema para cumprir o objetivo de conservação da biodiversidade no território como um todo.

No caso das APAs, o zoneamento é feito com vistas a definir zonas com maiores aptidões ao uso sustentável do território e à conservação da natureza. Como as APAs permanecem em nome da iniciativa privada, não havendo necessidade de desapropriações, daí a importância do zoneamento. Nas APAs não é necessário a definição de zonas de amortecimento e nem de corredores ecológicos.

Recentemente, em março de 2019, foram aprovadas os Planos de Manejo das APAs do Pandeiros, Cochá-Gibão e do Refúgio de Vida Silvestre do Pandeiros e, conseqüentemente, os zoneamentos destas unidades de conservação.

Os zoneamentos destas unidades são muito importantes para o território do Mosaico, pois estas duas APAs são as maiores unidades de conservação do Mosaico e interligam a parte oeste com a parte do leste do Mosaico.

Conselhos das Unidades de Conservação

As unidades de conservação deverão ter, conforme o SNUC, conselhos gestores, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará, de forma participativa, os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados. A RDS deverá ter conselho deliberativo e as demais categorias de UCs do MSVP devem ter conselhos consultivos. O SNUC não prevê constituição de conselho gestor para as RPPN, todavia, fica a critério do proprietário. O conselho é um instrumento legítimo para o exercício da cidadania, no qual a sociedade trabalha na gestão da unidade de conservação juntamente com o órgão gestor, buscando atingir os mesmos objetivos, ampliando assim sua função social e atuando como corresponsável pela gestão do patrimônio ambiental público.

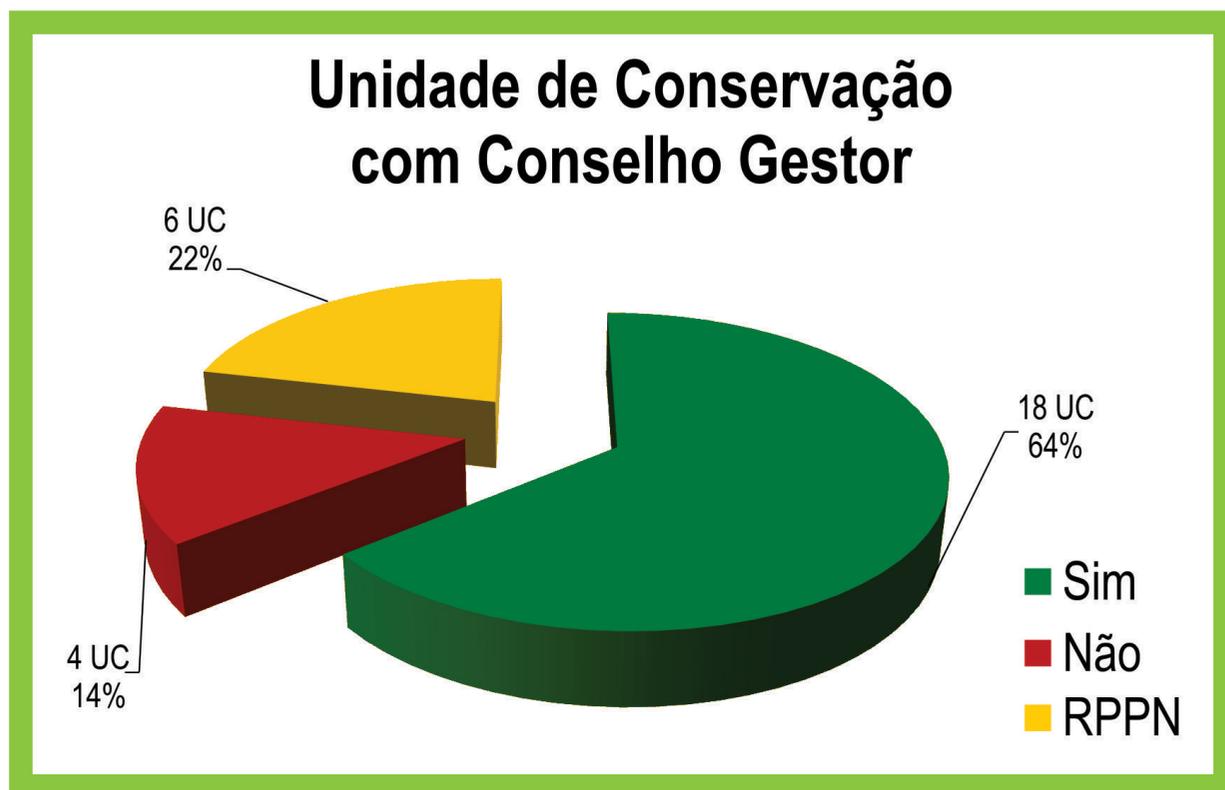
No MSVP, 18 UCs possuem conselhos gestores, considerando que as seis RPPNs não precisam ter conselhos constituídos, isso representa mais de 80% das UCs com apoio na sua gestão, conforme a tabela 16 e a figura 15, abaixo.

TABELA 16: Unidades de conservação que possuem conselho gestor.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM CONSELHO GESTOR			
Categoria	Nome	Sim	Não
Parque Nacional	Grande Sertão Veredas		
	Cavernas do Peruaçu		
Parque Estadual	Verde Grande		
	Lagoa do Cajueiro		
	Sagarana		
	Veredas do Peruaçu		
	Mata Seca		
	Serra das Araras		
	Parque Municipal	Do Pequi	
Salustriano			
Reserva Biológica Estadual	Do Jaíba		
	Serra Azul		
Refúgio de Vida Silvestre Federal	Veredas do Oeste Baiano		
Refúgio de Vida Silvestre Estadual	Rio Pandeiros		
Área de Proteção Ambiental Federal	Cavernas do Peruaçu		
	Nascentes do Rio Vermelho		
Área de Proteção Ambiental Estadual	Pandeiros		
	Cochá e Gibão		
	Lajedão		
	Sabonetal		
Área de Proteção Ambiental Municipal	De Uruana		
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Veredas do Acari		
Reserva Particular do Patrimônio Natural (*)	Porto Cajueiro		
	São Francisco da Trijunção		
	Lagoa do Formoso		
	Guará		
	Guará I e II		
	Reserva Itaguari		
Total de UCs com conselho gestor: 18			

(*) RPPN não precisa ter conselheiro gestor (SNUC, 2000).

FIGURA 15: Unidades de Conservação que possuem conselho gestor no MSVP.



Implementação das Unidades que compõem o Mosaico

Nesses 10 anos de existência do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu, ou seja, entre 2009 e 2019, houve muitos avanços. No início, eram 11 unidades de conservação e hoje são 28; destas apenas quatro tinham planos de manejo elaborados, atualmente são 10; e apenas quatro UCs contavam com conselho gestor, hoje são 18. Houve, também, crescimento na quantidade de propriedades particulares reconhecidas como RPPNs, no território do Mosaico, em 2008, eram três, hoje são 13.

Por outro lado, em consulta aos gestores dessas unidades de conservação, os principais problemas enfrentados continuam os mesmos, ou seja: incêndios florestais, invasão de gado, caça, tráfico de

animais silvestres, desmatamento, pesca predatória, monocultura da soja e eucalipto, pecuária extensiva sem os devidos cuidados, uso inadequado das veredas, extração inadequada de frutos nativos do cerrado, capim invasor, roubo de madeira e lixo doméstico.

Somado a estes problemas, ressalta-se, ainda, os seguintes: falta de regularização fundiária, estrutura de pessoal muito aquém do mínimo necessário, falta de infraestrutura (física e equipamentos) para o bom desempenho dos diferentes programas de manejo em quase todas as UCs, tais como proteção, uso público (turística e para educação ambiental) e pesquisa.

Em termos da alteração da cobertura vegetal das unidades de conservação do Mosaico a situação é a seguinte (tabela 17):

TABELA 17: Antropismo em Unidades de Conservação do Mosaico

Unidade de Conservação	% Antrópico	% Natural	Ranking
RPPN Aldeia	1,68	98,32	1
RPPN Fazenda Sucupira	2,36	97,64	2
Rebio do Jaíba	2,56	97,44	3
PE Lagoa do Cajueiro	2,57	97,43	4
RVS Veredas do Oeste Baiano	3,01	96,99	5
RPPN Arara Vermelha	4,45	95,55	6
PE Sagarana	6,45	93,55	7
PN Grande Sertão Veredas	7,08	92,92	8
Rebio Serra Azul	11,06	88,94	9
PN Cavernas do Peruaçu	11,08	88,92	10
PE Verde Grande	17,18	82,82	11
RPPN Porto Cajueiro	20,36	79,64	12
PE Serra das Araras	20,52	79,48	13
PE Veredas do Peruaçu	22,00	78,00	14
APA Nascentes do Rio Vermelho	30,80	69,20	15
PE Mata Seca	31,66	68,34	16
APA Cavernas do Peruaçu	31,79	68,21	17
RDS Veredas do Acari	35,42	64,58	18
RPPN Triângulo I	40,01	59,99	19
APA Lajedão	45,41	54,59	20
APA Rio Pandeiros	48,92	51,08	21
APA Serra do Sabonetal	52,61	47,39	22
RVS Rio Pandeiros	62,25	37,75	23
APA Cochá Gibão	64,08	35,92	24
RPPN Gibão Fleixeiras	72,05	27,95	25
RPPN Vereda da Caraíba	82,88	17,12	26

Verifica-se que, em geral, as unidades de proteção integral estão bem mais conservadas que as de sus sustentável. As APAs estão em estado preocupante, especialmente a APA Cochá-Gibão, que conserva apenas cerca de 35% de vegetação nativa, ou seja, é quase uma situação de como se a APA não existisse.

Daí a importância dos planos de manejo e de uma ocupação mais ordenada do território. O zoneamento das APAs e do Mosaico são instrumentos que vão nessa direção.

A tabela 18, a seguir, mostra algumas informações-chaves (estado da arte) sobre as unidades de conservação do Mosaico.


TABELA 18: Estado da Arte das Unidades de Conservação e Áreas Indígenas do MSVP

Unidade de Conservação	Decreto / Ano Área (ha)	Municípios	Plano de Manejo	Possui Conselho	Infraestrutura / Nº de funcionários	Projetos em andamento	Principais Parceiros	Principais Ameaças
A) UCs DO MOSAICO SVP RECONHECIDAS NA PORTARIA Nº 128 DE 24/04/2009								
1. Parque Nacional Grande Sertão Veredas	Dec 97.658 de 12/04/1989 Dec sem nº de 21/05/2004 (ampliação) 230.671 ha	Chapada Gaúcha, Arinos, Formoso, Cocos	SIM, na área original do Parque -84.000 hectares.	SIM	Escritório sede, alojamento, 03 veículos 4X4, caminhão-pipa, 4 motos e sistema de comunicação via rádio, Torre de Observação de Incêndios / 5 funcionários.	Projeto Grande Sertão Veredas – IBAMA-FUNATURA – WWF Brasil	FUNATURA, WWF Brasil, Prefeitura de Chapada Gaúcha, Instituto Rosa e Sertão, Escolas Municipais e Estaduais da Chapada Gaúcha e Fazenda Trijunção	Gado, incêndio no interior e no exterior, caça e tráfico de animais, brachchiará, monocultura soja e capim no entorno.
2. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	Decreto de 21/09/ 1999 56.448 ha	Itacarambi, Januária, São João das Missões	SIM	SIM	Alojamento para pesquisadores, escritório sede, centro de visitantes 5 veículos e 3 motos / 22 funcionários	Acordo de Cooperação ICMBio/Ekos; Implantação de viveiro; Implantação e gestão do Uso Público	Instituto Ekos Brasil, IBAMA, IEF, Instituto Federal, Prefeituras de Januária, Missões e Itacarambi, Associação dos Agente Ambientais Voluntários, Ministério Público, SESC, GEO, EVP e Instituto Biotrópicos.	Criação de gado, incêndios, caça, pesca.
3. Parque Estadual Veredas do Peruaçu	Dec 36.070 de 27/09/1994 31.226 ha	Januária, Bonito de Minas e Cônego Marinho	NÃO	SIM, em conjunto com outras UCs	Alojamento, escritório sede, 02 veículos, 01 moto e 03 residências / 6 funcionários e 35 brigadistas voluntários	Estudos para ampliação da Unidade; Educação Ambiental, trabalhos sócio econômico com comunidades de entorno	Prefeitura de Cônego Marinho, Empresas do entorno como J.Alves e Agropecuária Leticia, UFMG, Unimontes.	Incêndios, Pecuária e eucalipto no entorno da UC.
4. Parque Estadual Serra das Araras	Dec 39.400 de 21/05/1998 11.137 ha	Chapada Gaúcha Distrito de Serra das Araras	SIM	SIM	Escritório sede, casa do gerente, portaria 3 veículos / 5funcionários	Prevenção e combate a incêndios; educação ambiental.	Prefeitura de Chapada, Usina Caeté (proprietária RPPN no entorno).	Gado, incêndios no entorno, caça e tráfico de animais.
5. Parque Estadual da Mata Seca	Dec 41.479 20/12/2000 10.281 ha Ampliado Dec 45.043 12/02/2009 15.360 ha	Manga	NÃO	NÃO	Escritório na UC e em Itacarambi, alojamento, 04 casas, Galpão. 2 funcionários + brigadistas temporários	TOP DRY – 03 comunidades do entorno; Estações climatológicas; inventário florestal; estudos da psicultura; e pesquisas científicas.	Unimontes, UFLA, Universidade do Canadá, IBAMA Peruaçu, Biotrópicos.	Criação de gado, incêndios florestais, caça e pesca.

Unidade de Conservação	Decreto / Ano Área (ha)	Municípios	Plano de Manejo	Possui Conselho	Infraestrutura / Nº de funcionários	Projetos em andamento	Principais Parceiros	Principais Ameaças
6. Área de Proteção Ambiental Federal Cavernas do Peruaçu	Dec 98.182 de 26/09/1989 143.356 ha	Januária, Itacarambi, Cônego Marinho, Bonito de Minas	NÃO	SIM, em conjunto com o PARNACP	Alojamento para pesquisadores, escritório sede, 02 veículos, sistema de comunicação com 06 HT's, 2 estações móveis e 01 fixa/ 2 funcionários	Projeto Recuperação Nascentes em Parceria com os Xacriabás; Educação Ambiental; Extrativismo incipiente com apoio do Projeto Mosaico	IEF, Prefeitura de Januária, Missões e Itacarambi, Associação dos Agentes Ambientais Voluntários do Vale do Peruaçu, Ministério Público, SESC, GEO (Grupo de Espeleologia Orientada), EVP (ESPELEOGRU-PO) e Guardiões do Peruaçu.	Incêndios Florestais, uso inadequado das Veredas e Caça.
7. APA Estadual do Rio Pandeiros	Lei 11.901 de 01/09/1995 393.866 ha	Januária e Bonito de Minas	SIM	SIM, em conjunto com outras UC's	O Projeto Pandeiros conta com Rádio HTs, 2 motos, 1 caminhonete, Escritório na Vila de Pandeiros. / 9 funcionários além do Gestor da APA (IEF)	Projeto Pandeiros: extrativismo de pequi, favela, babaçu; Apicultura; artesanato; segurança alimentar. Construção e implementação do CCEAC.	Associação dos Moradores Unidos do Pandeiros, Prefeitura Municipal de Bonito de Minas, Polícia Militar de Meio Ambiente, Brasilagro, Agroindústria Extrativista da Comunidade Água Doce, UFMG, UNIMONTES, ICMBio, Sindicato Rural de Bonito de Minas.	Pesca, caça, extração irregular de frutos, e principalmente carvoejamento. Existe também na área da APA, uma PCH (CEMIG) construída em 1958.
8. APA Estadual Rio Cochá - Gibão	Dec 43.911 de 05/11/2004 285.326 ha	Januária e Bonito de Minas	SIM	SIM, em conjunto com outras UC's	3 Motos Lander Yamaha, 1 Troller, 1 Caminhonete S10 (uso compartilhado com APA Cochá Gibão)	Projeto Pandeiros: extrativismo de pequi, favela, babaçu; Apicultura; artesanato; segurança alimentar; e regularização da situação fundiária. Construção e implementação do CCEAC (Centro Comunitário de Extrativismo e Artesanato do Cerrado)	Prefeitura Municipal de Bonito de Minas, Polícia Militar de Meio Ambiente, Brasilagro, UFMG, UNIMONTES, ICMBio, Sindicato Rural de Bonito de Minas, RPPN Vereda da Caraiaba, RPPN Porto Cajueiro, Fazenda Kalayante.	Pesca, caça, desmatamento, extração irregular de frutos, e principalmente carvoejamento.
9. Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari	Decreto s/nº de 21/10/2003 58.735 ha	Chapada Gaúcha e Uruçuia	NÃO	SIM	Escritório sede (Serra das Araras), 04 veículos, centro beneficiamento de produtos, alojamento / 5 funcionários.	Prevenção e combate a incêndios; educação ambiental. (Apicultura). projeto cisternas.	Prefeitura de Chapada Gaúcha, Usina Caeté (proprietária RPPN no entorno) RPPN RIMA, Moradores da unidade.	Gado, incêndios internos e no entorno, caça e tráfico de animais.



Unidade de Conservação	Decreto / Ano Área (ha)	Municípios	Plano de Manejo	Possui Conselho	Infraestrutura / Nº de funcionários	Projetos em andamento	Principais Parceiros	Principais Ameaças
10. Refúgio Estadual de Vida Silvestre Rio Pandeiros	Dec. 43.910 de 05/11/2004 6.103 ha	Januária	SIM	SIM, em conjunto com outras UC's	02 alojamentos para servidores, 01 escritório sede UC, 01 alojamento para militares, antigo hotel hoje utilizado como alojamento com 07 quartos. Todos necessitam de reformas urgentes. 01 Torre de observação no Pântano e 01 casa de apoio. 02 motos aguardando manutenção, 01 caminhonete em péssimo estado de conservação, aguardando manutenção, 01 caminhonete ótimo estado de conservação. Sistema de comunicação (rádio) necessitando de manutenção urgente. 01 gerente e 12 servidores.	Educação Ambiental, Fiscalização, implantação do plano de manejo.	UFMG Projeto: Dinâmica de Vertentes da Bacia do Rio Pandeiros. UFLA	Assoreamento do rio pandeiros e principalmente do Pântano. Caça e pesca principalmente no pântano. Descomissionamento da PCH construída em 1958. CEMIG Chacreamento de terreno ao longo de rio pandeiros.
11. RPPN Porto Cajueiro	Portaria IEF Nº 226 de 18/11/2005 8.478 há	Januária	Sim	NÃO	Sede com escritório e hospedagem de funcionários Campo de Pouso	Pesquisa (Reintrodução do Bicudo) e Educação Ambiental	Instituto Estadual de Florestas - IEF	Incêndio florestal, no entorno.
B) TERRAS INDÍGENAS EXISTENTES NO TERRITÓRIO DO MOSAICO								
1. Território Indígena Xakriabá	56.000 ha	São João das Missões e Itacarambi	Não	Conselho de líderes das Aldeias	Escolas, comércio, Sede FUNAI, funcionários FUNAI, etc.	PNGATI, DGM, Mãos dadas na recuperação da natureza "Água é vida"; Casa da Medicina; Tanque rede; apicultura; suinocultura.	Emater, Prefeitura Missões, IEF, Caritas, IBAMA, UFMG, Unimontes, CAA, FUNASA, FUNAI e CIMI.	uso do fogo, desmatos ilegais, falta planejamento conserto das estradas.
2. Território Indígena Xakriabá Rancharia	6.798 ha	São João das Missões	Não	Conselho de líderes das Aldeias	Escolas, comércio, Sede FUNAI, funcionários FUNAI, etc.	PNGATI, DGM, Mãos dadas na recuperação da natureza "Água é vida"; Casa da Medicina; Tanque rede; apicultura; suinocultura.	Emater, Prefeitura Missões, IEF, Caritas, IBAMA, UFMG, Unimontes, CAA, FUNASA, FUNAI e CIMI.	uso do fogo, desmatos ilegais, falta planejamento conserto das estradas.

Unidade de Conservação	Decreto / Ano Área (ha)	Municípios	Plano de Manejo	Possui Conselho	Infraestrutura / Nº de funcionários	Projetos em andamento	Principais Parceiros	Principais Ameaças
C) UCs QUE FORAM APROVADAS PELO CONSELHO PARA FAZEREM PARTE DO MOSAICO								
1. Parque Estadual de Sagarana	Dec de 21/10/2003 criou a EEE Sagarana, transformada em PE por meio da Lei 22897 de 11/01/2018 2.340 ha	Arinos	Não	Sim	6 Funcionários		WWF	Extração de madeira e colheita de madeira
2. Parque Natural Municipal Salustriano	Lei municipal 402/2013, de 30 de setembro de 2013, com uma área de 3,28 ha	São João das Missões		Sim	Viveiro de Produção de Mudanças	Produção de Mudanças, Educação ambiental		
3. Reserva Biológica do Jaíba	Lei 6126 de 04/07/1973 como Parque Florestal Estadual e transformado em REBIO Estadual pela Lei 11.731 de 30/12/1994 6.210 ha	Matias Cardoso	Não	Sim	01 Casa (sede), 01 Torre de observação, 01 Motocicletas, 02 Automóveis, 01 Gerente, 02 funcionários		Polícia Militar do Meio Ambiente, outras unidades de conservação do Sistema de Jaíba, Empresa SADA Bioenergia Distrito de Irrigação do Jaíba II	Caça e Roubo de Madeiras
4. Reserva Biológica Serra Azul	Dec 39.950 de 08/10/1998 7.285 ha	Jaíba	Não	SIM, em conjunto com outras UC's	01 Container, 01 Torre de observação, 01 Automóvel, 02 Motocicletas, 01 Gerente e 01 funcionário		Polícia Militar do Meio Ambiente, Empresa SADA Bioenergia Distrito de Irrigação do Jaíba II, Fazenda JEN	Caça, Roubo de Madeiras, lixo
5. APA do Lajedão	Dec 39.951 de 08/10/1998 12.000 ha	Matias Cardoso	Sim	SIM, em conjunto com outras UC's	01 Casa (Sede) compartilhado com Parque Verde Grande, 01 Galpão, 01 Motocicleta, 01 Gerente (coordenadora) e 02 funcionários	Educação Ambiental, prevenção e combate a incêndios e sinalização	Polícia Militar de Matias Cardoso, Polícia Militar do Meio Ambiente, outras unidades de conservação do Sistema de áreas protegidas do Jaíba	Exploração de rochas, lixo, incêndios
6. APA Serra do Sabonetal	Dec 39.952 de 08/10/1998 82.500 ha	Jaíba, Itacarambi e Pedras de Maria da Cruz	Sim	SIM, em conjunto com outras UC's	01 Escritório cedido pela Prefeitura de Itacarambi, 01 Automóvel, 02 Motocicletas, 01 Gerente, 03 funcionários, 11 Brigadistas	Proposta de implantação de um biodigestor para agricultura familiar, como projeto piloto para atender as comunidades inseridas na APA, proposta de criação de UC de proteção integral na área de vida silvestre, criação da segunda área de vida silvestre 2 no alagado grande e Programa bolsa verde.	Polícia Ambiental, ICMBIO, Prefeitura de Itacarambi, SADA, DIJ 2 e Fazendas no interior da APA.	Incêndios florestais, desmatamento, invasão, pesca predatória e caça



Unidade de Conservação	Decreto / Ano Área (ha)	Municípios	Plano de Manejo	Possui Conselho	Infraestrutura / Nº de funcionários	Projetos em andamento	Principais Parceiros	Principais Ameaças
7. Parque Estadual Verde Grande	Dec 39.953 de 08/10/1998 25.570 ha	Matias Cardoso	Não	SIM, em conjunto com outras UC's	01 Casa (Sede em conjunto com APA Lajedão), 01 Galpão, 01 Automóvel, 03 Motocicletas, 01 Gerente (coordenadora), 06 funcionários	Educação Ambiental, prevenção e combate a incêndios, sinalização e uso público.	Polícia Militar de Matias Cardoso, Polícia Militar do Meio Ambiente, outras unidades de conservação do Sistema de áreas protegidas do Jaiba	Gado, incêndios, extração de madeira, caça
8. Parque Estadual Lagoa do Cajueiro	Dec 39.954 de 08/10/1998 20.500 ha	Matias Cardoso	Não	SIM, em conjunto com outras UC's	01 Automóvel, 03 Motocicletas, 09 funcionários, 07 brigadistas		Polícia Militar, APA Lajedão, PE Verde Grande, REBIO Jaiba, Sada Bio Energia, DUJ 2.	incêndios, extração de madeira, caça e pesca Predatória
9. APA Municipal de Uruana	Dec Municipal nº307 de 03/01/2018 30.048 ha	Uruana de Minas	Não	Sim				Assentamentos Humanos, construção de estradas ou uso de veículos, pontos de irrigação artificial e barragens); Aumento da fragmentação
10. Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano	Dec S/N de 13/02/2002 128.521 ha	Jaborandi e Côcos	Não	Não	1 funcionário 4 veículos, quadriciclos, barcos, sistema de comunicação, etc			
11. APA Nascentes do Rio Vermelho	Dec S/N de 27/09/2001 176.159 ha	Buritinópolis, Damianópolis, Mambai e Posse	Não	Sim	2 funcionários	Restauração de uma vereda na APA		Assentamentos Humanos; Áreas comerciais e industriais; Cultivos anuais e perenes; Pecuária e pastagem; Mineração e Pedreiras; Geração de energia incluindo barragens de energia hidroelétrica; Caça,
12. Parque Natural Municipal do Pequi	Dec 621 de 11/09/2012 2.300 ha	Mambai	Não	Sim	Viveiro de mudas, 1 funcionário	Restauração de uma vereda na APA		
13. RPPN São Francisco da Trijunção	Portaria: 112 – DOU – 170-E-04/09/2001 162 ha	Cocos-BA						
14. RPPN Lagoa do Formoso	Portaria: 115 – DOU 170-E-04/09/2001 502 ha	Cocos						

Unidade de Conservação	Decreto / Ano Área (ha)	Municípios	Plano de Manejo	Possui Conselho	Infraestrutura / Nº de funcionários	Projetos em andamento	Principais Parceiros	Principais Ameaças
15. RPPN Guará	Portaria: 101/2001 – DOU 170 - 04/09/2001 1.050 ha	Cocos						
16. RPPN Guará I e II	Portaria: 102/2001 – DOU 170 - 04/09/2001 633 ha	Cocos						
17. RPPN Reserva Itaguari	Portaria: 128 – DOU 192 - 03/10/2002 4.000 ha	Cocos						
D) OUTRAS UCs EXISTENTES NO TERRITÓRIO DO MOSAICO								
1. RPPN Fazenda Sucupira	Portaria IEF Nº 02/1999 15/01/1999 252 ha	Arinos	NÃO	NÃO				
2. RPPN Veredas do Pacari	Portaria IBAMA Nº 26/2004 347 ha	Arinos	SIM	Não	Trilhas / 1 servidor	Educação Ambiental	FUNATURA, ICMBio	Caça, Incêndios e monocultura soja e capim em áreas próximas.
3. RPPN Arara Vermelha	Portaria IBAMA Nº 31/2005 248 ha	Arinos	SIM	Não	Sede com alojamento e casa servidor, trilhas / 1 servidor,	Educação Ambiental	FUNATURA, ICMBio	Incêndios em áreas próximas, caça monocultura soja e capim em áreas próximas.
4. RPPN Vereda da Caraliba	Portaria IEF Nº 62/2008 10.368 ha	Bonito de Minas						
5. RPPN Aldeia	Portaria IEF Nº78/2008 7.342 ha	Chapada Gaúcha	Sim	Não				
6. RPPN Reserva do Triângulo I	Portaria IEF Nº 80/2008 5.540 ha	Bonito de Minas; Córrego Marinho Montalvânia						
7. RPPN Gibão/Fleixiras	Portaria IEF Nº 101/2008 3.528 ha	Bonito de Minas						
8. RPPN Veredas do Pratidinho	Portaria ICMBio Nº 08 de 27/01/2011 2.238 ha	Jaborandi -BA						

5.5. FOCOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COM BASE CONSERVACIONISTA

Conforme discutido e aprovado no Conselho do Mosaico, este Plano de DTBC está considerando seis focos de desenvolvimento para serem trabalhados, ou seja, agroecologia, extrativismo vegetal, agronegócio, água, turismo e gestão integrada das áreas protegidas. Na sequência, é descrita a situação em que se encontram atualmente a incidência destes temas no território, bem como, algumas abordagens conceituais, de legislação e de políticas públicas.

5.5.1. Agroecologia

Os sistemas predominantes da agricultura geraizeira até a década de 1970 eram baseados em sistemas produtivos diversificados, dedicados à produção de fibras, criação de animais e alimentos básicos destinados para alimentação da família, associados com o extrativismo nos ambientes de Cerrado e o modelo de desenvolvimento hegemônico em curso influenciou a assimilação de tecnologias convencionais de produção. Hoje, a rica diversidade agrícola que existe nos sistemas de produção do território é resultado das respostas de resistência da agricultura familiar e camponesa e/ou o resultado da construção social mobilizada.

As primeiras iniciativas de experimentação agroecológica aconteceram nos anos de 1980 e 1990 apoiadas pela Pastoral da Criança de forma mais isolada e pontual. Esse trabalho foi multiplicado pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) em algumas comunidades e se consolidou nas décadas seguintes com um leque maior de iniciativas. Dentre as inovações que contribuíram significativamente com esse processo estão o acesso às tecnologias sociais destinadas à captação de água e experiências agroecológicas e de convivência com o semiárido que ocorreram ao longo da década de 2000.

O fortalecimento da agroecologia no território tem contribuído para a valorização dos modos de vida tradicionais das comunidades geraizeiras. Mas apesar da autoafirmação dessas comunidades, a agricultura familiar e camponesa ainda encontra limites nos impactos provocados pela atividade de monocultura de eucalipto, nos efeitos de uma cultura enraizada e na forma de operar das oligarquias rurais e na dificuldade de ampliação e acesso a políticas públicas. O agravamento das condições socioeconômicas

das populações locais, provocado pelo processo de desenvolvimento excludente, faz com que seja cada vez mais recorrente e forte a vocalização de comunidades, organizações, instituições, pesquisadores e ativistas quanto à insustentabilidade dos processos econômicos, sociais, culturais e ambientais em curso no bioma Cerrado. Além disso, traz a necessidade de propostas e alternativas societárias de gestão ambiental e da produção que possam conter novos elementos de sustentabilidade.

O reconhecimento da identidade geraizeira e a retomada de seus territórios, mobilizados pela organização social e política, tornaram possível ampliar os seus direitos e o acesso a políticas públicas, contribuíram para o retorno de famílias para as comunidades, elevaram a participação política das mulheres, reduziram os efeitos da pobreza em função da melhor qualidade de vida, desenvolveram iniciativas locais de geração de trabalho e renda e ajudaram na conservação da agrobiodiversidade e no uso sustentável da biodiversidade nativa.

A aplicação dos conceitos e princípios trazidos pela agroecologia deu origem ao movimento agroecológico, o qual se expandiu pelo mundo, dando uma nova face aos movimentos de agricultura alternativa e se incorporando aos movimentos sociais camponeses. Fundamentada na valorização da diversidade cultural e biológica, a prática agroecológica busca conservar e resgatar as variedades crioulas e o conhecimento tradicional das populações locais. Entre os princípios que fundamentam a prática agroecológica está também a soberania alimentar, que reconhece o direito dos povos e das comunidades de definirem suas estratégias de produção e consumo dos alimentos de que necessitam. Outro componente forte na prática agroecológica é a equidade de gênero, que se baseia no reconhecimento do papel relevante que as mulheres têm exercido na expansão do movimento. Dentro da produção familiar, as mulheres tradicionalmente desenvolvem sistemas mais agroecológicos, nas hortas, nos pomares, na criação de pequenos animais e na transformação caseira de produtos, preocupando-se com a qualidade dos alimentos ingeridos pela família.

A agroecologia vem se constituindo, portanto, em importante estratégia para a análise dos impactos socioambientais e a implementação de programas de desenvolvimento rural em bases “realmente sustentáveis”.

5.5.1.1. Agroecologia como ponto de partida para a sustentabilidade

Os números referentes à agricultura familiar no Brasil revelam a força deste setor. Ela responde por 74% de todas as pessoas que estão empregadas no campo, totalizando mais de 13 milhões de trabalhadores, sendo responsável pela maior parte da alimentação que chega à mesa dos brasileiros todos os dias. Algumas outras características perfazem a agricultura familiar e que se contrapõem a essa realidade promissora, pois ainda há limitações no acesso ao crédito, pouca área disponível para agricultores familiares, alto percentual de analfabetismo e uma aplicação de baixa tecnologia na produção. Diante disto é que se deve repensar alternativas para o setor, pois além do seu potencial produtivo, ele é um importante instrumento de inclusão social e distribuição de renda. Seja no ambiente urbano ou rural, o que temos são pessoas que, embora vivam em situações distintas, devem ter em foco que o desenvolvimento sustentável social, ambiental e econômico é o ponto de partida para transformações benéficas à sociedade. A relação entre as desigualdades e a pobreza exige ações diferenciadas e orientadas para o futuro. Certamente estas ações devem levar em consideração alternativas inovadoras de desenvolvimento, passando por soluções participativas e uso de tecnologias sociais adaptadas a região.

A inserção da produção da agricultura familiar no mercado constitui-se como elemento fundamental para a melhoria de renda dos produtores e de seus familiares, principalmente daqueles residentes nas pequenas localidades e em regiões menos favorecidas. Entretanto, esta inserção depende de fatores como a disponibilidade de crédito facilitado às condições do setor, o uso adequado de tecnologia que permita o aumento da produtividade da terra e do trabalho, a qualificação de mão de obra, a disponibilidade de informações e de canais de distribuição e comercialização da produção, e de condições favoráveis de oferta de transporte, de água e de energia. Este conjunto de fatores é determinante para o desenvolvimento da agricultura familiar no país e em Minas Gerais.

A sinergia entre cultura e ciência em processos locais de inovação agroecológica dinamiza a produção de conhecimentos necessários para que as agriculturas evoluam fundamentadas na otimização das potencialidades ecológicas locais e na convivência com suas limitações. Por intermédio de procedimentos metodológicos que colocam a sabedoria popular

e o saber acadêmico em uma relação de complementaridade, a agroecologia permite que as famílias e comunidades rurais se apropriem de conhecimentos que dificilmente teriam condições de construir sem o aporte do método científico e da colaboração de outros indivíduos envolvidos no processo. Estas reflexões se somam às lições trazidas pelas experiências apresentadas pelas organizações/instituições e pessoas ao longo do encontro e especialmente neste momento de discussão e aprofundamento sobre o tema Sustentabilidade.

5.5.1.2. Contexto das políticas públicas inerentes a agroecologia

Minas Gerais é o primeiro estado a implementar uma Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Lei 21.146/14) que tem como objetivo ampliar e fortalecer a produção, o processamento e o consumo de produtos agroecológicos, orgânicos e em transição agroecológica, com ênfase nos mercados locais e regionais. As ações serão destinadas prioritariamente aos agricultores familiares, urbanos e aos povos e comunidades tradicionais. A criação desse marco legal é o passo inicial para a realização de um diagnóstico e a elaboração de políticas públicas voltadas para toda a cadeia – produção, comercialização, beneficiamento, instrumentos para financiamento e até incentivos fiscais. O setor é fonte de emprego e renda segura para muitas famílias no meio rural. A nova legislação estadual facilita o implemento de ações que devem fomentar sistemas de produção agroecológicas e orgânicas que já existem na Zona da Mata, melhorando a qualidade dos alimentos servidos à mesa dos mineiros. Outra proposta embutida no projeto é incentivar a diversificação da produção orgânica, com a utilização de recursos naturais e manejo ambientalmente sustentável. As ações governamentais relacionadas ao polo agroecológico também devem promover a participação, a inclusão e o protagonismo social dos produtores agrícolas. Pelo projeto, cabe ao poder público promover e divulgar os locais de abastecimento de produtos orgânicos e agroecológicos. A meta é garantir mais investimentos na produção e na oferta desses produtos, com ganho também para a diversificação da renda de pequenos agricultores. É uma legislação que fortalece ainda as organizações desses agricultores e da economia familiar. As redes de economia solidária, assim como as cooperativas e associações de produtores também podem ser fortalecidas com a nova legis-

lação, ampliando o protagonismo desses pequenos agricultores.

A instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), em agosto de 2012, é um marco histórico de grande relevância para o movimento agroecológico brasileiro. O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) é o principal instrumento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), a qual foi instituída por meio do Decreto no 7.794/2012, com a finalidade de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica. No Planapo, constam as ações a serem executadas no âmbito da política, com indicadores, metas e prazos para sua execução, seguindo as diretrizes apontadas no decreto e abrangendo os diversos instrumentos nele previstos, como crédito rural, compras governamentais, assistência técnica e extensão rural e outros (Brasil, 2012).

Aponta-se, portanto, a necessidade de inovar nos instrumentos voltados ao financiamento da agroecologia e da produção orgânica, por meio da criação de fundos de crédito rotativo, cooperativas de crédito e outros instrumentos mais adequados para financiar a pequena produção.

5.5.1.3. Mudanças Climáticas

Durante as discussões na reunião dos Grupos de Trabalho - GT, os participantes ressaltaram que a região do norte de Minas Gerais enfrenta muitos problemas relacionados ao saneamento e coleta de resíduos, principalmente na zona rural. Foi apontada a necessidade de se promover a educação ambiental voltada para os problemas enfrentados na região.

Ficou evidente que o principal temor da população local é a escassez de recursos hídricos. Essa região apresenta a maior vulnerabilidade às mudanças climáticas no aspecto social, principalmente, devido a potenciais impactos negativos sobre os recursos hídricos e a agricultura de sequeiro. A região já vem sofrendo demasiadamente com episódios de seca conforme relatos dos participantes. Embora seja comum a ocorrência de períodos de estiagem, a percepção de alterações no clima tem se acentuado nos últimos dez anos, mais do que uma diminuição de chuvas, percebe-se o aumento no intervalo entre as chuvas. Nessa região de clima quente com restrições hídricas, onde as altas temperaturas estão próximas do limite de tolerância das culturas agrícolas, o aque-

cimento global poderá acarretar alteração das épocas de plantio, quedas de rendimento e produção, implicando mudanças na estrutura produtiva e no padrão de uso da terra. Os agricultores também afirmam que os indicadores, anteriormente utilizados para decidir o que e quando plantar, já não se mostram tão precisos, exigindo ajustes no processo de tomada de decisão.

Admitindo que as mudanças climáticas amplificam os condutores ambientais e socioeconômicos da insegurança alimentar, é imperativo que se priorize onde, como e quando agir. As ameaças para o fornecimento de alimentos e meios de subsistência tendem a ser espacialmente variáveis. Portanto, é preciso identificar os “hotspots”, locais mais impactados, potencializar as iniciativas existentes de adaptação às mudanças climáticas, introduzir inovações tecnológicas e monitorar, em longo prazo, as dinâmicas dos agroecossistemas e sua resiliência às mudanças.

A Agroecologia gera benefícios sustentáveis, não apenas em termos de produtividade, mas também em muitos outros aspectos da vida. Enquanto a agricultura convencional visa simplificar os sistemas, a Agroecologia busca e valoriza a complexidade. Enquanto a agricultura convencional visa eliminar a biodiversidade, a Agroecologia abraça a diversidade, uma vez que depende e se constrói a partir dela. Enquanto a agricultura convencional polui e degrada, a Agroecologia regenera e restaura, trabalhando com a natureza, e não contra ela.

5.5.1.4. Conflitos existentes na região

O território do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu é uma região propícia para analisar conflitos socioambientais envolvendo principalmente comunidades tradicionais, porque ali vários grupos tradicionais permaneceram nas suas comunidades e resistiram à pressão da monocultura. Os casos de conflitos socioambientais envolvendo a monocultura de eucalipto e comunidades tradicionais na região podem ser enquadrados como casos de injustiça ambiental, pois a monocultura da produção de carvão para abastecer as siderúrgicas foi implantada onde residiam comunidades com pouco poder econômico e político, gerando impactos ambientais que atingiram diretamente o sustento dessas comunidades suprimindo a vegetação nativa que possibilitava o extrativismo sustentável e produção agroecológica.

O processo de resistência, a vivência da disputa pelo território trouxe muitas transformações às comunidades, sobretudo na organização interna e

na forma de se relacionar com o mundo externo. Além dos geraizeiros (populações tradicionais que vivem nos cerrados do norte de Minas Gerais), outras comunidades tradicionais como quilombolas, vazanteiros (povos que têm sua produção agrícola ligada às vazantes do rio), entre outros, vêm se posicionando criticamente frente às disputas em torno do ambiente, organizando elementos e discursos num processo de resistência, dando visibilidade aos conflitos socioambientais que refletem o processo histórico e também as complexidades e tensões da sociedade presente. Abaixo estão relacionados alguns dos conflitos existentes no território.

a) Parque Veredas do Peruaçu: Pecuária e eucalipto no entorno da UC - Unidade de Conservação.

b) Chapada Gaúcha: UC x agronegócio, Comunidades tradicionais x monocultura de capim.

c) Serra das Araras: Quilombolas x Parque Estadual

d) Assentamento Rio dos Bois: Reforma agrária x agronegócio

e) APA Cochá, Gibão e Pandeiros: Agricultor familiar x eucalipto

f) APA Cavernas do Peruaçu: Agricultor familiar/vazanteiros x eucalipto, Xakriaba x Parque Nacional, Criação de gado em larga escala x agricultor familiar.



5.5.2. Extrativismo Vegetal

No cerrado o aproveitamento da biodiversidade vegetal se dá basicamente por meio do extrativismo, sendo que, quando esta atividade ocorre na mesma velocidade da capacidade de recuperação do bioma, o ambiente permanece em equilíbrio, no entanto se mal conduzido, o extrativismo pode ser tão nocivo para a manutenção da biodiversidade quanto qualquer outro manejo agrícola ou pecuário mal conduzido. (FELFILI et al., 2004).

As possibilidades de uso sustentável do cerrado são enormes se considerada a sua variedade de espécies e aptidões com grande potencial para alimentação, artesanato, indústria de cosméticos, geração de energia limpa e fins medicinais, sendo as espécies nativas deste bioma classificadas como de múltiplo uso, ou seja, oferecem ao agroextrativista recursos diversos ao longo do seu ciclo de vida, como folhas, frutos, flores, resinas, madeiras, cascas.

Em estudo realizado em 2004 pelo IBGE, foi identificado uma grande variedade de matérias-primas produzidas no Cerrado. Para exemplificar a diversidade de usos das plantas do Cerrado, Ribeiro (2008) identificou 170 espécies de uso medicinal, 65 frutos comestíveis, 130 tipos de madeiras, 167 plantas apícolas, 32 plantas com utilização de fibras, 20 empregadas para extrair o tanino, 18 para extrair cortiça, 29 oleaginosas e 24 espécies utilizadas para tingimento.

O extrativismo vegetal sustentável é uma alternativa viável de agregação de renda para as comunidades locais aliada à segurança alimentar mundial e à conservação e respeito ao meio ambiente. Apesar desses benefícios, iniciativas produtivas encampadas por pequenos produtores e/ou povos e comunidades tradicionais, muitas vezes, não avançam devido à falta de divulgação de seus produtos e à dificuldade de alcançar os mercados regional e nacional.

Entre as estratégias de produção e reprodução social que os Povos do Cerrado lançam mão, em busca de melhores condições de vida, encontra-se a combinação frequente entre sistemas agrícolas poliprodutivos e outras atividades agrícolas e não-agrícolas, entre elas o extrativismo sustentável. É neste sentido que os Povos do Cerrado são também denominados comunidades agroextrativistas, sendo que o agroextrativismo representa, ao mesmo tempo, um modo de vida e um processo de construção de

alternativas à realidade atual, marcada pela exclusão e por dificuldades de obtenção de renda e permanência no campo (NOGUEIRA e FLEISCHER, 2005; SILVA, 2005). O agroextrativismo é uma atividade estratégica para a conservação do bioma e para a geração de renda das comunidades que o realizam, contribuindo para a melhoria das condições de vida e, conseqüentemente, para a permanência dos Povos do Cerrado nos espaços rurais do bioma. Fomentar e valorizar o agroextrativismo constitui, portanto, uma estratégia de desenvolvimento rural. Mas, para que isso ocorra, é imprescindível que o Cerrado deixe de ser visto como fronteira, cuja utilidade central é a produção de commodities, e passe a ser valorizado pela riqueza que possui e pela diversidade dos ecossistemas nele existente.

5.5.2.1. Contexto das políticas públicas inerentes ao extrativismo

Dentre as políticas públicas inerentes ao Extrativismo têm-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, aprovada em 07 de fevereiro de 2007, pelo Decreto nº 6.040, tem como objetivo geral promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Os objetivos específicos incluem apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais (BRASIL, 2007).

Ainda no âmbito nacional está a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, instituída através do decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012, cujo objetivos são integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis, sendo que entre as diretrizes da PNAPO, vide artigo 3º e incisos III e IV do referido decreto, que prevêem a conservação dos ecossistemas naturais e a recom-

posição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis. Entre as diretrizes também está a promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional ao agricultor familiar e empreendedor familiar no âmbito da Lei nº 11.326, de 2006.

Ainda no âmbito nacional, têm-se a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) cujo objetivo é estimular a proteção ao meio ambiente, contribuindo com a redução do desmatamento, de modo a minimizar os efeitos das mudanças climáticas, além de garantir renda às populações extrativistas. A PGPM-Bio garante um preço mínimo para 17 produtos extrativistas sendo eles, o açáí, a andiroba, o babaçu, o baru, a borracha extrativa, o buriti, o cacau extrativo, a castanha do Brasil, a carnaúba, a juçara, a macaúba, a mangaba, o murumuru, o pequi, a piaçava, o pinhão e o umbu. A PGPM-Bio é resultado do plano nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, o qual estabeleceu, em seu terceiro eixo de ação, a estruturação e o fortalecimento de mercados que seriam conseguidos por meio de estudos e pesquisas sobre os mercados desses produtos, capacitação dos agentes da cadeia produtiva, ampliação das linhas de crédito para comercialização, ampliação do acesso ao mercado, divulgação e promoção desses produtos, desenvolvimento e implantação de mecanismos de avaliação de conformidade e adequação do marco regulatório às especificidades dos produtos (MDA; MMA; MDS, 2009). A partir da safra de 2008/2009, quando a PGPM contemplou, também, produtos da sociobiodiversidade; e a política foi desdobrada em uma nova modalidade denominada de PGPM-Bio.

O PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar regido pela Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 define em seu Artigo 2º inciso I que o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos

que necessitam de atenção específica. Definindo no Artigo 14 que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

O PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

Quanto a legislação estadual que tange o extrativismo vegetal sustentável no contexto do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, no estado de Minas Gerais, onde encontra-se a maior parte do território do Mosaico, têm-se a Lei 13.965, de 27 de julho de 2001 que institui o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado – PRÓ-PEQUI, com o objetivo de integrar as populações que tradicionalmente exploram o cerrado no uso e manejo racional desse bioma, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental.

Ainda na esfera estadual, além de Minas Gerais, têm-se as leis que regem os demais estados que compõem o Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, entre eles está o estado de Goiás, que através da

lei nº 16.384, de 27 de novembro de 2008, dispõe sobre a utilização de recursos próprios de fundos especiais e de entidades da administração indireta para o pagamento de pessoal e tem por objetivo o financiamento de programas, projetos e atividades destinados ao desenvolvimento social e econômico do Estado, neste contexto, prevê o acesso ao crédito, concedendo garantias complementares à contratação de financiamento às microempresas e empresas de pequeno porte, produtores rurais e extrativistas de economia familiar, de forma individual ou organizados em associações ou cooperativas.

5.5.2.2. Extrativismo Vegetal no Mosaico

O extrativismo vegetal sustentável no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu vem se destacando nos últimos anos como fonte de renda para diversas famílias e para cooperativas e grupos de produção que tem no cerrado sua principal origem de matéria prima para produtos diversos, porém seu potencial ainda está longe de ser aproveitado de forma plena, demandando ainda muitas ações para o fortalecimento e consolidação do extrativismo como principal atividade produtiva de forma sustentável no território do Mosaico. Nestes espaços complexos e diversificados que constituem o rural brasileiro, os Povos do Cerrado representam os atores sociais mais adequados para assumirem o protagonismo deste desenvolvimento. Isto porque suas características e formas de organização social, distintas do modelo agropecuário hegemônico, se baseiam no aproveitamento das potencialidades dos ecossistemas locais e permitem formas ambiental e socialmente mais racionais de utilização dos recursos do Cerrado.

A produção do extrativismo vegetal no Mosaico vem aumentando a cada ano. Na safra 2014/2015 foram produzidas e comercializadas aproximadamente 17 toneladas de frutos nativos do Cerrado e de quintais (não nativos, mas presentes na região), contribuindo diretamente para uma maior conservação do Cerrado e, ainda, agregação de renda para as comunidades locais. Na região do Núcleo Peruaçu, foram produzidos e comercializados 800 kg de coquinho azedo, 500 kg de pequi, 176 kg de araticum e três toneladas de favela pelas associa-

ções comunitárias locais. São cerca de 200 famílias beneficiadas na região e a previsão de produção para a próxima safra é de duas toneladas de buriti em raspa, 12 toneladas de pequi em polpa; três toneladas de cagaita em polpa e três toneladas de cajuí. Na última safra foram apresentados resultados importantes de produção e comercialização do extrativismo vegetal sustentável. O extrativismo vegetal no Peruaçu tem um potencial enorme de crescimento. As comunidades estão em um nível de envolvimento surpreendente e os parceiros estão se doando incrivelmente nas ações. Em 2016 foi criada na região do Núcleo Peruaçu a Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu (COOPERUAÇU).

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Pandeiros (COOPAE), que atua nesse núcleo, produziu e comercializou 800 kg de cajuí (cajuzinho do Cerrado) e quatro toneladas de polpa de pequi. Tudo isso comercializado com o apoio do Programa Nacional de Alimentação Escolar da Prefeitura de Januária. Também foram produzidos 1,6 tonelada de mel comercializado por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e uma grande quantidade de polpas de frutos do Cerrado, geleias e compotas comercializadas em feiras e eventos.

Segundo dados levantados durante o mapeamento do extrativismo, realizado em 2014, em uma parceria entre WWF-Brasil e Cooperativa Agrissilviextrativista Sertão Veredas (Coop Sertão Veredas) através do Projeto Extrativismo Vegetal Sustentável no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, das espécies do cerrado com potencial econômico, destacam-se a favela e o pequi com uma produção de 227,05 e 223,4 toneladas, respectivamente, no ano de 2013, essas espécies são seguidas pelo buriti (16,15 ton.), coquinho azedo (9,2 ton.), cajuí (6,5 ton.), araticum (6,34 ton.), umbu (3,0 ton.), araçá (1,2 ton.) cagaita (0,3 ton.) e jatobá (0,065 ton.).

A tabela 19, a seguir mostra as principais espécies nativas e período de coleta no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu.

TABELA 19: Espécies Nativas importantes para o Extrativismo e período de coleta.

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	INÍCIO (mês)	FIM (mês)
Araçá	<i>Psidium cattleianum</i>	dezembro	janeiro
Araticum	<i>Annona crassiflora</i>	fevereiro	abril
Baru	<i>Dipteryx alata</i>	outubro	março
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	agosto	abril
Cagaita	<i>Eugenia dysenterica</i>	setembro	outubro
Cajuí	<i>Anacardium humile</i>	setembro	outubro
Coco Babaçu	<i>Attalea speciosa</i>	ano todo	ano todo
Coco gariroba	<i>Syagrus oleracea</i>	agosto	outubro
Coco Tucum	<i>Bactris setosa</i>	ano todo	ano todo
Coquinho Azedo	<i>Butia capitata</i>	novembro	março
Favela	<i>Dimorphandra mollis</i>	abril	maio
Grão de Galo	<i>Pouteria ramiflora</i>	dezembro	janeiro
Jatobá carreiro (mata)	<i>Hymenaea Courbaril</i>	julho	setembro
Jatobá do campo (cerrado)	<i>Hymenaea stigonocarpa</i>	março	agosto
Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i>	outubro	janeiro
Maracujá do mato	<i>Passiflora cincinnata</i>	abril	junho
Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i>	novembro	março
Saputá	<i>Salacia elliptica</i>	dezembro	janeiro
Umbu	<i>Spondias tuberosa</i>	dezembro	janeiro
USO ESTRITAMENTE MEDICINAL			
NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	INÍCIO (mês)	FIM (mês)
Barbatimão	<i>Stryphnodendron adstringens</i>	ano todo	ano todo
Sucupira Branca	<i>Pterodon emarginatus</i>	maio	agosto

Fonte: GT Extrativismo MSVP/DTBC

A tabela 20, abaixo, mostra as principais comunidades com potenciais para o extrativismo e agroecologia no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu.

TABELA 20: Comunidades com potenciais para o Extrativismo e Agroecologia

ITEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ESTADO
1	Agreste	Januária	MG
2	Água Doce	Bonito de Minas	MG
3	Aldeia Barreiro Preto	São João das Missões	MG
4	Aldeia Brejo Mata Fome	São João das Missões	MG
5	Aldeia Caatinginha	São João das Missões	MG
6	Aldeia Dizimeiro	Itacarambi	MG
7	Aldeia Peruaçu	Itacarambi	MG
8	Aldeia Riacho dos Buritis	São João das Missões	MG
9	Aldeia Sumaré	São João das Missões	MG
10	Aldeia Vargem	São João das Missões	MG

ITEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ESTADO
11	Araçá	Januária	MG
12	Área dos Posseiros	Cônego Marinho	MG
13	Areião	Januária	MG
14	Assentamento Imbé	Cônego Marinho	MG
15	Assentamento Rio dos Bois	Chapada Gaúcha	MG
16	Assentamento São Félix	Chapada Gaúcha	MG
17	Assentamento São Francisco	Formoso	MG
18	Barra da Ema	Bonito de Minas	MG
19	Barra de Mandins	Januária	MG
20	Brejo do Amparo	Januária	MG
21	Brejo Santana	Itacarambi	MG
22	Brejo São Caetano	Manga	MG
23	Buracos	Chapada Gaúcha	MG
24	Buraquinhos	Chapada Gaúcha	MG
25	Buritizinho	Januária	MG
26	Cabeceira de Mandins	Januária	MG
27	Cachoeirinha	Manga	MG
28	Cajueiro	Januária	MG
29	Campos	Januária	MG
30	Cana Brava	Chapada Gaúcha	MG
31	Comunidade Batista	Arinos	MG
32	Comunidade de Águas Claras	Chapada Gaúcha	MG
33	Comunidade de Catolé	Cocos	BA
34	Comunidade de Cocos	Januária	MG
35	Comunidade de Pequi	Chapada Gaúcha	MG
36	Comunidade de Riachinho	Chapada Gaúcha	MG
37	Curral Queimado	Bonito de Minas	MG
38	Dourados	Cônego Marinho	MG
40	Fabião I	Januária	MG
41	Fabião II	Itacarambi	MG
42	Galhos	Januária	MG
43	Japuré	Manga	MG
44	Lambedouro	Januária	MG
45	Larga	Januária	MG
46	Macaúbas	Januária	MG
47	Morro do Fogo	Chapada Gaúcha	MG
48	Olhos D'água	Januária	MG
49	Onça	Januária	MG
50	Palmeirinha	Januária	MG
51	Pandeiros	Januária	MG
52	Panelas	Bonito de Minas	MG
53	Pedras	Januária	MG
54	Porto Cajueiro	Cocos	BA
55	Ribeirão de Areia	Chapada Gaúcha	MG
56	Sambaíba	Januária	MG
57	São Domingos	Bonito de Minas	MG
58	Serra das Araras	Chapada Gaúcha	MG
59	Tamboril/Barra do Tamboril	Januária	MG
60	Taçadal	Januária	MG

ITEM	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ESTADO
61	Vaca Preta	Cônego Marinho	MG
62	Várzea Bonita	Januária	MG
63	Várzea Grande	Itacarambi	MG
64	Vereda Bonita	Bonito de Minas	MG
65	Vereda Grande I	Januária	MG
66	Vereda Grande II	Januária	MG
67	Vila Bonita	Itacarambi	MG
68	Vila Lopes	Januária	MG

Fonte: GT Extrativismo MSVP/DTBC

A Tabela 21, abaixo, mostra as comunidades prioritárias para o extrativismo e agroecologia no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu.

TABELA 21: Comunidades prioritárias para o extrativismo e agroecologia

	Núcleo Sertão Veredas	Núcleo Pandeiros	Núcleo Peruaçu
1	Assentamento Rio dos Bois	Tamboril/Barra do Tamboril	Agreste
2	Assentamento São Félix	Água Doce	Aldeia Caatinguinha
3	Assentamento São Francisco	Assentamento Imbé	Aldeia Sumaré
4	Buracos e Buraquinhos	Brejo do Amparo	Areião
5	Marimbas e Para Terra I	Larga	Brejo São Caetano
6	Cajueiro	Pandeiros	Fabião II
7	Comunidade de Pequi	Sambaíba	Olhos D'água
8	Morro do Fogo	Traçadal	Onça
9	Ribeirão de Areia	Vaca Preta	Pedras
10	Serra das Araras	Várzea Bonita	Várzea Grande

A tabela 22, abaixo, mostra as Unidades de Beneficiamento administradas pelas Cooperativas voltadas ao trabalho com extrativismo e agroecologia no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu

TABELA 22: Unidades de Beneficiamento no território do Mosaico

ITEM	NOME DO EMPREENDIMENTO
1	Unidade de Beneficiamento da Coopae
2	Unidade de Beneficiamento da Cooperuaçu
3	Unidade de Beneficiamento da Coopsertão
4	Unidade de Beneficiamento da Copabase

Fonte: GT Extrativismo MSVP/DTBC

A tabela 23, a seguir, mostra os principais entrepostos do extrativismo e agroecologia no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu

TABELA 23: Entrepostos do extrativismo e agroecologia no Mosaico

ITEM	NOME DO ENTREPOSTO
1	Entreposto de Agreste
2	Entreposto de Cachoeirinha
3	Entreposto de Brejo Mata Fome
4	Entreposto de Barreiro Preto
5	Entreposto de Caatinguinha
6	Entreposto de Sumaré II
7	Entreposto de Riacho dos Buritis
8	Entreposto de Pedras
9	Entreposto de Sambaíba
10	Entreposto de Vereda Grande I
11	Entreposto de Assentamento Imbé
12	Entreposto de Água Doce
13	Entreposto de Cajueiro
14	Entreposto de Traçadal
15	Entreposto de Assentamento São Felix
16	Entreposto de Ribeirão de Areia
17	Entreposto de Assentamento São Francisco

Fonte: GT Extrativismo MSVP/DTBC

5.5.3. Agronegócio

No território do Mosaico, além das unidades de conservação e outras áreas protegidas, localizam-se propriedades privadas em geral, em que são desenvolvidas as atividades agropecuárias, tanto voltadas para o agronegócio, como para a agricultura familiar. Trata-se de grandes, médias e pequenas propriedades, além de posses.

A maioria dos habitantes da área rural do Mosaico é caracterizada por populações nascidas na própria região formadas por comunidades tradicionais, extrativistas, agricultores familiares, assentados, quilombolas e comunidades indígenas. Também, existem na região, agricultores convencionais (agricultura mecanizada), a maioria vinda de outras regiões do país, principalmente do sul.

As atividades que caracterizam o agronegócio (monocultivos de grãos, principalmente soja e milho, capim para produção de semente, café irrigado, eucalipto e bovinocultura) e a produção de carvão vegetal transformam a paisagem do cerrado, levando muitas vezes a impactos irreversíveis aos ecossistemas da região. Além de levarem a uma diminuição drástica de vegetação nativa de cerrado e, conseqüentemente, a diminuição da biodiversidade, podem provocar a poluição ambiental pelo uso intensivo de agrotóxicos

e a prática de queimadas, além da diminuição de oferta de água, em função do uso excessivo para irrigação de algumas lavouras, especialmente por pivô central, da utilização indiscriminada de poços artesianos, dentre outros usos.

5.5.3.1. Aspectos Produtivos

5.5.3.1.1. Áreas de Lavouras e Pecuária

De acordo com os dados do IBGE referente ao ano de 2016 (tabela 24, abaixo), existiam no território do Mosaico 131.391 ha de área cultivada com lavouras temporárias, sendo 107.856 ha nos 10 municípios de MG que compõem o Mosaico e 23.535 ha na Bahia, mais especificamente no município de Côcos. A maior parte das lavouras temporárias correspondem a soja (cerca de 50%), milho (cerca de 25%) e capim para produção de sementes (cerca de 10%, concentrado no município da Chapada Gaúcha-MG). Em termos de áreas cultivadas com lavouras permanentes existiam em 2016, um total de 22.000 ha, sendo 19.573 ha em MG, (15.950 de eucalipto e 1.755 ha de café) e no município de Côcos-BA, 2.433, (cerca de 2.000 ha de café). Somando o total de lavouras temporárias e permanentes nos municípios de MG e BA que compõem o Mosaico chega-se a um montante de 153.000 ha.

TABELA 24: Principais cultivos plantados nos municípios que compõem o Mosaico (em hectares) em 2016 – IBGE

Lavouras temporárias	Arinos	Bonito de Minas	Chapada Gaúcha	Cônego Marinho	Formoso	Itacarambi	Januária	Manga	S. João das Missões	Urucuia	TOTAL (MG)	Côcos (BA)
Arroz (casca)	0	550	200	30	120	0	100	6	0	100	1.106	1.550
Cana-de-açúcar	32	500	420	0	220	350	1000	378	78	100	3.078	1.000
Feijão	1500	950	1220	250	3700	145	300	276	150	985	9.476	250
Mandioca	250	300	600	500	90	250	1000	35	80	50	3.155	2.130
Milho	5100	500	1100	1000	9500	2524	1600	1480	150	1600	24.554	6.192
Soja	4000	0	24000	0	23000	1030	0	90	0	0	52.120	12.413
Sorgo	2000	0	150	10	2000	0	0	30	30	0	2.220	0
Tomate	0	0	0	0	0	0	5	140	2	0	147	0
Sementes Forrageiras (*)			12.000								12.000	0
SUB-TOTAL	12.882	2.800	39.690	1.790	38.630	4.299	4.005	2.435	490	2.835	107.856	23.535
Lavouras Permanentes	Arinos	Bonito de Minas	Chapada Gaúcha	Cônego Marinho	Formoso	Itacarambi	Januária	Manga	São João das Missões	Urucuia	TOTAL (MG)	Côcos (BA)
Banana						440	40	600			1.080	10
Café					150					1.605	1.755	1.987
Côco		25					15	3			43	4
Laranja			35		560						595	2
Mamão						14	45	80			139	430
Manga								11			11	0
Eucalipto	5.100	5.000	1.750	0	900	0	2.500	0	0	700	15.950	
SUBTOTAL	5.100	5.025	1.785	0	1.610	454	2.600	694	0	2.305	19.573	2.433
TOTAL GERAL	17.982	7.825	41.475	1.790	40.240	4.753	6.605	3.129	490	5.140	127.429	25.968

(*) Informação da Coopi. O IBGE não traz informação sobre sementes forrageiras.

Em termos de rebanhos (tabela 25, abaixo), os 10 municípios de MG que compõem o Mosaico possuíam em 2016 cerca 427.500 cabeças de bovinos e 15.000 de equinos. Os municípios de Arinos (com cerca de 125.000 cabeças) e Januária (com cerca de 95.000 cabeças) são os que apresentam os maiores efetivos. Na Bahia (município de Côcos) haviam cerca de 44.000 cabeças de bovinos e 2.500 de equinos. No

total entre os municípios de MG e BA que compõem o Mosaico há um efetivo de 488.838 de bovinos e equinos.

Considerando uma média de 1 ha para cada cabeça, perfaz-se um total de cerca de 490 mil hectares de áreas com pastagens nos municípios que compõem o Mosaico.

TABELA 25: Efetivo de Rebanhos nos municípios que compõem o Mosaico (em cabeças) – 2016 – IBGE

Tipo de Rebanho	Arinos	Formoso	Bonito de Minas	Chapada Gaúcha	Cônego Marinho	Itacarambi	Januária	Manga	São João das Missões	Urucuia	TOTAL (MG)	Côcos (BA)
Bovinos	122.024	36.848	20.804	25.637	12.474	20.677	93.959	46.300	13.040	35.666	427.429	43.964
Bubalino	34	9	0	22	0	0	14	7	0	22	108	0
Equino	3.050	780	500	625	290	2.040	1.403	2.200	2.330	1.789	15.007	2.538
Suínos	5.950	1.950	720	2.406	1.000	4.205	5.000	2.000	3.300	1.745	28.276	4.537
Caprinos	1.150	0	103	29	50	278	912	164	140	171	2.997	1.264
Ovinos	752	250	0	147	35	195	1.103	1.161	130	327	4.100	3.767
Galináceos (*)	61.000	19.000	20.000	14.875	15.000	37.535	89.000	12.500	13.200	26.785	308.895	73.098

(*) galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas.

Considerando a área total com lavouras e com pastagens, chega-se a uma área total de aproximadamente 643 mil hectares. Esta superfície corresponde a cerca de 35% da área total original do Mosaico.

5.5.3.1.2. Práticas Agropecuárias Adotadas

As principais lavouras temporárias cultivadas na região do Mosaico são a soja, o milho e o capim para produção de sementes, esta última concentrada no município de Chapada Gaúcha. Soja e milho estão em maior concentração nos municípios de Chapada Gaúcha, Formoso, Arinos e Côcos (BA).

A forma de produção destes cultivos utiliza, de maneira geral, o método de plantio direto (exceto capim), sementes transgênicas (soja e milho), correção de solo com calagem e adubação química e combate de pragas, doenças e ervas indesejadas com agrotóxicos em diferentes fases de desenvolvimento dos cultivos. O uso de dispersão aérea de agrotóxicos é utilizado por alguns produtores na região.

No passado alguns produtores da Chapada Gaúcha, estimulados pela Funatura, chegaram a adotar, de forma experimental, o cultivo de soja orgânica, cujos resultados mostraram-se satisfatórios, porém não houve continuidade por motivos diversos.

Também, no passado, era comum o uso amplo de queima da palhada que sobrava do cultivo de sementes de capim no município da Chapada Gaúcha. Esta prática ilegal causa poluição atmosférica e problemas respiratórios aos moradores da cidade, que fica muito próximo das plantações. Hoje, apesar de ter diminuído bastante, ainda há quem faz o uso de queima para esta finalidade. Por outro lado, vários produtores têm tido um bom retorno com a venda da palhada (feno).

Em relação à criação de gado bovino, trata-se da atividade mais amplamente utilizada no território do Mosaico e que proporcionou a maior conversão de cerrado em outros usos, no caso, as pastagens. De acordo com os dados da tabela 2, acima, cerca de 500 mil hectares foram convertidos em pastagens nos municípios que compõem o Mosaico. Muitas áreas de pastagens estão em estado de degradação ou em locais inadequados, o que tem levado a erosões, comprometimento de mananciais, secamento de cursos d'água, dentre outros impactos.

É comum a prática de queima para renovação do pasto, em especial, de pastagens nativas. Esta prática, quando feita sem controle, pode acarretar incêndios em áreas de cerrado, inclusive dentro das

unidades de conservação que compõem o Mosaico. Com isso, muitas áreas de preservação permanente, como as veredas e nascentes, estão sofrendo graves impactos.

Menção especial deve ser feita a uma fazenda (de cerca de 33.000 ha) na região da Trijunção (área que engloba a divisa entre os estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais), localizada no limite norte do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, município de Côcos-BA, cujo objetivo principal é a criação de gado e que tem pautado sua produção considerando os princípios de sustentabilidade, inclusive, tendo recebido certificado de boas práticas concedido pela Embrapa. Ressalta-se, ainda, que esta fazenda desenvolve um importante projeto de criação de animais silvestres (legalmente autorizada) com finalidade comercial (catitu, queixada, jabuti e ema) e com finalidade de conservação (veado, jabuti, ema e anta) para reintrodução na natureza. A fazenda possui mais de 70% de sua área com o cerrado conservado, sendo parte protegida em 8 RPPN's.

Em relação às lavouras permanentes, entre as quais estão incluídos, principalmente, plantios de eucalipto e café, verifica-se que, no presente momento, as extensões não são tão representativas quando comparada a área total do território do Mosaico.

De acordo com o IBGE, em 2016 havia cerca de 16.000 ha de eucalipto distribuídos nos municípios de Arinos, Bonito de Minas, Formoso, Januária e Chapada Gaúcha. No passado esta atividade era bem mais representativa e foi responsável por graves impactos ambientais e sociais. Atualmente a atividade está menos intensa, mas não se sabe os planos para o futuro. Algumas empresas ainda possuem grandes extensões de terras, que antes eram plantadas com eucalipto.

O café tem sido uma atividade relevante em fazendas do município de Côcos-BA, em áreas do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, inclusive com a produção de café certificado em uma das fazendas, que é exportado. Esta fazenda, com 130.000 ha, utiliza o sistema de irrigação por pivô central em todas as suas lavouras (café, cacau, soja, milho e tabaco). No momento estão operando com 35 pivôs, utilizando água do rio Itaguari, com outorgas de água obtidas junto ao INEMA da Bahia. Existem planos para ampliarem para 150 pivôs. De acordo com um representante da Fazenda, atualmente as outorgas estão sendo solicitadas junto à ANA (Agência Nacional das Águas), devido principalmente a importância do

Rio Itaguari. A outorga limita a captação na fonte ao máximo de 20% da vazão do rio.

A questão deste sistema de irrigação precisa ser melhor debatido, pois é necessário que o conjunto de usuários de água da bacia esteja de acordo, ou seja, o assunto precisa ser discutido no âmbito do Comitê da Bacia.

Muitos produtores voltados para o agronegócio no território do Mosaico não possuem reservas legais em suas propriedades, havendo a necessidade de restaurá-las ou compensá-las em outras localidades, conforme previsto na legislação. Não há uma preocupação com o planejamento da ocupação da paisagem, em especial em áreas de chapadas, com vistas e proporcionar a formação de corredores ecológicos com vegetação nativa entre os grandes monocultivos e que podem servir, também, na proteção de áreas de recarga de aquíferos. Em algumas situações, os plantios chegam bem próximo às bordas de chapadas, o que traz sérios impactos relacionados com erosões do solo e voçorocas.

Em vários casos, há a necessidade de recuperação de áreas de preservação permanente (APP's), conforme previsto no Código Florestal.

5.5.3.1.3. Organização dos Produtores

Os produtores voltados para o agronegócio, tanto agricultores, como pecuaristas, estão organizados em cooperativas, associações e sindicatos. As principais cooperativas atuantes no território são a Cooapi (Cooperativa Agropecuária Pioneira), com sede na Chapada Gaúcha e cerca de 300 cooperados, a Coopertinga (Cooperativa Agropecuária da Região do Piratinga), com sede em Formoso e cerca de 72 cooperados e a Capul (Cooperativa Agropecuária de Unaí Ltda), com forte atuação em Arinos. Há sindicatos de produtores rurais nos municípios de Arinos, Formoso, Chapada Gaúcha, Itacarambi, Januária, Manga. Há associação de criadores de gado em Formoso. Na Bahia há vários produtores que utilizam irrigação e são associados da Associação dos Irrigantes da Bahia (AIBA). Também há a Associação de Agricultores do Rio Formoso, entidade formada por produtores voltados ao agronegócio, que estão na bacia do rio Formoso, situado na parte norte do Mosaico, município de Côcos.

Os sindicatos de produtores rurais são filiados à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que, conforme seu Site, tem como missão representar, organizar e fortalecer os produtores rurais brasileiros e defender seus direitos e

interesses, com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do setor agropecuário. A CNA congrega associações e lideranças rurais e participa das discussões e decisões sobre a política nacional agrícola. Uma das atividades da CNA junto aos seus filiados é estar constantemente informando sobre os diferentes dispositivos legais e sua adequação à realidade do campo, bem como as políticas públicas para o setor, planos safra anuais, dentre outros aspectos.

5.5.3.1.4. Financiamento da produção

Os produtores financiam a sua produção por meio do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Sicoob (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil). As cooperativas fazem alguns contratos diretos com os fabricantes de adubos, agrotóxicos e sementes transgênicas e repassam aos cooperados.

5.5.3.2. Legislação e acordos internacionais

A legislação brasileira e dos estados que compõem o Mosaico, relacionadas com o meio rural, são bastante abrangentes e consideradas referência em termos mundiais. Somado a isso há, ainda, uma série de convenções, acordos e tratados internacionais que visam o desenvolvimento das nações em bases sustentáveis. Se o produtor brasileiro seguir o que a legislação e os acordos internacionais preveem, estará alcançando a sustentabilidade.

As leis visam disciplinar as formas de exploração da terra, bem como, a conservação dos recursos naturais de forma ampla (solo, água, biodiversidade, paisagem, dentre outros) e garantir que o trabalhador rural, as comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas tenham os seus direitos respeitados.

No território do Mosaico, por ser composto por um conjunto de unidades de conservação e outras áreas protegidas, a produção agropecuária tem que se atentar para esta realidade. Isto pode ser considerado um diferencial positivo para o produtor tendo em vista que na atualidade o consumidor está cada vez mais preocupado com a conservação da natureza. Desta forma, os mercados estão cada vez mais exigentes e pressionando para que a produção seja feita de forma sustentável e certificada. Para ser sustentável a atividade precisa ser economicamente viável, socialmente justa, culturalmente aceita e ecologicamente correta. É isso que a legislação e os acordos visam.

Em resumo, as principais legislações que versam sobre o meio rural e que tem forte inserção no território do Mosaico são:

5.5.3.2.1. Lei 9.985 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação)

Esta lei conceitua e caracteriza as diferentes categorias de unidades de conservação, bem como define as formas de criação, gestão, incentivos, dentre outros aspectos. A lei define os dois grupos de unidades de conservação, que são: Grupo I – Unidades de Proteção Integral (Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestres); e Grupo II – Unidades de Uso Sustentável (Áreas de Proteção Ambiental – APA, Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS, Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIE, Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, Reservas Extrativistas e Reservas de Fauna). O objetivo básico das unidades de proteção integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e o objetivo básico das unidades de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Como muitas propriedades e posses no Mosaico estão dentro das APA's, do Refúgio e no entorno das unidades de proteção integral, as ações de utilização da terra devem ser feitas com cuidados adicionais para não comprometer o alcance dos objetivos de conservação das diferentes unidades.

Em muitos casos, verifica-se que o uso da terra no território do Mosaico por agricultores e pecuaristas ignora a existência das unidades, especialmente das APA's. É comum a abertura de novas áreas para a agropecuária sem as licenças ou sem os devidos cuidados, sem o planejamento adequado para localização das reservas legais e/ou a formação de corredores ecológicos e, em alguns casos, comprometendo áreas de preservação permanente. No entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, por exemplo, alguns produtores foram multados por utilizarem cultivos transgênicos, o que não é permitido. Outra questão é que muitos cultivos chegam até o limite da unidade, quando poderia haver uma faixa de cerrado entre as plantações e o Parque, que poderiam ser definidas como reservas legais das propriedades.

Nas áreas ainda não indenizadas dentro de unidades de proteção integral é comum a criação de gado utilizando a pastagem nativa dos Parques. Boa parte da criação é feita fora das áreas das propriedades dos criadores, ou seja, em áreas do Parque já indenizadas ou em áreas cujos donos não estão mais utilizando a

espera das indenizações. Alguns dos impactos são: a constante pressão pelo pisoteio do gado em áreas sensíveis, que podem sofrer processos de erosão; pelo uso de queimadas que acabam se transformando em grandes incêndios no Parque; e a possibilidade de transmissão de doenças para animais silvestres.

5.5.3.2.2. Código Florestal (Lei 12.651/2012)

O código florestal prevê uma série de regulamentações voltadas para o uso do solo nos diversos biomas brasileiros. Define, dentre outras coisas, Áreas de Preservação Permanente (APP), Reservas Legais (RL), CAR (Cadastro Ambiental Rural), PRA (Programa de Regularização Ambiental).

A maioria das propriedades que caracterizam o agronegócio no território do Mosaico já fez o cadastramento (cerca de 70%) no Cadastro Ambiental Rural (CAR), fato considerado positivo.

Alguns dos principais problemas relacionados com o código florestal referem-se a utilização de áreas de preservação permanentes com atividades não permitidas e a inexistência de reservas legais nas propriedades ou, se existem, definidas sem um planejamento que envolva as unidades de Formoso-MG, com o objetivo de compensar a falta de reservas legais de seus cooperados, comprou uma área de cerca de 1.300 ha nas cabeceiras do rio Carinhanha e transformou em uma Reserva Coletiva.

Desta forma, várias propriedades precisam se adequar ao novo código por meio do programa de regularização ambiental, também previsto na lei.

5.5.3.2.3. Zoneamentos

A necessidade do Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) é prevista na Lei Federal 6.938/1981 e em leis estaduais. Os estados precisam ter os seus zoneamentos ecológicos e econômicos elaborados de forma participativa envolvendo poder público e sociedade civil. Trata-se de instrumento de grande importância no planejamento e elaboração das políticas públicas e das ações em meio ambiente, orientando o governo e a sociedade civil na elaboração dos seus programas e seus investimentos. Minas Gerais já possui um ZEE. A escala, no entanto, não possui um nível de detalhamento para que se elabore um planejamento voltado para uma determinada região do estado ou para uma determinada localidade.

Em Minas Gerais foi editado o Decreto Estadual nº 46.650 de 19/11/2014, que prevê o ZAP (Zoneamento Ambiental Produtivo). O ZAP envolve três

grandes etapas: definição das unidades de paisagem, diagnóstico da disponibilidade hídrica da sub-bacia e levantamento do uso e ocupação do solo.

No território do Mosaico ainda não existe este tipo de zoneamento. No entanto, na Bacia do Urucuia, que banha grande parte do território do Mosaico, no ribeirão Almas, sub-bacia do ribeirão da Conceição, um dos tributários da margem direita do Urucuia, município de Bonfinópolis, existe uma das primeiras iniciativas de Zoneamento Ambiental Produtivo (ZAP) de Minas Gerais. Em 2017, esta área foi reconhecida pelo IGAM, como Área de Conflito. Com base neste ZAP, estão sendo previstas ações de recomposição da vegetação em algumas áreas da bacia. Uma das entidades envolvidas com este estudo do ZAP, é a IRRIGANOR, Associação dos Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais.

5.5.3.2.4. Lei Federal nº 9.433 de 8 /01/1997 – Lei das Águas - Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e Lei Estadual nº13.199 de 29/01/1999

Estas leis preveem que a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar os usos múltiplos das águas, de forma descentralizada e participativa, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Também determina que, em situações de escassez, o uso prioritário da água é para o consumo humano e para a dessedentação de animais. Outro fundamento é o de que a bacia hidrográfica é a unidade de atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

É importante, também, que a lei estadual nº13.199 de 29/01/1999, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em Minas Gerais seja respeitada.

A lei 9.433 prevê, também, a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas, que terão como área de atuação: I - a totalidade de uma bacia hidrográfica; II - sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação: I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia; IV - acompanhar a execução do Plano de

Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes; VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; IX - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

No território do Mosaico, há os Sub-Comitês da Bacia do São Francisco Nº 08 (bacia do Rio Urucuia, que abrange 12 municípios) e nº 9 (médio São Francisco, que abrange as bacias dos rios Acari, Pardo, Pandeiros, Peruaçu, Itacarambi, Cochá, Gibão, dentre outros, e 24 municípios). Há épocas em que estes comitês são mais ou menos atuantes. Vários rios que formam as duas sub-bacias estão com graves problemas de quantidade e qualidade de água, alguns secando em parte ou todo, na época dos períodos de estiagem. Os comitês precisam ter uma atuação ativa o ano inteiro.

Em várias localidades do Mosaico, já se verifica a falta d'água, seja pela diminuição de chuvas, seja pelo comprometimento de mananciais em função do uso intensivo da água (por irrigação e poços artesianos) ou de degradação de ecossistemas. Várias nascentes, veredas, córregos e rios estão secando em diferentes partes do território. As principais causas estão relacionadas com: o desmatamento de áreas de recarga de aquíferos e de APP's (Áreas de Preservação Permanente), especialmente em cabeceiras e beiras de cursos d'água; a criação de gado em locais impróprios; a prática de queimadas descontroladas e em locais inadequados; o uso indiscriminado e sem controle de poços artesianos, ou seja, a perfuração de poços sem as devidas outorgas concedidas pelos órgãos responsáveis.

A Coopertinga teve aprovada a outorga coletiva para o uso da água pelos seus cooperados.

5.5.3.2.5. Lei de agrotóxicos

A legislação sobre agrotóxicos prevê uma série de normas sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

No território do Mosaico, os plantios voltados para o agronegócio utilizam amplamente agrotóxicos em suas lavouras. Em geral, o agricultor procura utilizar na forma e em quantidade corretas em função, principalmente, dos custos representativos dos agrotóxicos. Há relatos de utilização em excesso, ou de forma inadequada, ou em horários/dias inapropriados. Também, há a utilização de aviões para dispersão aérea, o tem trazido alguns problemas. Há dois anos, houve uma dispersão aérea no entorno do PARNA Grande Sertão Veredas, que adentrou os limites do Parque e causou sérios impactos ambientais.

A destinação das embalagens usadas também requer cuidados especiais na limpeza, na armazenagem pós-uso e na devolução aos estabelecimentos comerciais. Há relatos de agricultores que não seguem adequadamente estes cuidados, prejudicando a saúde e o meio ambiente.

5.5.3.2.6. Leis trabalhistas

A aplicação das leis trabalhistas no meio rural teve avanços nas últimas décadas, porém em muitas situações ainda deixa a desejar. Sem entrar no mérito sobre como está a situação no território do Mosaico, é importante ressaltar que este tópico é essencial na busca de uma produção que possa ser considerada sustentável.

5.5.3.2.7. Acordos/Convenções Internacionais

Dentre os principais acordos e convenções que tem rebatimento no território do Mosaico, destacam-se a Convenção sobre as Mudanças Climáticas e a Convenção sobre a Diversidade Biológica. Há também, acordos sobre recursos hídricos, desertificação, dentre outros temas.

É importante ressaltar estes assuntos, pois a preocupação com o meio ambiente parte de questões locais e pontuais e aborda, também, questões regionais, nacionais e internacionais. A busca pela sustentabilidade envolve uma grande rede global e uma série de normatizações, que vai do local ao global. Como vários produtos do território são comercializados tanto a nível local, como internacional, não há como deixar de seguir normas definidas e acordadas internacionalmente.

Além disso há diretrizes estabelecidas pela Organização das Nações Unidas, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

5.5.4. Águas do Mosaico

A questão da água, ao longo da última década, mostrou-se um tema sensível para as comunidades que habitam o Mosaico e para a própria viabilidade ecológica das Unidades de Conservação que o compõem. Os últimos anos foram marcados por baixos níveis de precipitação na região do Mosaico associados a uma crescente pressão sobre os recursos hídricos em áreas vulneráveis dos pontos de vista hidrológico e pedológico, principalmente na porção leste do Mosaico, destacando-se as sub-bacias dos rios Pandeiros, Peruaçu, Mocambo e Itacarambi.

As crescentes pressões e escassez hídrica na porção leste do mosaico redundou em secamentos de corpos hídricos, como veredas e rios. O rio Peruaçu apresenta, desde o ano de 2010, drástica redução em seu volume, relatada por pesquisadores, administradores de Unidades de Conservação e pela comunidade local. Existem falhas nos critérios de outorga para a exploração de água subterrânea no mosaico e isto se revela como um dos fatores de-

terminantes para a atual situação hídrica observada na região do Mosaico.

5.5.4.1. Bacias hidrográficas do Mosaico e suas Unidades de Gestão

O Mosaico Grande Sertão Veredas – Peruaçu é abrangido, em maior parte, pela Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos SF 9 – UPGRH SF 9 (figura 16), com exceção da porção noroeste, abrangida pelo estado da Bahia, onde se encontra a porção norte do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, cortada pelo rio Itaguari, e da porção do extremo oeste, abrangida pela bacia do rio Urucuia, cuja Unidade de Gestão é a SF 8.

As SFs são subdivisões administrativas da grande bacia do rio São Francisco que abrangem suas sub-bacias e que contam com respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs). A SF 9 é denominada, também, como UPGRH do médio São Francisco, ou, como mais utilizado, UPGRH do Pandeiros e Calindó.

FIGURA 16:

Comitês de Bacias Hidrográficas para o Mosaico GSV-Peruaçu



A SF 9, portanto, representa a área de interesse principal para a gestão de recursos hídricos no Mosaico Grande Sertão Veredas-Peruaçu. As sub-bacias que compõem a SF9 foram segmentadas na elabora-

ção do diagnóstico para o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Pandeiros – SF9 (2014), com suas respectivas áreas, conforme tabela 26 e figura 17 abaixo:

TABELA 26: Sub-bacias que compõem a SF9

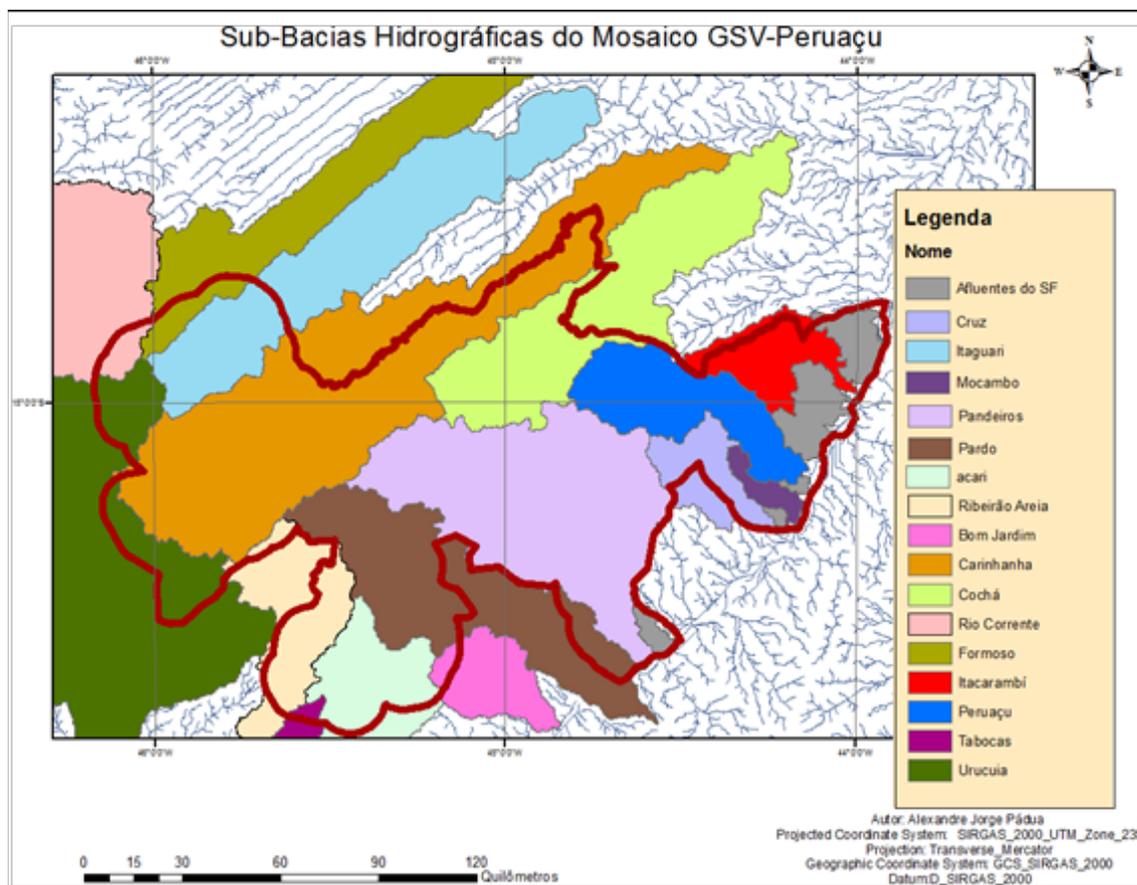
Sub-bacia	Área (hectares)	% que ocupa na UPGRH - SF9
Acari**	192.793	6,19
Alto Carinhanha	709.296	22,79
Baixo Carinhanha**	336.888	10,82
Cruz*	208.069	6,68
Mangai*	277.100	8,90
Pandeiros	437.156	14,04
Pardo**	330.077	10,60
Peruaçu	266.714	8,57
São Pedro*	210.657	6,77
Tapera*	143.891	4,62
Total	3.112.642	100

* Sub-bacias da SF9 que não estão abrangidas no Mosaico GSV-Peruaçu, situadas à margem leste do São Francisco; ** Sub-bacias da SF9 parcialmente abrangida pelo Mosaico GSV-Peruaçu.

Fonte: Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Pandeiros

A figura 17, abaixo, mostra a segmentação das bacias hidrográficas que estão abrangidas pelo Mosaico GSV – Peruaçu.

FIGURA 17:



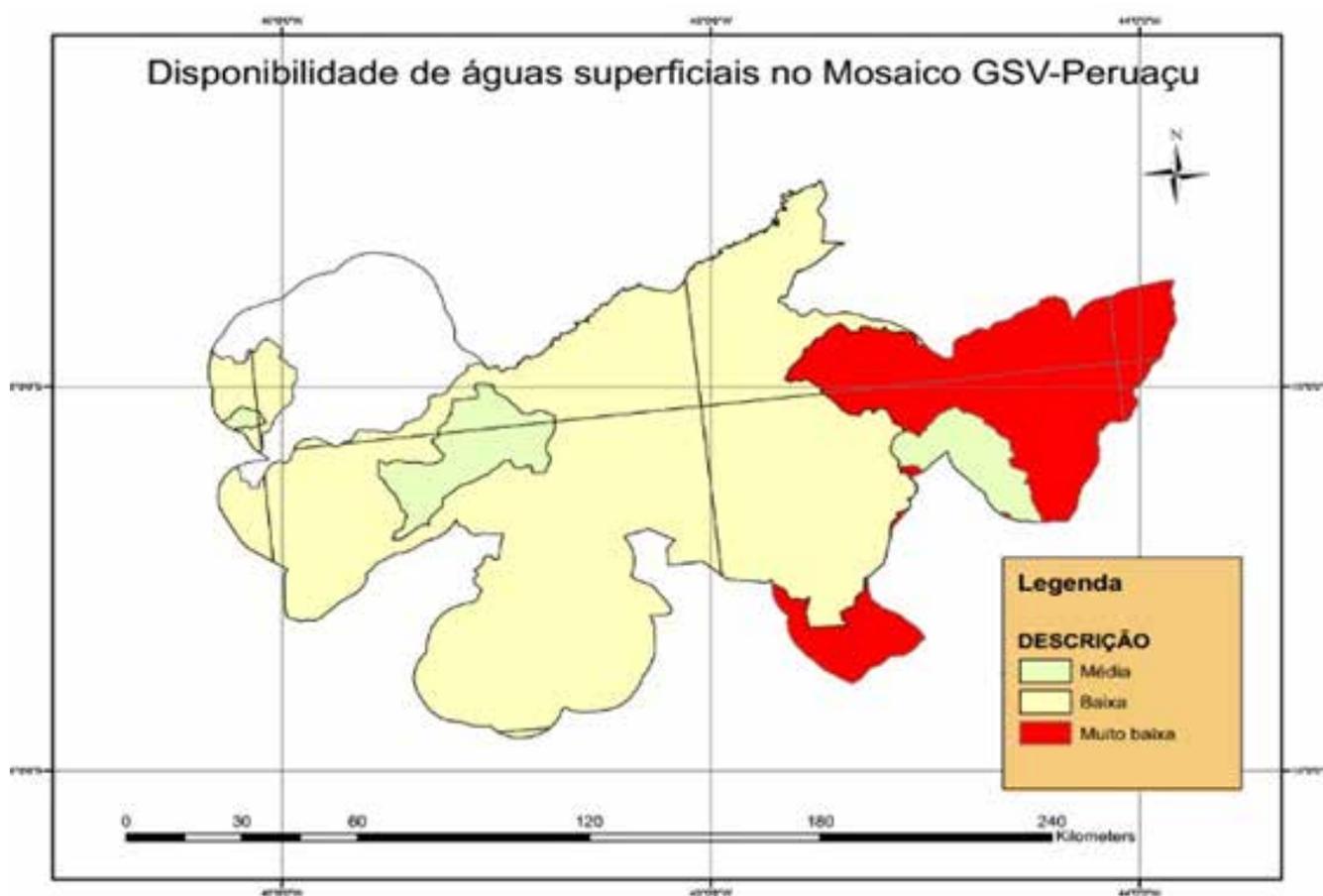
5.5.4.2. Águas Superficiais

A disponibilidade hídrica superficial representa a quantidade de água que pode ser retirada de um manancial sem que comprometa sua vazão ecológica (entendida como aquela demandada pela fauna e flora local da bacia hidrográfica a jusante do curso d'água). A Portaria Administrativa IGAM nº 010, de 30 de dezembro de 1998, adotou a vazão de referência para disponibilidade hídrica o método Q7,10 (variável que considera a mínima das médias diárias de 7 dias consecutivos em um período de 10 anos). De acordo com a referida portaria, o limite máximo outorgável é 30% de Q7,10 (ZEE-MG, 2008). A variável Q7,10, obtida a partir de dados disponíveis no site da Agência Nacional de Águas – ANA, é usada em modelos ma-

temáticos lineares, relacionada à área de drenagem das bacias hidrográficas e à precipitação média anual, para estimar a disponibilidade hídrica natural das águas superficiais. Com intuito de eliminar a influência do tamanho da área de drenagem da bacia sobre os valores de vazão, o ZEE-MG adota o Rendimento Específico (RE), expresso em $L \cdot s^{-1} \cdot Km^{-2}$. Com base em classes de intervalo $1,5 L \cdot s^{-1} \cdot Km^{-2}$, chega-se a classificação que considera a vulnerabilidade natural do recurso hídrico superficial de acordo com o valor estimado para RE7,10.

A figura 18, abaixo, indica a distribuição espacial da disponibilidade natural da água superficial na área do Mosaico Grande Sertão Veredas – Peruaçu.

FIGURA 18:

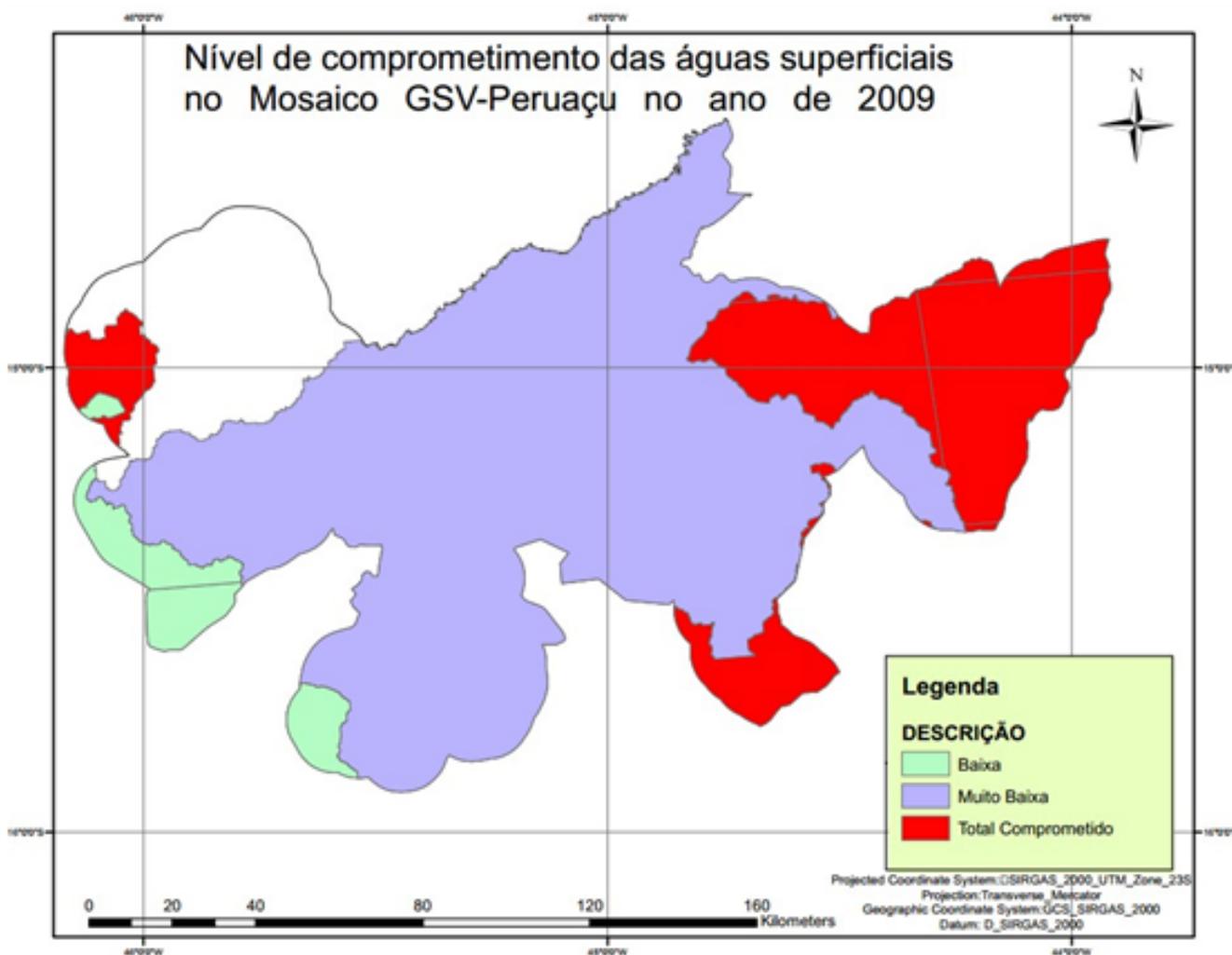


Fonte: ZEE-MG (adaptado pelo autor)

A figura 19, abaixo, mostra a situação crítica de comprometimento de água superficial no Mosaico GSV-Peruaçu, com 'total comprometimento' em áreas

situadas nos extremos orientais e ocidentais do Mosaico e na porção sul da sub-bacia do rio Pandeiros:

FIGURA 19:



Fonte: ZEE-MG (adaptado pelo autor)

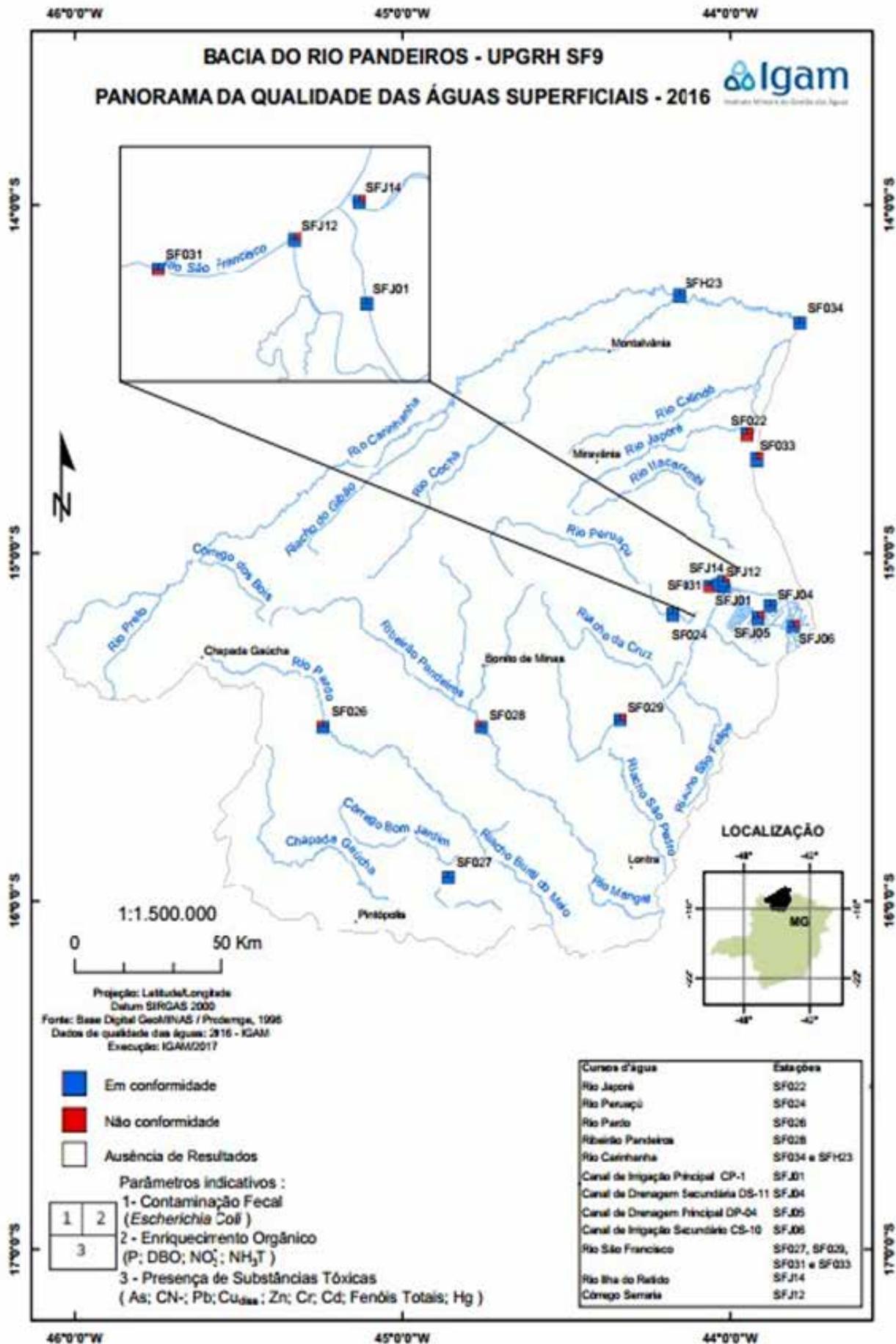
A metodologia adotada pelo Programa Águas de Minas para avaliação da qualidade das águas considera três indicadores principais: Índice de Qualidade das Águas (IQA), Contaminação por Tóxicos (CT) e Índice de Estado Trófico (IET). Além desses indicadores, adotou-se a Densidade de Cianobactérias e Ensaio de Ecotoxicidade para pontos específicos com potencial de floração e propícios à toxicidade. O estudo também considerou a variação nos indicadores ocorridas entre os anos de 2015 e 2016.

Os três principais indicadores (Índice de Qualidade da Água-IQA, Contaminação por Tóxicos CT e o

Índice de Estado Trófico-IET) formam o Panorama de Qualidade das Águas. Os valores analíticos referentes aos parâmetros monitorados nas coletas de águas superficiais realizadas na SF9 foram confrontados com os limites definidos na Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 01/2008. Tais limites estão de acordo com classes de enquadramento, que indicam as restrições de uso da água.

A figura 20 indica a conformidade dos três principais indicadores com as amostragens realizadas nas respectivas estações:

FIGURA 20:



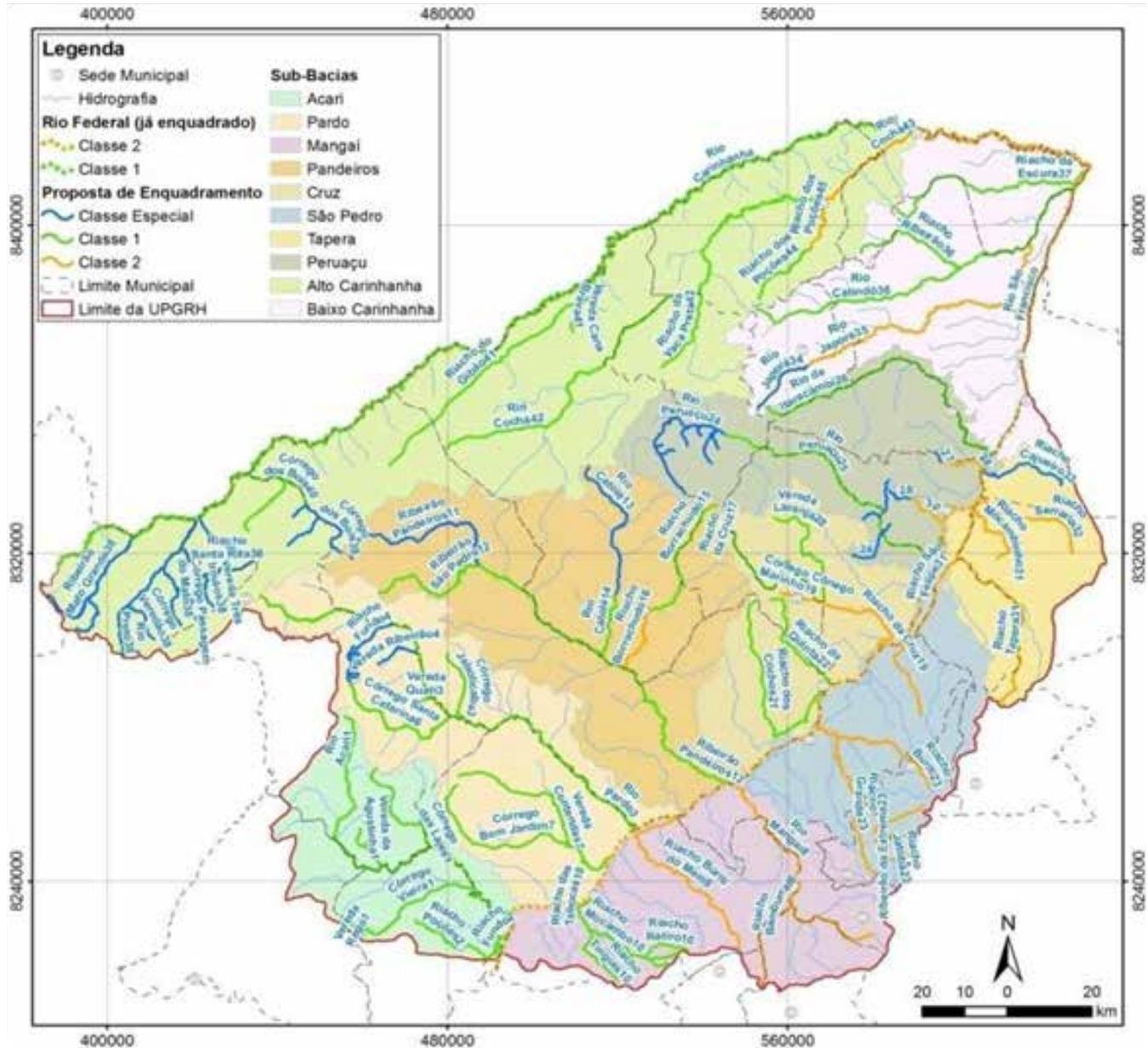
Fonte: IGM 2018

5.5.4.3. Enquadramento dos corpos hídricos no contexto do Plano Diretor de Recursos Hídricos da SF 9.

O enquadramento dos corpos d’água é um instrumento fundamental para a gestão e planejamento dos recursos hídricos. O enquadramento estabelece metas de qualidade de água e os tipos de uso que podem ser dados ao recurso, sendo dividido em cinco classes: especial, classe 1, classe 2, classe 3 e classe 4 (do mais restritivo para o de menor restrição). A classificação do enquadramento, de acordo com a

ANA (2017), objetiva “assegurar a qualidade da água a ser alcançada e mantida ao longo do tempo de forma compatível com seu uso e diminuir os custos de combate à poluição”. O enquadramento, também, relaciona em categorias a qualidade da água com os possíveis usos que podem ser feitos dela. O Plano Diretor de Recursos Hídricos da SF9 contém uma proposta de enquadramento dos corpos hídricos das bacias de interesse para o Mosaico GSV - Peruaçu, conforme figuras 21 e 22, abaixo:

FIGURA 21: Classes de enquadramento dos corpos hídricos na SF9



Fonte: Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Pandeiros – SF9

FIGURA 22: Classes de enquadramento

USOS DAS ÁGUAS DOCES	CLASSES DE ENQUADRAMENTO				
	ESPECIAL	1	2	3	4
Preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas 	Classe mandatória em Unidades de Conservação de Proteção Integral				
Proteção das comunidades aquáticas 		Classe mandatória em Terras Indígenas			
Recreação de contato primário 					
Aquicultura 					
Abastecimento para consumo humano 	Após desinfecção	Após tratamento simplificado	Após tratamento convencional	Após tratamento convencional ou avançado	
Recreação de contato secundário 					
Pesca 					
Irrigação 		Hortaliças consumidas cruas e frutas que se desenvolvem rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película	Hortaliças, frutíferas, parques, jardins, campos de esporte e lazer,	Culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras	
Dessedentação de animais 					
Navegação 					
Harmonia paisagística 					

Observação: As águas de melhor qualidade podem ser aproveitadas em uso menos exigente, desde que este não prejudique a qualidade da água.

5.5.4.4. Nível de comprometimento de Água Subterrânea

O nível de comprometimento é um indicador que incorpora à vulnerabilidade (ou disponibilidade) natural da água, superficial ou subterrânea, o fator exploração para atividades humanas, que é medido pelo volume total de água outorgada por ano, representando, assim, uma relação entre oferta e demanda. Sendo o indicador ‘Nível de Comprometimento’ encontrado através de uma razão entre o somatório do volume de água outorgado em uma bacia pelo volume de água disponível na bacia.

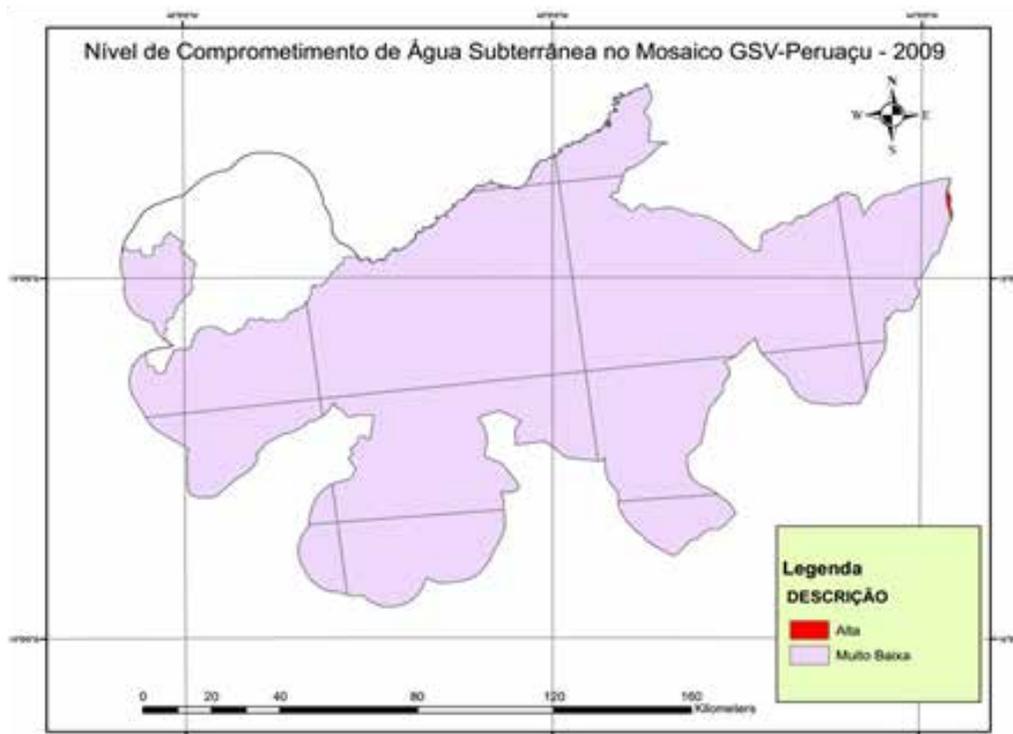
Dessa forma a análise da figura acima indicaria uma situação confortável para a região do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.

Porém, considerando que a informação de que a exploração da água subterrânea na região do mosaico

é, predominantemente, informal, não aparecendo, dessa forma, a real pressão causada pela perfuração de poços tubulares clandestinos na região nos cadastros de outorga do IGAM, isso faz com que a situação não seja tão confortável como aparece na Figura 23. Acredita-se que o volume outorgado legalmente representa apenas uma pequena fração daquilo que é efetivamente explorado.

Os efeitos dessa pressão já se fazem visíveis no rebaixamento dos lençóis freáticos em bacias como a do Peruaçu-Itacarambi, Pandeiros, Coxá, entre outras, situadas nas porções central e oriental do Mosaico, onde os níveis de precipitação são sensivelmente menores. Tais fatores se apresentam como a explicação mais evidenciada sobre a aparente contradição entre a disponibilidade natural de água superficial e subterrânea do mosaico.

FIGURA 23: Classes de enquadramento



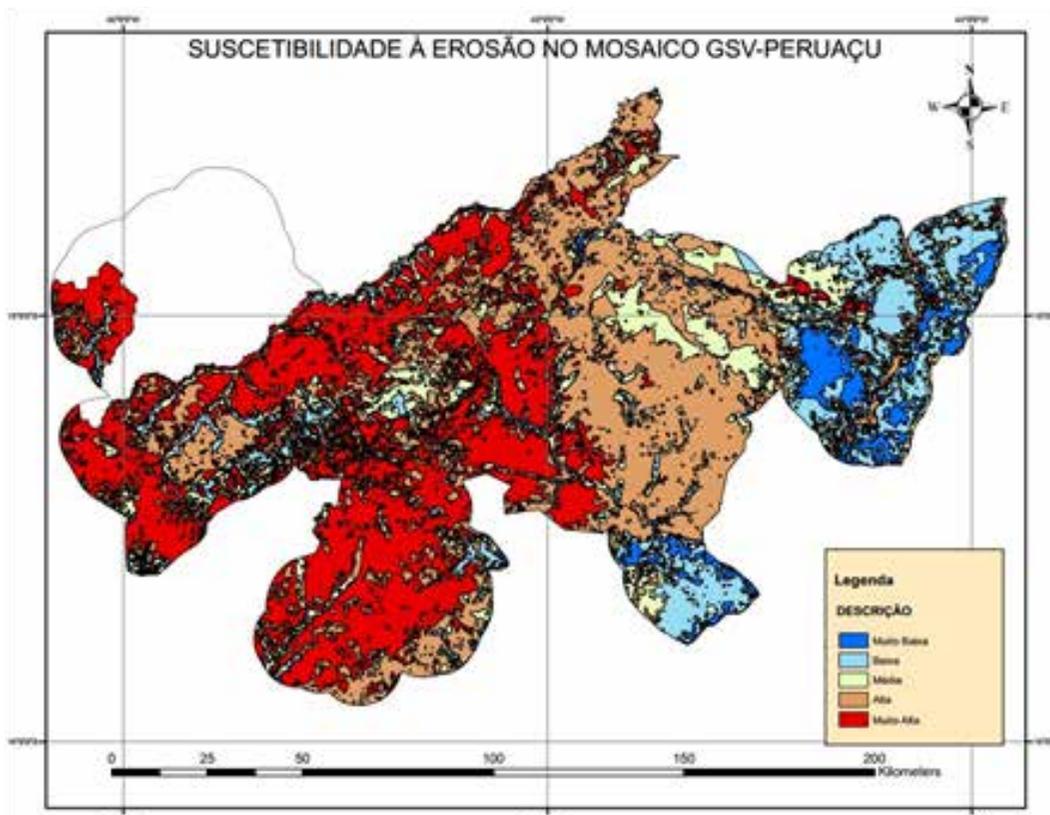
5.5.4.5. Suscetibilidade à erosão

O conceito de suscetibilidade à erosão compreende uma associação de fatores que participam e influenciam processos erosivos. O indicador incorpora a erodibilidade do solo (aspectos físicos do solo, como textura e classe), risco potencial de erosão

(considera a erodibilidade e o declive) e a intensidade das chuvas e a exposição direta do solo ao impacto de gotas (ZEE-MG, 2008).

A figura 24, abaixo, indica a espacialização da suscetibilidade dos solos do Mosaico à erosão:

FIGURA 24:



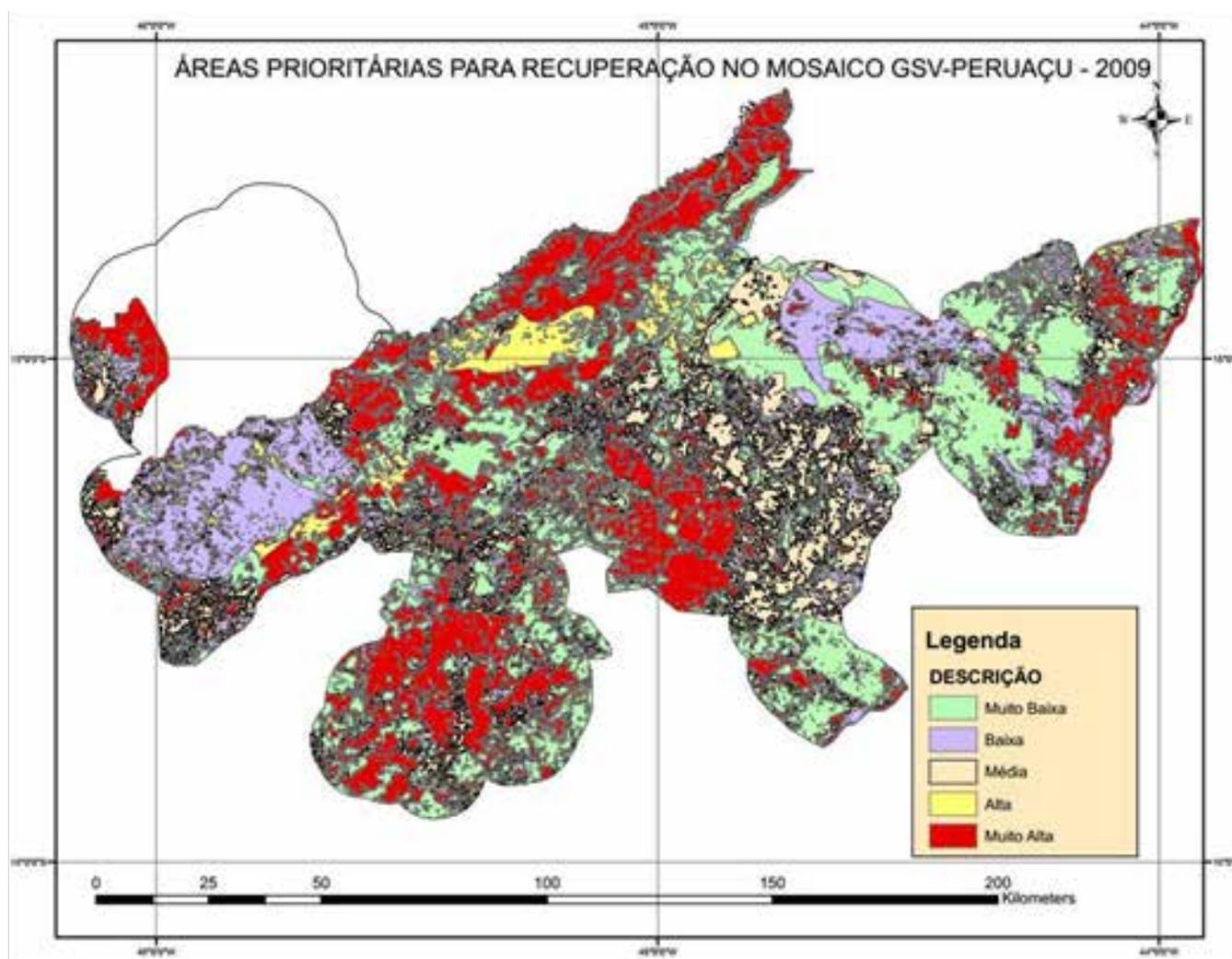
5.5.4.6. Áreas Prioritárias para Recuperação

O ZEE-MG indicou, ainda, quais são as áreas prioritárias para recuperação em todo Estado de Minas Gerais. No contexto do Mosaico, nota-se que há largas áreas degradadas concentradas na porção norte da APA Cochá e Gibão e Sudoeste da APA Pandeiros. A bacia do Rio Pardo e o entorno do Parque Nacional do Grande Sertão Veredas e a porção leste do Mosaico também apresentam áreas degradadas em porções significativas. Há, para a Bacia do Pandeiros, grande importância em estabelecer programas de recupe-

ração das áreas nas cabeceiras e porções altas da bacia, devido ao grande potencial de perda de solos e consequente deposição de sedimentos na porção sul da bacia, a jusante do rio Pandeiros. A bacia do rio Itacarambi também merece atenção especial, devido a importância do rio Itacarambi para a população local e pela situação crítica de escassez que culminou em conflitos pelo uso do recurso (IGAM, 2018).

Na figura 25 estão representadas as áreas prioritárias para recuperação no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.

FIGURA 25:



Fonte: ZEE-MG (adaptado pelo autor)

5.5.4.7. Fatores antrópicos de pressão e conflitos por uso da água

Para planejar, gerir e fazer melhor aproveitamento dos recursos hídricos, é necessário identificar os fatores de pressão em cada unidade de planejamento, no caso, sub-bacias hidrográficas. Geralmente, a pressão está relacionada com o uso do solo,

agricultura irrigada, crescimento populacional, falta de saneamento básico e fatores produtivos. Ainda é comum, em zonas rurais, a ocorrência de altas taxas de desperdício de água, devido à carência de infraestrutura básica e de tecnologia aplicada à propriedade. Alguns desses fatores serão discutidos nos tópicos seguintes.

5.5.4.7.1. Irrigação e demais usos

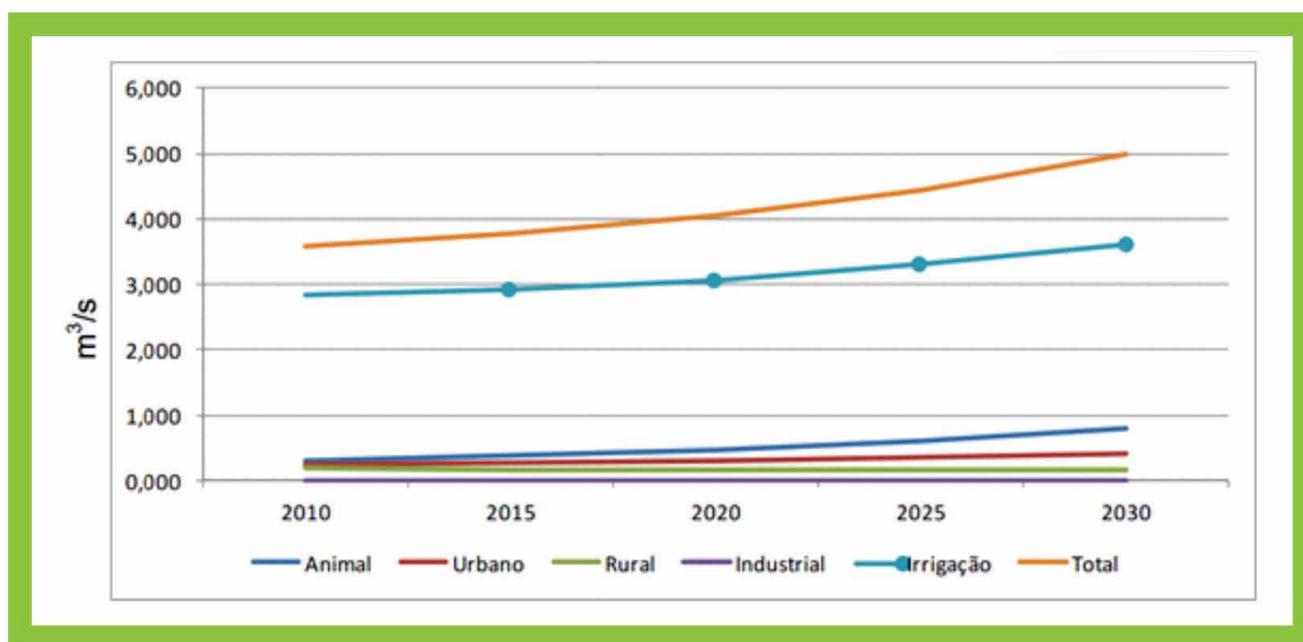
A irrigação figura como a principal categoria de uso no contexto do Mosaico GSV-Peruaçu, chegando a representar valor superior a 80% da vazão consumida total nas sub-bacias do Acari (92,5%), Alto Carinhanha, Baixo Carinhanha (91,9%) e Peruaçu, de acordo com o Plano Diretor de Recursos Hídricos – SF9 (2014).

A criticidade associada à irrigação não está relacionada apenas com a demanda acentuada por essa categoria de uso, mas, também, com a variação sazonal, que faz com que o uso seja mais intenso justamente nos períodos de maior déficit no balanço hídrico climatológico (período seco).

As projeções para os próximos anos são de crescimento acentuado para uso de irrigação, podendo chegar ao incremento de 39% do uso da água essa categoria na SF9, se mantiver a taxa de crescimento observada desde 2010 (5% a.a), conforme estimativa do PDRH – SF9. No contexto do Mosaico GSV-Peruaçu, o prognóstico mostra-se mais desfavorável para as sub-bacias do Peruaçu-Itacarambi, Alto e Baixo Carinhanha. Porém, todas as sub-bacias apresentam tendência acentuada de crescimento da demanda pelo uso da água, principalmente para irrigação.

A figura 26, abaixo, representa a curva de crescimento estimado para as diferentes categorias de uso de 2010 a 2030 na SF-9:

FIGURA 26:



Fonte: Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Pandeiros – SF9

5.5.4.7.2 Ocupações humanas: densidade demográfica

Para o entendimento dos fatores geradores de pressão sobre os recursos hídricos do Mosaico GSV-Peruaçu, é importante conhecer a densidade populacional de cada sub-bacia que integra o Mosaico. Para tanto, com base nos dados sobre demografia dos municípios do IBGE (2010; 2018) e com a divisão territorial adotada pelo PDRH - SF9, foi possível chegar a um número próximo da população das sub-bacias do Acari, Alto Carinhanha, Baixo Carinhanha, Pardo, Pandeiros e Peruaçu-Itacarambi. Os dados do IBGE, porém, são relativos ao censo de 2010.

Para o ano de 2020, o IBGE fez uma estimativa baseada na tendência de crescimento populacional da região, que aponta para uma tendência à estabi-

lização das populações dos municípios do Mosaico, com exceção do município de Chapada Gáucha (MG) que deve dobrar a sua população no período entre 2010/20.

5.5.4.7.3. Outorgas

A outorga é a autorização, pelo poder público, por meio de ato administrativo, com finalidade de conceder direito de uso e exploração dos recursos hídricos a um requerente. A outorga destina-se a diferentes usos e apresenta distintos tipos. No caso particular do Mosaico, predominam os seguintes tipos de outorga:

- **Captação em barramento:** *captação em estrutura construída em um curso d'água transversalmente à direção de escoamento de suas águas, alterando as suas condições de*

escoamento natural, objetivando a formação de um reservatório a montante. O reservatório de acumulação pode atender a uma ou a diversas finalidades como abastecimento de água para cidades ou indústrias, aproveitamento hidrelétrico, irrigação, controle de enchentes, etc. (IGAM,2018)

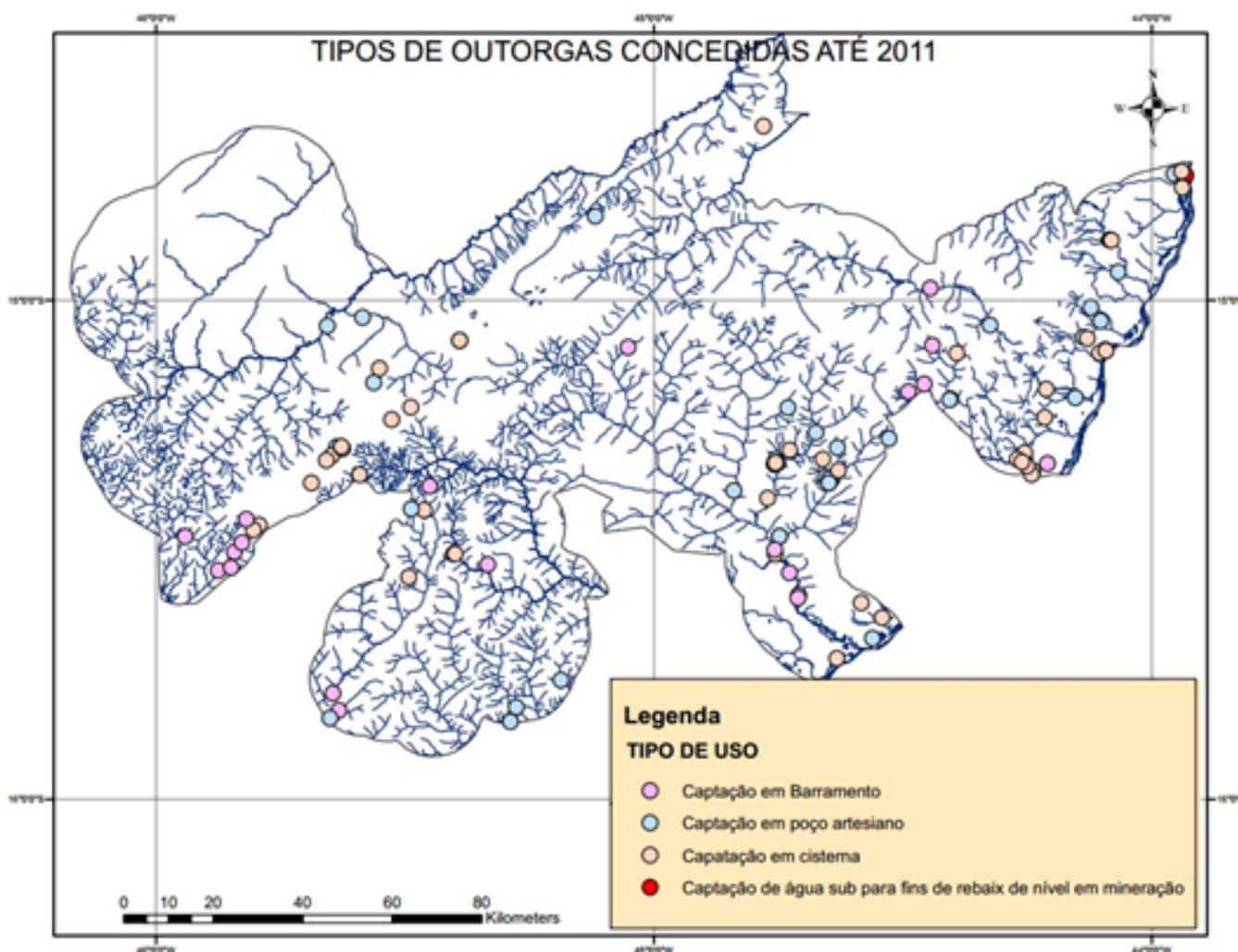
- **Captação em poço tubular (artesiano):** Poço escavado, com trado manual ou mecânico, de diâmetro inferior a 0,5 (meio) metro e profundidade máxima de 20 (vinte) metros, com

revestimento protetor, geralmente de alvenaria de bloco cerâmico ou tijolinho, contendo orifícios abertos por onde afluem as águas do nível freático, bem como pelo fundo do poço. (Idem)

- **Captação em cisterna:** Poço de captação de água subterrânea, escavados manualmente e de grande diâmetro (superior a 0,5 m – meio metro). (idem).

A figura 27, abaixo, apresenta um inventário de outorgas realizadas pelo IGAM entre o período de 1987 até o ano de 2011.

FIGURA 27:



Fonte: IGAM.

A figura acima revela alguma tendência ao tipo de exploração e usos dentro da área do Mosaico. Captação em barramento, em geral, é utilizada para irrigação de lavouras, representando o uso mais significativo da água e motivo principal para conflitos por uso do recurso constatado na sub-bacia do Itacarambi.

É importante frisar que os poços tubulares precisam de outorga concedida pelo IGAM. Contudo, embora a perfuração de poços tubulares seja uma prática comum em toda região do mosaico, e embora careça de outorga, encontram-se pouquíssimas referências de outorgas concedidas pelo IGAM para poços tubulares. Constam, para o período compreendido

entre 2012 e 2016, apenas 8 registros de outorgas cadastrados no IGAM para toda a área do Mosaico. Tais dados reforçam o fato de que a exploração da água subterrânea por meio de poços tubulares é, predominantemente, ilegal.

A ilegalidade da exploração da água subterrânea impossibilita a realização de um diagnóstico preciso sobre o papel da exploração da lâmina d'água, por parte de produtores e moradores, na pressão sofrida sobre a disponibilidade hídrica das principais sub-bacias do Mosaico. Aliado a um balanço hídrico climático deficitário, tal pressão pode acarretar em agravamento de problemas de escassez.

5.5.4.7.4. Conflitos pelo uso de recursos hídricos

Os recentes problemas relacionados à escassez de água na região do Mosaico GSV-Peruaçu redundaram em conflitos pelo uso do recurso. O Instituto Mineiro de Gestão de Águas - IGAM mapeou conflitos na bacia do Itacarambi e em trechos da bacia do Japoré e emitiu Declarações de Área de Conflito (DACs nº 003/2008 e nº 021/2007) para essas sub-bacias.

É importante que se esclareça a situação identificada pelo IGAM para procurar compreender as causas e possíveis oportunidades de mediação desses conflitos, junto ao Comitê de Bacia Hidrográfica SF9, comunidade local, produtores e órgãos do poder público.



5.5.5. Turismo

5.5.5.1. Breve Contextualização¹

Desde o início da execução do Plano de DTBC do Mosaico, em 2011, diversas ações integradas, de modo intersetorial e interinstitucional, produziram importantes efeitos no território em questão. O desenvolvimento de novas metodologias de mobilização social associado às análises conjuntas dos impactos ambientais monitorados nesse contexto socioespacial e, à busca por um entendimento sobre as possibilidades do turismo ecocultural de base comunitária, encontrou nos estudos de efetividade dos processos de gestão territorial integrada e participativa de áreas protegidas por meio da governança, uma potente plataforma para novos sentidos territoriais.

O lançamento do site oficial do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu como estratégia de comunicação e, os novos processos de inventariação de patrimônios culturais e valorização de potenciais atrativos turísticos, traduzem significativos avanços. A organização do calendário de festas tradicionais do território, os mapeamentos voltados à valorização de saberes locais, a formatação de roteiros turísticos como a “Estrada Parque Guimarães Rosa” (Funatura: 2012), o “Caminho do Sertão”, a “Trilha do Mato Grande”, o “Mosaico Pocket” (Rosa e Sertão:2014), a “Imersão no Mosaico” (Rosa e Sertão: 2014) e outros consolidados, são exemplos. Todos, resultados derivados do Plano DTBC e seus múltiplos desdobramentos voltados ao aprimoramento de tecnologias sertanejas realçadas nas cartografias sociais do médio rio São Francisco, na formação de condutores ambientais para o uso público das Unidades de Conservação do território, nos programas de assistência técnica e extensão rural e de prevenção e combate a incêndios florestais. Ainda, conectados ao fortalecimento do extrativismo vegetal, da agricultura familiar sustentável e da agroecologia, bem como no diálogo com os Circuitos Turísticos da região.

Considerando os desafios e complexidades evidenciados no histórico do Plano DTBC, uma revisão crítica nessa quadra aponta contribuições importantes para a atualização de suas dimensões e, evidencia subsídios aos posicionamentos, procedimentos e conhecimentos compartilhados e produ-

zidos sobre Turismo de Base Comunitária (TBC) no Mosaico no período de 2011 a 2018, envolvendo a sua implementação e revisão. Cabe destacar que as análises até então realizadas após a realização de cursos, de reuniões do conselho consultivo do Mosaico e do grupo de trabalho de revisão do eixo turismo, da realização de pesquisas, trabalhos técnicos, de visitas técnicas e viagens de intercâmbio para imersões e experiências, foi constatada a necessidade de aprofundamento na construção conceitual sobre TBC no Mosaico SVP que implique em novas metodologias e práticas de gestão integrada e governança territorial.

Nas avaliações sobre as percepções dos sujeitos e suas diversas representações institucionais, as primeiras constatações informam sobre a importância da produção e do compartilhamento do conhecimento em turismo para a consolidação de políticas públicas de TBC no Mosaico e, sobre a necessidade de conciliação das especificidades de cada lugar. Nesse sentido, este eixo, em diálogo com os arranjos teórico-conceituais até então adotados na consolidação do Mosaico, codifica novos referenciais e percepções na ação de transposição do conhecimento em turismo para as políticas públicas de turismo no Estado de Minas Gerais, em especial em *turismo de base comunitária*.

Ainda não é realidade no país uma política pública de Turismo de Base Comunitária. O registro mais significativo foi registrado no ano de 2008 quando o Ministério do Turismo publica o edital 01/2008 com foco no financiamento específico de projeto de Turismo de Base comunitária. (BARTHOLLO, SANSOLO e BURSZTYN, 2009, p.15). As ações, projetos, políticas públicas e produções científicas são incipientes. Em toda a América Latina está em curso a construção de um marco teórico para o turismo de base comunitária. A diversidade de iniciativas implica em inúmeras abordagens que fortalecem o movimento de gestão dos processos e desafia a formulação de políticas públicas específicas. É nesse cenário que a Diretoria de Segmentação Turística da Secretaria de Estado de Turismo, iniciou um levantamento de projetos baseados no turismo de base comunitária, com a finalidade de construir de forma coletiva uma proposta de trabalho que atenda as especificidades do segmento.

Nesse sentido, percebe-se que o MSVP pode ser referência no campo de implementação de uma política compartilhada com o cruzamento de políti-

¹ Por Ana Gabriela Fontoura, Damiana Campos e Herbert Canela. Parte deste texto

cas ambientais, culturais e de soberania alimentar. Cabe destacar que já foram realizados os primeiros pilotos, como no caso proposto pelo Instituto Rosa e Sertão por meio dos intercâmbios intercomunitários, aliando a Política de Pontos de Cultura, Educação Patrimonial, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Mosaicos de Áreas Protegidas.

Em relação a produção do conhecimento em *turismo comunitário*, nota-se que cresce na América Latina, dada a importância do setor para os países em desenvolvimento e suas políticas de inclusão social, com destaque às iniciativas dos países Peru, Colômbia, Equador e Bolívia. É a partir dessa compreensão que a proposta reflexiva aqui, tece diálogos com as Metas do Milênio, com diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica, da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da União Internacional para a Conservação da Natureza e da Organização Mundial do Turismo.

Entretanto, os primeiros estudos sobre turismo de base comunitária ainda não conseguem traduzir na totalidade quais os reais impactos e desdobramentos dessas dinâmicas, o que ressalta a importância de atravessar a quadra analítico-reflexiva da questão. De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT) o turismo é o setor responsável por 10% do Produto Interno Bruto mundial e por 7% do comércio global, produzindo 1,4 trilhões de dólares em exportações, representando 30% das exportações de serviços e gerando um em cada dez empregos no mundo.

Consta no *Relatório Anual da Agência* que, 2017, declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento (UNWTO, 2017)² foi um ano recorde para o turismo internacional. As chegadas internacionais de turistas cresceram acima da média, em torno de 4% ao ano, pelo oitavo ano consecutivo, em uma sequência de crescimento ininterrupto gravado desde a década de 1960. Destinos no mundo todo receberam 1.323 milhões chegadas de turistas internacionais, cerca de 84 milhões ou 7% a mais do que em 2016. Entre 2008 e 2017, 393 milhões de pessoas a mais viajaram internacionalmente para turismo. (UNWTO, 2018)³. Até 2030, a OMT prevê que chegadas de turistas internacionais cheguem a 1,8 bilhão. (UNWTO, 2011)⁴.

O Fórum Econômico Mundial (FEM) que desde 2007 monitora o potencial competitivo das economias de turismo no cenário internacional, publicou em 2017 o documento *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017*, cujo ranking de competitividade de Viagens e Turismo, avalia o desempenho de 136 países a partir de quatorze dimensões de análise. Nele o Brasil é apresentado na 27ª posição (WEF, 2017, p. 09)⁵, primeiro entre os países da América do Sul, situação diferente de quando o país ocupou a 51ª posição em 2013. Em 2007, o país configurava no 59º lugar. E em 2015, estava em 28º. Apesar do salto nos últimos quatro anos e da manutenção enquanto primeira potência em recursos naturais e oitava em recursos culturais, o país ainda vive os dissabores de um frágil ambiente de negócios, segurança, priorização do setor de viagens e turismo, infraestrutura de portos e solos. (WEF, 2017, p.110-111) (WEF, 2015, p.100-101)⁶. Observado o *Anuário Estatístico* do Ministério do Turismo, o Brasil registrou em 2017 o maior número de entradas de estrangeiros na sua história, um total de 6.588.770 turistas, superando os anos de 2014 e 2016, quando o país sediou respectivamente os grandes eventos, Copa do Mundo de Futebol da FIFA e Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. (MTUR, 2018)⁷.

Neste contexto, é imprescindível que o Plano de DTBC leve em consideração esses dados criando mecanismos de monitoramento simples e contínuo. Ampliando os espaços de divulgação e apoio aos marcos regulatórios e de salvaguarda dos territórios tradicionais e terras indígenas. Baseado nessa reflexão, propõem-se a implementação no Observatório da Gestão Integrada de um braço referente ao diálogo com povos e comunidades que atuam com o turismo de base comunitária. Esse observatório pode se dar de forma colegiada ou de articulação com espaço para reflexão, mediação e diálogo entre os diferentes atores da cadeia do turismo.

5.5.5.2. Panorama Sobre o Turismo no Território do Mosaico

No contexto do Mosaico SVP, a natureza do Turismo que se almeja indica uma tentativa de ressignificação das viagens com foco no turismo comunitário enquanto ferramenta de desenvolvimento local. O que se pretende com as ações é reconhecer as identidades coletivas, sua relação com o Cerrado e novas formas de acesso

2 Disponível em < <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419807>>, jul. de 2018.

3 Disponível em < <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419807>>, jul. de 2018.

4 Disponível em < <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284414024>>, jul. de 2018.

5 Disponível em < http://www3.weforum.org/docs/WEF_TTCR_2017_web_0401.pdf>, jul. de 2018.

6 Disponível em < http://www3.weforum.org/docs/TT15/WEF_Global_Travel&Tourism_Report_2015.pdf>, jul. de 2018.

7 Disponível em < <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>>, ago. de 2018.

à riqueza tanto monetária, cultural e da biodiversidade (Canela, Fontoura e Campos, 2018).

Nesse caso, pensar um perfil de turista para os espaços de resistência não constitui negar a existência de outros. Isso sequer seria possível e recomendável em um mundo cada vez mais aberto às viagens da diversidade. Contudo, pensar sobre a necessidade de o mesmo estar contextualizado e conectado com os espaços visitados é fundamental na busca de um possível equilíbrio entre visitantes e visitados, entre a condição experienciante e a experienciada. Essa

parece ser a motivação das comunidades que se alinham, aos poucos, às propostas do TBC no Mosaico.

Por isso, nesse Plano se propõem uma cartela de formações e incentivo voltados a comunicação. De acordo com as avaliações, as ações e metas realizadas na primeira fase do Plano de DTBC tiveram como incentivo maior uma proposta de educação e sustentabilidade. Identificamos três ações que merecem destaque para a segunda fase, listadas na Tabela 27, abaixo:

TABELA 27: Avaliação dos instrumentos de comunicação do território

Instrumento	Sítio eletrônico do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu
Descrição	É resultado da pesquisa feita pelo projeto TBC Mosaico e foi atualizado enquanto designer e conteúdo por duas vezes: a primeira em 2012 e a segunda em 2017. Envolve parte do processo de criação e articulação da política de Mosaicos e é considerado pelos agentes sociais uma das portas de entrada do Mosaico SVP. Ele tem ligação direta com as mídias sociais, mais especificamente o Facebook.
Endereço	www.mosaicosvp.com.br
Impactos	Maior visibilidade do território com frequência de visitação ao site de cerca de 30% maior que na última versão.
Fortalezas	Portal que corresponde com as ações do território e que tem uma política de reciprocidade. Arquitetura intuitiva com visual atrativo. Fotografias profissionais e textos leves. A aba TRAVESSIAS apresenta informações reais do território contribuindo para maior fluxo de visitação.
Fragilidades	É necessário investimento para tradução dos conteúdos para o inglês, espanhol e francês. Política de atualização e abastecimento. Menor investimento pelas instituições e movimentos do território. Não há uma retroalimentação com as redes sociais. Informação a ser circulada
Instrumento	Revista Manzuá
Descrição	Manzuá, revista cujo propósito está no canal de diálogo e de aprendizado constantes com o território. Para o editorial, a revista nasce do afeto e do maravilhamento pelas pessoas e pelos lugares do Mosaico. É uma publicação semestral, com linha editorial voltada às questões ambientais e da sociobiodiversidade.
Impactos	Sua circulação é territorial e tem como apelo a articulação com a rede do Mosaico e apoiadores. Se tornou uma referência de leitura do território e vem impactando com novos olhares sobre o Cerrado, seus povos e as áreas protegidas. Ainda não há uma avaliação concreta em número, mas foram rodados 6.000 exemplares desde sua primeira edição.
Fortalezas	As imagens de alta qualidade e a forma escolhida de comunicar a partir de textos que se aproximam do leitor. É uma leitura de fácil acesso sem ser simplista.
Fragilidades	Fontes de financiamento ainda não consolidado. Plano de trabalho e distribuição ainda em organização.
Instrumento	Rádios Comunitárias
Impactos	A rádio comunitária tem alto nível de difusão da comunicação nas cidades do interior e comunidades. Elas são responsáveis por transmitir informações de ordem pública quanto também comercial. Com a chegada da internet, o impacto aumenta, visto que o surgimento de canais online dentro da grade é identificado.
Fortalezas	A presença em 9 municípios do Mosaico em pleno funcionamento. Público devido pela grade de apresentação. Índice elevado de expectadores pela manhã. A comunicação se dá de forma rápida e há carisma pela figura do locutor/radialista dos programas. A temática rural é presente em quase todas as rádios comunitárias.
Fragilidades	Desafios ainda não vencidos pela burocratização da licença. Dos 20 municípios que compõem o Mosaico, apenas 9 possui rádio comunitária. A grade de programa de cunho socioambiental ou voltado à sociobiodiversidade quase não existe. A campanha de arrecadação das rádios é baixa e praticamente não há acesso a políticas de incentivo.

5.5.5.3. Segmentos de Turismo Existentes e com Potenciais para serem Praticados no Mosaico e Principais Atrativos.

Considerando o turismo existente e com potencial para ser praticado no território do Mosaico, foi feito

um refinamento por parte do GT Turismo na revisão do Plano e identificados os principais segmentos do turismo existentes e potenciais no MSVP, conforme demonstra a tabela 28, abaixo.

TABELA 28: Tipos/Segmentos de Turismo Existentes e com Potenciais no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

a) Turismo Cultural/Ecocultural	h) Turismo de Estudos e Intercâmbios
b) Turismo de Negócios/Eventos	i) Turismo Literário
c) Turismo Gastronômico (Cultura Alimentar)	j) Turismo Rural
d) Ecoturismo (Observação de Pássaros)	k) Geoturismo (Turismo arqueopaleológico)
e) Turismo de Aventura	
f) Turismo Religioso	
g) Turismo Científico	

Os cinco segmentos prioritários considerados pelo GT como sendo os mais fortes na área do MSVP são: 1. Turismo Ecocultural; 2. Ecoturismo; 3. Turismo Literário; 4. Geoturismo; e 5. Turismo de Estudos e Intercâmbios.

Cabe destacar que algumas destas categorias se mesclam em seu sentido mais amplo, como turismo ecocultural e o ecoturismo. Ambas categorias aliam o turismo na natureza e de vivência com os moradores e sua cultura. Entretanto, é importante considerar o mercado cultural visto a relevância da cultura sertaneja.

Um dos destaques feito pelo GT é o conceito de turismo de base comunitária. De acordo com o Projeto Bagagem, “turismo comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza”.

Cabe destacar, ainda, que a categoria “turismo de base comunitária” está ligada ao tipo de metodologia de gestão e não a um tipo de turismo em si, como o ecocultural ou ecoturismo.

Neste sentido, **é importante que haja** capacitações voltadas ao fortalecimento da Rede de Turismo do Mosaico (Rede de donos de atrativos e outras

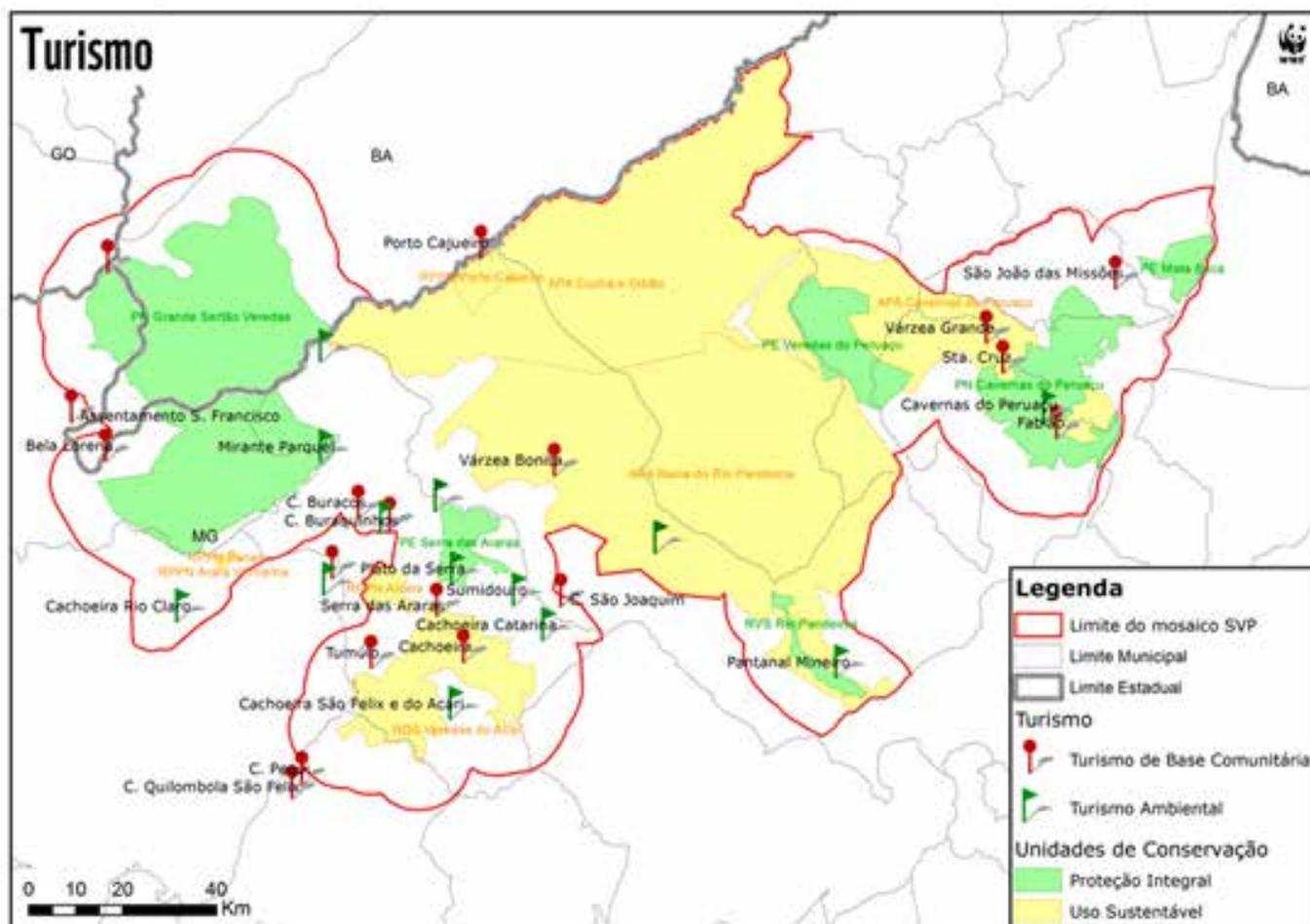
pessoas que trabalham com turismo de base comunitária no Mosaico), tendo como intuito criar meios autônomos de organização comunitária voltados ao modelo de negócio, estabelecendo uma subversão das lógicas de mercado. Esta subversão vem com o uso de tecnologias, como plataformas que ligam o turista diretamente aos comunitários, ou seja, não se prevê mais a presença do agente externo como mediador desta relação.

O GT elaborou uma proposta de conceito do turismo que se deseja no MSVP (box abaixo).

Busca-se um turismo sustentável, proporcionando a todos e ao território, o desenvolvimento pleno na perpetuação dos valores humanos, sociais e culturais; oportunizando o fortalecimento de conexões ambientais, culturais, gastronômicas, sociais, locais, saberes e fazeres. Cuidando e protegendo os espaços, pensando em qualidade de vida, refletindo um conceito de turismo enquanto vivência, conhecimento, valores, história. Tendo sempre o foco dinâmico do bem querer, bem viver, bem-estar, viajando e recebendo para e no território.

Os principais atrativos e áreas de interesse e/ou prestação de serviços para o turismo no território do MSVP, bem como suas localizações, podem ser observadas na figura 29, a seguir. Este mapa mostra 18 pontos de turismo comunitário e 10 voltados aos Parques, denominados de “turismo ambiental”.

FIGURA 29: Mapa do Mapa de incidência do Turismo no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu



De acordo com o Relatório Final do Projeto Turismo Ecocultural (Rosa e Sertão), foram identificados 68 pontos entre atrativos em geral e atrativos abertos para a visitação nos núcleos do Mosaico (Grande Sertão, Pandeiros e Peruaçu). Existem pontos receptivos, casas, operadoras, comunidades que praticam o turismo de base comunitária, dentre outros. Estes pontos formam a Rede de Turismo de Base Comunitária do Mosaico que será tratada mais adiante. Em cada um dos 3 núcleos é apresentado a composição de lugares, organizações e áreas protegidas. Com base nesse banco de dados buscou-se trabalhar as ações deste plano tanto na implementação, quanto na consolidação de ações em andamento.

5.5.5.4. Gestão Integrada e a Política de Uso Público de Unidades de Conservação no Mosaico.

Um dos grandes desafios na implementação de um modelo de gestão integrada é otimização de agendas que considerem as obrigações internas e externas de cada órgão, como também, os investimentos e seus respectivos resultados. Essa cultura da colaboração

em rede vem sendo experimentada no território com a implementação do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu e, a partir daí com o surgimento das redes dos gestores de UCs, da rede de extrativistas e agricultores/as e do turismo comunitário.

Ao longo da execução do projeto Turismo Ecocultural de Base Comunitária, pelo Instituto Rosa e Sertão, entre 2012 e 2017, foram realizadas algumas atividades em parceria com a Cooperativa Sertão Veredas e Parques Nacionais Grande Sertão e Peruaçu. Uma ação específica envolvendo a formação de comunitários nas áreas do Refúgio de Vida Silvestre contou com articulação das bases do Instituto Estadual de Florestas (IEF) de Januária, como também, das prefeituras envolvidas.

O esforço coletivo de alinhar os respectivos planos de trabalho se dá mais no âmbito do que é prioritário para o momento e quais estratégias de custo e efetivo de equipe serão disponibilizados. Ainda, as demandas exigidas pelos respectivos órgãos de controle, visto que as atividades realizadas pelos gestores das Unidades de Conservação se dão para além da gestão integrada, o chamado “da porteira para dentro” como responsabilidade. Esta expressão reforça o papel da

obrigatoriedade do chefe com os processos internos da UC. Cabe refletir quais estratégias são pensadas para o Uso Público da UC em perspectiva com a gestão integrada.

Nesse sentido, cabe a reflexão das ações de Turismo de Base Comunitária, visto que a forma com que é tratado o Uso Público infere diretamente nos impactos do planejamento estratégico turístico também a nível territorial, pois demanda estratégias de gerenciamento tanto das áreas com sobreposição ou Áreas de Preservação Ambiental (APA) quanto das comunidades e seus respectivos vizinhos.

Um dos gargalos e compreendido como um problema é a ausência de formação da equipe da UC em relação as habilidades necessárias para estruturar o Plano de Uso Público, refletido do baixo efetivo para tratar desta agenda.

Os atores sociais envolvidos na gestão do MSVP consideram o turismo, principalmente com enfoque no modelo do Turismo de Base Comunitária, como uma das estratégias a serem adotadas em seus territórios. Em linhas gerais, pode-se afirmar que o MSVP possui grande vocação para o estabelecimento da visitação em suas diversas classes e motivações, com destaque ao uso com objetivo recreativo, do qual o turismo faz parte. No entanto, a vocação espontânea e natural não significa que essas Áreas Protegidas dispõem atualmente do suficiente para a viabilização e consolidação do turismo. É necessário considerar uma série de outros fatores associados a ela, como: o acesso, a existência e/ou qualidade de infraestrutura disponível, a demanda por visitação, a concorrência de iniciativas e destinos com atividades similares na região, etc. –

os quais serão analisados nas etapas seguintes deste estudo (a partir da coleta de dados primários).

Atualmente, a principal atividade de uso público com fins recreativos que acontece no MSVP é o uso de determinadas áreas pelos próprios moradores da região (comunidades e cidades próximas, como Chapada Gaúcha, Arinos, Formoso, Bonito de Minas, S. J. Missões, Januária e Itacarambi), que usufruem, principalmente, dos diversos rios, cachoeiras, trilhas e veredas para lazer e recreação, com fluxo mais intenso aos finais de semana e feriados.

Em relação à gestão compartilhada com as demais Áreas Protegidas e Unidades de Conservação do MSVP, levou-se em consideração os dados referentes aos Planos de Manejo já elaborados em 11 (onze) Unidades de Conservação.

Cabe destacar que se tratando de Gestão da UC, a categoria de planejamento não é a do turismo, mas sim de Uso Público. Devido às diferentes características que norteiam as atividades desenvolvidas nessas áreas (além do turismo), é importante esclarecer o significado do termo Uso Público (UP).

Para este trabalho, foi adotada a definição oficial de UP, utilizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ICMBio, que se baseia no trabalho de Hendee et al. (1990), o qual versa sobre cinco classes de uso: recreativo, comercial, científico, educacional e desenvolvimento pessoal; tendo como referência as diferentes motivações de visita.

A partir da referência de Hendee et al. (1990, apud Barros, 2003, p. 7), são indicadas na Tabela 29, abaixo, essas categorias distintas de usos e o que se compreende por cada uma delas.

TABELA 29: Classes de uso público em Áreas Protegidas.

Classes de UP	Definição
Recreativo	Quando os visitantes praticam a recreação (diversão, esportes e/ou atividades culturais) durante o momento de lazer.
Comercial	Utilização realizada por empresas e/ou prestadores de serviços, como: guias de turismo e ecoturismo, meios de hospedagem, alimentação e venda de produtos em geral.
Científico	Pesquisadores em ações de investigação científica nos diferentes campos do conhecimento (ciências naturais, geociências, ciências sociais etc.).
Educacional	Programas e atividades de educação, interpretação ambiental, visitas técnicas e acadêmicas, treinamentos (sobrevivência, montanhismo etc.).
Desenvolvimento pessoal	Programas que utilizam a natureza e a aventura no desenvolvimento de valores de autoconfiança, trabalho em grupo, comunicação e liderança. Incluem-se nesta classe as atividades de desenvolvimento espiritual e religioso.

Fonte: Hendee et al. (1990), adaptado pelas autoras.

No MSVP, existem diversos tipos e categorias de Área Protegida que, dependendo do seu objetivo principal de criação, pode ser visitada a partir de uma das modalidades acima.

Entender o significado dessas classes amplia o leque de oportunidades de visitação, com destaque ao público motivado pelo uso educacional que ainda não é tão presente no MSVP, mas que pode ser uma excelente linha de trabalho no futuro.

5.5.5.5. Pressões e Ameaças no Território.

Em destinos que possuem áreas protegidas e têm sua imagem associada diretamente a elas, é comum que haja grande expectativa (e até mesmo especulação) por parte dos moradores e da sociedade civil

em geral de que o turismo seja o principal propulsor de melhorias na economia local. No entanto, é necessário avaliar um conjunto de fatores importantes – como a dificuldade de acesso, a inexistência de estrutura física adequada para receber visitantes e a ausência de recursos humanos treinados para atuar no turismo – que são entendidos como pressões e ameaças diretas ao desenvolvimento dessa atividade; assim como aspectos externos ou indiretos, porém relacionados intimamente ao tema – o desmatamento, a perda de ambiente da fauna, a extração ilegal de madeira, a mineração, a monocultura, entre outros.

Em linhas gerais, considera-se como principais pressões e ameaças à promoção do turismo na região do MSVP o seguinte:

TABELA 30: Pressões e ameaças no território do MSV em relação a atividade de turismo.

PRESSÕES E AMEAÇAS EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DE TURISMO	Em decorrência da extensa dimensão geográfica do MSVP e do grau de dificuldade de acesso aos locais com vocação para visitação, o turismo na região se torna uma atividade de custo elevado. Por esse motivo, acaba atraindo um público específico, representado, principalmente, por moradores da própria região de entorno das Áreas Protegidas e/ou pessoas com alto poder aquisitivo.
	As restrições de acesso a um público maior, inclusive interno (brasileiros de outras regiões), interferem na motivação de viagem dos turistas, que optam por outros destinos de ecoturismo ou turismo cultural no Brasil, onde o fluxo de visitantes se torna mais expressivo.
	Pouca oferta de infraestrutura turística e de apoio disponível
	O número ainda reduzido de agentes qualificados em turismo, incluindo o baixo grau de incentivo ao desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de gestão de negócio localmente.

Visando refletir de forma mais específica sobre as pressões e ameaças ao desenvolvimento do turismo no MSVP, e considerando os fatores indiretos liga-

dos ao tema, apresentam-se os desafios de gestão centrais identificados nesta fase do trabalho e suas relações com o turismo. Vide tabela 31, a seguir.



TABELA 31: Pressões e ameaças ao território de atuação com o turismo de base comunitária.

PRESSÕES EM RELAÇÃO TERRITÓRIO	Caça ilegal: insegurança relacionada ao porte de armas dos caçadores; uso irregular de trilhas e estruturas; problemas de gestão e monitoramento do espaço; vandalismo; oposição política; interferência ou obstáculo para a gestão participativa ambiental pelas comunidades tradicionais.
	Pesca ilegal: uso irregular de trilhas e estruturas; problemas de gestão e monitoramento do espaço; vandalismo; oposição política; interferência ou obstáculo para a gestão participativa ambiental pelas comunidades tradicionais.
	Fogo: alteração da paisagem, perigo de acidentes, mortandade de animais.
	Garimpo / Mineração: alteração da paisagem; poluição; insegurança relacionada a atividades ilegais; uso irregular de trilhas e estruturas; problemas de gestão e monitoramento do espaço; vandalismo; oposição política; interferência ou obstáculo para a gestão participativa ambiental pelas comunidades tradicionais
	Extração de madeira ilegal: alteração da paisagem; insegurança relacionada a atividades ilegais; uso irregular de trilhas e estruturas; problemas de gestão e monitoramento do espaço; vandalismo; oposição política; interferência ou obstáculo para a gestão participativa ambiental pelas comunidades tradicionais.
	Regularização fundiária: dificuldades para regularização fundiária e concessão de serviços; alteração da paisagem; insegurança relacionada a atividades ilegais; uso irregular de trilhas e estruturas; problemas de gestão e monitoramento do espaço; vandalismo; oposição política; interferência ou obstáculo para a gestão participativa ambiental pelas comunidades tradicionais.
	Conversão de solo sem autorização: alteração da paisagem; aumento de impactos; erosão. Em especial, em trechos arenosos.
	Sobreposição de Territórios: conflitos de gestão; e dificuldades para regularização fundiária e concessão de serviços. Isso altera a lógica do Turismo Ecocultural, pois parte da premissa de soberania dos territórios e de seus povos.
	Coleta ilegal de produtos não madeireiros: interferência ou obstáculo para a gestão participativa ambiental pelas comunidades tradicionais.
	Hidrelétricas: alteração de paisagem; alteração de corpos d'água; obstruções e dificuldades para locomoção fluvial; instabilidade jurídica e de gestão

5.5.5.6. Principais Ações Realizadas Relacionadas com o Turismo na região do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

Com objetivo de promover o desenvolvimento a partir do bem viver e do diálogo com as áreas protegidas do território do Mosaico desenvolveu-se, entre 2012 e 2017, o projeto Turismo Ecocultural de Base Comunitária sob responsabilidade do Instituto Rosa e Sertão, que contou com apoio do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal. Teve como propósito valorizar as riquezas naturais e as tradições culturais garantindo a participação de diferentes atores considerando as relações de gênero, etnia e geração. Resultou em **ações que fortaleceram o trabalho coletivo com o projeto Extrativismo Sustentável firmando a gestão integrada de duas vertentes de fomento a geração de renda e valorização dos**

modos de vida tradicional e da biodiversidade. Para isso foram desenvolvidas ações relacionadas com capacitação, intercâmbio, valorização da cultura tradicional, educação ecocultural nas escolas, implantação de pousadas comunitárias e fortalecimento da organização comunitária.

Ao total foram envolvidos 1316 agentes sociais com participação integral nas formações propostas na primeira versão do Plano de DTDC nas seguintes **áreas: Noções de Turismo, Empreendedorismo voltado a alimentação e hospedagem; Condução Ambiental; Educação Ecocultural, Desenvolvimento de Roteiros; Intercâmbios e viagens.** Criou-se calendários de eventos e programações culturais visando melhor interação entre cidade e campo, alinhando a Cultura Alimentação, Música e Artesanato. Esta estratégia foi chamada de Ruas da Cultura, atingindo

mais de 1500 pessoas no território, uma média de 150 pessoas por evento. Ainda no eixo valorização da cultura sertaneja, foi realizado duas edições do Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, anos 2012 e 2013, contamos com a participação direta de 1380 agentes do território do Mosaico. De acordo com os relatórios, o impacto desta ação atingiu mais de 3.000 pessoas por edição.

Cabe destacar que se contabilizou cerca de 1300 horas de cursos de capacitação geridos no território do Mosaico com a temática voltada ao Turismo e Educação. Ainda, de acordo relatórios, foi prestada assistência técnica aos grupos e comunidades que fazem parte da Rede de Turismo de Mosaico. De acordo com o Instituto Rosa e Sertão, essa rede é formada por 68 pontos pulsantes distribuídos entre áreas protegidas, pontos de cultura, secretarias de turismo, grupos de mulheres artesãs, casas e comunidades.

Em relação ao trabalho e renda, foi observada que a formação para condutores ambientais no Mosaico foi a mais expressiva no que se refere ao impacto de trabalho e renda, seguida de visitas e pousos nas comunidades. De acordo com o Instituto Rosa e Sertão, a demanda tende a crescer, visto que foi realizado até o presente momento, apenas duas formações de condutores ambientais de 200 horas/aulas seguindo as normas pré-estabelecidas pela Instrução Normativa 08 do ICMBio.

Foram formados 28 condutores ambientais preparados para atuarem em Unidades de Conservação Federal e 95 para conduzirem em outras áreas protegidas e comunidades. Pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Januária (IFNMG), foi feita uma formação que atendeu cerca de 25 alunos da região.

Sobre a inserção destes condutores no mercado de trabalho, foi identificada atuação direta no Caminho do Sertão (Vale do Urucuia/Instituto Rosa e Sertão/Cresertão) e agências locais. Estes por sua vez, indicam como referência os condutores e as condutoras formadas pelo projeto. Cabe ressaltar que a cada ano as exigências para condução em Parques Nacionais aumentam. A partir do ano de 2016 somente quem apresentou certificado de realização de capacitação na área teve a autorização de conduzir e se cadastrar.

Um dos resultados deste processo foi a metodologia para realização de intercâmbios entre as comunidades. Utilizando-se da ideia de Intercâmbio de Vivências, foi proposto pela coordenação do projeto TBC Mosaico que os participantes das capacitações, donos dos receptivos familiares, condutores ambien-

tais, agentes públicos e operadores locais realizassem o roteiro Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Desta forma, uniu-se representantes dos três núcleos que puderam vivenciar o roteiro do Mosaico em formato travessia. Ao total, foram 160 horas de intercâmbio que possibilitou novas formas de conhecer e viver o Mosaico. Agregou valor aos produtos que foram ofertados e aumento a autoestima dos participantes. Tanto aquele que recebeu quanto o que foi recebido tiveram a oportunidade de externar como percebem o turismo e quais os meios e formas que concebem a atividade de receber. A hospitalidade foi objeto de reflexão e como essa experiência pode ser valorada.

Um dos desafios maiores refere-se à construção do preço justo a ser praticado nos serviços, ação ainda incipiente e que tem que ser melhor trabalhada. É necessário trabalhar com o tema dinheiro e educação financeira.

Rede de Turismo Ecocultural e a Travessia Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

A Rede de Turismo de Base Comunitária do Mosaico é formada por agentes turísticos, lideranças comunitárias, professores da rede pública, agentes públicos, gestores de unidades de conservação, organizações sociais e microempreendedores e agências de turismo. Ao total, são 68 representações que podem ser identificadas no mapeamento na Aba Travessias, do site do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (www.mosaicosp.com/travessias).

A fotografia abaixo mostra membros da Rede de Turismo do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu em visita de Intercâmbio realizada em 2016



A Travessia Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu é objeto central deste plano, visto que foi aprovada pelo coletivo e integra os núcleos de forma a agregar boa parte da rede já atuante. Essa travessia pode ser feita integralmente, em formato imersão, incluindo a visita aos três núcleos do território, ou então, por núcleos, no formato vivência.

De acordo com a proposta, é necessário, no primeiro caso, a contratação de um condutor territorial, ou seja, aquele que leva de um local ao outro, e condutores locais. É uma experiência grupal ou individual em que o visitante inicia sua travessia vivendo como é um mosaico, sendo hora em áreas protegidas ora em comunidades tradicionais. Todo o percurso, é possível ter como base pelo menos uma das cidades do Mosaico.

O roteiro Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu é resultado da consultoria contratada para a ação dos cursos de roteirização, pesquisa-ação e atualização dos roteiros do MSVP, no âmbito do projeto Turismo Ecocultural de Base Comunitária do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu, executado pelo Instituto Rosa e Sertão em parceria com Associação Casa Comum, entre os meses de março e junho de 2015, embasado no trabalho prévio “Estrada Parque Guimarães Rosa: facilitando o turismo ecocultural e o deslocamento no território do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu” proposto pela Fundação Pró-Natureza. (FUNATURA, 2012)

É importante ressaltar que em seis unidades de conservação do Mosaico há Planos de Manejo já elaborados, que preveem áreas de visitação (trilhas). Algumas destas trilhas estão incorporadas nos roteiros acima descritos. As unidades que possuem plano de manejo são: Parques Nacionais Grande Sertão Veredas e Cavernas do Peruaçu, Parque Estadual da Serra das Araras, Refúgio de Vida Silvestre do Pandeiros e APAs Pandeiros e Cochá-Gibão.

No registro do trabalho de roteirização observa-se que há uma predominância de indicações de atrativos turísticos presentes no território do MSVP (tanto naturais como histórico-culturais), mais do que sugestões de roteiros de visitação propriamente ditos. Configura-se como uma espécie de diagnóstico ou Inventário da Oferta Turística (IOT), baseado no apontamento de locais de interesse / potenciais para visitação e itens de infraestrutura de apoio disponíveis na região.

Vale destacar que esses resultados são válidos e interessantes, pois além de terem sido fruto dos esforços de construção coletiva do conhecimento por meio de oficinas participativas realizadas com os moradores locais, são os primeiros passos necessários para se avançar na formatação de roteiros turísticos.

O levantamento de atrativos e infraestrutura do MSVP, denominado “*Inventário de Roteiros*” (Casa Comum, 2015), foi feito de acordo com três recortes espaciais no território: Núcleo Peruaçu (comunidade de Fabião I no entorno do PARNA Cavernas do Peruaçu, municípios de Itacarambi e de São João das Missões); Núcleo Pandeiros (municípios de Januária e Bonito de Minas); e Núcleo Grande Sertão (municípios de Chapada Gaúcha e Arinos).

Ao final do relatório (Casa Comum, 2015), são apresentados dois esboços de roteiros integrados no MSVP: um com duração de oito dias (Tabela 32) e outro podendo ser vivenciado em doze ou quatorze dias (Tabela 33).

TABELA 32: Opção 1 de roteiro sugerido para o MSVP (Rosa e Sertão, 2015).

Roteiro Vivencial: “Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu”	
<i>Duração: 08 dias e 07 noites. A ser realizado com automóvel particular</i>	
Dia	Atividades
1	- Chegada à Januária.
2	- Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – Roteiro 1: Boquete, Gruta Bonita e Índio + “Janelão”. Ou Desenhos, Carlúcio-Caboclo + “Janelão”. Pernoite na comunidade Fabião.
3	- Visita a TI Xacriabá. Pernoite em Itacarambi.
4	- Balneário do rio Pandeiros/Pernoite em Bonito ou em Januária.
5	- Deslocamento Serra das Araras/pernoite em Serra das Araras.
6	- Corredor Ecológico Vão dos Buracos. Pernoite em Buraquinhos ou retorno à C. Gaúcha.
7	- Parque Grande Sertão Veredas – Noite Cultural ponto de cultura na cidade de C. Gaúcha
8	- Retorno.

TABELA 33: Opção 2 de roteiro proposto para o MSVP (Rosa e Sertão, 2015).

Roteiro “Imersão no Mosaico Sertão Veredas”	
<i>Duração: 12 dias ou 14 dias. A ser realizado com automóvel particular</i>	
Dia	Atividades
1	- Chegada à Januária
2	- Parque Nacional Cavernas do Peruaçu.
3	- Parque Nacional Cavernas do Peruaçu.
4	- Visita a TI Xacriabá. Pernoite em São João das Missões ou na TI.
5	- Deslocamento Itacarambi / Passeio no Rio São Francisco/ Pernoite em Itacarambi.
6	- Balneário do Rio Pandeiros.
7	- Deslocamento Serra das Araras.
8	- Serra das Araras. Pernoite.
9	- Veredas Acari/Cachoeira da Arara Vermelha/Trilha do Peregrino ou Cachoeira da Arara Vermelha e Visita ao Mirante/ Comunidade do Morro do Fogo – Fim de tarde.
10	- Corredor Ecológico do Vão dos Buracos.
11	- Parque Grande Sertão Veredas – Noite Cultural ponto de cultura.
12	- Saída por Arinos/Corredor Ecológico do Vão dos Buracos.
*Opção de inserção de visitação ao município de Arinos	
12	- Deslocamento para Sagarana- almoço cachoeira da Ilha. Pernoite em Sagarana.
13	- Visita Estação Ecológica de Sagarana. Visita cachoeira dos Marques.
14	- Retorno.
Roteiro: “Imersão no Mosaico Sertão Veredas” – Chegada por Brasília-DF	
<i>Duração: 12 dias ou 14 dias. A ser realizado com automóvel particular</i>	
Dia	Atividades
1	- Chegada à Chapada Gaúcha, Pôr do Sol no mirante.
2	- P. Nacional Grande Sertão, noite recepção Ponto de Cultura e Coop. Sertão Veredas.
3	- Travessia Buraquinhos com pouso.
4	- Visita a Comunidade Ribeirão de Areia
5	- Deslocamento para Serra das Araras.
6	- Parque Estadual Serra das Araras/Travessia das Araras
7	- Vivência no Distrito de Serra das Araras/Bordados e histórias
8	- Deslocamento para Januária com parada em Pandeiros.
9	- Distrito de Brejo do Amparo. Circuito Cultural e Gruta dos Anjos
10	- Deslocamento para o Fabião/ Parque Nacional Cavernas do Peruaçu
11	- Parque Nacional Cavernas do Peruaçu
12	- Produtos e Doces – Visita a Cooperativa Cooperuaçu
*Opção de inserção de visitação à Terra Indígena Xakriaba	
12	- Deslocamento para Terra Indígena Xackiába. Noite Cultural
13	- Visita a Casa da Medicina e Cerâmica: vivência.
14	- Retorno.

* Roteiro proposto pela coordenação do projeto após vivência no intercâmbio. A proposta pode sofrer alterações em determinadas épocas do ano. Sugere-se que tal trecho seja realizado na época de seca.

Ao analisar as opções de viagens sugeridas, nota-se que:

- Ambas possuem estratégias semelhantes quanto ao acesso e à logística, indicando Januária como cidade de partida e recomendando o uso de automóveis particulares para percorrer a área.
- Como o território do MSVP é extenso e, por isso, torna-se necessário tempo para integrar os diferentes núcleos num mesmo roteiro; foram consideradas somente jornadas de média duração, a partir de oito dias.
- Os descritivos propostos não demonstram em detalhes quais serão as atividades executadas nas localidades, nem os horários e a duração de cada uma dessas atividades (tempo de caminhada na trilha, duração dos deslocamentos entre um ponto e outro, hora de partida e de chegada, onde serão feitas as refeições etc.).

Com base nesses aspectos identificados, pontua-se:

- Apesar de Januária ser a principal cidade da região do Mosaico em termos de oferta de serviços e estrutura de apoio, é importante ponderar no roteiro a chegada também via Chapada Gaúcha, principalmente, para o público potencial de visitantes que tem origem a partir de Brasília (DF). Além disso, não necessariamente os turistas farão a viagem em seus

carros próprios, podendo chegar de ônibus ou táxi às cidades de entrada para iniciar o roteiro – como ocorre no PARNA Chapada das Mesas, em Carolina (MA), onde várias pessoas chegam de avião até Imperatriz (MA), de lá recorrem a transportes compartilhados ou fretados para ir à Carolina e começam o roteiro ali utilizando veículos traçados contratados na cidade.

- Acredita-se ser interessante a oferta de uma opção de roteiro curto, de quatro ou cinco dias, para aproveitar a demanda de visitas durante feriados, como o Carnaval, a Semana da Pátria etc.
- É necessário ampliar a descrição dos roteiros, incluindo informações detalhadas sobre o MSVP e as atividades previstas na programação e adequando à linguagem comercial, visando ao estágio de promoção do produto.
- Numa região marcada pela riqueza do vocabulário sertanejo, imortalizada na literatura de Guimarães Rosa, soa equivocado dar nome em inglês a um roteiro que busca valorizar as raízes e tradições locais. Sugere-se que o título seja em português e, quando da tradução para outros idiomas, faz-se a adaptação.

O modo de vida local e os atrativos naturais e histórico-culturais da região (Figura 30) são os elementos mais fortes presentes nos roteiros para despertar a motivação dos visitantes.

FIGURA 30: Registro dos atrativos de Turismo Base Comunitária durante a visita de Intercâmbio em 2019.



Foto: Ana Gabriela Fontoura



O Caminho do Sertão

A ideia de caminhar pelo Cerrado por sete dias, interagindo com os moradores, conhecendo a cultura local e fazendo a travessia de uma parte do percurso de Riobaldo (personagem do livro “Grande Sertão: Veredas”) é algo único no Brasil. Apesar de já acon-

tecerem roteiros de caminhada e propostas de travessias semelhantes em outros lugares do país (mesmo ainda não sendo muitos), associar esse momento à imersão na literatura de Guimarães Rosa e no universo de quem vivencia o sertão diariamente só é possível neste local. O roteiro tem ocorrido anualmente desde

2014 e é centrado até o momento no Núcleo Grande Sertão do MSVP.

A rota é estruturada e conta hoje com interlocução no território a partir de parcerias institucionais e comunitárias. Existe uma organização da memória das travessias por meio do sítio eletrônico <https://caminhosdosertao.com.br/> e já possui marca institucional.

A proposta do Caminho do Sertão integra 5 Unidades de Conservação do Mosaico Sertão Ve-

redas-Peruaçu (MSVP) e dois Quilombos. O trajeto soma cerca de 186 km de caminhada, com partida de Sagarana, distrito de Arinos (MG), em direção ao PARNA Grande Sertão Veredas, em Chapada Gaúcha (MG), culminando com a participação dos caminhantes do Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, de acordo com roteiro base descrito na Tabela 34, referente à 3ª Edição, 2016.

TABELA 34: Roteiro “O Caminho do Sertão”, edição de 2016.

3ª Edição – Roteiro “O Caminho do Sertão” - <i>Data: 02 a 10 de julho de 2016.</i>	
Dia	Atividades
1	- Recepção e acolhimento em Sagarana; almoço; diálogos, orientações e reflexões; jantar; sarau e pouso na comunidade de Sagarana.
2	2º dia: SAGARANA LOGRADOURO MORRINHOS - 43km Após o café da manhã, saída às 06:00 hs do Portal de Sagarana. Caminhada de 43km de Sagarana até Morrinho, previsão de chegada a partir das 14 hs. Alimentação: Almoço e jantar
3	3º dia: MORRINHOS IGREJINHA FAZENDA MENINO - 15km Após o café da manhã, saída às 06:00 hs do Portal de Morrinhos. Caminhada de 15km de Morrinhos até Igreja, parada para o almoço na Jandira. Translado ônibus até Faz. Menino.
4	4º dia: FAZENDA MENINO ALDEIA - 15km Após o café da manhã, caminhada de 15km da Fazenda Menino a Aldeia, previsão de chegada a partir das 14 hrs.
5	5º dia: ALDEIA SERRA DAS ARARAS - 35km Após o café da manhã, saída às 06:00 hs do Portal de seu Dio, caminhada de 35km de Aldeia à Serra das Araras.
6	6º dia: SERRA DAS ARARAS MORRO DO FOGO BARRO VERMELHO - 19km Após o café da manhã, saída às 06:00 hs, caminhada de 19km de Serra das Araras a Barro Vermelho. Contemplação da trilha do silêncio.
7	7º dia: BARRO VERMELHO BURAQUINHOS BURACOS CHAPADA GAÚCHA - 35km Após o café da manhã, saída às 06:00 hs do Portal, caminhada de 35km de Barro Vermelho até Buracos. Translado de Ônibus de Buracos a Chapada Gaúcha. Recepção no Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas
8	- Café da manhã; participação em debate socioambiental na programação do Encontro dos Povos; almoço; caminhada ao PN Grande Sertão Veredas (10 km ida e volta); jantar; noite livre para participar do “Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas”.
9	- Encerramento das atividades junto com a programação do “XV Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas”; retorno à Sagarana.

**Quadro elaborado pela produção do Instituto Rosa e Sertão em 2016.

Nas edições já organizadas do roteiro “O Caminho do Sertão”, houve seleção de participantes (média de 70 participantes por edição) a partir do lançamento de edital com chamada pública para inscrição. O financiamento das ações ocorreu, em maior proporção, por meio de recursos de projetos e/ou apoio de organizações parceiras. Desde 2016, solicita-se aos participantes do Caminho, o pagamento de uma taxa por pessoa (em 2019 a taxa cobrada foi de R\$ 500,00), como contribuição para o fortalecimento das ações de comunicação do evento.

Atualmente, há um movimento para que o Caminho do Sertão passe a ter uma rota permanente. Para isso, é desejável que seja realizado estudo aprofundado das oportunidades e riscos desta ação. Ainda, que seja comercializado integralmente ou não, é necessário que se contabilize os valores desta ação, visto que até o presente momento as edições ainda são subsidiadas por agentes externos. É um produto inovador e com enorme potencial para expansão e atração de visitantes ao MSVP.

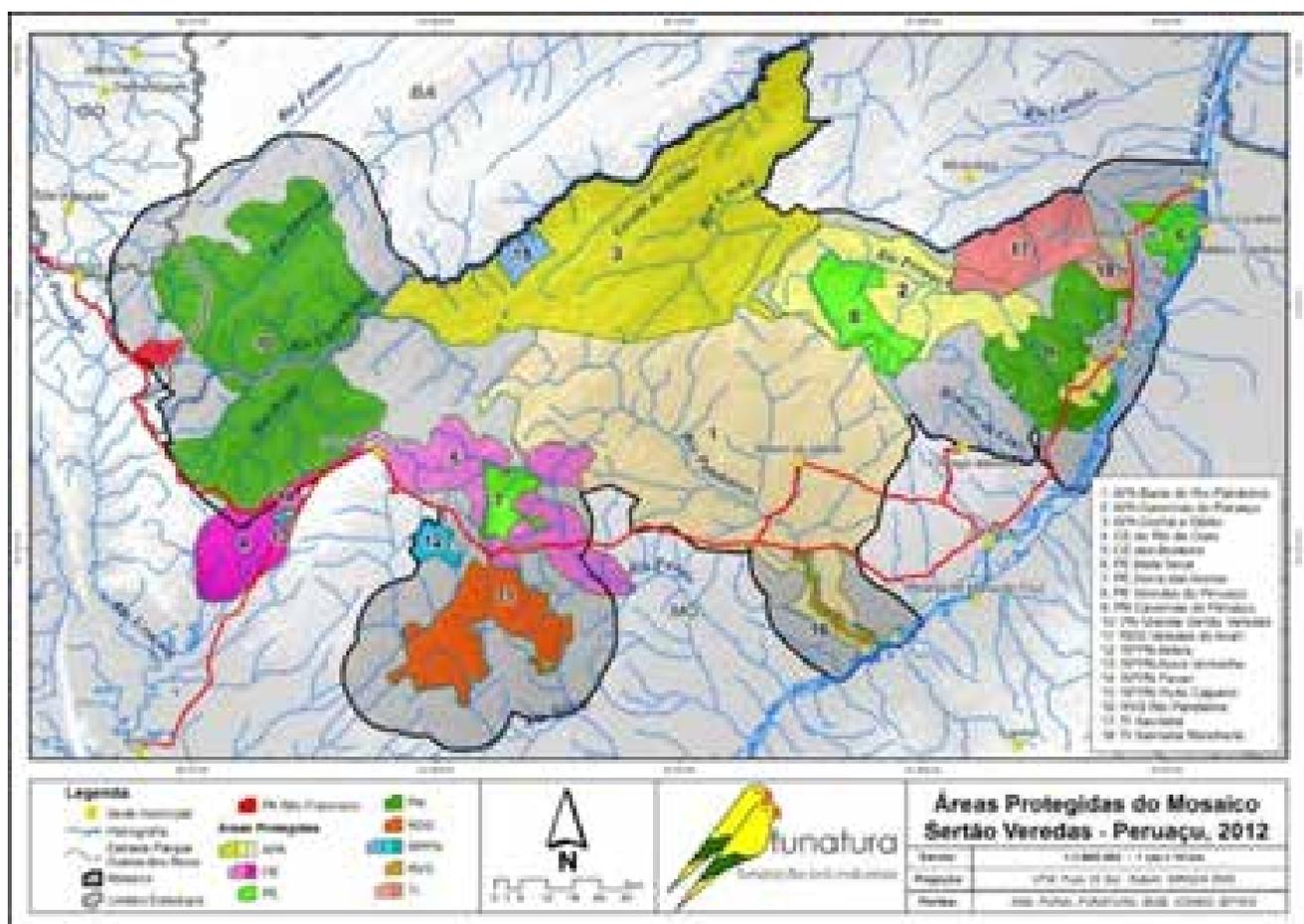
Por fim, conclui-se que o uso público (como foco recreativo, educacional, científico etc.) não somente pode ser compatível com as propostas de conservação das Áreas Protegidas do MSVP, como é capaz de contribuir fortemente para que tal prática

seja impulsionada em sua vizinhança. Um desafio e uma grande oportunidade será alcançar o equilíbrio entre os benefícios econômicos e sociais gerados por parte dos visitantes e a manutenção das condições naturais e culturais de ecossistemas sensíveis que só admitem práticas turísticas e produtivas sustentáveis.

5.5.5.7. Estrada-Parque Guimarães Rosa (EPGR)

A proposta de reconhecimento da principal estrada que corta o território do Mosaico como Estrada-Parque e com o nome de Guimarães Rosa avançou e, em 2012, por meio de um projeto executado pela Funatura, que contou com apoio da Comunidade Europeia / ISPN, foi elaborado um documento justificando a importância deste reconhecimento para a região, que foi encaminhado à diferentes entidades, dentre as quais a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao Governo de Minas Gerais, em especial à Secretaria de Transportes e ao Departamento de Estradas de Rodagem de MG.

Conforme pode ser observado no Mapa, abaixo, a Estrada-Parque Guimarães Rosa (linha vermelha no mapa) possui cerca de 600km de extensão, em trechos de jurisdição municipal, estadual e federal, passando por sedes municipais, povoados, comunidades, unidades de conservação e terras indígenas.



A Estrada-Parque tem como foco a valorização da paisagem natural e da cultura de seus povos, devendo fomentar atividades de pesquisa, de educação ambiental, de turismo ecocultural e de lazer, além de contribuir com o desenvolvimento social e econômico das populações das localidades.

Em 2014, o trecho da estrada entre Arinos e Chapada Gaúcha, de 95 km com asfalto, foi denominada de Rodovia Guimarães Rosa. Considera-se um avanço, mas ainda insuficiente pois não abrangeu a estrada toda, e o conceito de estrada-parque não foi incorporado.

O entendimento adotado neste Plano é que a estrada-parque deve compor uma estratégia turística, baseada no conceito de percepção ambiental, integrando os aspectos ambientais e culturais às paisagens e, conseqüentemente, possa trazer benefícios, também, para as comunidades locais em termos de infraestrutura de transporte. Neste aspecto, a Estrada-Parque Guimarães Rosa cumprirá, também, com objetivos de acesso, deslocamento, circulação de mercadorias e integração das Unidades de Conservação incidentes no Mosaico Grande Sertão – Peruaçu, bem como para a comunicação e integração de inúmeras cidades, comunidades rurais e comunidades tradicionais.

De acordo com o documento “Estrada Parque Guimarães Rosa: facilitando o turismo ecocultural e o deslocamento no território do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu”, FUNATURA, 2012, as finalidades da Estrada-Parque Guimarães Rosa são:

- Compor uma estratégia turística baseada no conceito de percepção ambiental, integrando os aspectos ambientais e culturais às paisagens;
- Manter o ambiente do Mosaico, inclusive das unidades de conservação, nos atuais estágios de preservação;
- Compor e consolidar o patrimônio turístico do Sertão;
- Fomentar as atividades turísticas;
- Reduzir a degradação dos ambientes de Cerrado e Caatinga do território;
- Gerar possibilidades de postos de trabalho para a população local;
- Reforçar economias locais, melhorando o escoamento das produções agrícola, pecuária, extrativista e agroindustrial;
- Propiciar o desenvolvimento tecnológico de engenharia ambiental para a construção, gestão, manutenção e recuperação de estradas e acessos;

- Criar um modelo de gestão e manutenção de estradas-parque.

Também, o documento sobre a Estrada-Parque prevê que as justificativas para o seu reconhecimento são:

- Caráter inovador - Esta proposta nasce com um caráter inovador por estar inserida em um território consolidado no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu e com um Conselho Consultivo constituído e em funcionamento;
- Reconhecimento da cultura – Um dos mais fortes argumentos para o fortalecimento da cultura local é o nome da Estrada-Parque, em homenagem ao escritor mineiro João Guimarães Rosa, que descreveu e popularizou as paisagens da região, nacional e internacionalmente, na sua mais famosa obra, o livro Grande Sertão: Veredas (primeira edição em 1956);
- Destino Sertão - Com a implementação da Estrada-Parque Guimarães Rosa (EPGR), o destino Sertão e o Mosaico serão gravados como um “selo de qualidade” que poucos destinos turísticos possuem, não apenas no Brasil, mas no mundo;
- Integração de paisagens – A EPGR possibilitará o desenvolvimento de estratégias turísticas e educativas baseadas no conceito de percepção ambiental, integrando os aspectos ambientais e culturais às paisagens;
- Fortalecimento do turismo - A diversidade de opções de atrativos naturais e culturais traz inúmeras possibilidades para os vários segmentos do turismo e para públicos de todas as idades, por meio de um planejamento regional;
- Fortalecimento da gestão das unidades de conservação – As ações relacionadas à EPGR podem ser integradas aos programas dos planos de manejo das unidades de conservação, relacionadas aos acessos, à proteção e à pesquisa, em suas zonas de amortecimento e nas regiões do entorno;
- Fortalecimento de parcerias – Por estar inserida em trechos municipal, estadual e federal, a EPGR será implementada por meio de uma estratégia conjunta das três esferas de governo, fortalecendo essas parcerias no território do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (MSVP);
- Melhoria dos acessos – A EPGR trará melhorias para os acessos às comunidades, por meio de sinalização e obras de infraestrutura.

Para a implantação da Estrada-Parque Guimarães Rosa recomenda-se as seguintes diretrizes:

a) Ações e obras para melhoramento da rodovia

- Estadualizar o trecho entre os municípios de Formoso e Chapada Gaúcha, como forma de garantir recursos do orçamento do Estado de Minas Gerais para sua manutenção;
- Desenvolver um projeto que compatibilize as necessidades de tráfego às especificidades bióticas e abióticas locais, priorizando a utilização de materiais menos poluentes e obras de baixo impacto para a flora;
- Promover melhorias, como a duplicação de pontes, a correção do trajeto de curvas e a contenção de erosões.

b) Ciclovias, vias para pedestres, carroças e carros de boi

- Destinar espaço em toda sua extensão para uma faixa de segurança mista para o tráfego de bicicletas, carroças e carros de boi, com sinalização específica.

c) Redutores de velocidade

- Instalar redutores de velocidade, especialmente em locais com aglomerados urbanos e passagens de fauna.

d) Sinalização

- Sinalizar a rodovia com placas de trânsito, indicativas e interpretativas, e instalar painéis explicativos em locais estratégicos para a atividade turística.

e) Mirantes

- Prever a implantação de mirantes, naturais ou artificiais, em locais de paisagens notáveis, com local para estacionamento e demais obras de adequação, como terraplanagem e estacionamento.

f) Pontos de Parada

- Definir pontos de parada onde deve haver serviços de apoio ao turismo, como restaurantes, banheiro, áreas de lazer, descanso e convivência.

g) Pórticos

- Prever, no mínimo, a instalação de três pórticos nas entradas da EPGR. O primeiro deles no acesso da BR 020 sentido Formoso, o segundo saindo de Arinos sentido Chapada Gaúcha, e o terceiro em Manga, em sentido contrário. Devem ser instalados com informações de localização, se possível com um mapa de todo o trajeto, incluindo atrativos, serviços e informações interpretativas.

h) Zoopassagens (Passagens de animais)

- Realizar pesquisas para definição de pontos de travessia da fauna e quais tipos de projetos de obras deverão ser desenvolvidos, além de sinalização específica e redução de velocidade. A iniciativa é fundamental por garantir segurança aos animais silvestres, vulneráveis ao tráfego de veículos e expostos ao risco de atropelamento

i) Ocupação adjacente

- Sugerir, por meio de um sistema de gestão, critérios para ocupação lindeira da EPGR, evitando novos desmatamentos e poluição visual. A infraestrutura e as possíveis formas de edificação deverão ter, sempre que possível, arquitetura harmônica e que ofereça serviços turísticos, dentro de um planejamento regional de ocupação.

j) Gestão

- O Conselho do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu pode ser a instância participativa, destinada a acompanhar o processo de implantação e implementação da Estrada-Parque Guimarães Rosa;
- Incorporar a EPGR nos circuitos turísticos Uruçua Grande Sertão e Velho Chico.

No Anexo 1, pode ser observada a proposta de decreto de reconhecimento da Estrada-Parque Guimarães Rosa, conforme o documento “Estrada Parque Guimarães Rosa: facilitando o turismo ecocultural e o deslocamento no território do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu”, FUNATURA, 2012.

5.5.6. Gestão Integrada das UCs e Demais Áreas Protegidas

O conceito de gestão integrada das UCs e demais áreas protegidas não pode se restringir a ações desenvolvidas de forma integrada entre os gestores das unidades.

O que se entende por gestão integrada vai muito além disso e deve envolver os diferentes atores que atuam no território, sejam os gestores das unidades, sejam as prefeituras, sejam os demais órgãos governamentais que atuam no território, sejam as associações e cooperativas de produtores, tanto aquelas ligadas aos agricultores familiares, quanto às ligadas ao agronegócio, sejam representantes de outros segmentos da iniciativa privada, como turismo, culinária, sejam as instituições de ensino e pesquisa, sejam as organizações da sociedade civil, dentre outras. A ideia é que os atores que tenham incidência relevante em ações de conservação da natureza, de desenvolvimento social e na economia da região, possam debater, planejar, executar, monitorar atividades em geral que visem o desenvolvimento sustentável do território do Mosaico.

O principal instrumento para a gestão integrada das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico é o seu Conselho Consultivo.

Conforme o Decreto nº. 4.340/2002, que regulamenta o SNUC, os mosaicos devem dispor de um conselho, com caráter consultivo e a função de atuar como instância de gestão integrada das unidades de conservação que o compõem. O conselho do mosaico terá como presidente um dos chefes das unidades de conservação que o compõem, o qual será escolhido pela maioria simples de seus membros.

Compete ao conselho de cada mosaico:

- I. Elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição.
- II. Propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:
 - a) As atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:
 1. os usos na fronteira entre unidades;
 2. o acesso às unidades;
 3. a fiscalização;
 4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;
 5. a pesquisa científica; e
 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental.

- b) A relação com a população residente na área do mosaico.

- III. Manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades.

- IV. Manifestar-se, quando provocado por órgão executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, sobre assunto de interesse para a gestão do mosaico.

Conselho do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu

O Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu possui conselho desde o seu reconhecimento, em 2009, sendo efetivamente implementado em 2010. Inicialmente foi constituído com 45 membros e, atualmente, conta com 50 membros. A primeira ação do Conselho foi debater e aprovar o seu regimento interno, o qual prevê, dentre outras coisas, que o Conselho deve ser presidido pelo gestor de uma das unidades públicas e a secretaria executiva deve ser exercida por uma entidade da sociedade civil organizada.

No atual mandato (2018-2020), o Conselho é presidido por um representante do IEF/MG, sendo vice um representante do ICMBio e a secretaria executiva é exercida pelo representante da Funatura. A composição atual do Conselho pode ser observada no Anexo 2.

Ao longo de quase 10 anos de funcionamento, tendo em vista que o Conselho foi instalado em março de 2010, já foram realizadas 35 reuniões ordinárias e 1 extraordinária, o que dá uma média de quase uma reunião por trimestre, que é a meta do Conselho.

Nestas reuniões, são discutidos vários assuntos e definidos encaminhamentos como: moções, ofícios, alinhamento para proposição de projetos, prestação de informações sobre o andamento de projetos, apresentação de resultados de pesquisas desenvolvidas ou a serem desenvolvidas, atividades de valorização da cultura tradicional, dentre outros. Debates importantes já foram realizados pelo Conselho do Mosaico desde que o mesmo foi instalado, dentre os quais destacam-se: seminário sobre eucalipto no território; implantação de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) no rio Carinhanha; seminários sobre o uso e ocupação do solo no Mosaico; aprovação de planos e projetos para o território; definição de capacitações; incêndios nas unidades que compõem o Mosaico; brigadas de incêndio; sobreposição de terras indígenas no Parque Nacional e na APA Cavernas do Peruaçu; reforço na campanha para reconhecimento do PN

Cavernas do Peruaçu como patrimônio natural e cultural da humanidade; socialização de informações de interesse do Mosaico; dentre outras.

Em junho de 2013, o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu foi reconhecido como um Bosque Modelo pela Rede Iberoamericana de Bosques Modelos. Conceitualmente, um bosque modelo deve envolver uma superfície terrestre o suficientemente grande para ter representado todos os seus usos e valores. Trata-se de uma paisagem de florestas e zonas com atividades agropecuárias, áreas protegidas, rios e área urbana. Um bosque modelo é uma aliança voluntária onde os membros representam as forças ambientais, sociais e econômicas da região, ou seja, entidades governamentais, setor acadêmico, comunidades indígenas, agricultores familiares, associações comerciais, ONGs, setor florestal e agrícola, turismo, indústria, dentre outros. Os bosques modelos buscam incrementar as oportunidades para o desenvolvimento humano sustentável, melhoria da qualidade de vida e a redução da pobreza rural.

Em 2014, o trabalho desenvolvido pelo Instituto Rosa e Sertão sobre turismo de base comunitária no Mosaico foi premiado pelo PNUD com Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O Anexo 3 mostra os principais projetos executados ou em execução a partir de 2010, início efetivo das ações no Mosaico.

Ações Integradas

Considerando as competências previstas para a gestão integrada, conforme o decreto de regulamentação do SNUC, algumas ações tem sido desenvolvidas de forma integrada no Mosaico, dentre as quais destacam-se:

a) Conselho do Mosaico

O Conselho do Mosaico pode ser considerado como elo principal para integração das ações e discussões conjuntas relacionadas às UCs e outros temas de interesse, conforme descrito acima.

b) Fiscalização e combate a incêndios

Todos os anos, na época seca são desenvolvidas várias ações integradas relacionadas com a fiscalização e, especialmente, com o combate aos incêndios nas unidades de conservação. O IEF/MG é uma instituição que possui helicóptero para apoiar ações de combate à incêndios e isso é feito no território do Mosaico, independente de as unidades estarem ou não sob a gestão do IEF, desde que estejam em terri-

tório do estado de Minas Gerais. Verifica-se que esta integração também acontece com o envolvimento de prefeituras, IBAMA, Funai, por meio de brigadas de incêndio.

Algumas ações de fiscalização também são realizadas de forma integrada e atendendo ao conjunto de unidades do Mosaico. Eventualmente são realizadas operações pelo IBAMA em vários pontos do território, muito vezes com foco no combate à caça ou desmatamentos ilegais.

c) Ações de Extrativismo Vegetal

Verifica-se, também, em termos de ações integradas, o desenvolvimento de projetos que envolvem o extrativismo vegetal sustentável abrangendo mais de uma UC, que contam com o engajamento dos respectivos gestores destas unidades, como no caso da atuação das Cooperativas que trabalham com extrativismo em unidades de conservação do grupo de uso sustentável ou em zonas de amortecimento ou, ainda, em áreas de corredores ecológicos, definidos nos Planos de Manejo.

d) Ações voltadas ao Turismo

Destaca-se, ainda, várias ações integradas relacionadas com o turismo ecocultural e de base comunitária no território do Mosaico. Ao longo da história, foram e ainda estão sendo realizadas capacitações envolvendo pessoas interessadas em atividades ligadas ao turismo, como formação de condutores, receptivos de hospedagem, alimentação, definição de roteiros que integrem unidades de conservação, dentre outros aspectos ligados ao turismo, em especial ao turismo de base comunitária.

e) Pesquisa científica

Projetos de pesquisas importantes foram e estão sendo desenvolvidos no território em diferentes unidades de conservação, dentre as quais destaca-se estudos de fauna desenvolvidos pelo Instituto Biotrópicos, no caso da identificação do cachorro-vinagre *Speothos venaticus* no Parque Estadual Veredas do Peruaçu, uma vez que esse animal era julgado extinto em Minas Gerais há mais de 170 anos e o avistamento, no Parque Estadual da Serra das Araras, de um lobo-guará *Chrysocyon brachyurus* de cor negra.

Os estudos do Instituto Biotrópicos proporcionaram o desenvolvimento de propostas de formação de corredores ecológicos que interligam várias unidades de conservação.

Outras pesquisas e/ou levantamentos importantes foram realizados por instituições diversas nas UCs que possuem plano de manejo, como no PARNA Grande Sertão Veredas, no PARNA Cavernas do Peruaçu, no PE Serra das Araras, na APA Pandeiros, na APA Cochá-Gibão e no REVS Pandeiros.

Também, a UNIMONTES (Universidade de Montes Claros - MG) desenvolve várias pesquisas no território, em especial envolvendo populações tradicionais e as comunidades indígenas existentes no território.

Efetividade da Gestão do Mosaico

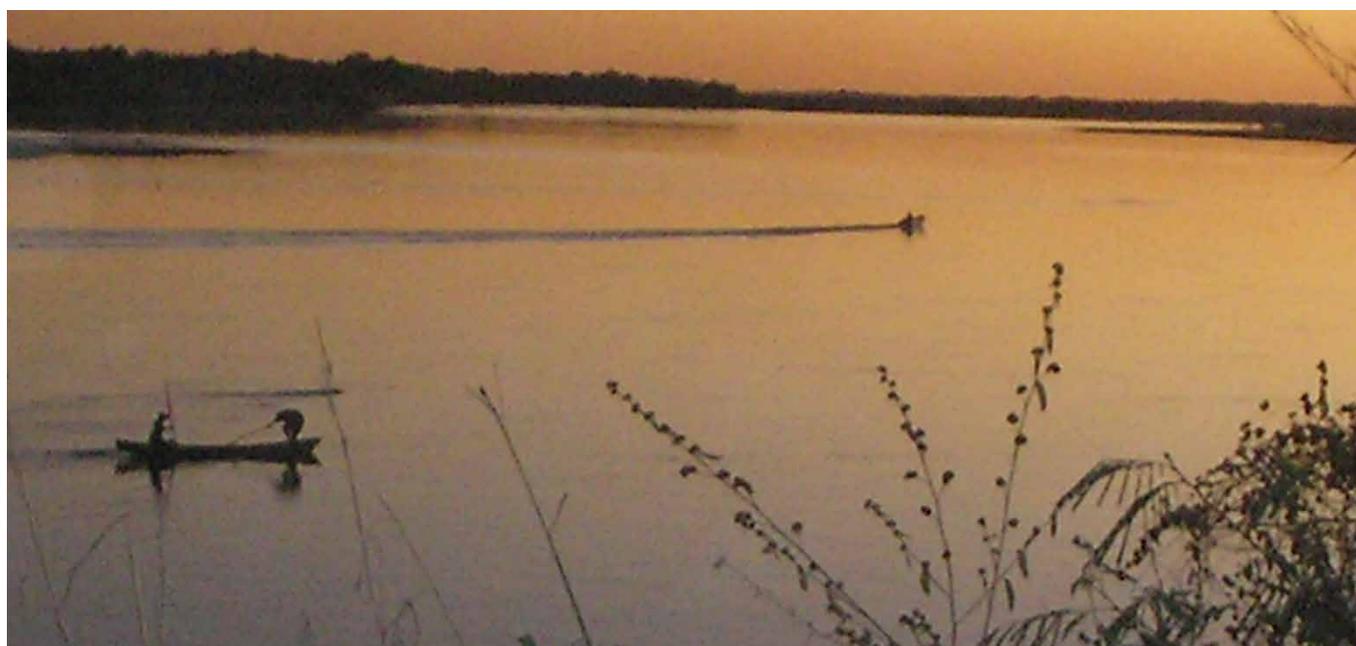
O WWF Brasil realizou em 2017 um estudo em 4 mosaicos brasileiros (Amazônia Meridional, Baixo Rio Negro, Central Fluminense e Sertão Veredas – Peruaçu) que teve como objetivo avaliar a efetividade de gestão dos Mosaicos nos diferentes biomas de forma a contribuir para o fortalecimento deste modelo de gestão integrada. As análises se basearam em 4 âmbitos (Governança, Gestão, Biodiversidade e Sociodiversidade), 8 princípios, 17 critérios e 46 indicadores.

Os resultados relacionados com o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu apontaram o seguinte: a) todos os 4 âmbitos foram considerados efetivos; b) apenas 01 dos 08 princípios, 04 dos 17 critérios e 09 dos 46 indicadores foram considerados não efetivos; c) 58% dos 46 indicadores avaliados tiveram média alta; d) os indicadores mais bem avaliados foram os relacionados com a organização dos trabalhos e com ações priorizadas no Plano de DTBC. Comparando com os outros três mosaicos avaliados, os resultados de efetividade são os seguintes:

Mosaico	Proporção de Indicadores Efetivos
Amazônia Meridional	46%
Baixo Rio Negro	63%
Central Fluminense	72%
Sertão Veredas – Peruaçu	80%

O estudo apontou alguns fatores de sucesso em relação ao MSVP:

- Articulações e discussões prévias sobre o território para a construção do plano de DTBC: semente para um mosaico mais amadurecido desde sua constituição.
- Convênio firmado pelo IEF e FUNATURA permitiu implementar o conselho do mosaico; apoiar as reuniões; capacitar os conselheiros e gerentes das UCs; divulgar as ações desenvolvidas no âmbito do DTBC; e realizar estudo para a criação de um fundo para o mosaico
- Recursos para implementar o DTBC, providos pelo Fundo Socioambiental da Caixa, permitindo avançar nas estratégias estabelecidas.
- Existência de Secretaria Executiva (exercida pela Funatura) para organização dos documentos; dar andamento às diretrizes definidas pelo conselho; redação e envio de ofícios, moções e outros documentos. Fator crítico nos mosaicos amostrados
- Prática documental – atas como documento de análise.



6. ZONEAMENTO SOCIOAMBIENTAL

Aspectos Metodológicos

A primeira parte do Zoneamento Ambiental do Mosaico foi construir a base de dados secundária do trabalho. Foram levantados todos os dados já produzidos de diversas fontes relacionados aos aspectos físicos, bióticos, socioeconômicos, de normas legais e políticas públicas para a geração dos mapas de serviço. Estes são considerados os mapas básicos que levam a efetuar outros mapeamentos.

A segunda parte foram definidas as questões prioritárias do Zoneamento Socioambiental, a partir da construção de mapas colaborativos efetuados por diversos membros de grupos das áreas de interesse do Zoneamento, quais sejam: agroecologia, agronegócio, áreas protegidas, extrativismo, turismo e água. Cada grupo trabalhou seu tópico, levando em conta pressões e estado do Mosaico. Esse material foi produzido ao longo de três oficinas temáticas e mais uma integrativa. Ao final, todos os grupos indicaram projetos a serem contemplados pelo Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista.

A terceira parte do trabalho foi a elaboração das unidades ambientais e unidades territoriais do Mosaico. A escolha das Unidades levou em consideração a existência das interações entre todos os componentes que fazem parte dos espaços e territórios contidos no Mosaico. De forma resumida, a partir da seleção de unidades ambientais e territoriais, a **unidade ambiental** das OTTOBACIAS ajuda a entender as relações e processos da síntese HOMEM/NATUREZA no que se refere aos aspectos de pressões e estado dos sistemas hídricos do Mosaico. A Unidade de Paisagem permite uma visualização das áreas planas, patamares e encostas, as quais possuem usos e ocupações diferenciados e também do ponto de vista regional. Com relação às **unidades territoriais**, os MUNICÍPIOS atendem ao aspecto mais imediato de demandas e formulação de políticas públicas. A maior parte das decisões e recursos públicos, sejam eles federais ou estaduais, é definida visando atender os municípios. As Áreas Prioritárias para Conservação entram como unidade territorial, para atender critérios específicos de definição de corredores ecológicos e níveis de proteção

e preservação do Mosaico. Por fim, o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu é a última unidade territorial.

A parte seguinte foi elaborar o diagnóstico do Mosaico, tendo cada uma das unidades ambientais e territoriais vistas de forma separada, sendo proposto, na sequência, o Zoneamento Socioambiental para o Mosaico.

6.1. UNIDADES AMBIENTAIS E TERRITORIAIS

Neste trabalho, foram definidas duas unidades ambientais (bacia hidrográfica e unidade de paisagem) e quatro territoriais (áreas protegidas, áreas prioritárias para conservação, municípios e o Mosaico e sua expansão).

6.1.1. Unidade Ambiental - Bacias Hidrográficas do Mosaico

Uma bacia hidrográfica de um curso de água é uma área de captação natural da água da precipitação, que faz convergir os escoamentos para um único ponto de saída, seu exutório. É composta basicamente de um conjunto de superfícies vertentes de uma rede de drenagem formada por cursos de água que confluem até resultar um leito único no exutório. A bacia hidrográfica é uma área definida topograficamente, drenada por um curso d'água ou por um sistema conectado de cursos d'água, de forma tal que toda a vazão efluente seja descarregada por uma simples saída. É considerada um sistema físico. A entrada é o volume de água precipitado. A saída é o volume de água escoado pelo exutório. Considera-se como perdas intermediárias os volumes evaporados e transpirados e os infiltrados profundamente. A formação da bacia hidrográfica ocorre por meio de desníveis dos terrenos que direcionam os cursos da água, sempre de áreas mais altas para as mais baixas. É uma área geográfica. Como tal, sua medição é em Km².

A bacia hidrográfica é o elemento fundamental de análise no ciclo hidrológico, principalmente na sua fase terrestre, que engloba a infiltração e o escoamento superficial. Ela pode ser definida como uma área limitada por um divisor de águas que a separa das bacias adjacentes e que serve de captação natural da água de precipitação através de superfícies vertentes. A hierarquização do sistema de drenagem é a forma através da qual é definida a ordenação da rede principal dos fluxos d'água, que se articulam

ao longo dos eixos de fundos de vales, entre bacias adjacentes. Os canais de drenagem existentes numa bacia constituem a base de hierarquização do sistema, denominado de ordem hierárquica de canais. Esta ordenação pode ser quantificada, segundo critérios diversos estabelecidos por vários autores (Silveira, 1993; Batista e Guerra, 1996).

Quando se pensa em bacia hidrográfica, logo vem à mente a questão do uso da água para atividades humanas e para uma série de atividades biológicas, as quais estão relacionadas com os sistemas fluviais e ciclos hidrológicos. Atualmente, já se reconhece que a água é um recurso natural escasso, finito, sujeito a muitas interdependências de distribuição e uso. Sem água fica difícil qualquer tentativa de desenvolvimento econômico. De acordo com o Banco Mundial, quando a disponibilidade de água de determinada região chega à média de mil metros cúbicos por habitante ao ano, há uma estagnação do desenvolvimento e um risco crescente à saúde e à prosperidade humanas (Banco Mundial, 1998 e Serageldin, 1994).

No Brasil, a aprovação da Lei no. 9.433 (08/01/97) instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Dentre outras orientações, em seu artigo 1º é definido a água como um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. Essa definição tem grande importância por constituir a água enquanto recurso finito, concepção contrária ao que é apresentado como ciclo hidrológico. A partir da aprovação dessa norma há maior utilização da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, para diversas atividades humanas. O dispositivo legal também trouxe a criação dos comitês de bacias e os consórcios, o que tem levado a maior integração entre estados e municípios no que tange

ao planejamento e gestão integrados das cidades, campos e unidades de conservação.

A vantagem de trabalhar a bacia hidrográfica como UNIDADE AMBIENTAL no Zoneamento Socioambiental do MOSAICO Sertão Veredas-Peruaçu é que ela é facilmente identificada pela sociedade, além de haver legislação que trata especificamente dessa unidade. Portanto, mais simples de operacionalizar o planejamento e a gestão territorial integrados. A desvantagem é que algumas estruturas físicas perpassam o limite de uma BACIA HIDROGRÁFICA. Isso às vezes dificulta o entendimento dos processos atuantes. Acresce que as interdependências dos usos nos interflúvios são muitas vezes negligenciadas.

Uma vez adotada a bacia hidrográfica como unidade de gestão no Brasil, foi preciso criar um sistema de classificação de bacias para elaboração das futuras ações dos Planos Básicos de Recursos Hídricos. Para atender a demanda, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, emitiu a resolução nº 30, 11/12/2002, que passa a adotar oficialmente o sistema de codificação e classificação de bacias desenvolvido por Otto Pfafstetter (1989). Essa metodologia possibilita a extração de diversas informações da rede hidrográfica que são úteis à implementação de políticas de gestão de recursos hídricos.

A otto-codificação é baseada na hierarquização das bacias hidrográficas segundo sua área de contribuição exclusiva. Esse fato torna possível extrair dados como: área de contribuição da bacia, área de contribuição a montante, distância em relação à foz, comprimento do curso d'água, trecho imediatamente a montante e a jusante da confluência, dentre outras informações (NOGUEIRA, 2010).



Ottobacias Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

No Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu há um total de 244 ottobacias distribuídas em 6 níveis, sendo no Nível 1, duas bacias, no Nível 2, duas bacias,

no Nível 3, cinco bacias (Figura 31), no Nível 4, 12 bacias (Figura 32), no Nível 5, 51 bacias (Figura 33), e no Nível 6, 174 bacias (Figura 34).

FIGURA 31:

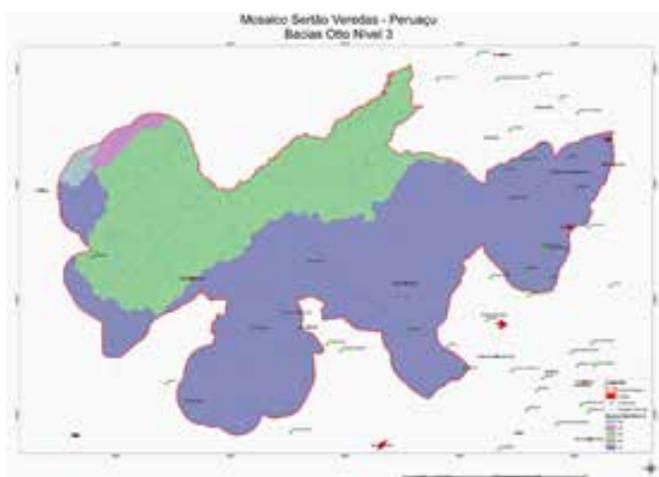


FIGURA 32:

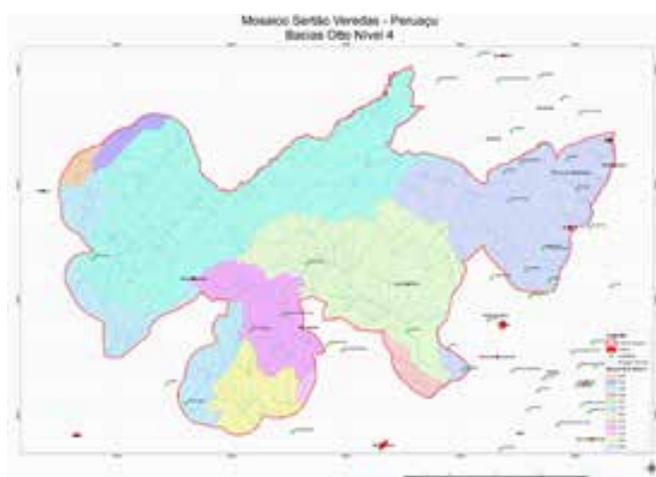


FIGURA 33:

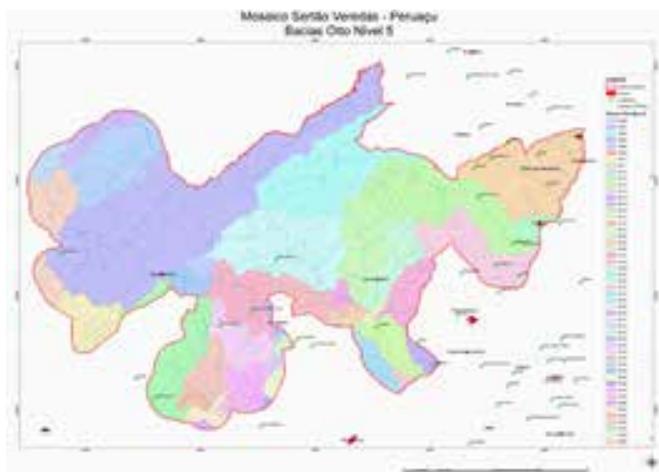
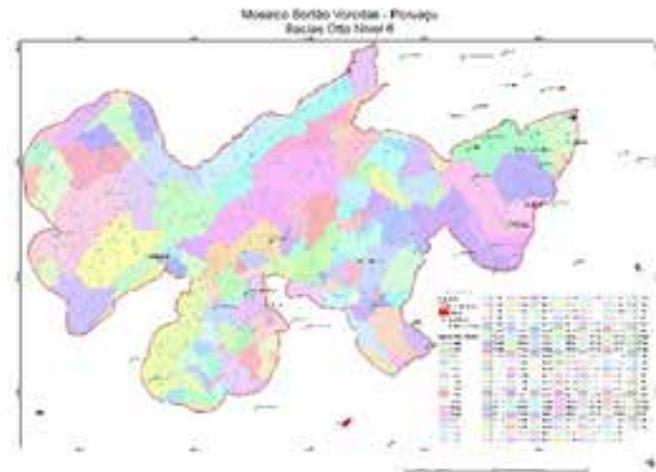


FIGURA 34:



Ambiente Humano e Natural

As informações da Unidade Ambiental Ottobacias do MOSAICO são tratadas dentro dos contextos de Ambiente Antrópico e Ambiente Natural. Para o Ambiente Humano são apresentados dados referentes a pressão antrópica dentro das Ottobacias, nos diferentes níveis. Para tal, são apresentadas informações sobre % de áreas naturais e % de áreas antrópicas para cada nível de ottobacias. Com relação aos as-

pectos do Ambiente Natural, são geradas informações referentes ao aspecto físico das ottobacias, com destaque para o potencial de ravinamento. Também são enfocados aspectos da importância dos recursos dos solos e dos serviços baseados na natureza (SbN), de forma a contribuir para a gestão de água e para alcançar as Metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ambiente Humano

No Mosaico, observa-se que uma análise de intensidade dos usos e ocupações do solo, a depender do nível da ottobacias, pode dar resultados totalmente diferentes. Foram gerados dados de usos e ocupações do solo para as ottobacias do MOSAICO, a partir de dados contendo áreas naturais e antrópicas, quais sejam: formação florestal, formação não florestal, silvicultura, água, área antrópica e área edificada. Posteriormente, os produtos para as ottobacias foram agregados em apenas duas classes: naturais (formação florestal, formação não florestal,

silvicultura e água) e antrópicas (área antrópica e área edificada). Em seguida, foram gerados inúmeros mapas das OTTOBACIAS para os níveis 3, 4, e 5, a partir daquelas duas classes. Ao total, foram gerados mapas de uso e ocupação do solo para 241 bacias do MOSAICO. Todos os mapas se encontram na escala 1:20.000 e apresentam o % de água, % de antrópico e % de natural.

A seguir são mostrados, os resultados (meio antrópico e meio natural) considerando os mapas das Ottobacias para o Nível 3 (Figuras 35 a 39).

FIGURA 35: Divisão das Ottobacias Nível 3

BACIAS OTTO NÍVEL 3 - ANA

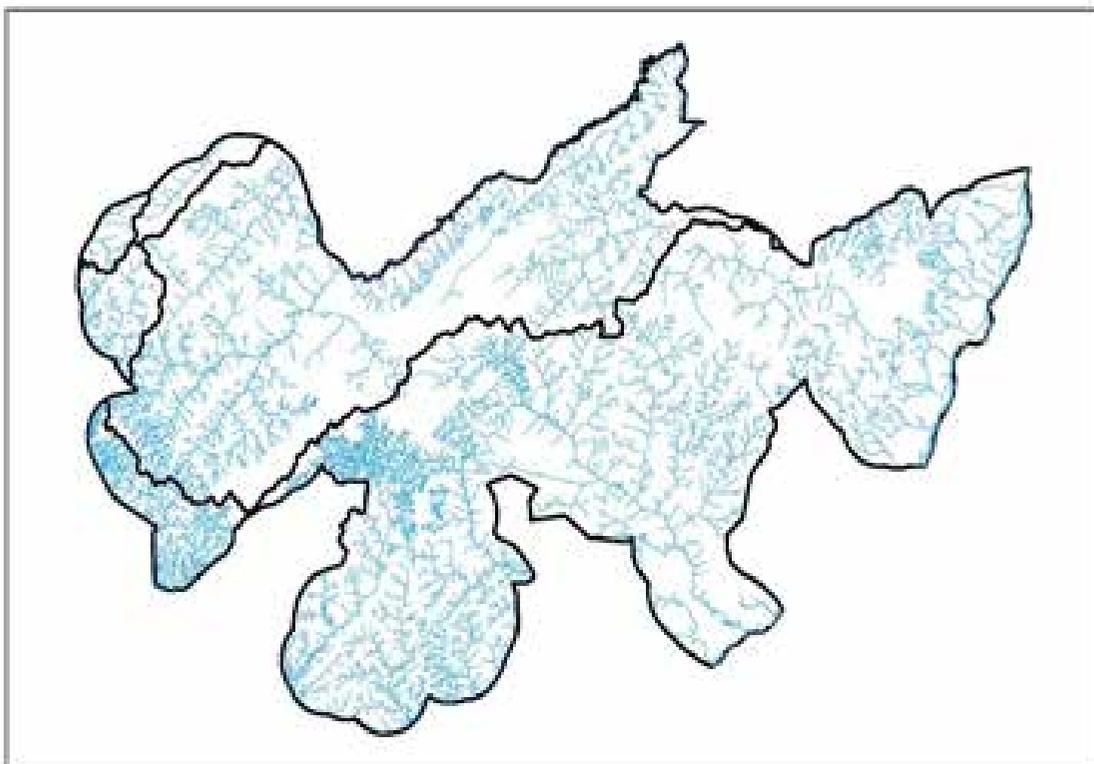


FIGURA 36: (Rios Carinhanha, Cochá, Gibão e outros)

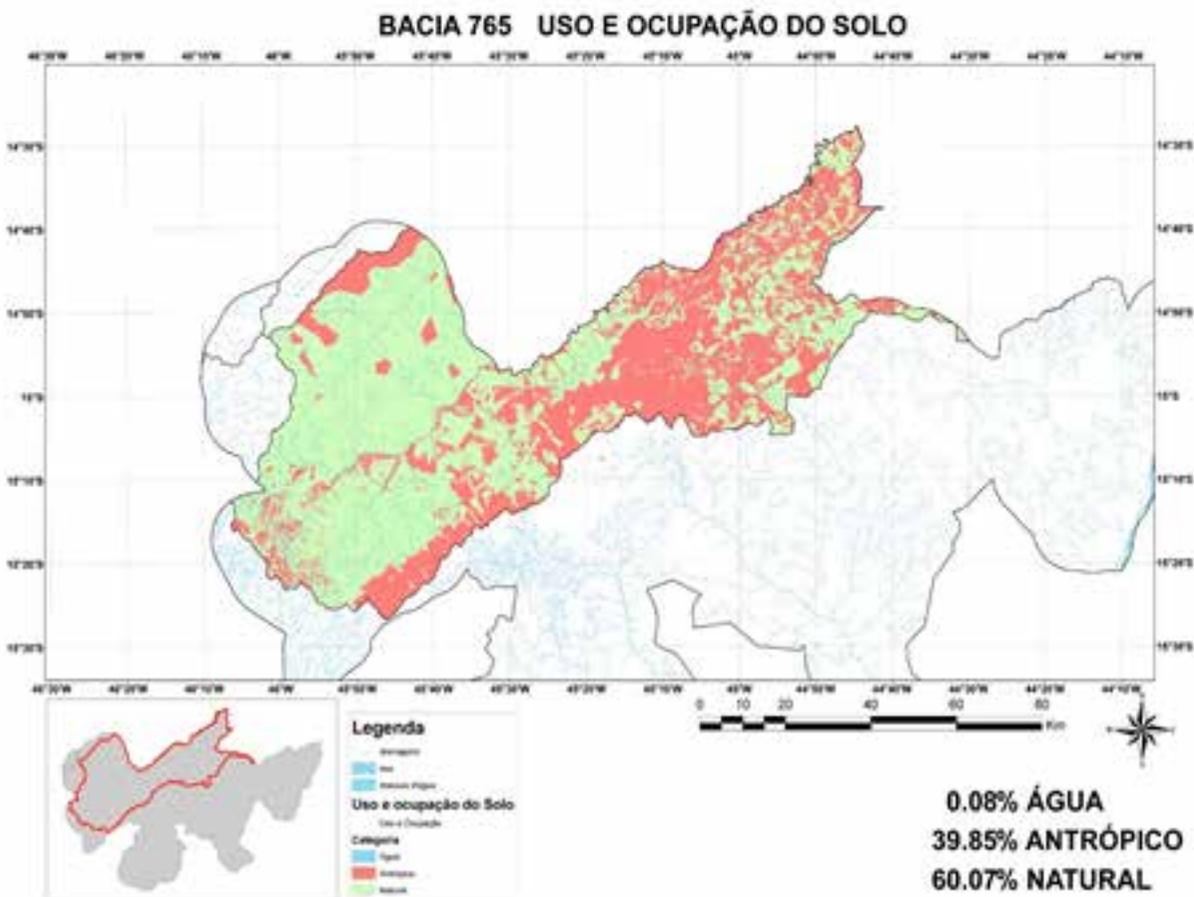


FIGURA 37: (Rios Itacarambi, Peruaçu, Pandeiros, Pardo, Acari e outros)

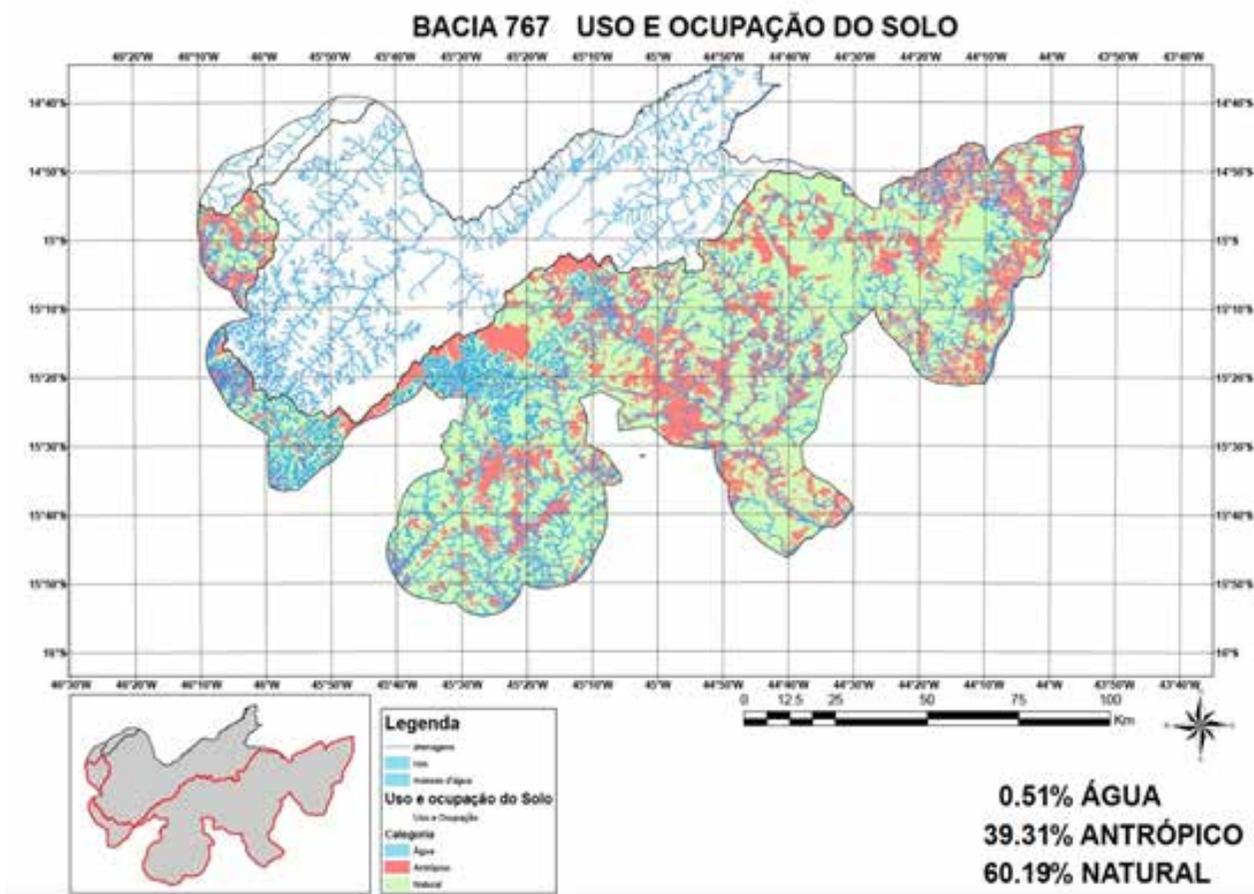


FIGURA 38: (Rio Tabocas)

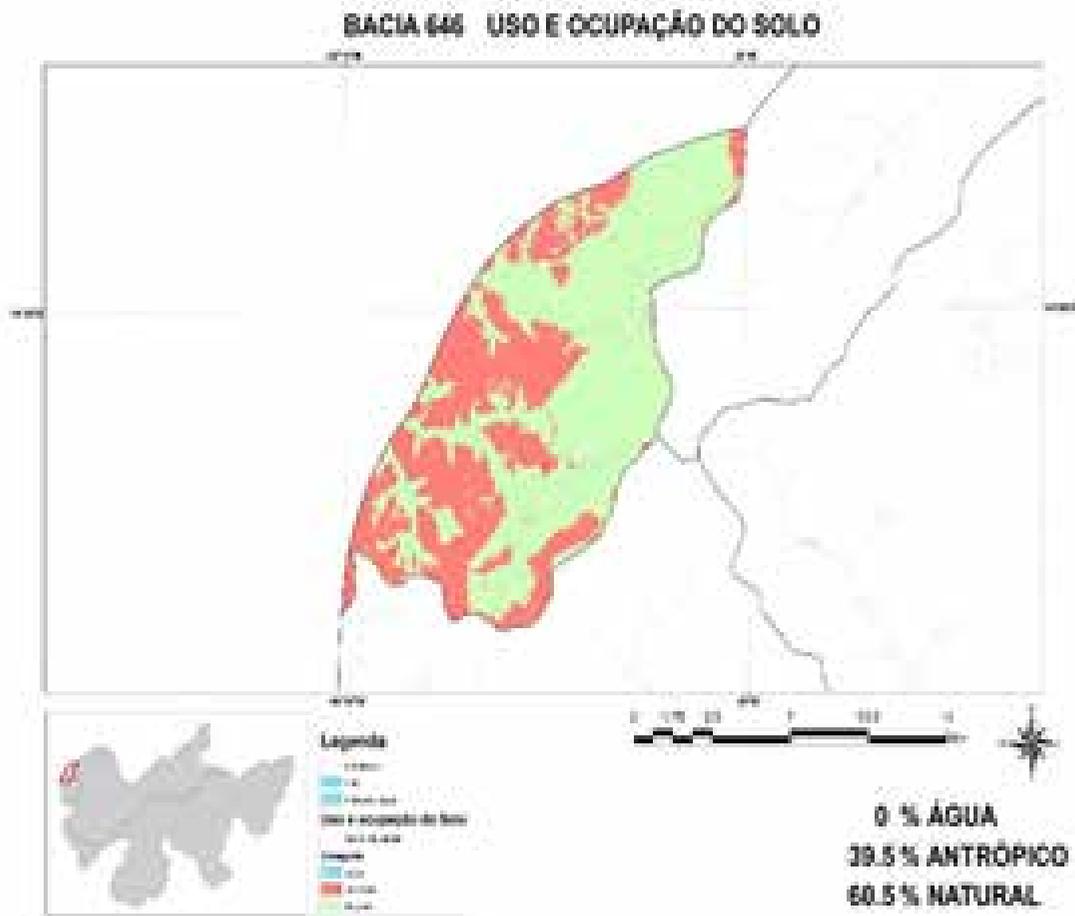
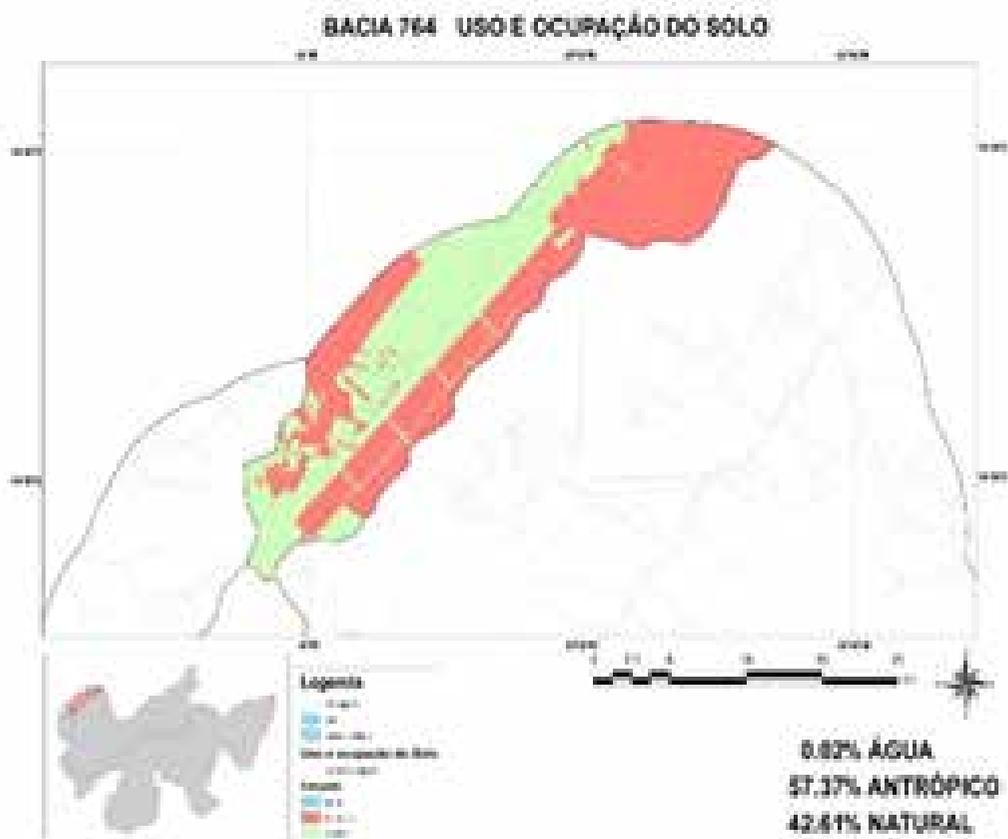


FIGURA 39: (Rio Formoso)

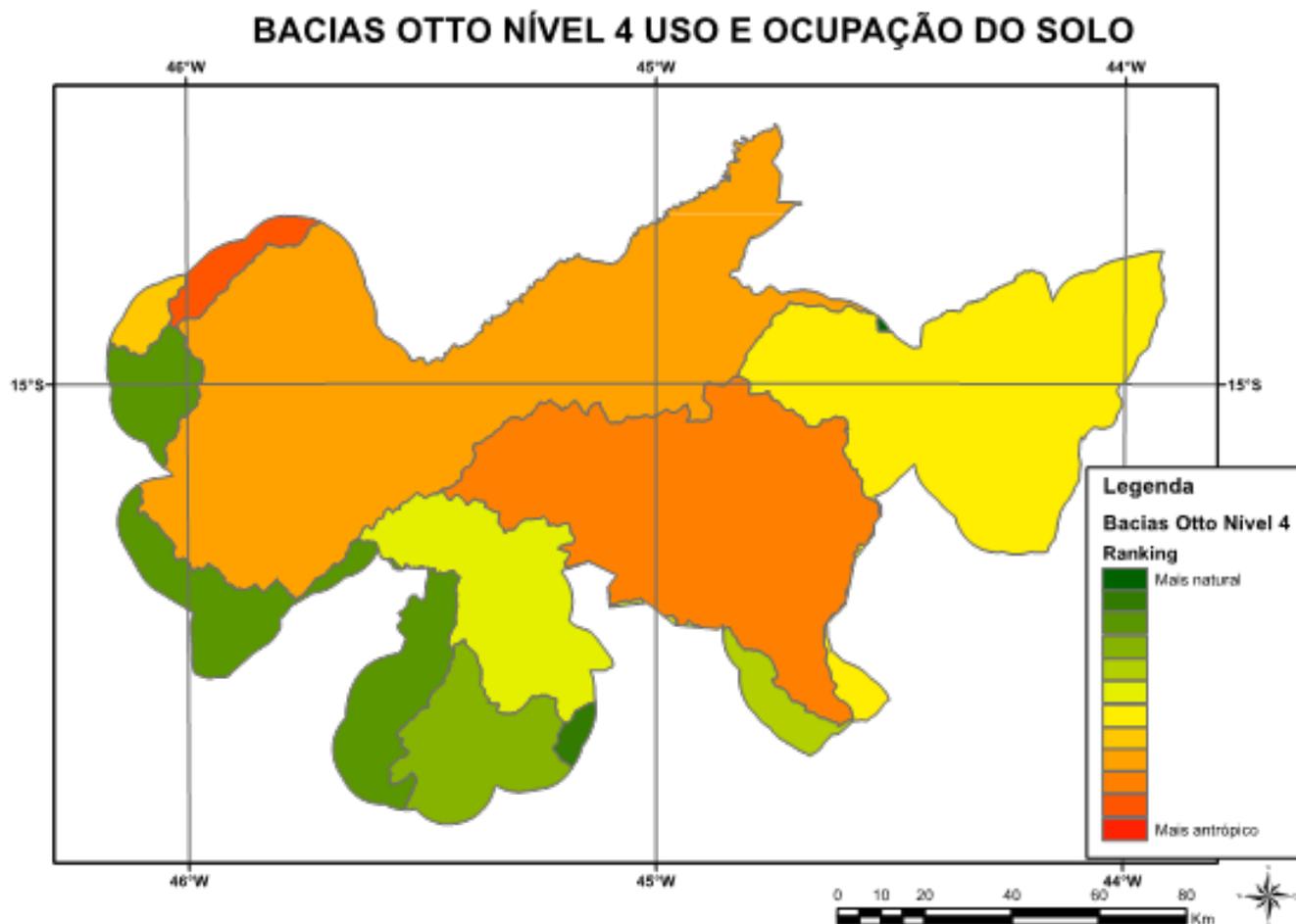


Considerando ainda a temática Ambiente Humano, produziu-se um *ranking* que compare e indique no MOSAICO quais são as ottobacias de níveis 4, 5, e 6 que possuem ou não intensa atividade humana em determinadas áreas. E quais as que concentram mais áreas naturais. Para tal, foram produzidos mapas onde as cores mais intensas indicam níveis de antropismo. Os tons laranjas até o vermelho indicam as áreas onde predominam os usos antrópicos. Os tons mais verdes demonstram ottobacias onde pre-

domina as áreas naturais. Quanto mais verde escuro, maior é a quantidade de área natural.

Considerando as ottobacias de nível 4, que possuem 12 unidades, a maior intensidade ocorre na ponta superior da porção noroeste do MOSAICO, bem como sua área central. As áreas mais preservadas se encontram na parte sul e porção noroeste. A parte leste apresenta uma atividade humana mediana, no tom de amarelo (Figura 40).

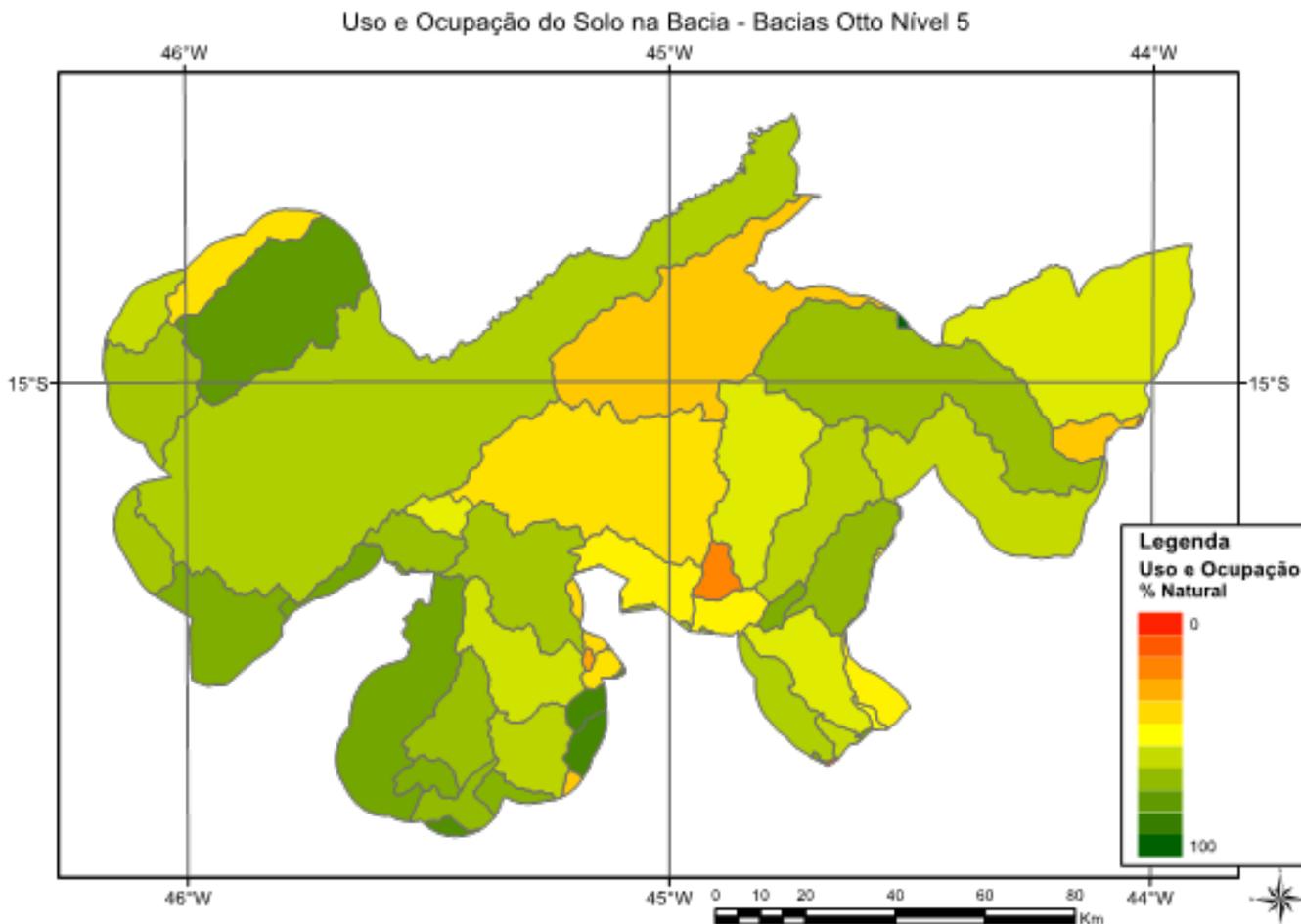
FIGURA 40:



No caso das Ottobacias de nível 5, que possuem 51 unidades, o aspecto da intensidade de uso e ocupação dentro do MOSAICO já muda substancialmente. Aparecem mais níveis de verde no mapeamento, o que indica maior intensidade de áreas naturais nas ottobacias. A ponta superior da porção noroeste do MOSAICO, que aparece no nível 4 com praticamente 100 % de concentração de áreas antrópicas, no nível 5 se encontra com nível médio de ocupação. Como

houve novo desmembramento no nível 5, com criação de mais ottobacias, define-se melhor as áreas com maior e menor quantidade de áreas naturais. Ao mesmo tempo, fica mais claro qual área concentrava ocupação antrópica, que fazia as demais serem “mascaradas” no nível 4. Bem no centro do MOSAICO, em direção a parte sul, aparece uma porção de uma ottobacia com atividade intensa antrópica, superior as demais do MOSAICO (Figura 41).

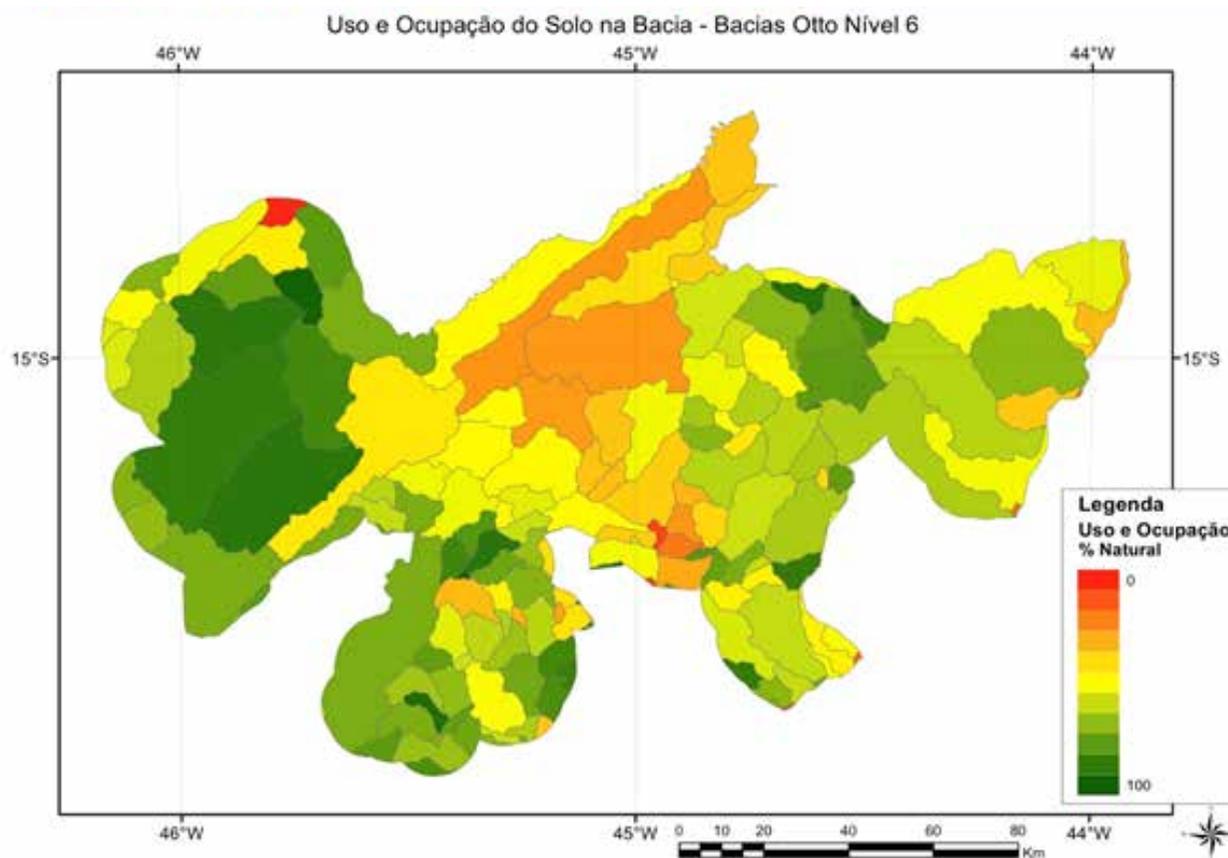
FIGURA 41:



Nas Ottobacias de nível 6, que possuem 172 unidades, o aspecto da intensidade de uso e ocupação dentro do MOSAICO fica extremamente mais visível, o que dá a dimensão das maiores intensidades de áreas naturais e antrópicas. As áreas naturais passam a indicar exatamente onde estão as grandes extensões protegidas, que no caso, coincide com a UNIDADE TERRITORIAL das Unidades de Conservação, que será vista posteriormente. Os níveis de verde que aparecem com maiores proporções no nível 5, dão lugar a maiores níveis de amarelo e laranja. Isso indica que se mantém na parte central do MOSAICO,

predominância da atividade humana sobre as áreas naturais. A maior porção de áreas verdes surge na parte oeste do MOSAICO, correspondente ao Parque Nacional Sertão Veredas. A ponta sul do MOSAICO, na porção esquerda, também concentra áreas naturais. Há em destaque dois pontos em vermelho, um na parte superior noroeste e outra na parte centro-sul. Outro resultado que chama atenção no nível 6 são as áreas antrópicas de média-alta intensidade no entorno do Parque Federal do Peruaçu, na porção leste do mapa (Figura 42).

FIGURA 42:



Ambiente Natural

Recursos do Solo

Em 2018, a FAO/ONU lançou o relatório Situação Mundial dos recursos do Solo, onde identifica 10 grandes ameaças às funções do solo, incluindo erosão, desequilíbrio de nutrientes, perdas de carbono e biodiversidade do solo, acidificação, contaminação, salinização e compactação do solo. De acordo com a FAO, melhorar a saúde dos solos mundiais é essencial para alcançar as Metas de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para os que inclui a Fome Zero, o combate às mudanças climáticas e seus impactos e perda da biodiversidade terrestre.

Conforme a FAO, aproximadamente um terço do solo da Terra está degradado. A erosão do solo das terras cultivadas carrega, todos os anos, de 25 a 40 bilhões de toneladas da camada de solo superficial, reduzindo de forma significativa o rendimento das plantações e a capacidade do solo de regular a água, carbono e nutrientes. Esse fenômeno causa a perda de 23 a 42 milhões de toneladas de nitrogênio e de 15 a 26 milhões de

toneladas de fósforo do solo, com efeitos negativos para a qualidade da água (FAO/ITPS, 2015).

O ciclo hidrológico é o ponto de partida de um processo erosivo. A ação das gotas de chuva seja de forma direta ou por gotejamento causa a erosão por salpicamento (*splash*). Se o solo não consegue mais absorver a água, o excesso começa a se mover e provoca erosão por meio do escoamento superficial (*runoff*). Embora a erosão seja um processo natural de modelagem de relevo, a interferência antrópica acelera esse processo em termos temporais e intensidade (GUERRA e CUNHA, 1998).

Quando chove em um terreno com densa vegetação, a gota de chuva se divide em inúmeras gotículas, o que diminui sua força de impacto sobre o solo. Em solos descobertos, ela provoca o desprendimento das partículas, as quais são facilmente transportadas pela água. A vegetação além de proteção traz outros benefícios, como a dissipação de energia das águas frente ao escoamento subsuperficial. Isso amplia as possibilidades de infiltração das águas pelos “vazios” do solo causados pelas raízes da vegetação, o que aumenta a capacidade de retenção de água (VIANA (2000).

Para mitigar os resultados dos processos erosivos, faz-se necessário bom conhecimento da região de interesse e adequar a ocupação às condições de cobertura vegetal, tipo de solo, topografia, sistema natural de drenagem e condições naturais de estabilidade dos taludes naturais ou artificiais. Uma das maneiras mais eficientes para fornecer subsídios à seleção de áreas prioritárias, do ponto de vista de conservação e recuperação do solo, é utilizar mapas de potencial à erosão laminar, os quais poderão mostrar o potencial de perda de solo sob sistemas de ocupação da terra e o zoneamento básico das áreas de restrição à ocupação (Pedro & Lorandi, 2004; Guimarães & Santos, 2007; Ribeiro & Campos, 2007).

Assim, conhecer o potencial de ravinamento por bacia hidrográfica é um dos pontos fundamentais de informação para o planejamento e gestão das atividades humanas no MOSAICO. Afinal, as ações a serem desenvolvidas dependem de conhecimen-

to antecipado das condições de fragilidade física da região. Para o Zoneamento Socioambiental do MOSAICO foi elaborado o mapa de ravinamento das ottobacias, nível 6, a partir de comprimento de rampa e declividade.

Observa-se que a porção centro-oeste do MOSAICO concentra o maior potencial erosivo. Em seguida, a porção leste também, exatamente onde se localizam as áreas das comunidades indígenas e o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. No extremo oeste do MOSAICO, também aparece uma porção significativa de áreas com potencial intermediário ao processo erosivo. De maneira geral, observa-se que predomina no MOSAICO áreas com potencial erosivo de médio a alto, o que indica a necessidade de maior cuidado no uso do solo e proteção das encostas com vegetação, manutenção e/ou recomposição de vegetação. (Figura 43 e 44).

FIGURA 43:

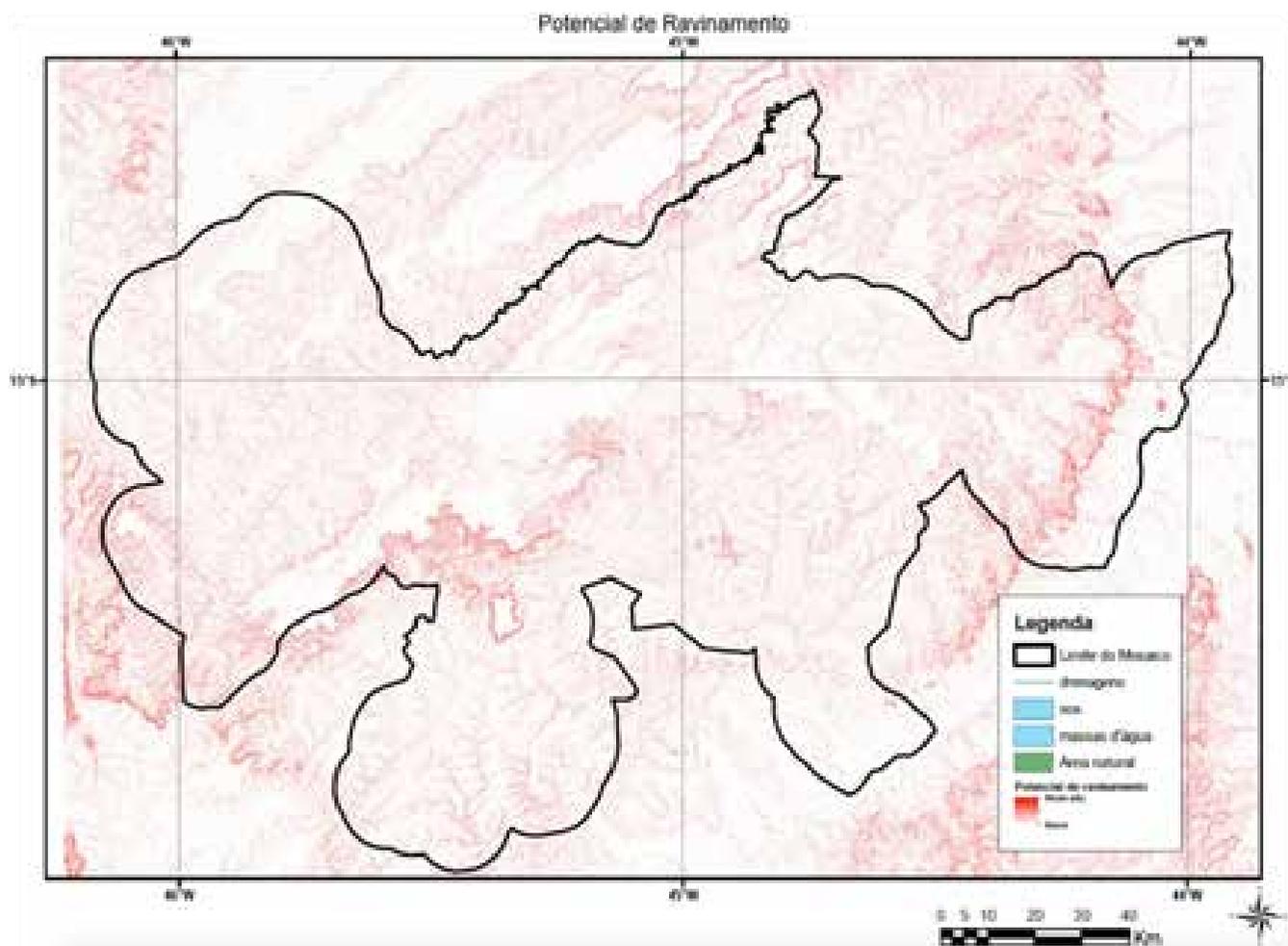
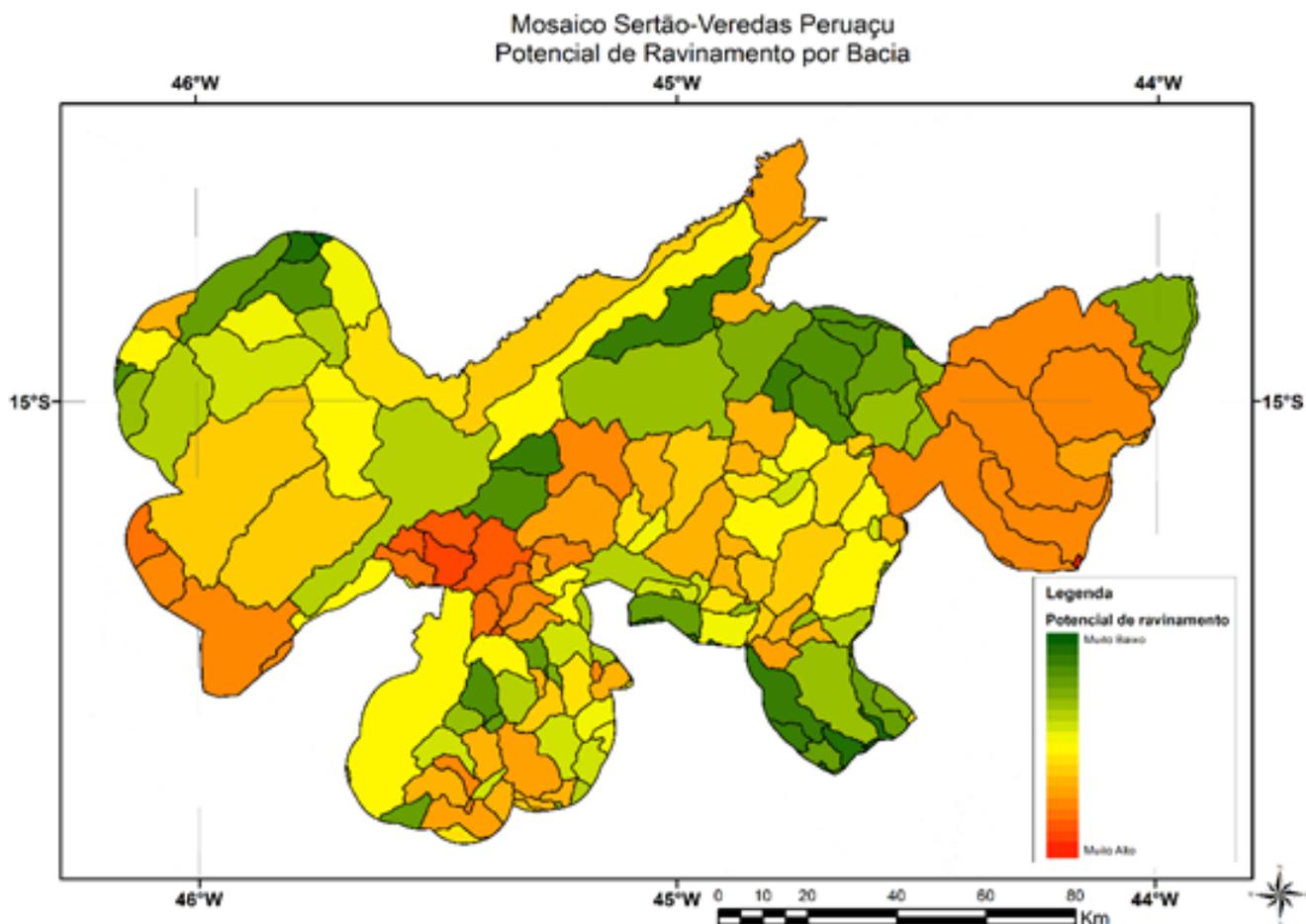


FIGURA 44:



Áreas de Preservação Permanente

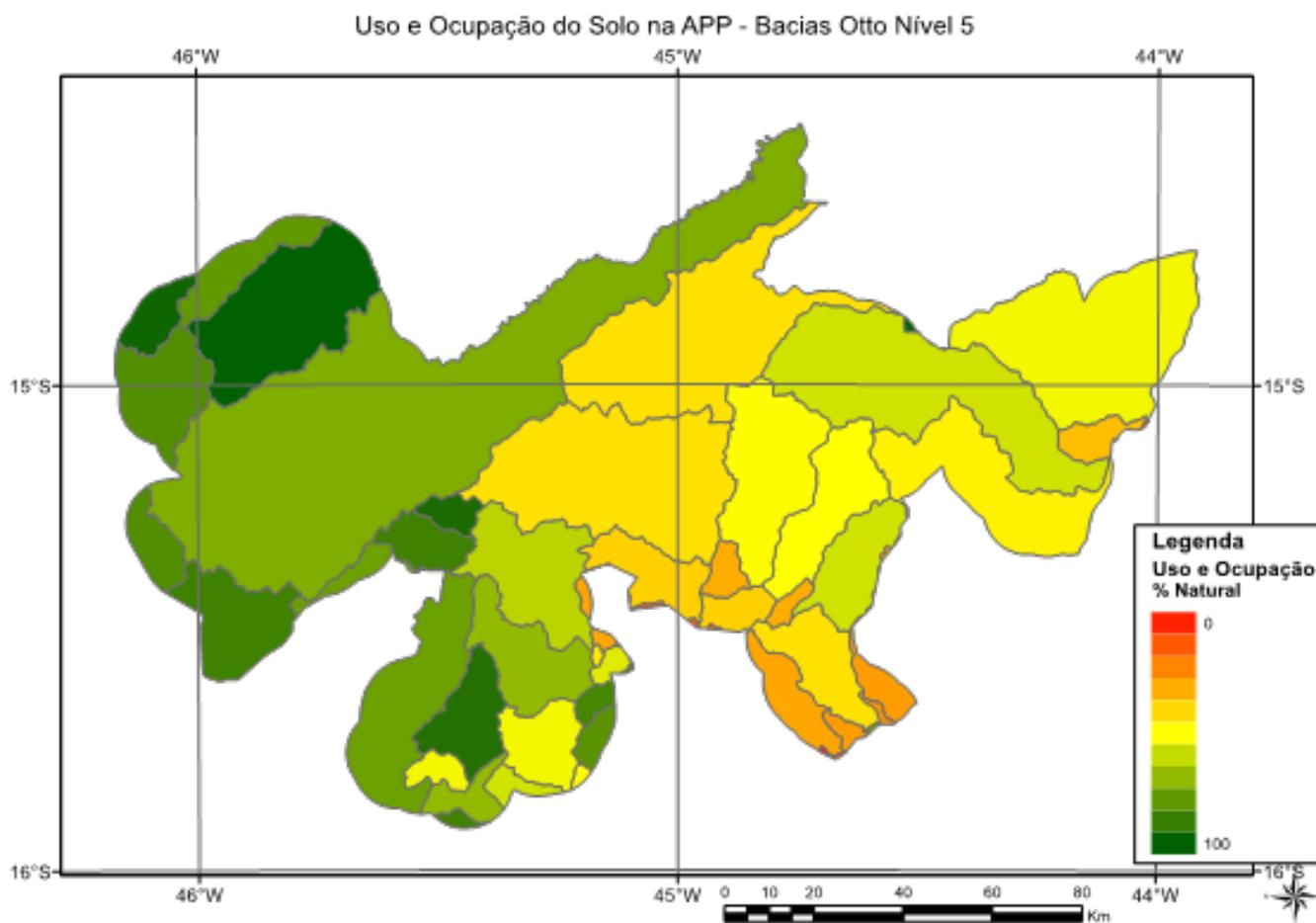
Com relação as Áreas de Preservação Permanente do MOSAICO, sua proteção ao longo dos cursos d'água é vital para a qualidade dos recursos hídricos e manutenção da integridade dos ecossistemas aquáticos. Por isso, é importante conhecer quais ottobacias estão em condições melhores ou piores em relação à obrigatoriedade da legislação federal de manter os % de APPs nas margens dos cursos d'água.

O potencial de ravinamento das encostas do MOSAICO apresentado mostra que a maior parte da região possui uma alta vulnerabilidade ao processo erosivo. Daí a necessidade de se manter as áreas naturais ao longo das APPs e, conforme as condições, recuperá-las. Por isso, outro mapa fundamental para elaborar o Zoneamento Socioambiental do Mosaico são os mapas de uso e ocupação do solo nas APPs. Nesse caso, obteve-se dados secundários que foram elaborados pela Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável – FBDS, a partir de resolução de imagens de satélite de 5 metros. O trabalho foi realizado ao longo de todas as extensões dos cursos

d'água, sendo a largura das APPs definidas conforme o novo Código Florestal. Assim, fez-se o recorte da área do Mosaico, o que gerou as APPs em toda sua extensão.

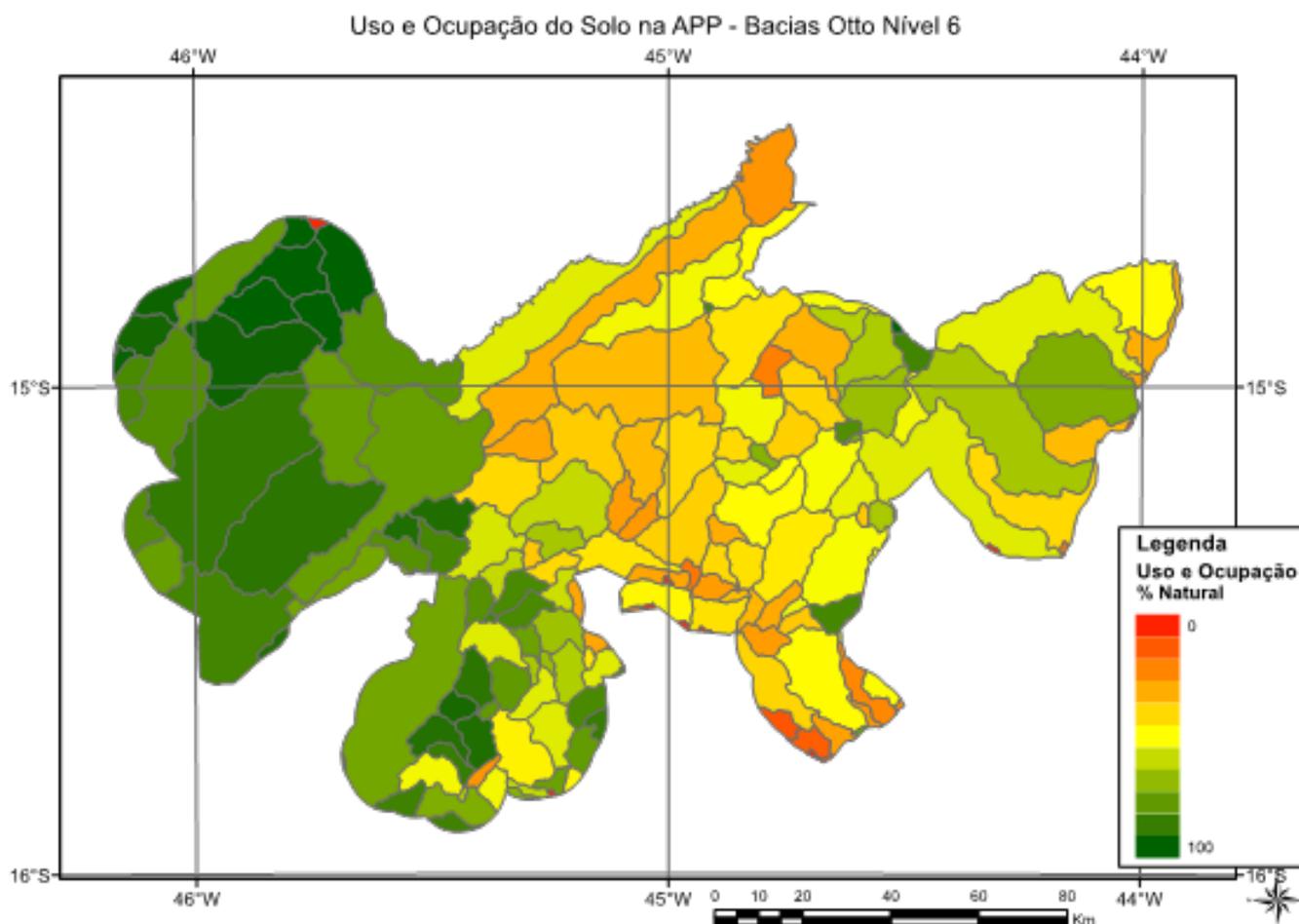
Para o nível 5, observa-se que praticamente a parte oeste do Mosaico apresenta bons resultados em relação a preservação das APPs. A média das áreas naturais estão acima de 70%, o que é um bom indicio de preservação. A parte central se encontra com valores inferiores a 40%, o que indica que essas ottobacias podem possivelmente estarem comprometidas com relação ao aporte de sedimentos que chegam aos corpos hídricos. Por conseguinte, haveria implicações negativas para a estrutura física dos cursos d'água, pois isso implica redução de sua profundidade e largura. Como consequência pode provocar impactos restritivos para a integridade ecológica dos ecossistemas aquáticos, em função dessas mudanças no leito das ottobacias. A porção sudeste do Mosaico apresenta as piores áreas com relação ao percentual de áreas naturais em APPs. (Figura 45).

FIGURA 45: Uso e ocupação do solo nas Áreas Preservação Permanente



Quando a informação é gerada nas ottobacias de nível 6, fica melhor definido quais localidades apresentam melhor ou pior condições na questão das Áreas de Preservação Permanente. A porção oeste do MOSAICO, que apresenta no nível 5 boas médias em relação às áreas naturais, com valores acima de 70%, no nível 6, há boas extensões com valores acima de 80%, onde fica mais evidente a influência do Parque Nacional Sertão-Veredas na geração dos dados naquela porção do MOSAICO. A porção noroeste se mantém como uma área com APPs bem conservadas.

Na parte central do MOSAICO, ao se espacializar os usos e ocupações do solo nas APPs das ottobacias de nível 6, há um detalhamento maior das ottobacias mais degradadas, sendo algumas, inclusive, com valores de praticamente 0% de áreas naturais. A porção leste e nordeste também mostram mais detalhes das áreas onde a conservação de APPs é maior e aquelas de menor preservação. Observa-se que as APPs que caem diretamente no rio São Francisco apresentam valores inferiores a 40% de percentual natural. Os melhores valores aparecem na região do Parque Nacional do Peruaçu e das áreas indígenas (Figura 46).

FIGURA 46: Uso e ocupação do solo nas Áreas Preservação Permanente

6.1.2. Unidade Ambiental – Paisagens do Mosaico

O uso do termo “paisagem” é frequentemente aplicado de diversas formas, devido a pluralidade de suas origens e interpretações. Assim, a paisagem adquire várias conotações. Por exemplo, a mesma palavra pode se referir a uma paisagem natural, paisagem cultural, paisagem política, paisagem econômica, paisagem mental, paisagem adaptativa, uma vista da paisagem, paisagismo, ou uma pintura de paisagem. Mesmo no campo da ecologia da paisagem, a palavra “Paisagem” tem significados diferentes e as distinções geralmente dependem da escala espacial e do conteúdo de uma paisagem (WU Jiango, 2013).

Uma paisagem é uma área geográfica cujas variáveis de interesse são espacialmente heterogêneas. Quando a heterogeneidade espacial é considerada, o tratamento explícito da escala torna-se necessário e hierarquias emergem. Logo, as paisagens são áreas espacialmente heterogêneas caracterizadas por um mosaico de manchas que diferem em tamanho, forma, conteúdo e história. O limite de uma paisagem pode ser delineado com base em unidades geográficas, ecológicas ou administrativas (por exemplo, uma

bacia hidrográfica, uma área urbana ou um município que são relevantes para as questões de pesquisa e objetivos). Assim, a paisagem é definida por uma interação de elementos de determinado mosaico que sejam relevantes para algum fenômeno considerado. Em resumo, uma paisagem é simplesmente uma área de terra, em qualquer escala, contendo padrão interessante que afeta e é afetado por um processo ecológico importante (WU Jiango, 2013; Mc GARRIGAL, 2006, TURNER, 2001)^{8,9}

Características Gerais da Paisagem

Conectividade de paisagem é o grau que uma paisagem tem para facilitar ou impedir o intercâmbio de organismos, energia, material e informação entre paisagem elementos. Isso às vezes é chamado de conectividade funcional da paisagem, que é uma função tanto da conectividade estrutural da paisagem quanto das características de movimento de espécies

8 WU, Jiango. Landscape Ecology. Chapter. Arizona State University. January, 2013.

9 Turner MG, RH Gardner, and RV O’Neill. 2001. Landscape Ecology in Theory and Practice: Pattern and Process. Springer, New York.

ou processos sob consideração. Conectividade estrutural da paisagem é uma simples medida de quão espacialmente conectados os elementos em uma paisagem estão, sem referência a qualquer processo ecológico específico.

Denomina-se fragmentação da paisagem quando ocorre seu desmembramento em pequenas manchas por forças naturais ou antrópicas ou a introdução de barreiras que impedem a troca de organismos, energia, material, e informações através de uma paisagem. A estrutura da paisagem diz respeito a composição e o arranjo espacial dos elementos paisagísticos, que incluem os denominados “*patches*”, corredores, matriz e barreiras.

Os *patches* (*retalhos*) podem ser bióticos ou abióticos, variando de um conjunto de árvore em uma floresta para todo um ecossistema ou continente. As espécies podem preferir um certo tipo de habitat, por exemplo uma floresta ou lagoa. Indivíduos das espécies de interesse podem não ser capazes de se reproduzir ou se alimentar fora deste tipo de habitat. O habitat assim define o *patch*.

Os corredores devem ser pensados em diferentes escalas, tanto para grandes mamíferos como para pequenos mamíferos e aves. Há espécies que são capazes de se mover entre manchas de habitat, por exemplo, de uma floresta. No entanto, eles não se sentem seguros o suficiente para cruzar, por exemplo, um campo arável.

A matriz diz respeito ao uso da terra que domina determinada paisagem. Se o uso da terra dominante é uniformemente inóspito para alguns organismos, eles se tornam isolados em manchas de habitat. Por exemplo, há plantas que não conseguem sobreviver em campos aráveis e muitas vezes não há equipamentos disponíveis para dispersar sementes em fragmentos de florestas isoladas.

As barreiras podem ser cercas, estradas e até oleodutos que formam barreiras ao movimento de animais tímidos ou menos ágeis. Há animais, como os morcegos-ferradura, que precisam viver em mosaico de paisagens. Eles dormem em velhas árvores de florestas antigas para em seguida voar ao longo de campos molhados, onde eles caçam moscas.

Paisagens do Mosaico Sertão-Veredas Peruaçu

O foco foi mostrar como ocorre o planejamento da ocupação do território e quais são as principais modificações feitas pelo homem, do ponto de vista

das “paisagens culturais”. Como definido por Troll “*a entidade visual e espacial total do espaço vivido pelo homem*” (1971, apud METZGER, 2001). A paisagem é apresentada como integradora dos aspectos geográficos (uma associação da declividade com os aspectos geomorfológicos) associados aos usos e ocupações do solo.

Para a geração das unidades de paisagens dentro do Sistema de Informações Geográficas (SIG) ArcGIS, foram selecionadas quatro unidades geomorfológicas, quais sejam:

- Chapada do rio São Francisco;
- Depressão do Alto-médio rio São Francisco;
- Patamares do rio São Francisco;
- Planícies Fluviais e/ou planícies fluviolacustres.

No caso dos usos e ocupações do solo, foram agregadas as seguintes unidades:

- Formação florestal;
- Formação não florestal;
- Silvicultura;
- Área antropizada; e
- Área edificada.

A partir dos cruzamentos entre as unidades geomorfológicas e os usos e ocupações do solo foram definidas 19 (dezenove) classes de unidades de paisagem dentro do MOSAICO (Figura 47).

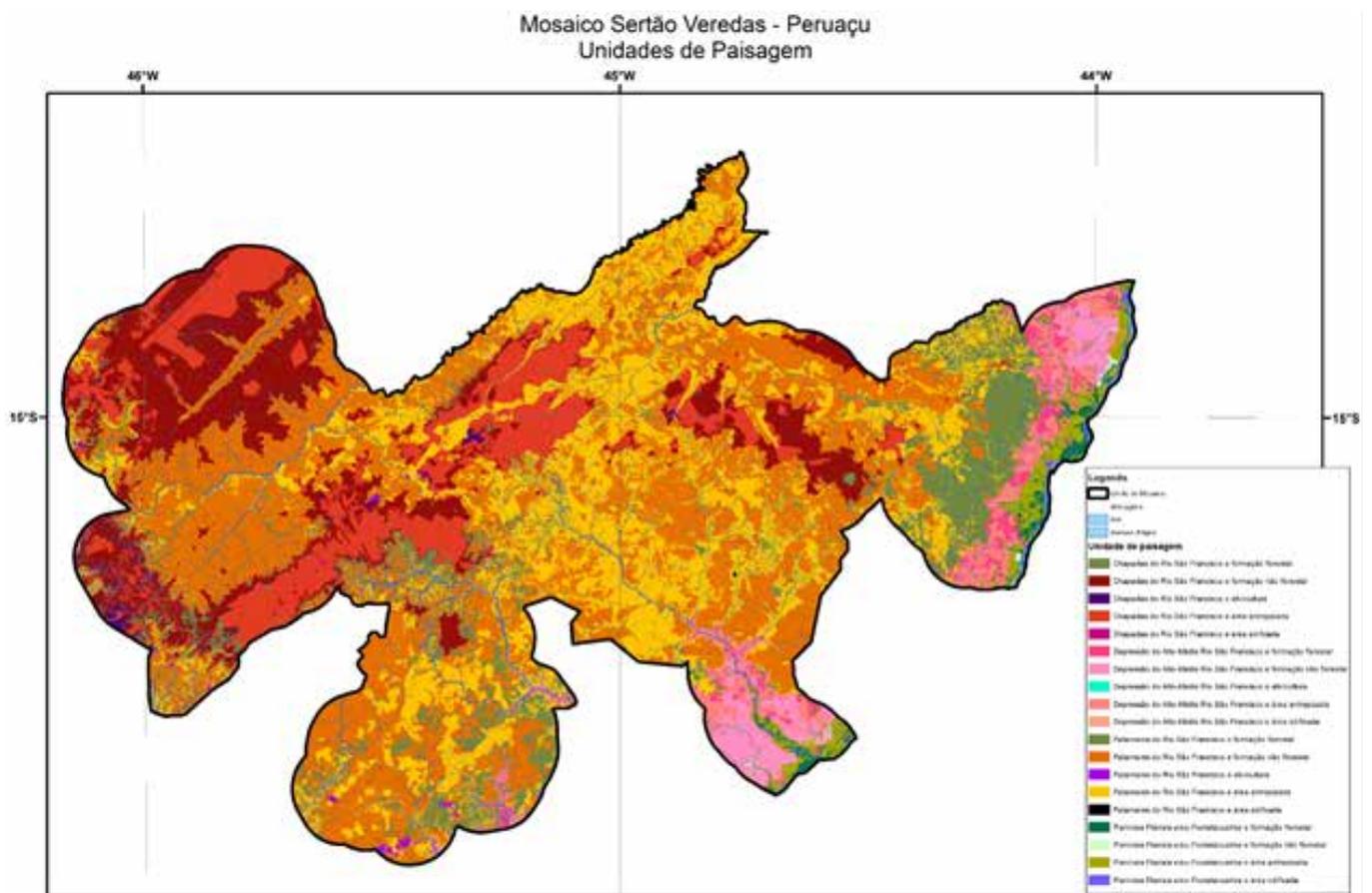
1. Chapada do Rio São Francisco e formação Florestal;
2. Chapada do Rio São Francisco e formação não Florestal;
3. Chapada do Rio São Francisco e silvicultura
4. Chapada do Rio São Francisco e área antropizada
5. Chapada do Rio São Francisco e área edificada
6. Depressão do Alto-Médio Rio São Francisco e formação Florestal
7. Depressão do Alto-Médio Rio São Francisco e formação não Florestal
8. Depressão do Alto-Médio Rio São Francisco e silvicultura
9. Depressão do Alto-Médio Rio São Francisco e área antropizada
10. Depressão do Alto-Médio Rio São Francisco e área edificada
11. Patamares Rio São Francisco e formação Florestal;

12. Patamares Rio São Francisco e formação não Florestal;
13. Patamares Rio São Francisco e silvicultura
14. Patamares Rio São Francisco e área antropizada
15. Patamares Rio São Francisco e área edificada
16. Planícies Fluviais e/ou Fluviolacustres e formação Florestal
17. Planícies Fluviais e/ou Fluviolacustres e formação não Florestal
18. Planícies Fluviais e/ou Fluviolacustres e área antropizada
19. Planícies Fluviais e/ou Fluviolacustres e área edificada

No caso de paisagens do MOSAICO e seus usos predominantes na região, para efeito dos dados, agregou-se as áreas naturais e antrópicas do MOSAICO. Com isso, tem-se 8 (oito) unidades de paisagens, quais sejam:

1. Chapada do Rio São Francisco natural
2. Chapada do Rio São Francisco antrópico
3. Depressão do Alto-Médio Rio São Francisco natural
4. Depressão do Alto-Médio Rio São Francisco antrópico
5. Patamares Rio São Francisco natural
6. Patamares Rio São Francisco antrópico
7. Planícies Fluviais e/ou Fluviolacustres natural
8. Planícies Fluviais e/ou Fluviolacustres antrópico

FIGURA 47: Unidade de Paisagem do MOSAICO Sertão Veredas-Peruaçu



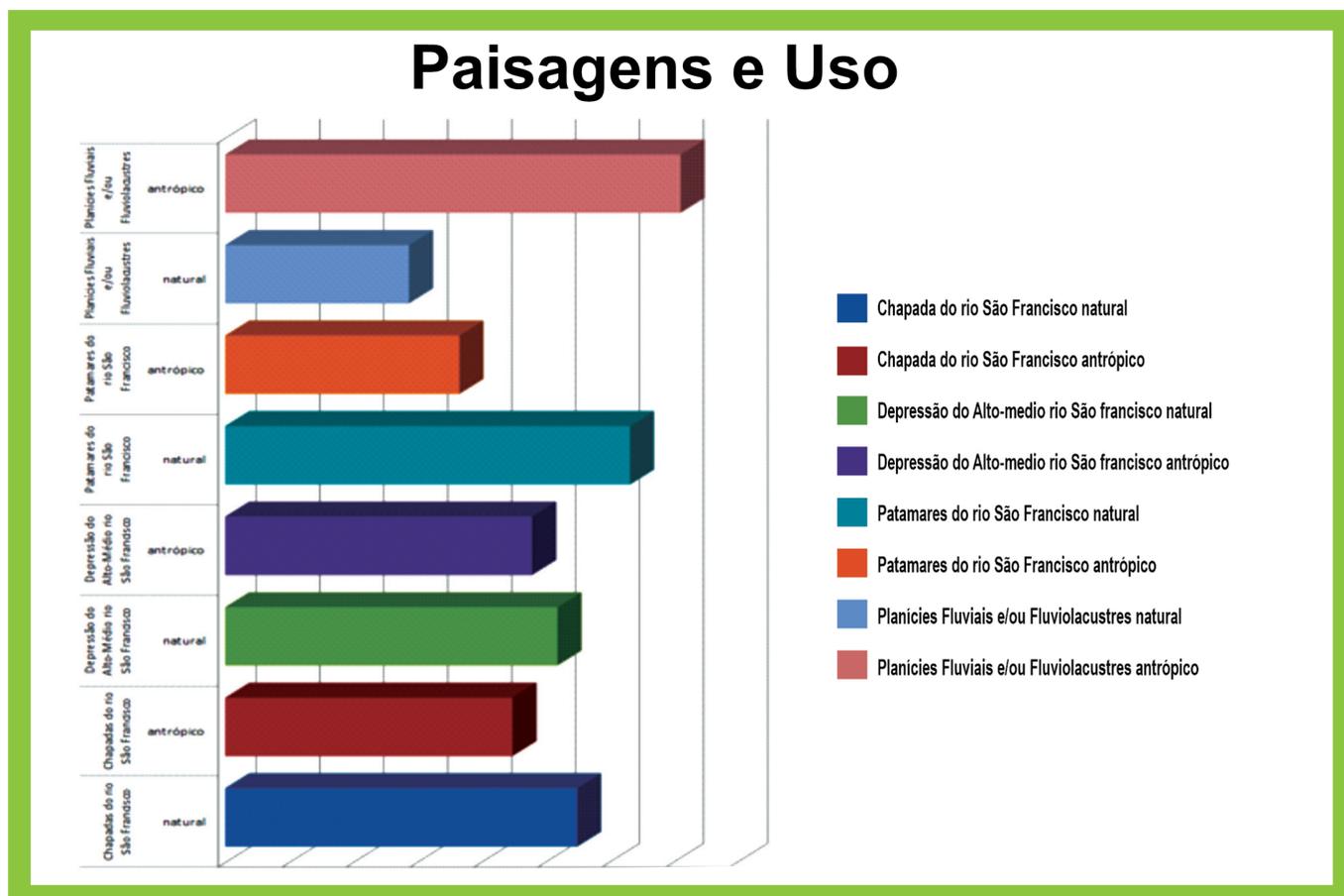
Na combinação de quatro principais unidades geográficas que deram origem às categorias de paisagens, observa-se que as áreas naturais predominam sobre áreas antrópicas nas Chapadas do rio São Francisco, na Depressão do Alto-Médio rio São

Francisco e nos Patamares do rio São Francisco, sendo nestes encontrado valores acima de 60%. Nas Planícies Fluviais e/ou Fluviolacustres, as áreas antrópicas predominam sobre área naturais, com resultados superiores a 70%.

Os dados demonstram que próximo ao rio São Francisco, há um predomínio de ocupação humana, representado por concentração de áreas urbanas e rurais. Os dados dão indícios que também deve haver falta de proteção das margens dos cursos d'água. Isso significa baixa representatividade das Áreas de Preservação Permanente (APPs). Como o rio São

Francisco apresenta forte assoreamento em grande parte de suas margens, visível principalmente em época do período de chuvas, a porção do MOSAICO não parece ser exceção. Na altura do Município de São Francisco, no trecho onde ocorre a travessia de balsa, observa-se intenso assoreamento das margens do curso d'água. (Gráfico 2).

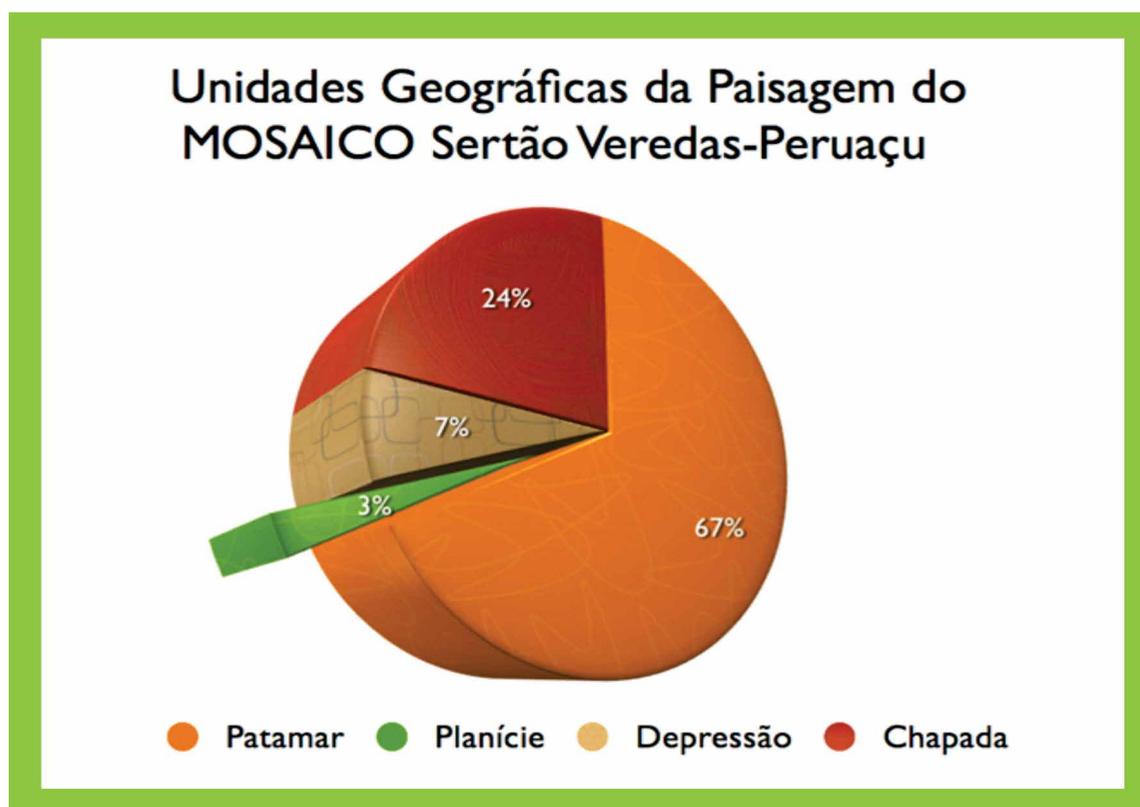
GRÁFICO 2: Tipos e paisagens e usos no MOSAICO



Com relação aos percentuais e área ocupada por cada unidade geográfica das paisagens do MOSAICO, observa-se que há o predomínio dos patamares Rios São Francisco, que ocupam 67% da área do MOSAICO. Nessas áreas prevalecem as áreas naturais. Em seguida, encontram-se as unidades de Chapada do Rio São Francisco, com 23,5%, onde também as áreas naturais se sobrepõem às antró-

picas. As depressões do Alto-Médio São Francisco ocupam 6,67% do MOSAICO, sendo que dominam as áreas naturais sobre as antrópicas. Por fim, as planícies fluviais e/ou fluviolacustres ocupam as menores áreas, com 2% do território. Embora abarcam uma porção pequena, a maior parte possui usos e ocupações antrópicas (Figura 48).

FIGURA 48: Unidades Geográficas da Paisagem do MOSAICO



6.1.3. Unidade Territorial - Município

Conforme já informado anteriormente, no item 5.2. deste Plano “Aspectos Populacionais e Socioeconômicos”, existem onze (11) municípios inseridos no MOSAICO. A maior parte se encontra no estado de Minas Gerais, quais sejam: Formoso, Arinos, Chapada Gaúcha, Urucuia, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, Bonito de Minas, São João das Missões e Manga. O único que pertence ao estado da Bahia é Cocos. À exceção do município de São João das Missões (MG), todos os demais municípios possuem parte do seu território dentro da área do MOSAICO.

Com a inclusão de novas unidades de conservação no Mosaico aprovada pelo Conselho em 2012 e 2018, foram incorporados outros nove municípios ao

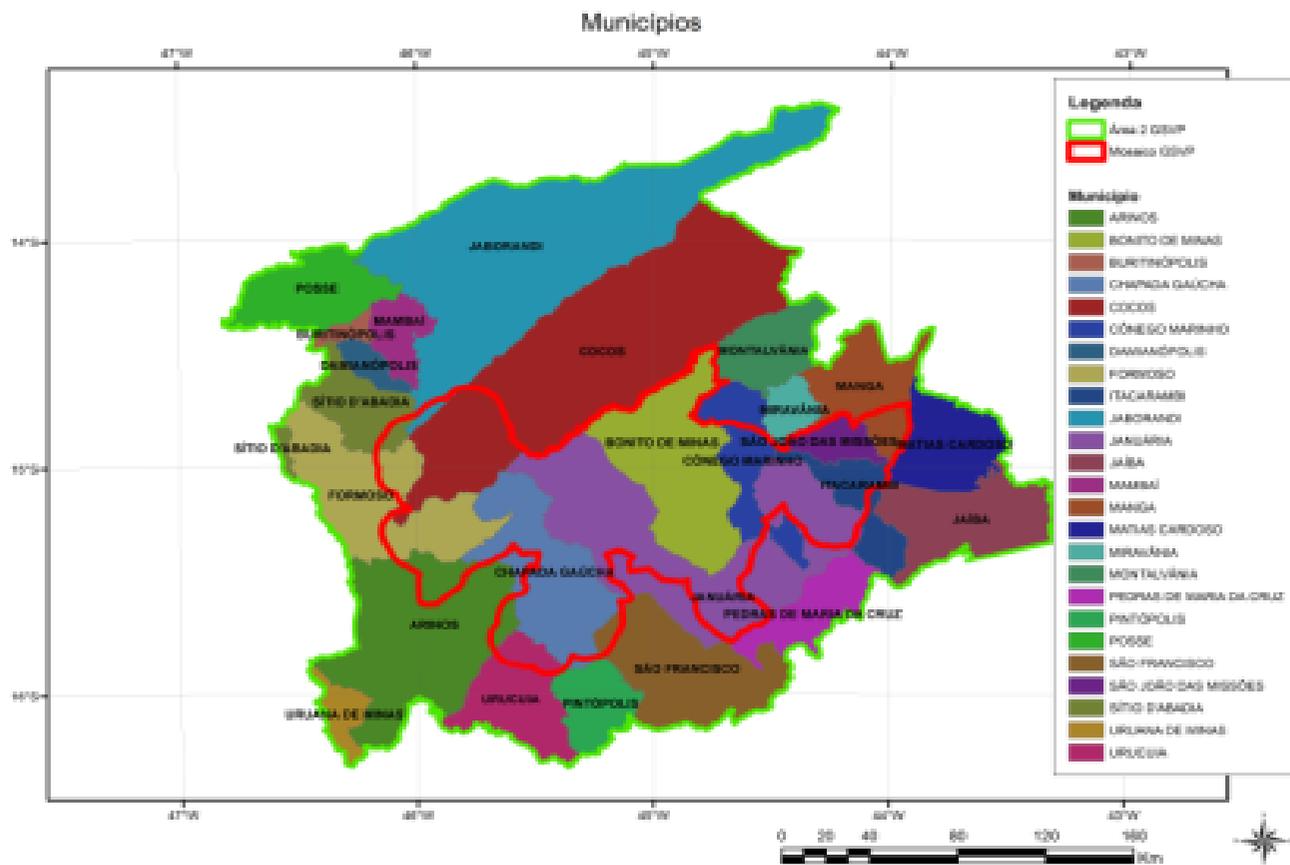
território de abrangência do Mosaico, ou seja: Jaíba, Matias Cardoso, Pedras de Maria da Cruz e Uruana de Minas no Estado de Minas Gerais, Jaborandi no Estado da Bahia e Buritinópolis, Damianópolis, Mambaí e Posse no Estado de Goiás. Desta forma, além dos 11 que já faziam parte, outros 9 foram incorporados perfazendo um total de 20 municípios.

Além destes 20 municípios, na definição dos novos limites do Mosaico, entendeu-se ser importante a incorporação de outros cinco municípios, passando a 25, tendo em vista serem limítrofes a algumas das áreas protegidas e historicamente terem ligações com os demais municípios do Mosaico, tanto do ponto de vista geográfico (bacias hidrográficas, paisagens, etc), como da interrelação entre seus habitantes e na implementação de políticas públicas. Com isso,

a proposta de expansão do MOSAICO incorporou os municípios de Miravânia, Montalvânia, Pintópolis e São Francisco em Minas Gerais e Sítio D'Abadia em Goiás.

Além disso, na proposta de redefinição dos limites do Mosaico, incorporou-se os territórios dos municípios na íntegra, conforme pode ser observado na Figura 49

FIGURA 49: Municípios integrantes do MOSAICO e da área de expansão do MOSAICO



Uso e Ocupação Dos Solos Nos Municípios Do Mosaico

A tabela 35, a seguir, mostra os percentuais em termos de áreas antropizadas e áreas naturais, caracterizando a ocupação e o uso dos solos nos municípios que fazem parte do Mosaico numa escala decrescente

em termos de áreas naturais e escala crescente em termos de áreas antropizadas. Ressalta-se que estes percentuais correspondem apenas às partes do território de cada município que faz parte do território do Mosaico. O único município que está totalmente dentro do território do Mosaico é São João das Missões.

TABELA 35: Antropismo nos municípios do Mosaico

Município	Área antropizada	Área Natural
Cocos	17,02%	82,98%
São Francisco	21,51%	78,49%
Formoso	21,80%	78,20%
Urucuia	25,46%	74,54%
Arinos	26,93%	73,07%
Cônego Marinho	27,04%	72,98%
Jaborandi	32,07%	67,93%
Chapada Gaúcha	35,88%	64,12%
Itacarambi	36,37%	63,63%
Sítio D'Abadia	39,21%	60,79%
São João das Missões	42,84%	58,16%
Januária	49,72%	50,28%
Manga	49,72%	50,28%
Bonito de Minas	55,42%	44,58%

Analisando o território do Mosaico como um todo, considerando o quadro acima e o mapa baixo (figura 50) verifica-se que as porções noroeste e sudoeste do MOSAICO são as áreas onde se concentram os municípios que juntos possuem os maiores percentuais de áreas naturais, com destaque para Cocos, Formoso e São Francisco. Os valores ficam entre 74,8% a 83%. Em seguida, Urucuaia, com 73,1% a 74,5%, e parte de Arinos, com 68% a 73%. A Chapada Gaúcha, que representa uma grande porção centro-oeste do MOSAICO, aparece com 60,9% a 64% de áreas naturais.

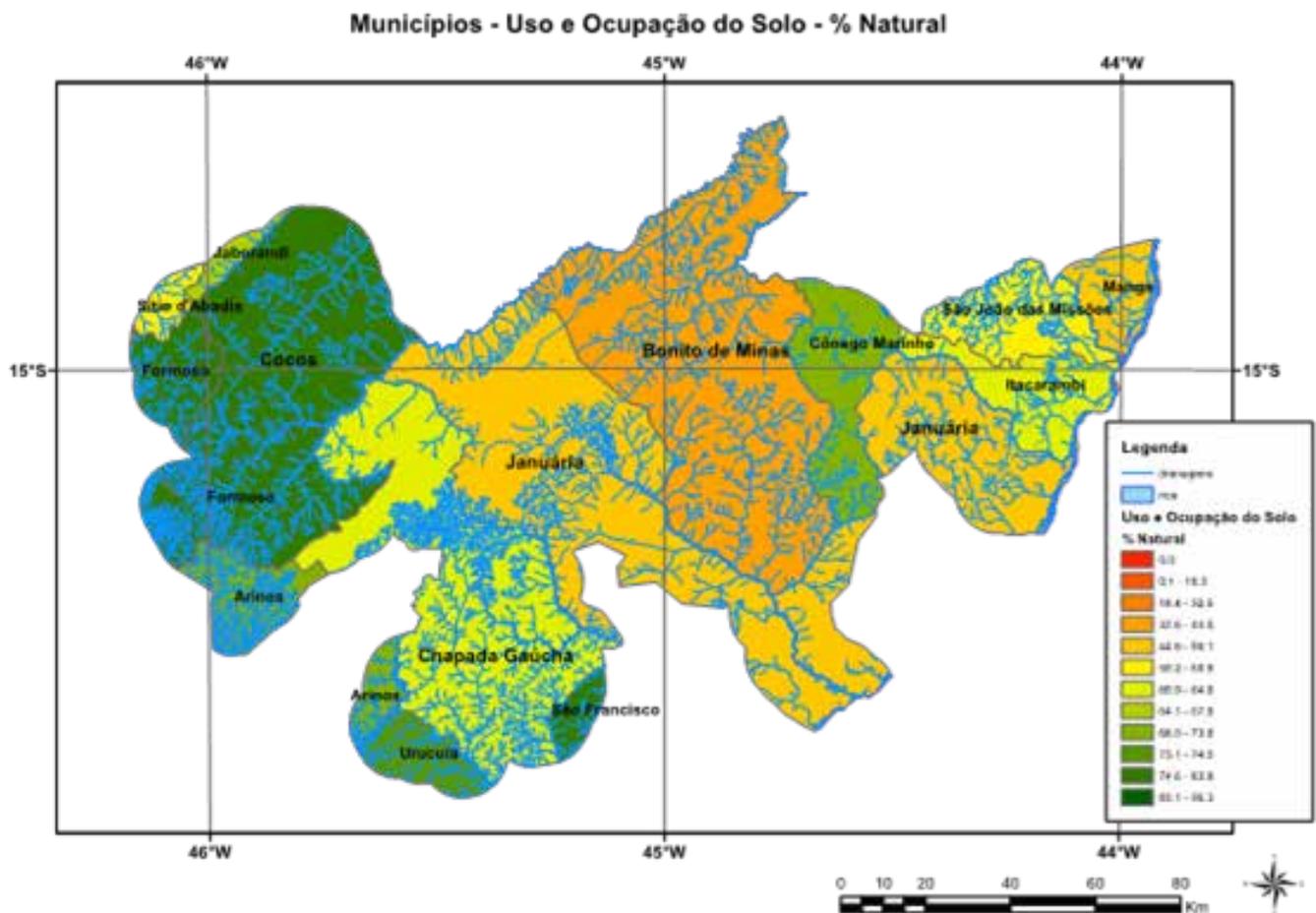
Os municípios de Januária e Manga representam valores inferiores a 50% de áreas naturais. Cabe destacar que Januária é o maior município do MOSAICO. O município de Bonito de Minas, também um

dos maiores municípios do MOSAICO, aparece com os piores percentuais de áreas naturais, com valores entre a 32,6% a 44,5%. Os municípios de São João das Missões e Sítio d'Abadia aparecem com valores entre 50,2% a 60,8%.

Na porção centro-leste do MOSAICO, o município de Cônego Marinho se destaca em relação ao percentual de áreas naturais em relação aos seus vizinhos, Bonito de Minas e Januária. A maior parte de sua área está preservada, com valores entre 68% a 73%.

O mapa abaixo (figura 50) mostra o território com as diferentes gradações de áreas naturais x antropizadas, onde as cores mais verdes representam os municípios cujos território no Mosaico estão mais conservados.

FIGURA 50: Percentual de áreas naturais nos municípios do MOSAICO



6.1.4. Unidade Territorial – Unidades de Conservação

As unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico também são caracterizadas como Unidades Territoriais no âmbito do Zoneamento.

O item 5.4.6. do presente Plano apresenta um amplo diagnóstico sobre as unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico.

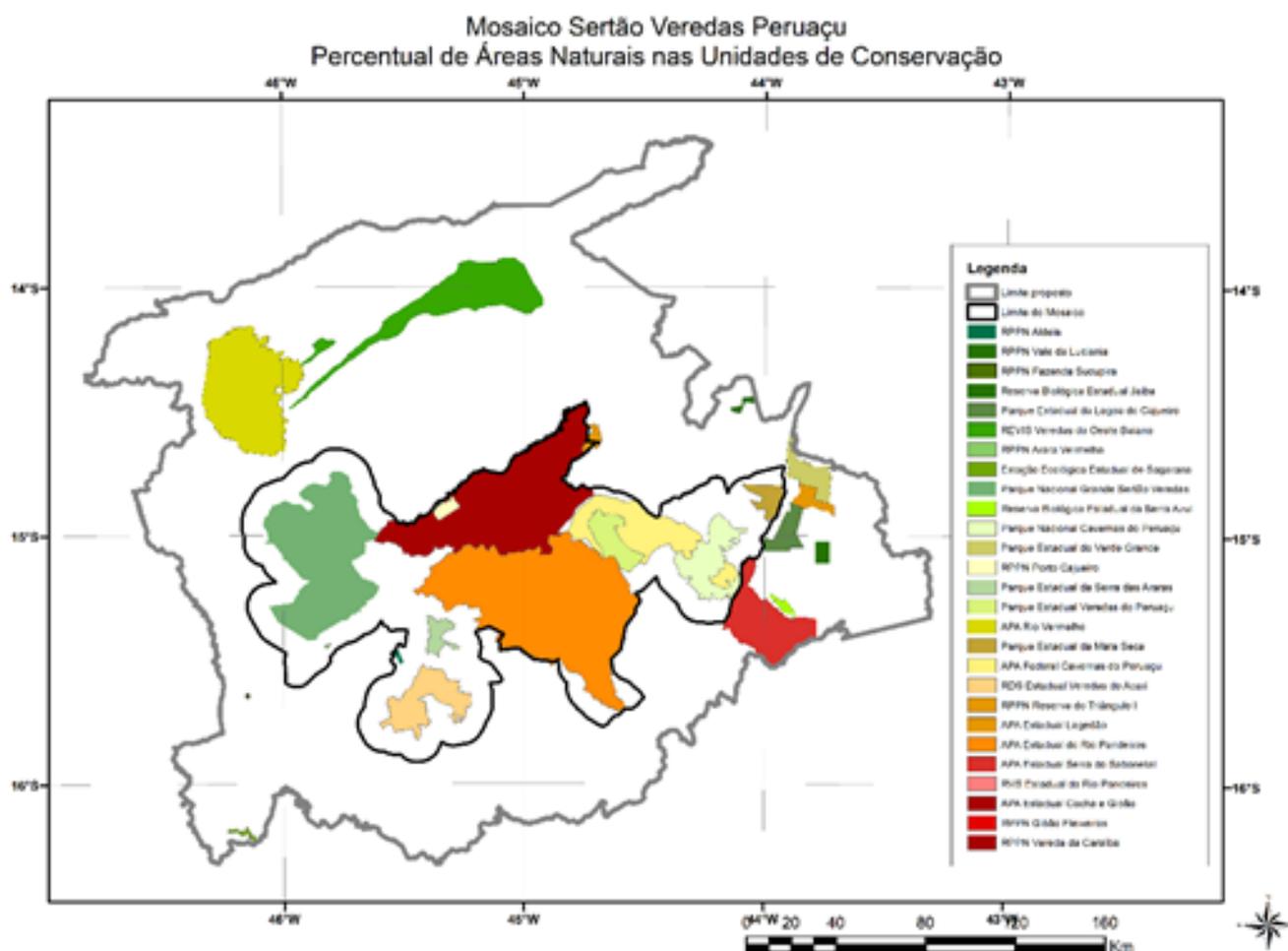
Ao examinar todas as unidades de conservação dentro do MOSAICO e sua área de expansão, observa-se que há uma grande diferença entre o percentual de áreas naturais e antrópicas das áreas protegidas. Em geral as unidades de proteção integral possuem maiores percentuais de áreas naturais, quando comparadas com as unidades de uso sustentável.

Algumas unidades estão com índices de alteração da cobertura incompatíveis com os objetivos para os

quais as mesmas foram criadas. Esse fato indica a necessidade urgente de restauração da biodiversidade nestas áreas. A APA Estadual Cocha Gibão, que possui a segunda maior área dentro do MOSAICO, perdendo apenas para a APA Estadual do Rio Pandeiros, possui apenas 51,08% de área natural. Ambas as APAs precisam que o poder público dê prioridade a restauração de seus ecossistemas, por serem estratégicas como áreas principais no estabelecimento de corredores ecológicos das áreas de referência do MOSAICO.

A Figura 51 mostra a comparação entre os percentuais de uso e ocupação do solo nas unidades de conservação do Mosaico em sua área expandida. As áreas com tonalidades verdes são as mais conservadas e as avermelhadas são as mais antropizadas.

FIGURA 51: Comparação entre percentuais de uso e ocupação do solo das áreas protegidas – Ranking.



6.1.5. Unidade Territorial – Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu

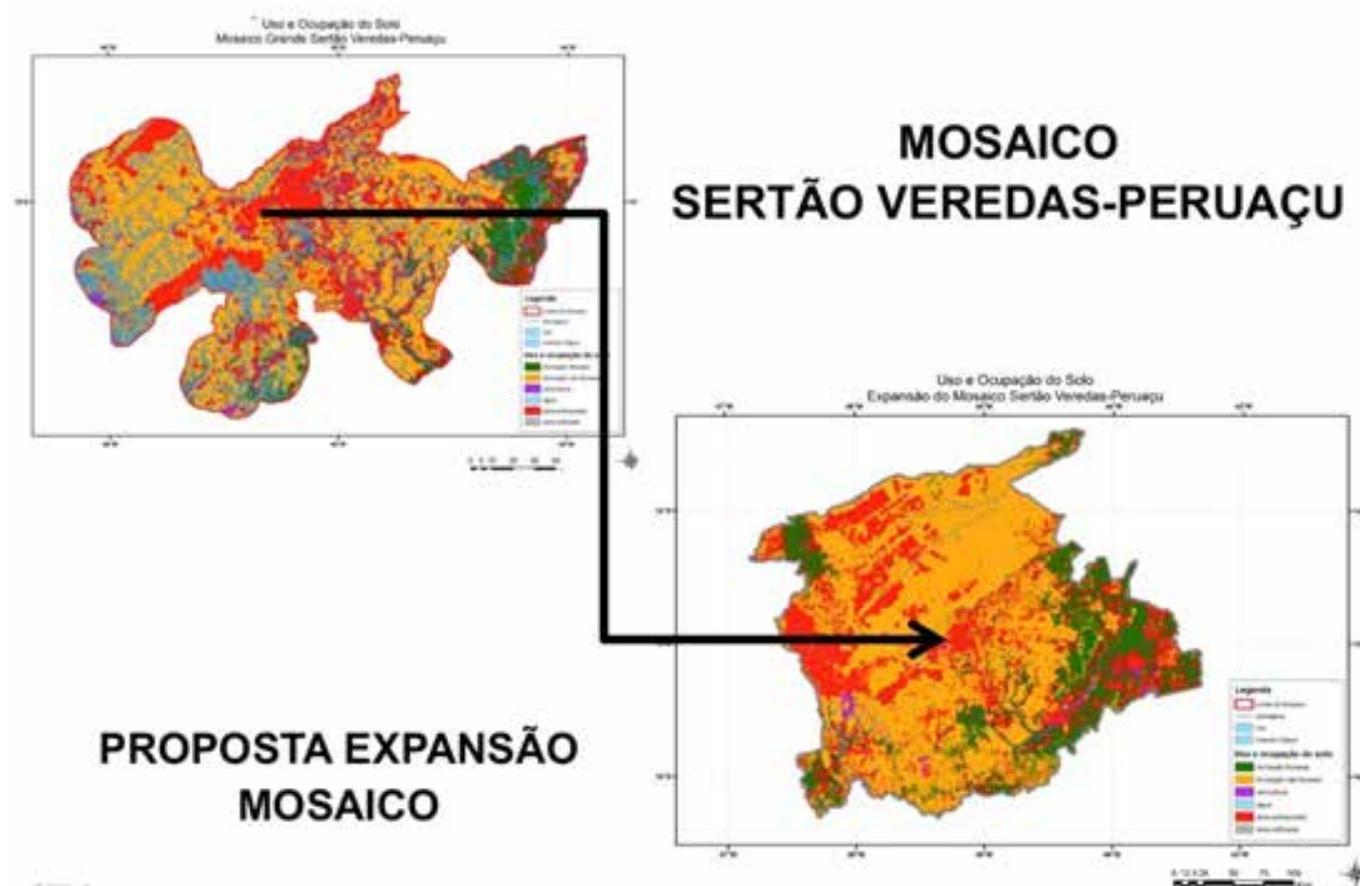
O próprio Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu também pode ser considerado uma Unidade Territorial no âmbito do Zoneamento.

A proposta de expansão do MOSAICO irá ampliar consideravelmente a área de sua abrangência. O território será estendido em quase 356%. Isso deve levar a maior potencialização de ações na gestão integrada das áreas protegidas que se somam ao MOSAICO. Ao mesmo tempo, impõe-se a necessida-

de de maior articulação com outros atores federais, estaduais, municipais, sociedade civil e instituições de pesquisa. Acresce a preocupação de promover maior conectividade de paisagens.

Com relação aos percentuais de áreas natural e antrópica, os valores ficam bem similares a área original do MOSAICO. São cerca de 60% de áreas naturais e 40,43% de antrópicas, mantendo o enfoque principal de sua criação que é proteger ecossistemas terrestres e aquáticos. A figura 52 mostra a proposta de expansão do Mosaico.

FIGURA 52: Comparação entre os usos e ocupações do solo do MOSAICO em sua área original e expandida.



6.1.6. Unidade Territorial – Áreas Prioritárias e Áreas Chaves

A) Áreas Prioritárias para a Biodiversidade

As regras para identificação das Áreas Prioritárias para a Biodiversidade ou Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira foram instituídas formalmente pelo Decreto Nº 5092, de 21/5/2004, no âmbito das atribuições do MMA. Periodicamente, este decreto é revisto objetivando a sua atualização.

O último processo de atualização ocorreu em 2018 (Portaria Nº 463, de 18 de dezembro de 2018). Esses ajustes levam em consideração as pesquisas sobre biodiversidade realizadas pelas diferentes instituições de pesquisa que atuam no Cerrado ao longo do tempo, consideram, também, as estratégias recomendadas pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), pelo Plano de Ação para Implementação da Política Nacional de Biodiversidade (PAN-BIO) e pelo Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).

Esta estratégia objetiva a formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal voltados à: I - conservação in situ da biodiversidade; II - utilização sustentável de componentes da biodiversidade; III - repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado; IV - pesquisa e inventários sobre a biodiversidade; V - recuperação de áreas

degradadas e de espécies sobre-explotadas ou ameaçadas de extinção; e VI - valoração econômica da biodiversidade.

O Mapa abaixo (figura 53) mostra as áreas prioritárias para a biodiversidade, conforme o MMA. As UCs de proteção integral (verde escuro) são consideradas unidades referência e são de importância biológica extremamente altas.

FIGURA 53:



B) Áreas Chaves para a Biodiversidade

Outra forma de mapear as áreas prioritárias para a conservação tem sido realizada desde meados de 2000. São esforços para identificar locais estratégicos para a conservação da biodiversidade de importância global no Cerrado. Há uma lista de KBAs (sigla em inglês para as Áreas-chave para a Biodiversidade) preparada com base nas listas vermelhas nacionais e internacionais de plantas e vertebrados. Recentemente, o mapeamento das áreas-chave (KBAs) foram feitos a partir de dados das novas

listas vermelhas nacional e global, atualizadas em 2014 e 2015, bem como registros de ocorrência das espécies na literatura científica, em herbários e museus, ao longo dos últimos dez anos (SAWYER et al, 2017 p.15)¹⁰.

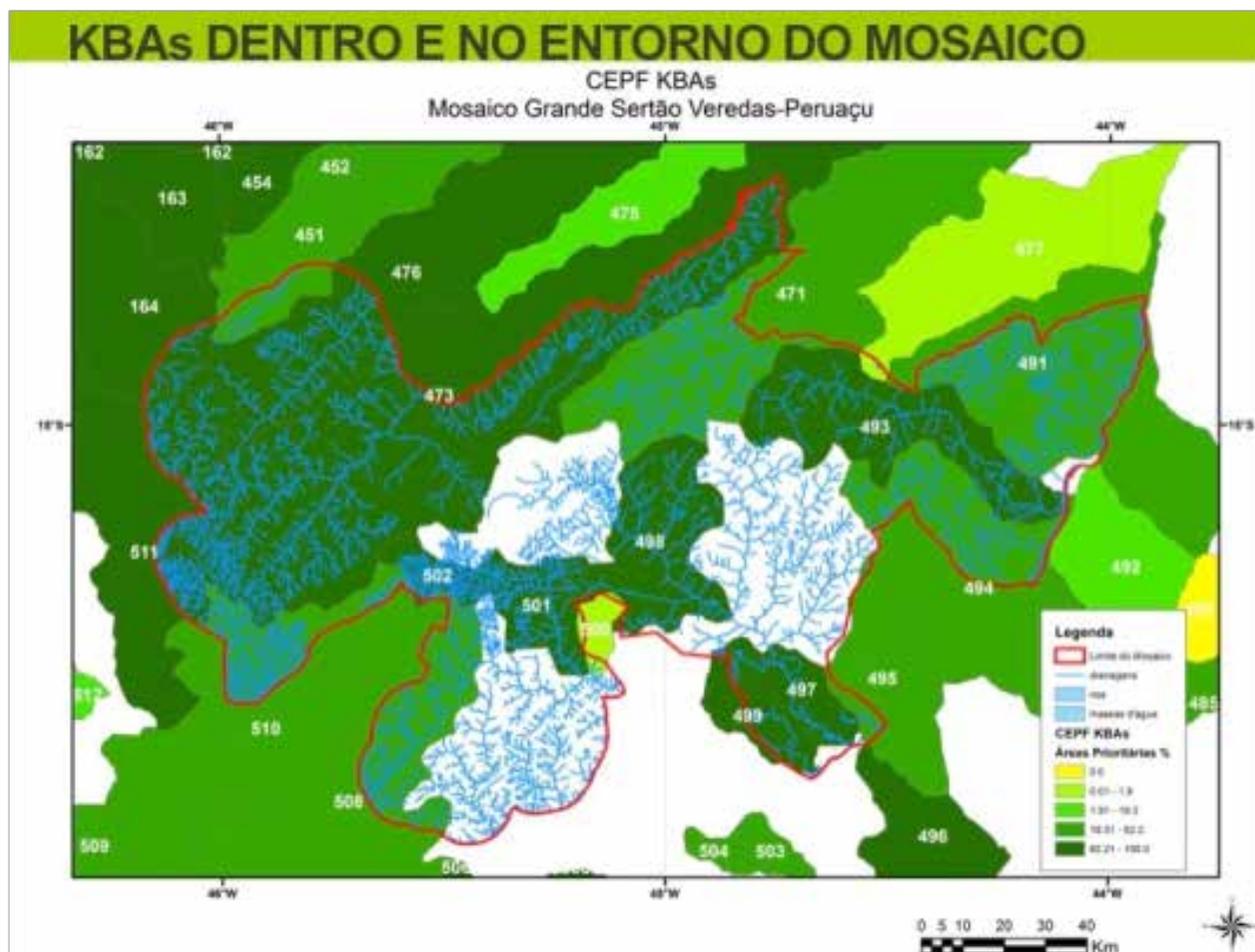
A análise de KBAs também aplicou o critério da insubstituibilidade, a partir de estudos sobre peixes raros e plantas raras (espécies com área de ocorrência

¹⁰ SAWYER, Donald et al. Perfil do ecossistema hotspot de biodiversidade do cerrado: resumo expandido. Brasília, DF. Supernova, 2017.

menor que 10 mil km²), realizados em 2010 e 2014, respectivamente. Inicialmente, uma KBA foi desenhada para cada uma das espécies. Posteriormente, as KBAs com sobreposição geográfica foram agrupadas, resultando em uma lista final de 761 KBAs no Brasil. As KBAs do Brasil no Cerrado contêm 474.000

km² de remanescentes da cobertura vegetal original (40% da área total). A maioria de KBAs é mosaico de vegetação original, habitats secundários e área antropizada (principalmente pastagens e cultivos). A delimitação de KBAs não exclui áreas modificadas ou convertidas (idem). (Figura 54).

FIGURA 54: Áreas-chave (KBAs) de biodiversidade do Cerrado na região do MOSAICO



6.2. FOCOS DE DTBC E O ZONEAMENTO

Dentro da metodologia do Zoneamento Socioambiental do Mosaico, uma parte foi dedicada a construir mapas colaborativos temáticos, por meio de grupos de trabalhos (GTs), definidos nas áreas focos do Plano de DTBC, ou seja: Agroecologia, Extrativismo Vegetal, Agronegócio, Turismo, Água e Gestão Integrada de Áreas Protegidas. Os resultados desses mapas alimentaram posteriormente os resultados do Diagnóstico do Zoneamento.

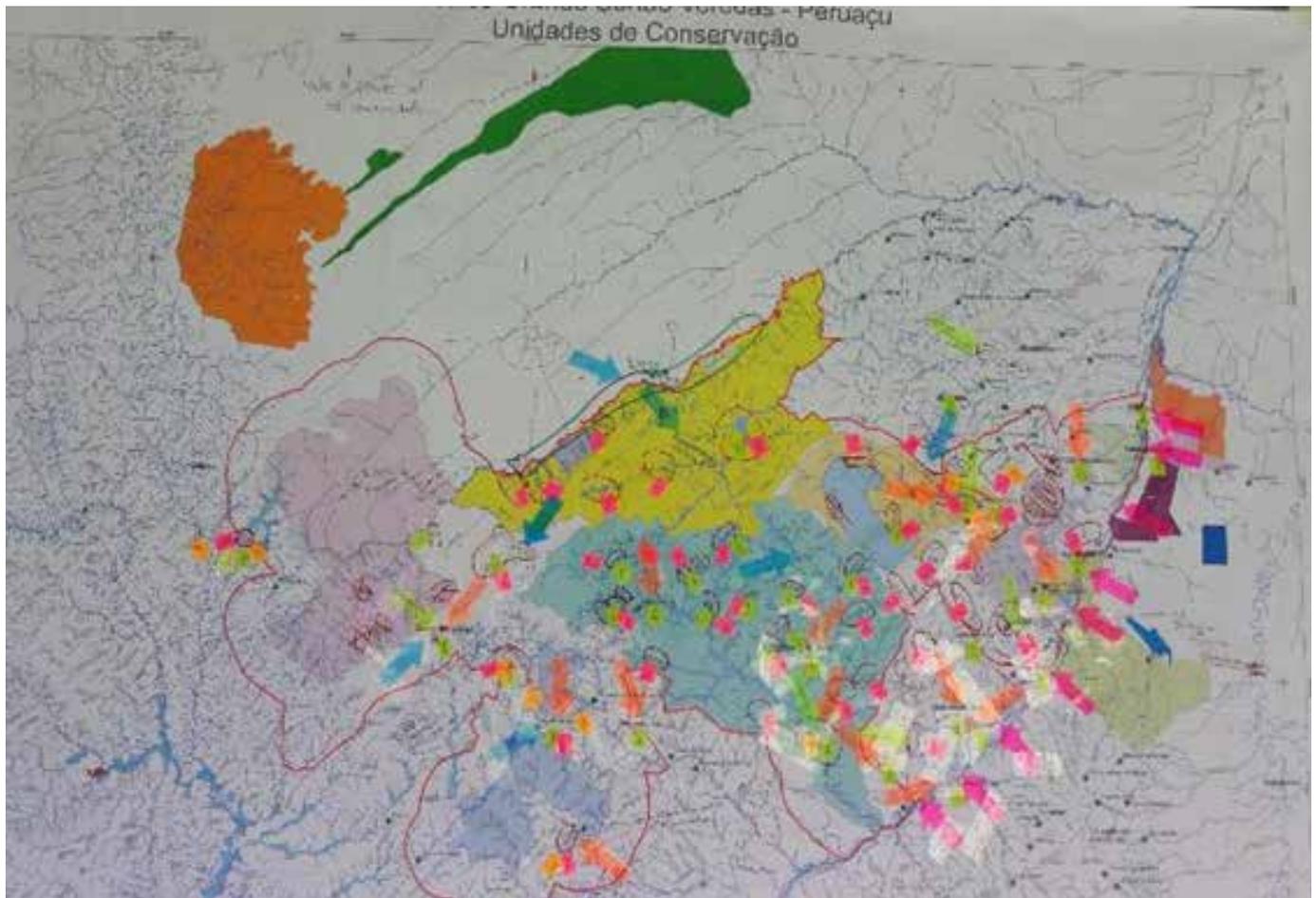
6.2.1. Agroecologia

Os grupos temáticos de Agroecologia e Extrativismo Vegetal trabalharam em conjunto. A elaboração do mapa colaborativo objetivou identificar problemas e o estado do ambiente físico e biótico onde a atividade ocorre no MOSAICO.

O GT teve como tarefa plotar em mapas de trabalho incidências relacionadas com a Agroecologia no território do Mosaico e fazer análises comparativas dos problemas identificados e aqueles produzidos a partir do mapa colaborativo. O objetivo foi complementar informações vindas de diferentes fontes e escalas de coleta de análise de dados. O mapa colaborativo foi produzido a partir de experiência do grupo em identificar quais espaços geográficos tinham maior pressão antrópica e qual era o estado dos ambientes físicos e bióticos do MOSAICO voltados à prática da agroecologia.

O trabalho passou por revisões de plotagem de dados e redefinição de legendas. Ao final, foi proposto o mapa colaborativo (Figura 55).

FIGURA 55: Mapa colaborativo de Agroecologia – primeira aproximação



Após a primeira aproximação feita pelo grupo, os dados apontados no mapa base foram transportados para o Sistema de Informações Geográficas, SIG/ArcGIS, para serem posteriormente validados pela equipe (Figura 56).

FIGURA 56: Mapa colaborativo de Agroecologia – segunda aproximação

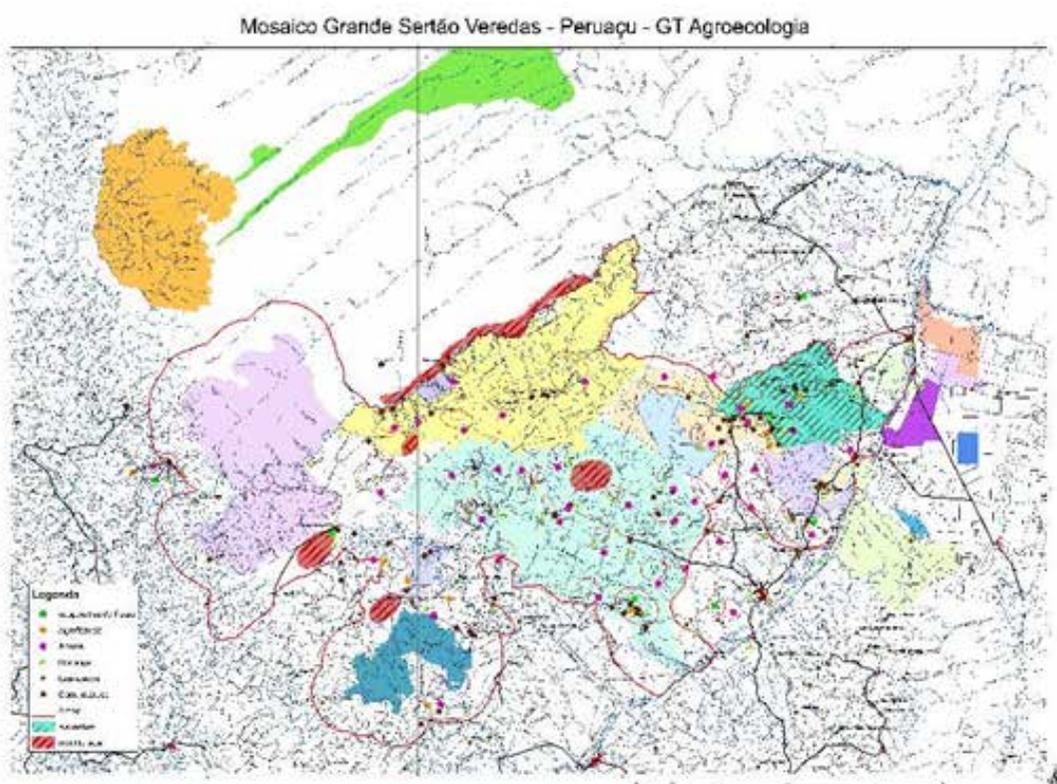
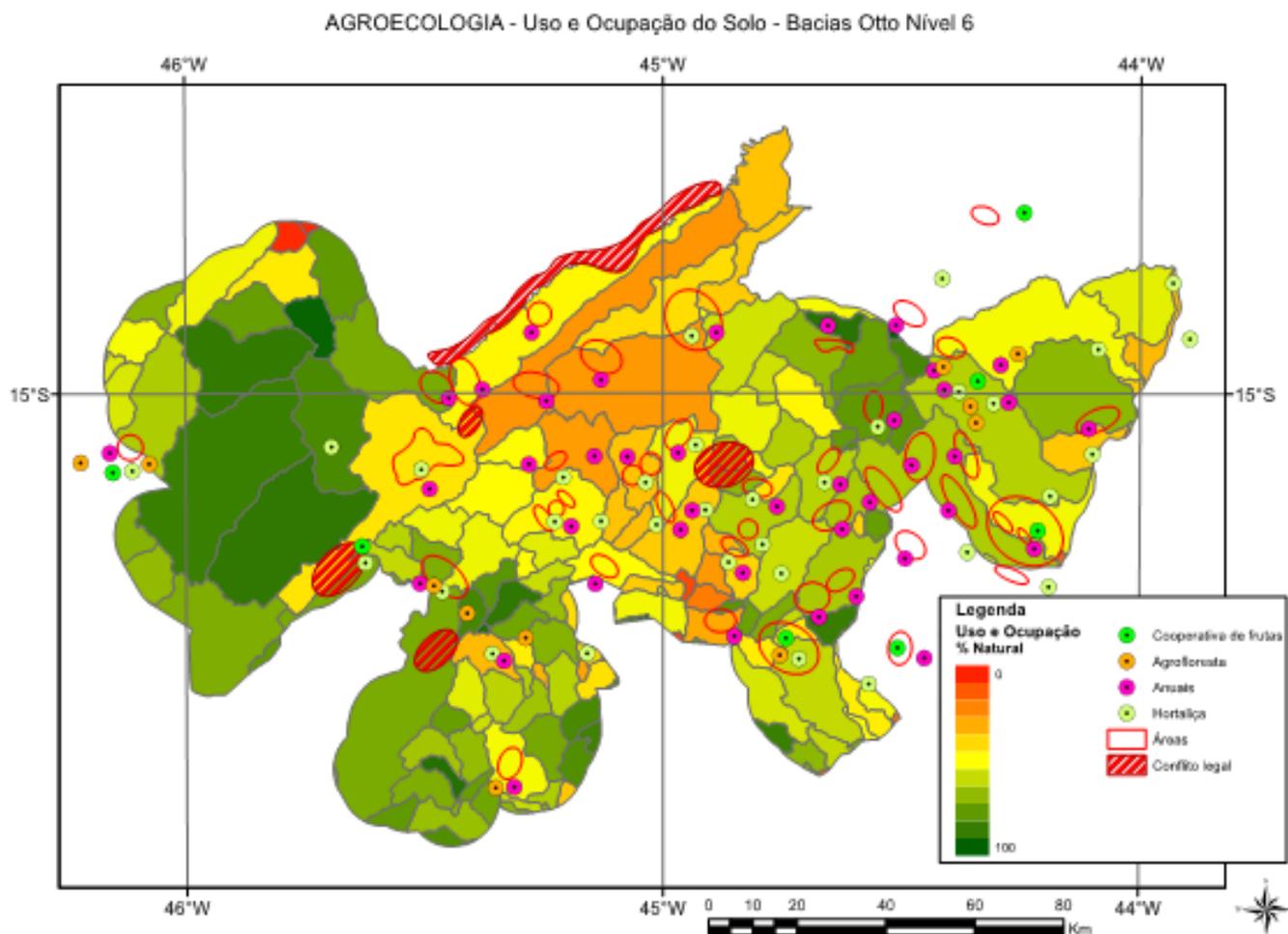


FIGURA 58: Sobreposição das atividades de Agroecologia na unidade ambiental ottobacias



6.2.2. Extrativismo Vegetal

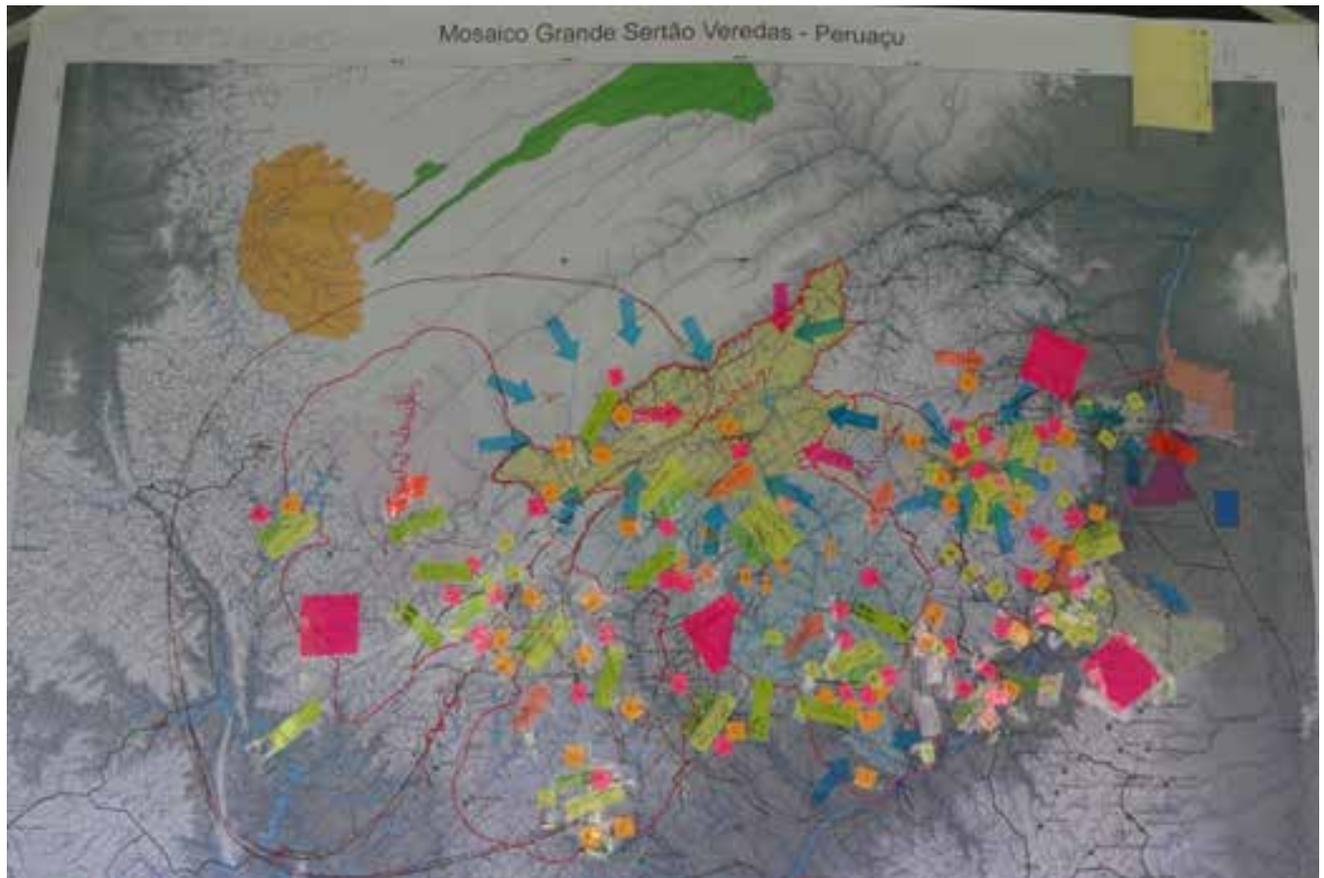
Conforme colocado acima, os grupos temáticos de Agroecologia e Extrativismo Vegetal trabalharam em conjunto, tendo em vista que o método de construção da temática do Extrativismo no Zoneamento Socioambiental do MOSAICO é bem similar ao da Agroecologia. Inicialmente, a temática foi tratada a partir de uma construção do mapa colaborativo no GT. O objetivo foi identificar problemas e o estado do ambiente físico e biótico onde a atividade ocorre no MOSAICO.

O GT teve como tarefa plotar em mapas de trabalho incidências relacionadas com o Extrativismo no terri-

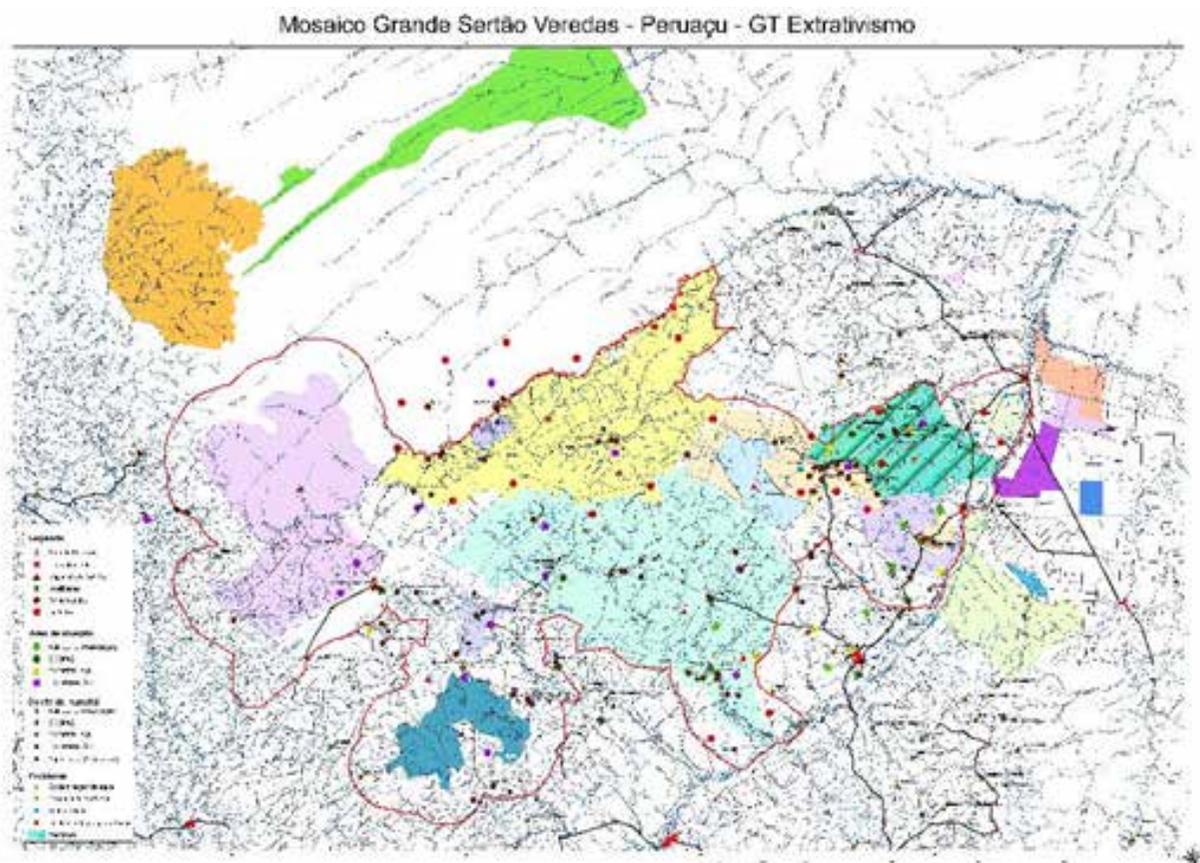
tório do Mosaico e fazer análises comparativas dos problemas identificados e aqueles produzidos a partir do mapa colaborativo. O objetivo foi complementar informações vindas de diferentes fontes e escalas de coleta de análise de dados.

O mapa colaborativo foi produzido a partir de experiência do grupo em identificar quais espaços geográficos tinham maior pressão antrópica e qual era o estado dos ambientes físicos e bióticos do MOSAICO voltados à prática do Extrativismo Vegetal.

O trabalho passou por revisões de plotagem de dados e redefinição de legendas. Ao final, foi proposto o mapa colaborativo (Figura 59).

FIGURA 59: Mapa Colaborativo Extrativismo - primeira aproximação

Após a primeira aproximação feita pelo grupo, os dados apontados no mapa base foram transportados para o Sistema de Informações Geográficas, SIG/ArcGIS, para serem posteriormente validados pela equipe (Figura 60).

FIGURA 60: Mapa Colaborativo Extrativismo - segunda aproximação

Depois da segunda aproximação do Mapa Colaborativo de Extrativismo, a fase seguinte foi procurar inserir esses resultados nos mapas de serviço e no contexto das unidades ambientais e territoriais do Zoneamento Socioambiental do MOSAICO. No caso da temática Extrativismo, semelhante ao de Agroecologia, os aspectos mais importantes são: a) as condições das bacias hidrográficas, posto que a atividade depende da quantidade e qualidade dos sistemas hídricos; b) as áreas mais preservadas e contínuas de Cerrado do MOSAICO, uma vez que isso é um bom indicador para maior biodiversidade. Por conseguinte, forte garantia de melhor polinização na região. As áreas contínuas ajudam a reduzir os efeitos de borda, além de ser um tipo de “selo de qualidade”, pois agrega a informação de serviço ecossistêmico ao produto do extrativismo; c) a proximidade das sedes dos municípios, uma vez que a atividade de

Extrativismo depende de logística mínima para escoar os produtos.

Como se observa a seguir, houve uma correlação direta na maior parte das vezes entre as áreas mais bem diagnosticadas pelo Zoneamento, com relação às áreas preservadas do Mosaico, e os pontos onde predominam as atividades de Extrativismo. No caso do *ranking* de áreas naturais nas bacias hidrográficas, predomina a atividade de extrativismo nos melhores % de áreas naturais. Observa-se que as mais contíguas aos parques também apresentam incidência de áreas de extrativismo. No caso das APPs, a correlação não é tão direta. Nem sempre as melhores áreas de APP possuem atividade de extrativismo. Os resultados se justificam, em parte, uma vez que o extrativismo não está relacionado diretamente apenas a qualidade das APPs, mas de toda a porção da área da bacia hidrográfica (Figuras 61 e 62).

FIGURA 61: Sobreposição das áreas de atuação do Extrativismo Vegetal na unidade ambiental ottobacias.

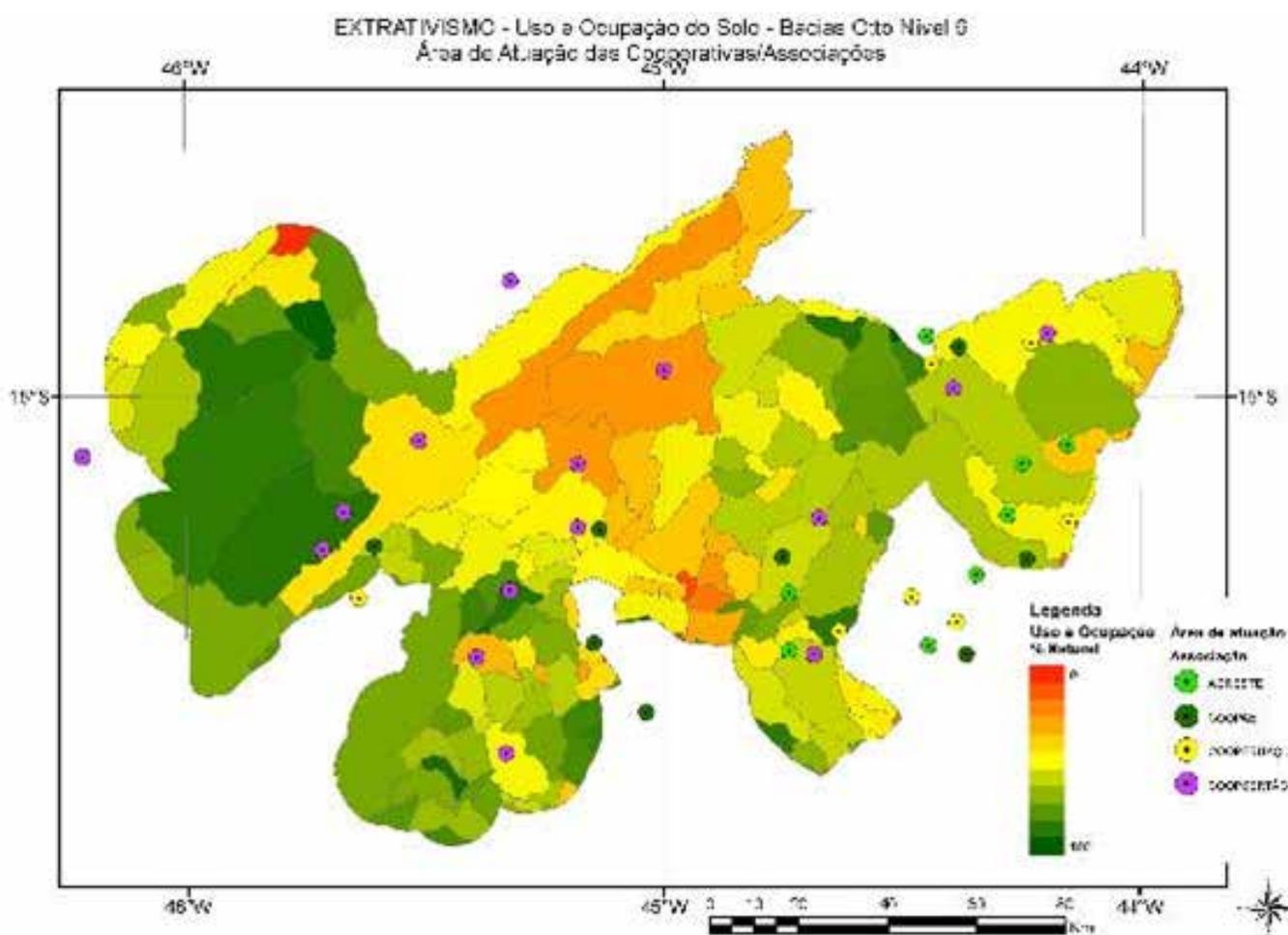
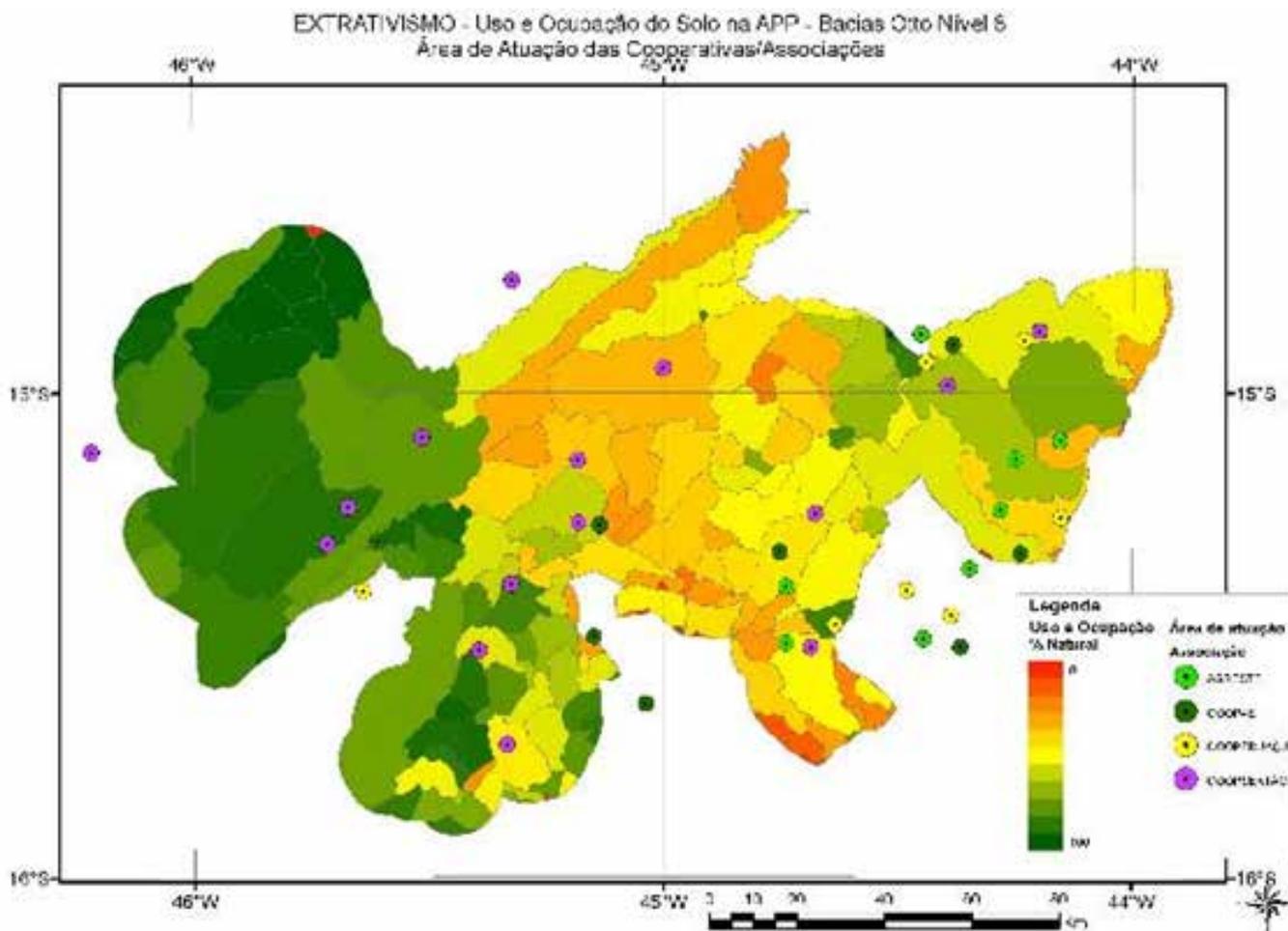


FIGURA 62: Sobreposição das áreas de atuação do Extrativismo Vegetal nas APPs da unidade ambiental ottobacias.

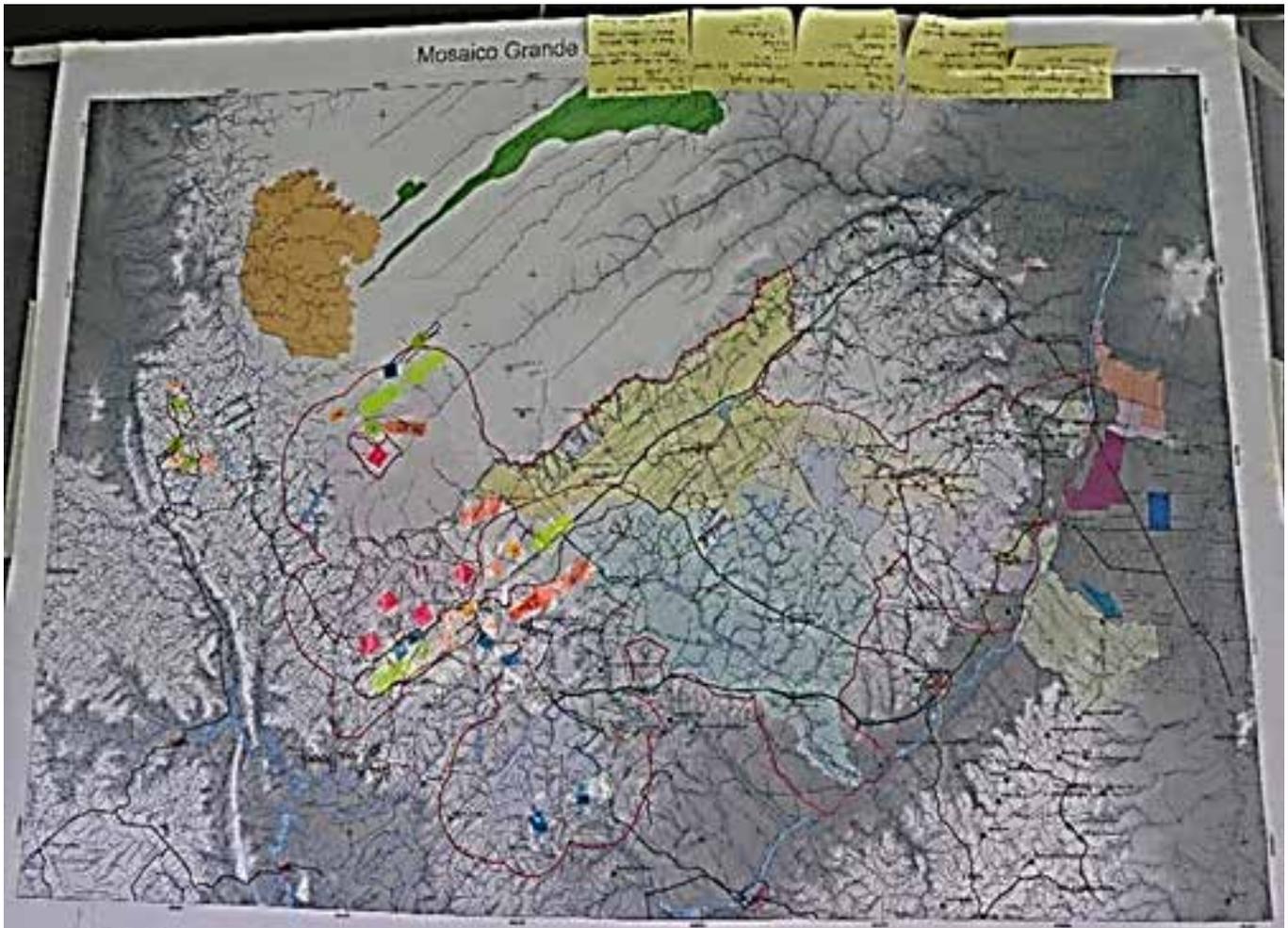
6.2.3. Agronegócio

Inicialmente, a temática foi tratada a partir de uma construção do mapa colaborativo no GT. O objetivo foi identificar problemas e o estado do ambiente físico e biótico onde a atividade do Agronegócio ocorre no Mosaico. O GT teve uma participação maior de representantes das duas principais Cooperativas que atuam com agronegócio na região, cujas ações estão mais concentradas na parte oeste do Mosaico, nos municípios de Chapada Gaúcha, Arinos, Formoso e Côcos.

O GT teve como tarefa plotar em mapas de trabalho incidências relacionadas com o Agronegócio no território do Mosaico e fazer análises comparativas dos problemas identificados e aqueles produzidos a partir do mapa colaborativo. O objetivo foi complementar informações vindas de diferentes fontes e escalas de coleta de análise de dados.

O mapa colaborativo foi produzido a partir de experiência do grupo em identificar quais espaços geográficos tinham maior pressão antrópica e qual era o estado dos ambientes físicos e bióticos do Mosaico voltados à prática do Agronegócio (Figura 63).

FIGURA 63: Mapa colaborativo Agronegócio – primeira versão.



Após a primeira aproximação feita pelo grupo, os dados apontados no mapa base foram transportados para o Sistema de Informações Geográficas, SIG/ArcGIS, para serem posteriormente validados pela equipe. O GT de Agronegócio se concentrou nas

atividades de produção, as estradas de escoamento e buscou maior conhecimento sobre a proposta do Mosaico. O Mapa Colaborativo do Agronegócio foi finalizado conforme as Figuras 64 e 65, a seguir.



FIGURA 64: Mapa colaborativo da atividade do Agronegócio – segunda versão

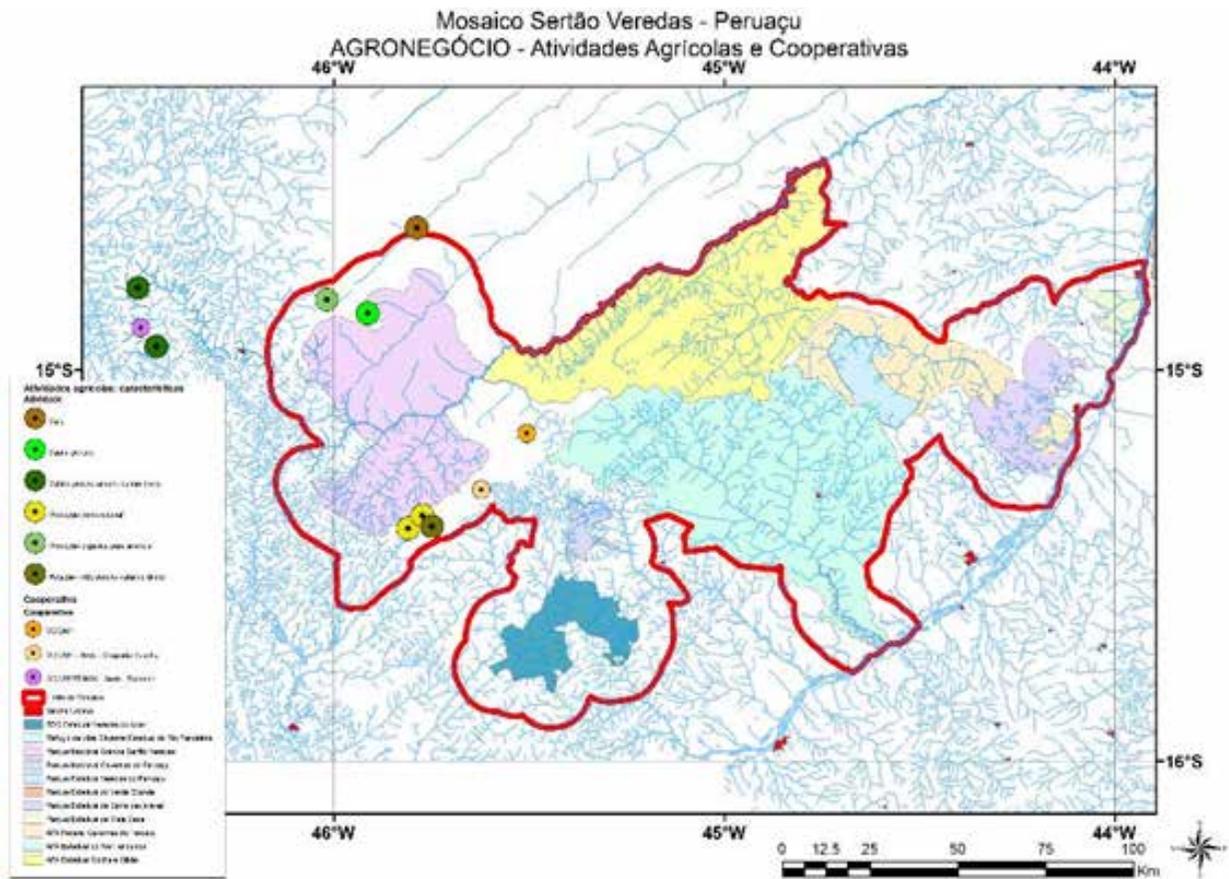
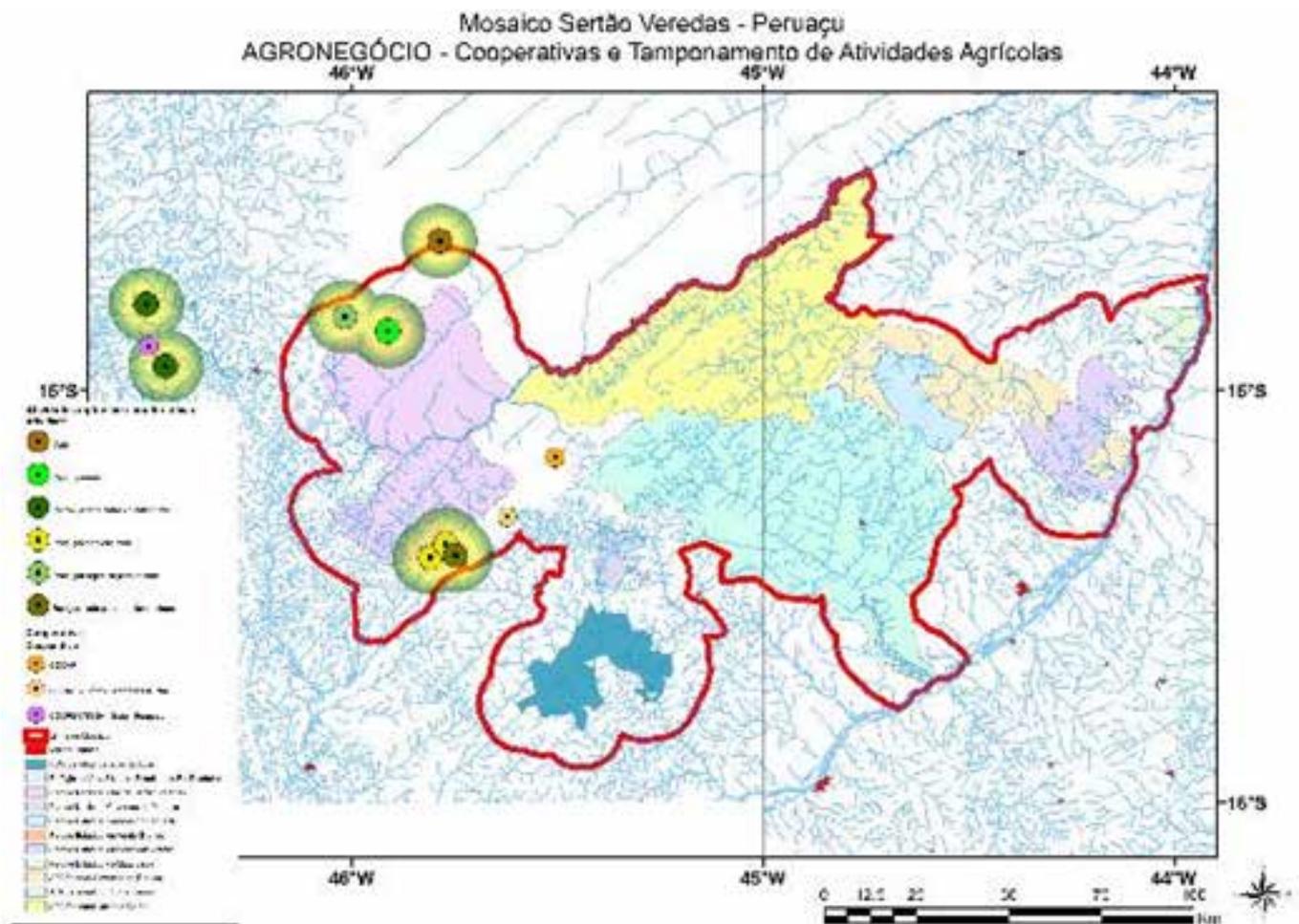


FIGURA 65: Cooperativas e atividades do agronegócio - Tamponamento 1 a 10 km



6.2.4. Turismo

A elaboração do mapa colaborativo objetivou identificar problemas e o estado do ambiente físico e biótico onde a atividade de turismo ocorre no MOSAICO.

O GT teve como tarefa plotar em mapas de trabalho incidências relacionadas com o turismo no território do Mosaico e fazer análises comparativas dos problemas identificados e aqueles produzidos a partir do mapa colaborativo. O objetivo foi complementar

informações vindas de diferentes fontes e escalas de coleta de análise de dados. O mapa colaborativo foi produzido a partir de experiência do grupo em identificar quais espaços geográficos tinham maior pressão antrópica e qual era o estado dos ambientes físicos e bióticos do Mosaico voltados à prática do turismo.

O trabalho passou por revisões de plotagem de dados e redefinição de legendas. Ao final, foi proposto o mapa colaborativo do GT (Figuras 66 e 67).

FIGURA 66: Mapa colaborativo de Turismo – primeira aproximação

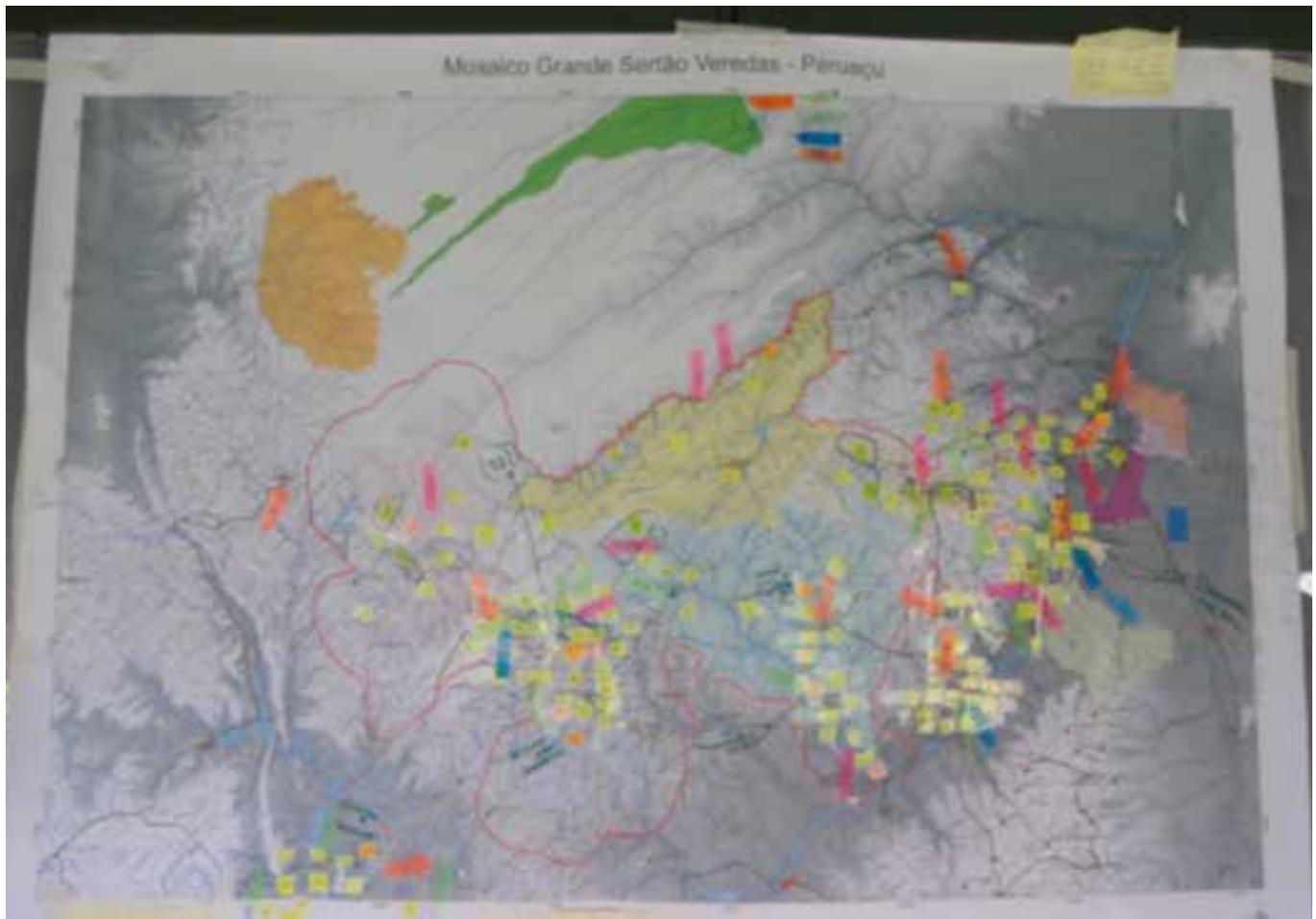
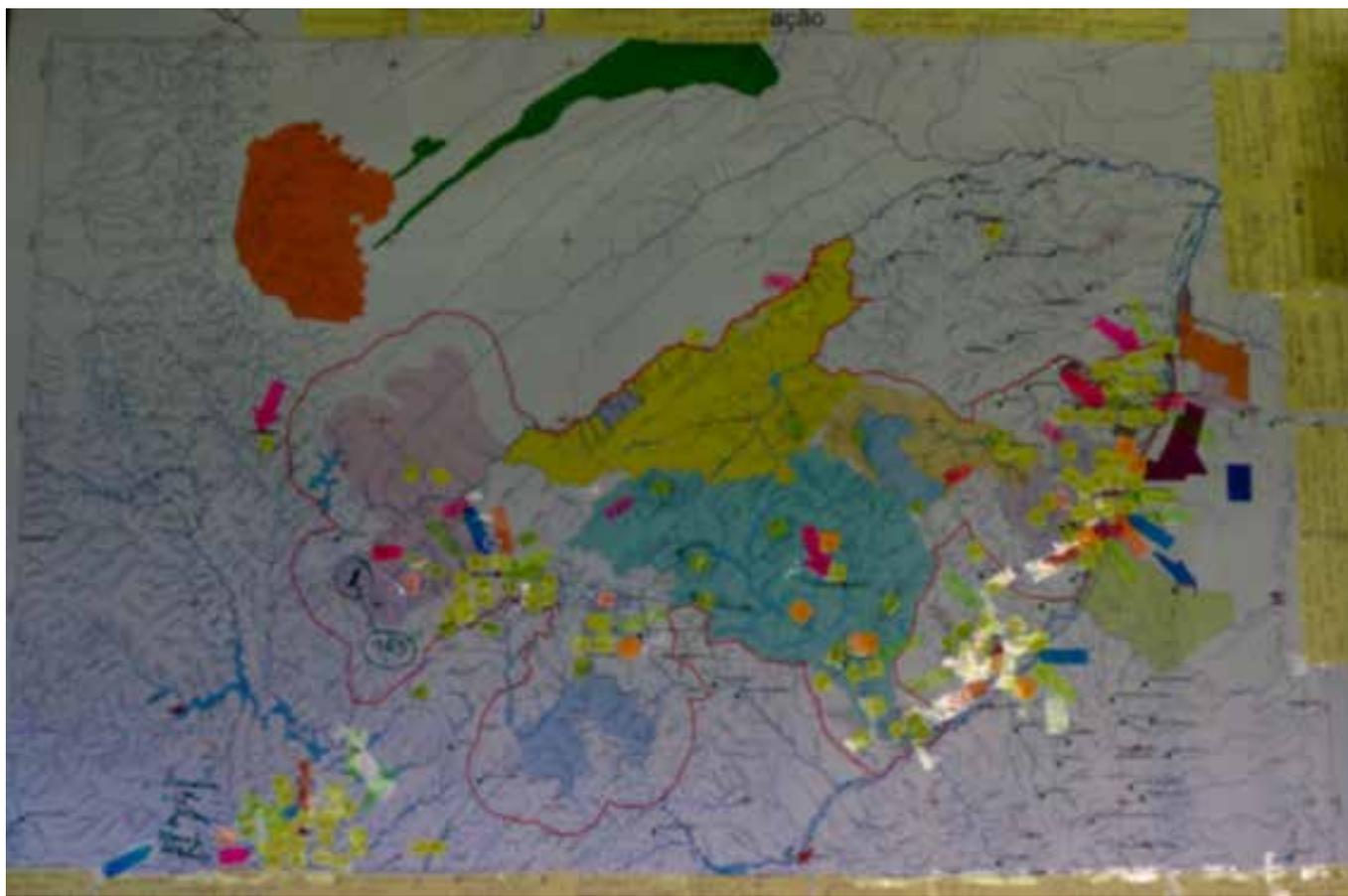
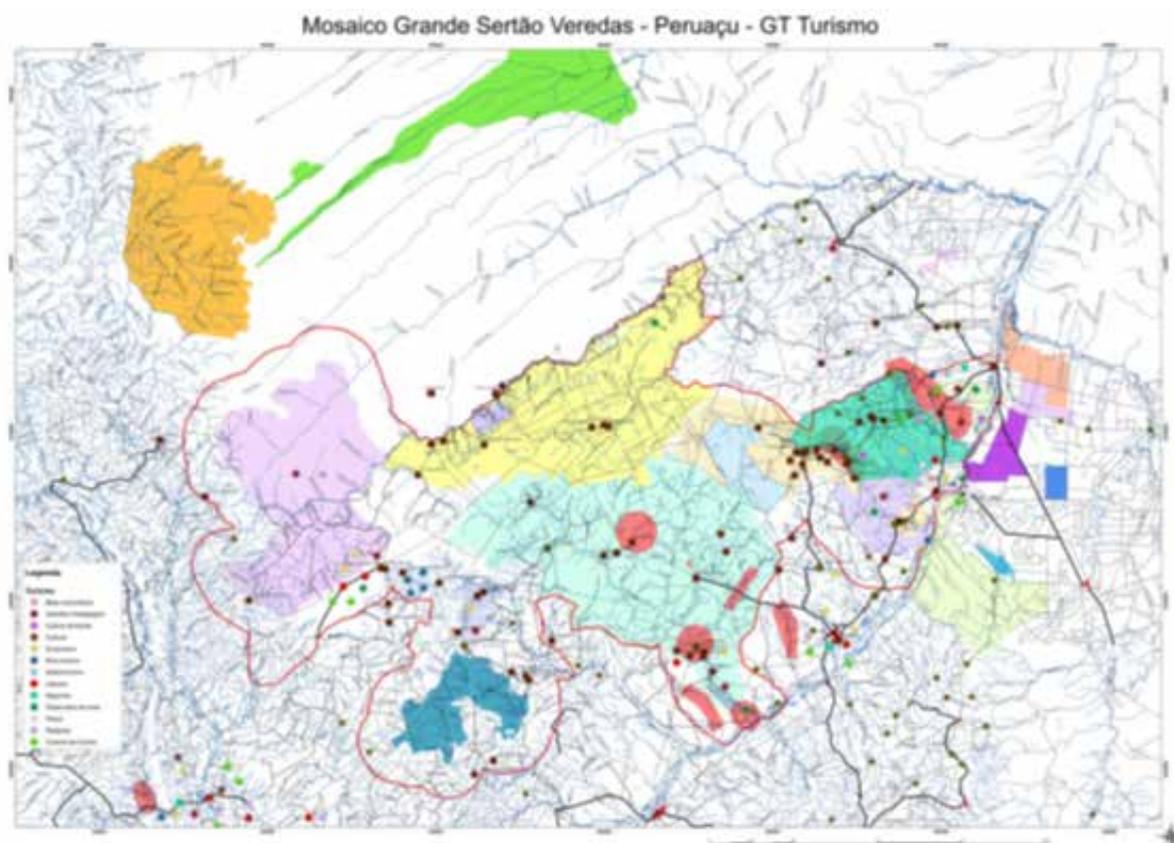


FIGURA 67: Mapa colaborativo de Turismo – primeira aproximação

Após a primeira aproximação feita pelo grupo, os dados apontados no mapa base foram transportados para o Sistema de Informações Geográficas, SIG/ArcGIS, para serem posteriormente validados pelo GT (Figura 68).

FIGURA 68: Mapa colaborativo de Turismo – segunda aproximação

Depois da segunda aproximação do Mapa Colaborativo de Turismo, a fase seguinte foi procurar inserir esses resultados nos mapas de serviço e no contexto das unidades ambientais e territoriais do Zoneamento Socioambiental do MOSAICO. No caso da temática Turismo, os aspectos mais importantes são: a) as condições das bacias hidrográficas, posto que a atividade depende da quantidade e qualidade dos sistemas hídricos; b) as áreas mais preservadas e contínuas de Cerrado do Mosaico, uma vez que isso é um bom indicador para maior biodiversidade e beleza cênica. Por conseguinte, bom indicador para atividades de Turismo que trabalham com visitação de paisagens naturais na região; c) a proximidade das sedes dos municípios, uma vez que a maior parte das atividades de Turismo plotadas nos mapas estão dentro delas, próximas ou junto a alguma comunidade.

Após ajustes feitos nas informações geradas para confecção do mapa colaborativo, a fase seguinte foi espacializar as informações, definindo vários níveis de tamponamento. Criou-se artifícios espaciais, dentro do Sistema de Informações Geográficas (SIG/ArcGIS), para que as informações fossem melhor inseridas e estudadas. Para tal, criou-se anéis de tamponamento de 1 a 10 km em volta de cada ponto do mapa colaborativo. Isso possibilitou ampliar às análises de proximidade entre as atividades.

A princípio, as informações plotadas pareciam mais dispersas no Mosaico. Com a criação dos anéis, observa-se que existem situações, dentro dos temas das atividades de Turismo, que espacialmente não estão tão dispersas como aparentavam. Em outros momentos, há um forte indicativo de concentração de temas em determinada área do Mosaico.

As atividades de Turismo aparecem em todo o território do Mosaico. Algumas se concentram em determinado ponto. Outras estão espalhadas na região.

Há também casos onde a atividade não está dentro da principal área do Mosaico, mas de sua expansão.

As figuras 69 a 80 mostram os locais com as maiores potencialidades para cada tipo de turismo. Alguns já ocorrem de forma mais intensa, outros ainda são propostas. A atividade de turismo de base comunitária (figura 69) aparece mais concentrada na porção leste da região. A atividade científico-pedagógica (figura 70) está mais espalhada, inclusive com pontos fora da área principal do Mosaico. O que é mostrado de Turismo Cultural (figura 71) corresponde ao “Caminho do Sertão”, ação que vem se consolidando no Mosaico e inicia-se na localidade de Sagarana (município de Arinos) e conclui-se no Parque Nacional Grande Sertão Veredas (município da Chapada Gaúcha). A atividade com foco no cultural-alimentar (figura 72) aparece na parte leste, na região do Parque Nacional Peruaçu. O etno-turismo (figura 73) aparece na parte leste, coincidindo com territórios Xacriabá, e sudoeste com comunidades tradicionais, em especial quilombolas. A atividade literária (figura 74) aparece tanto dentro como fora, em várias porções do Mosaico. A atividade de turismo de negócio (figura 75) na porção leste e sudeste. O turismo religioso (figura 76) aparece na parte leste, na parte oeste e sudoeste de expansão do Mosaico. O potencial para turismo de eventos (figura 77) aparece na parte leste, sudeste e sudoeste do Mosaico, além de fora da área central, mas dentro da expansão do Mosaico. O ecoturismo (figura 78) aparece bem espalhado, ao longo de todo o território do Mosaico. O turismo de observação de aves (figura 79) aparece na parte norte, leste, sudeste e uma pequena parte na porção sudoeste. O Turismo de pesca (figura 80) surge na porção leste, sudeste e norte, coincidindo especialmente com o rio São Francisco.

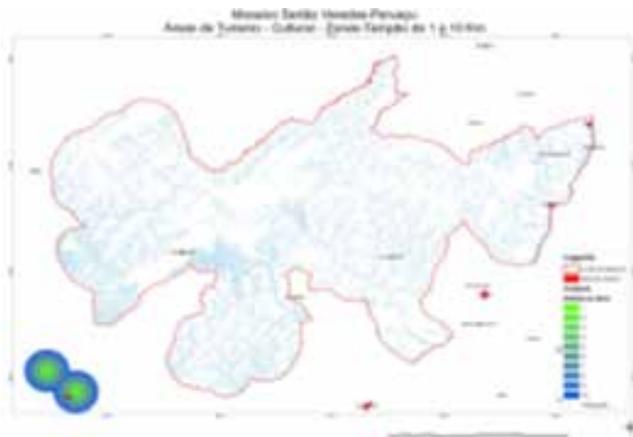
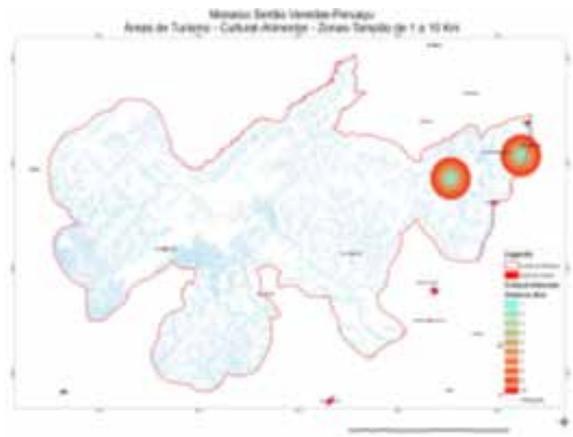
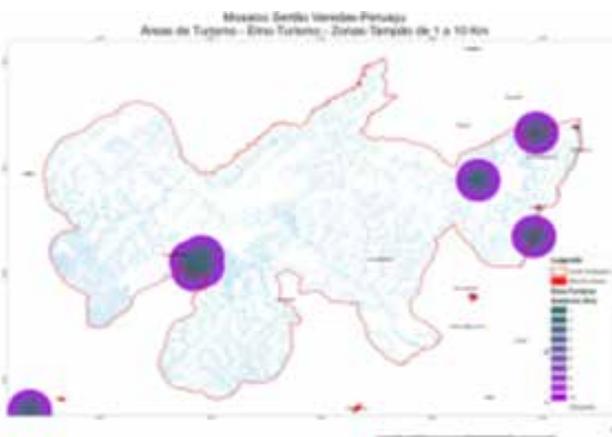
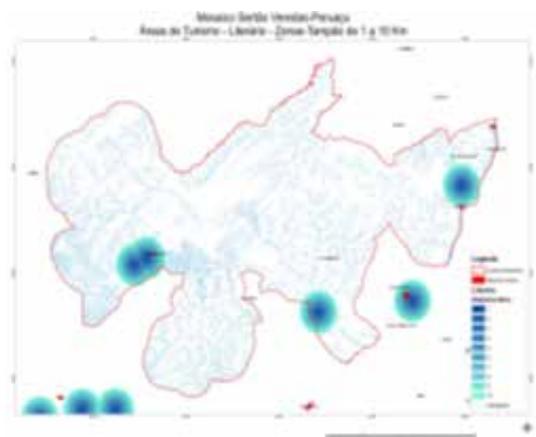
FIGURA 69: Turismo de base comunitária**FIGURA 70:** Turismo Científico-pedagógico**FIGURA 71:** Turismo Cultural**FIGURA 72:** Cultural Alimentar**FIGURA 73:** Etno Turismo Cultural**FIGURA 74:** Turismo Literário

FIGURA 75: Turismo de Negócios

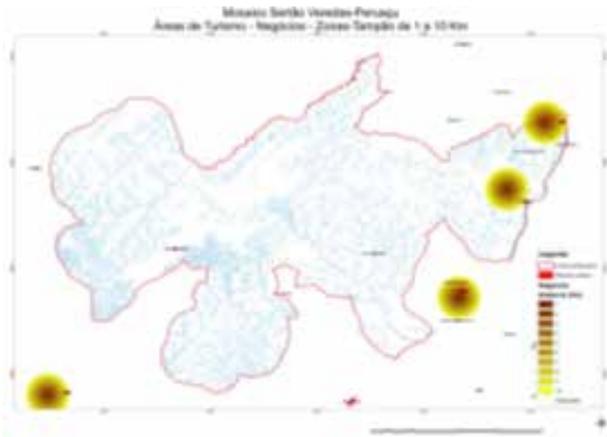


FIGURA 76: Turismo Religioso

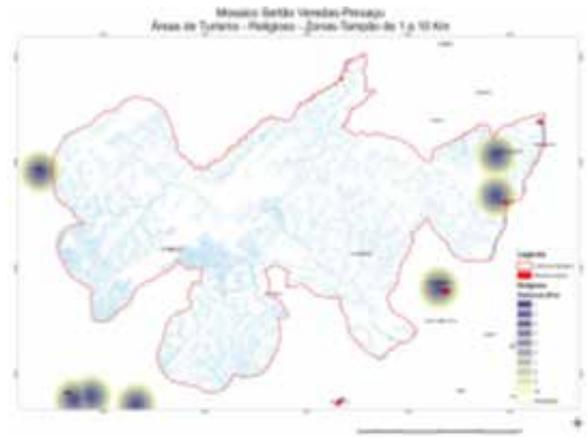


FIGURA 77: Turismo de Eventos

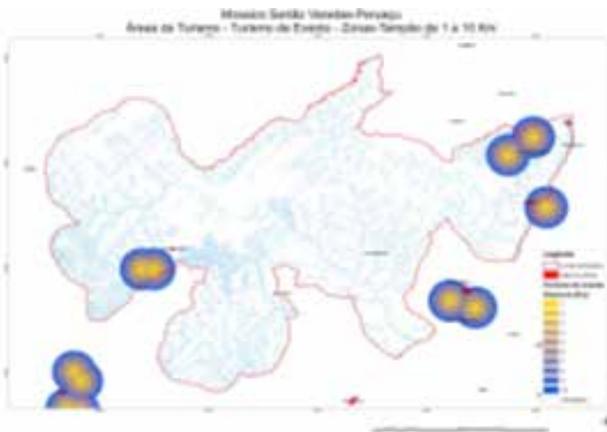


FIGURA 78: Ecoturismo

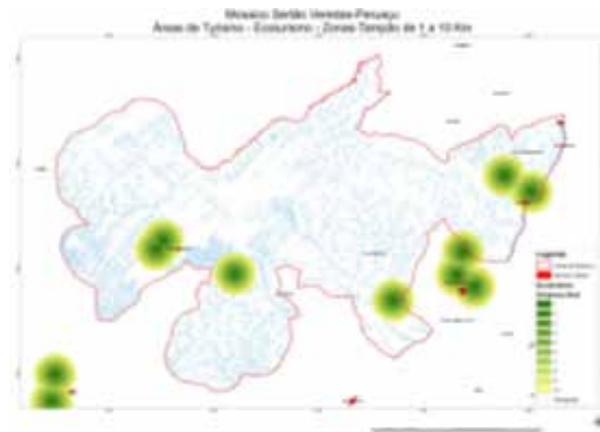


FIGURA 79: Turismo de Observação de Aves

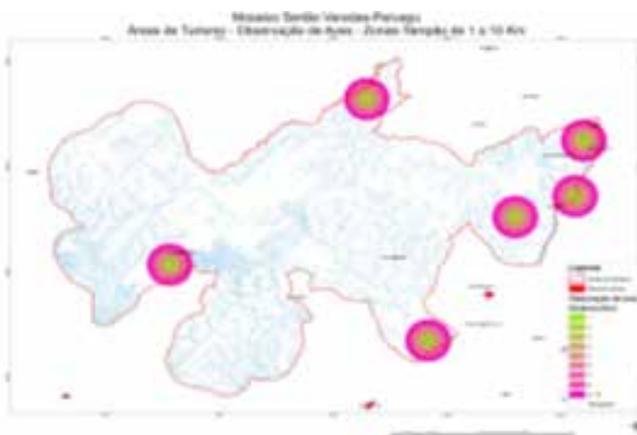
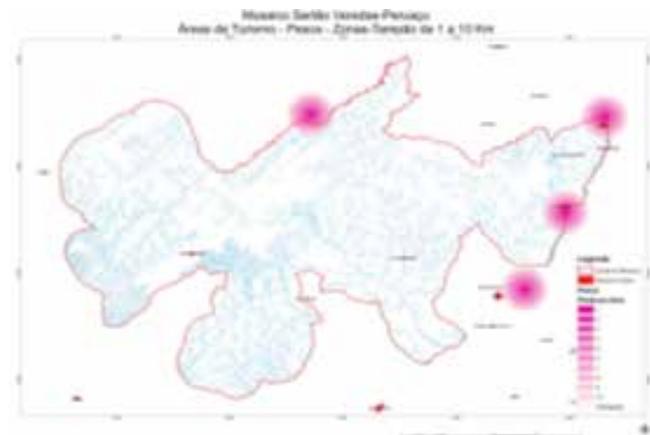


FIGURA 80: Turismo de Pesca



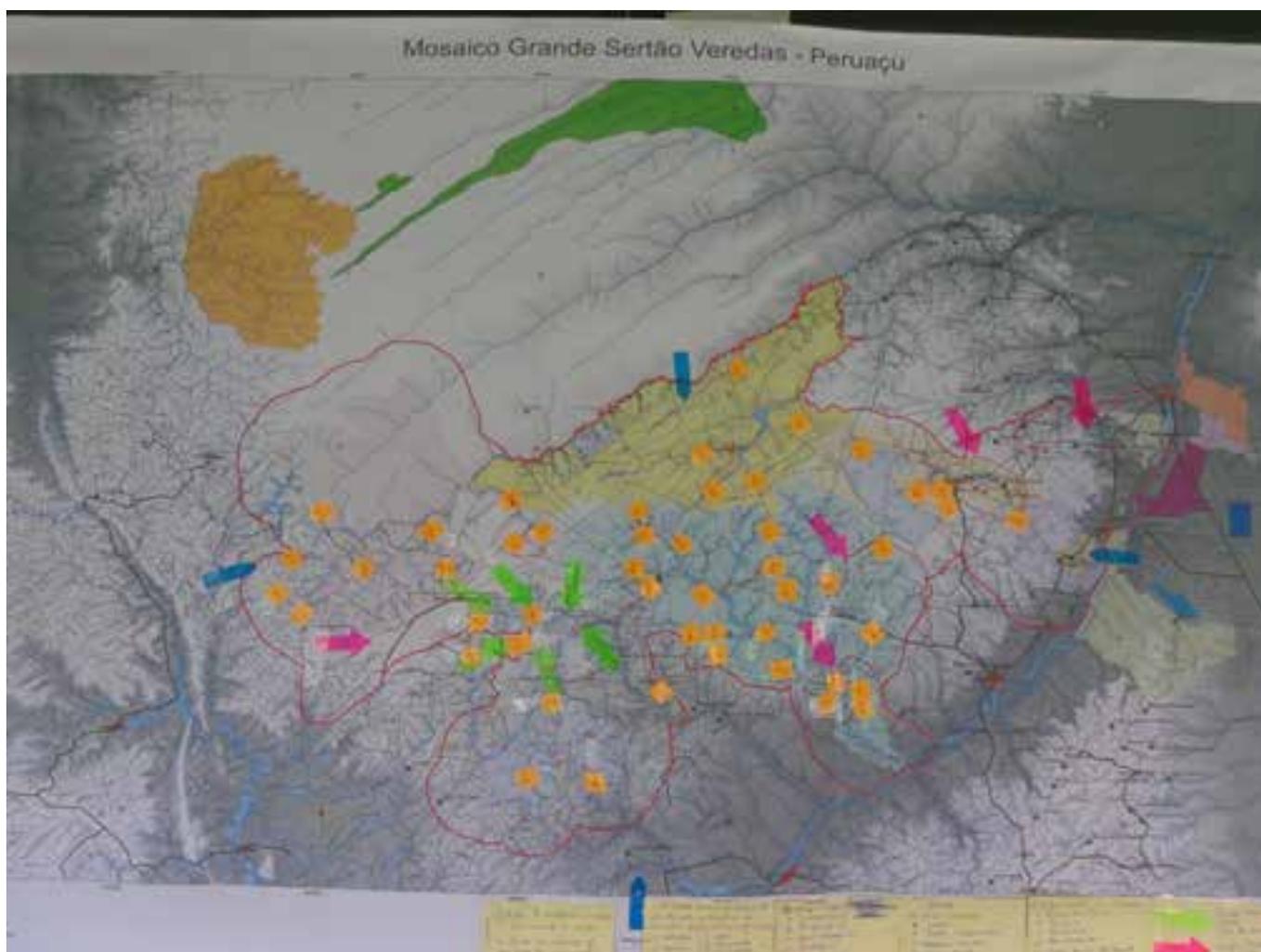
6.2.5. Águas do Mosaico

Conforme os demais grupos, no primeiro momento, o tema foi tratado a partir de uma construção do mapa colaborativo no GT. O objetivo foi identificar problemas e o estado do ambiente físico e biótico relacionados com os recursos hídricos do Mosaico. O GT teve como tarefa plotar em mapas de trabalho incidências relacionadas com a Água no território do Mosaico e fazer análises comparativas dos problemas identificados e aqueles produzidos a partir do mapa

colaborativo. O objetivo foi complementar informações vindas de diferentes fontes e escalas de coleta de análise de dados.

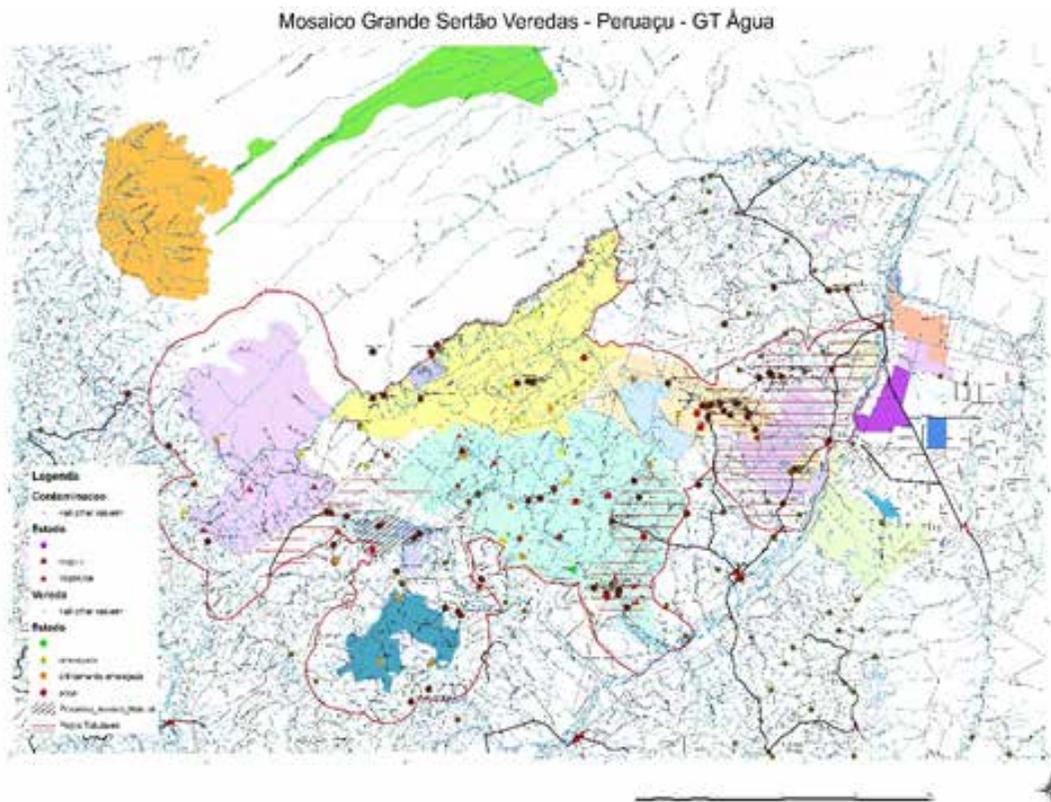
A primeira versão do mapa colaborativo (figura 81) foi produzido a partir de experiência do grupo em identificar quais espaços geográficos tinham maior pressão antrópica e qual era o estado dos ambientes físicos e bióticos do Mosaico voltados à questão hídrica.

FIGURA 81: Mapa Colaborativo GT Água (1ª versão).



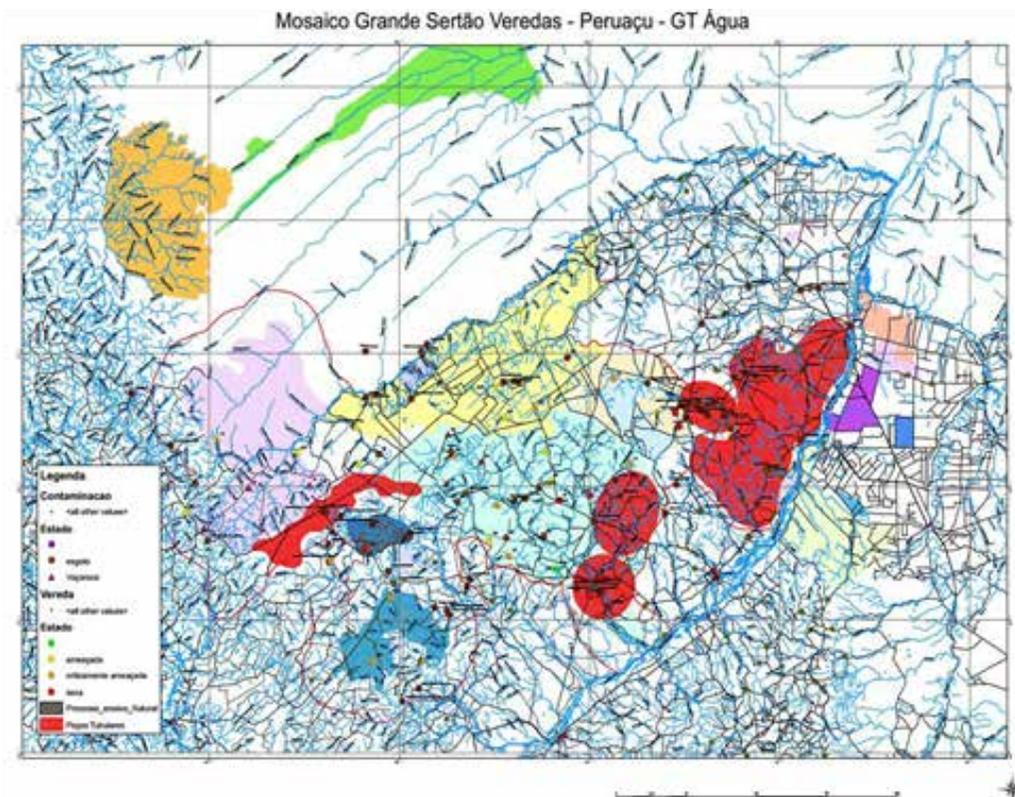
O trabalho passou por revisões de plotagem de dados e redefinição de legendas, sendo feita uma segunda versão (Figura 82).

FIGURA 82:



Ao final, foi proposto o mapa final colaborativo do GT Água em que foram indicados locais onde problemas relacionados à oferta, qualidade da água e erosão são visíveis. Em relação à oferta hídrica, o indicativo foi o secamento de veredas, fenômeno segmentado em três categorias: ameaçada, criticamente ameaçada e seca. Vide figura 83, a seguir.

FIGURA 83:

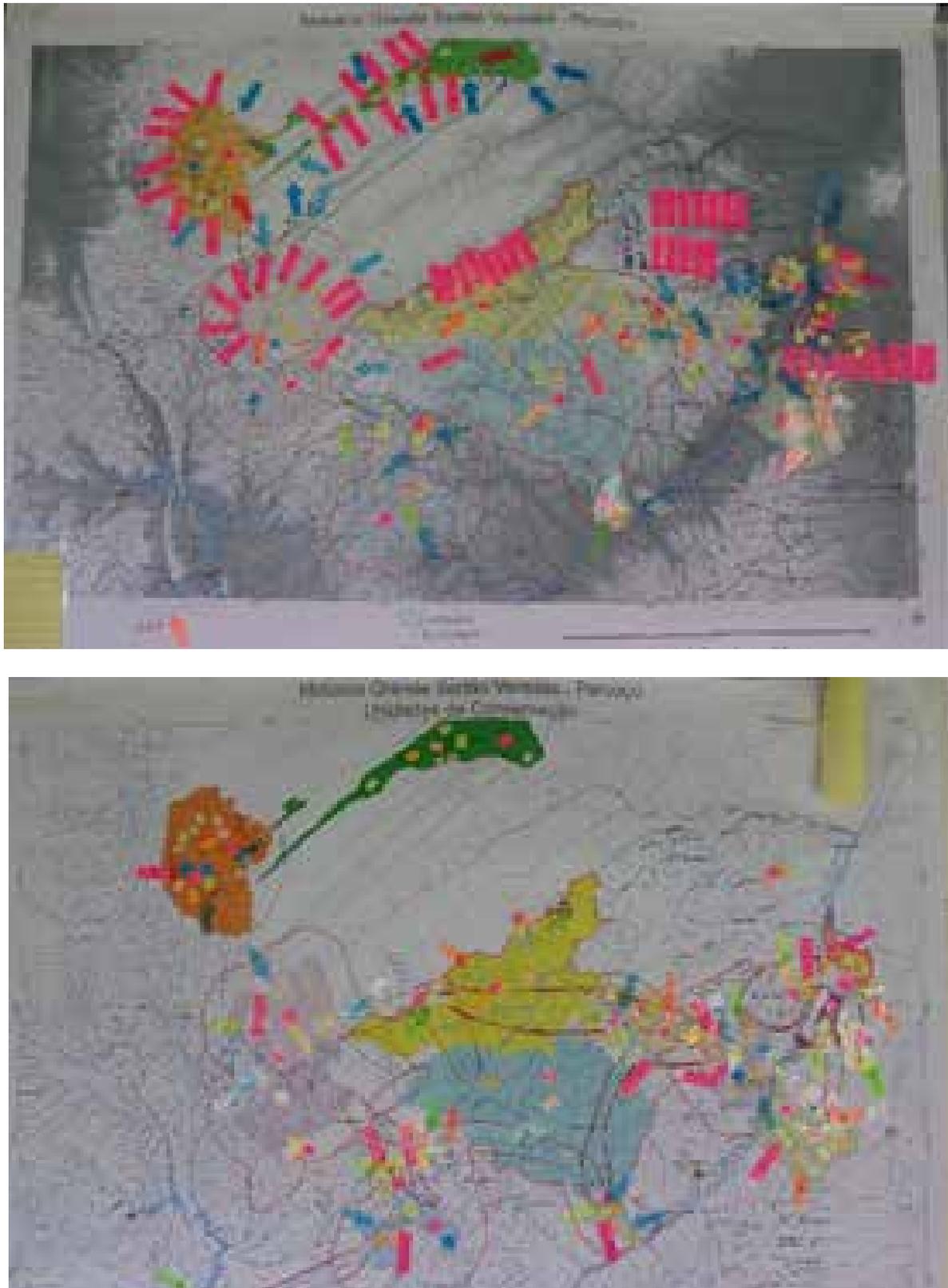


6.2.6. Gestão Integrada de UCs/Áreas Protegidas

O tema foi tratado a partir da construção do mapa colaborativo no GT com o objetivo foi identificar as principais questões relacionadas com as unidades de conservação e demais áreas protegidas. Objetivou-se plotar informações vindas de diferentes fontes. A primeira versão do mapa colaborativo (figura 84 “a”

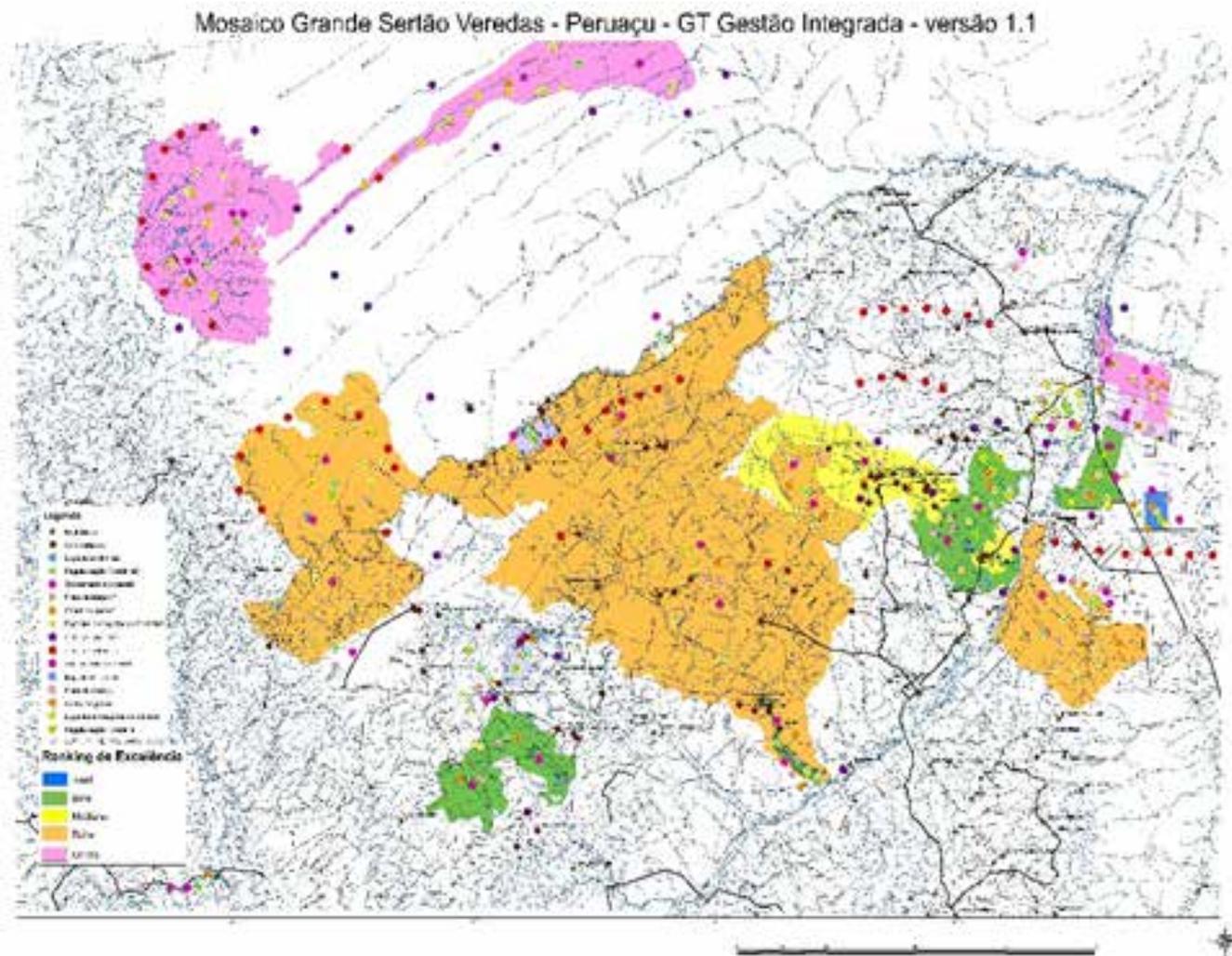
e “b”) foi produzida a partir de experiência do grupo em identificar os pontos mais relevantes e informações, tais como, regularização fundiária, existência de planos de manejo, zoneamento, conselhos, espécies endêmicas e ameaçadas, principais ameaças internas/externas, infraestrutura existente, recursos humanos, dentre outros aspectos.

FIGURA 84: Mapas Colaborativos do GT Gestão Integrada de UCs – “a” e “b”



O trabalho passou por revisões de plotagem de dados e redefinição de legendas, sendo feita a última versão, conforma o mapa abaixo (figura 85).

FIGURA 85:

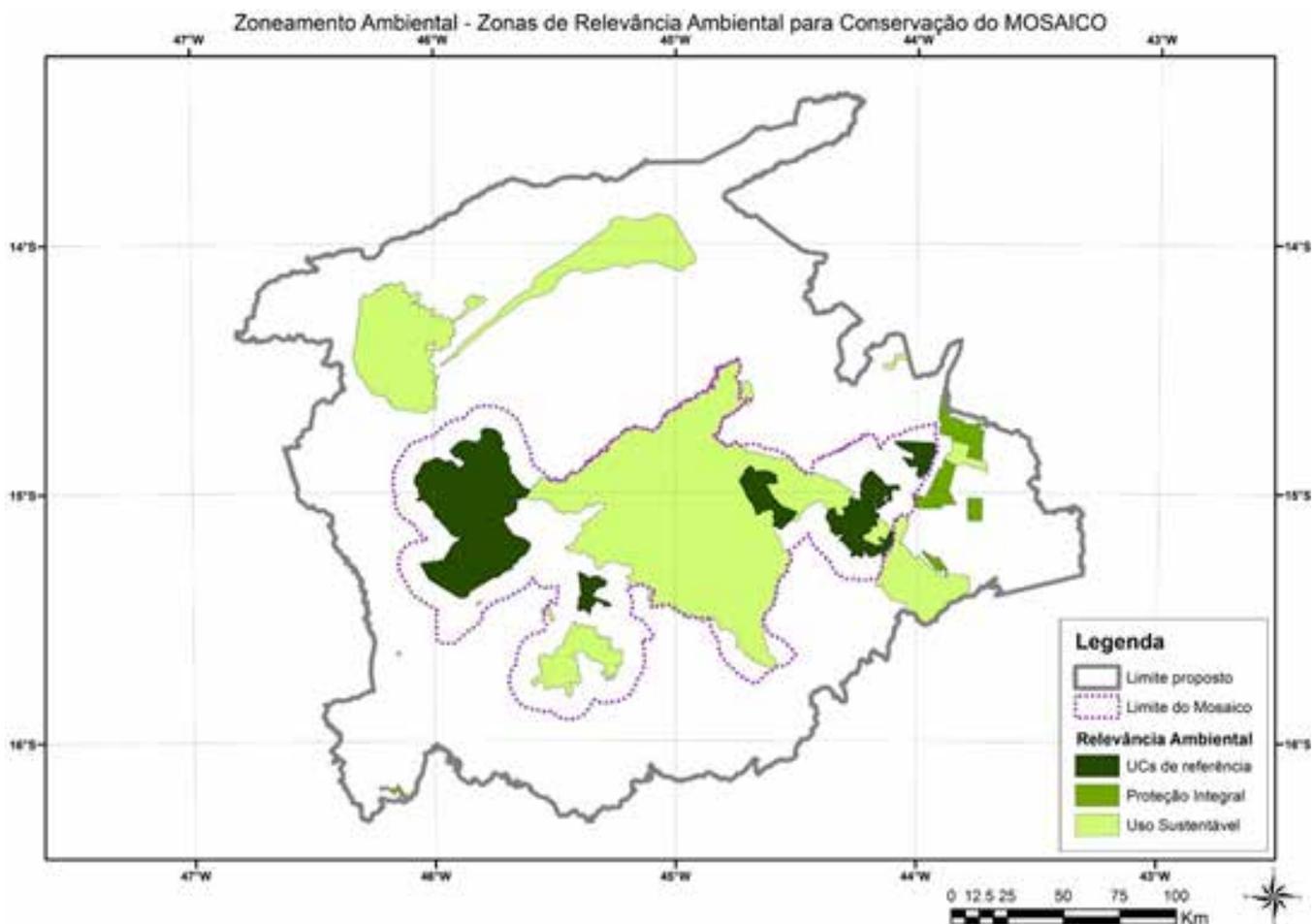


6.3. ZONEAMENTO – INTEGRAÇÃO DE DADOS

Zona de Relevância Ambiental e Interesse Prioritário do Mosaico

Esta parte do trabalho refere-se ao resultado de cruzamentos de três unidades territoriais, ou seja, a Unidade referente às unidades de conservação, a Unidade referente às áreas prioritárias para a conservação e a relativa à delimitação original do Mosaico e sua proposta de expansão. O objetivo dos cruzamentos foi estabelecer as zonas de relevância ambiental, interesse prioritário e importância para a conservação que orientem futuros corredores ecoló-

gicos dentro do Mosaico e na sua área de expansão e contíguas a elas. Partiu-se da premissa que qualquer proposta de corredores ecológicos e trabalhos afetos ao Zoneamento, inclusive das atividades socioeconômicas precisam ter a área original do Mosaico como ponto focal. Por isso, foi dado peso às unidades de conservação de proteção integral inseridas nos limites originais do Mosaico, denominadas UCs de Referência do Mosaico, e as unidades de conservação de uso sustentável, também inseridas nos limites do Mosaico. Todas essas áreas foram denominadas de Áreas de Relevância Ambiental do Mosaico. O peso dado a todas foi de cinco vezes (figura 86).

FIGURA 86: Zona de Relevância Ambiental do MOSAICO

Em seguida, foram definidos tamponamentos de 10km em volta das UCs de Referência de Proteção Integral dentro dos limites da área original do Mosaico. Após a espacialização no SIG/ArcGIS do tamponamento, o trabalho foi efetuar outro cruzamento com as áreas prioritárias para a Conservação do MMA + KBAs. Com isso, foram definidas quatro categorias de corredores ecológicos prioritários em volta das UCs de Referência (Figuras 87 e 88). A etapa posterior foi sobrepor esse resultado, específico para dentro da área original do Mosaico para as demais áreas de sua expansão. Com isso, foi criado um ranking

total para todo o Mosaico, onde fica em destaque a área original. Os dados mostram um grau forte de interesse prioritário para a conservação. Isso fica evidente no resultado da legenda, que vai de grau de interesse médio a extremamente alto (Figura 89). A última parte do Zoneamento Ambiental para criação das áreas de relevância ambiental foi inserir as áreas de importância biológica para a conservação em toda a extensão do Mosaico. Novamente, é dado peso (peso1) para as áreas prioritárias da área original do Mosaico. Com isso, fica mais em destaque essa porção do Mosaico (Figura 90).

FIGURA 87: Corredores prioritários (KBAs + MMA)

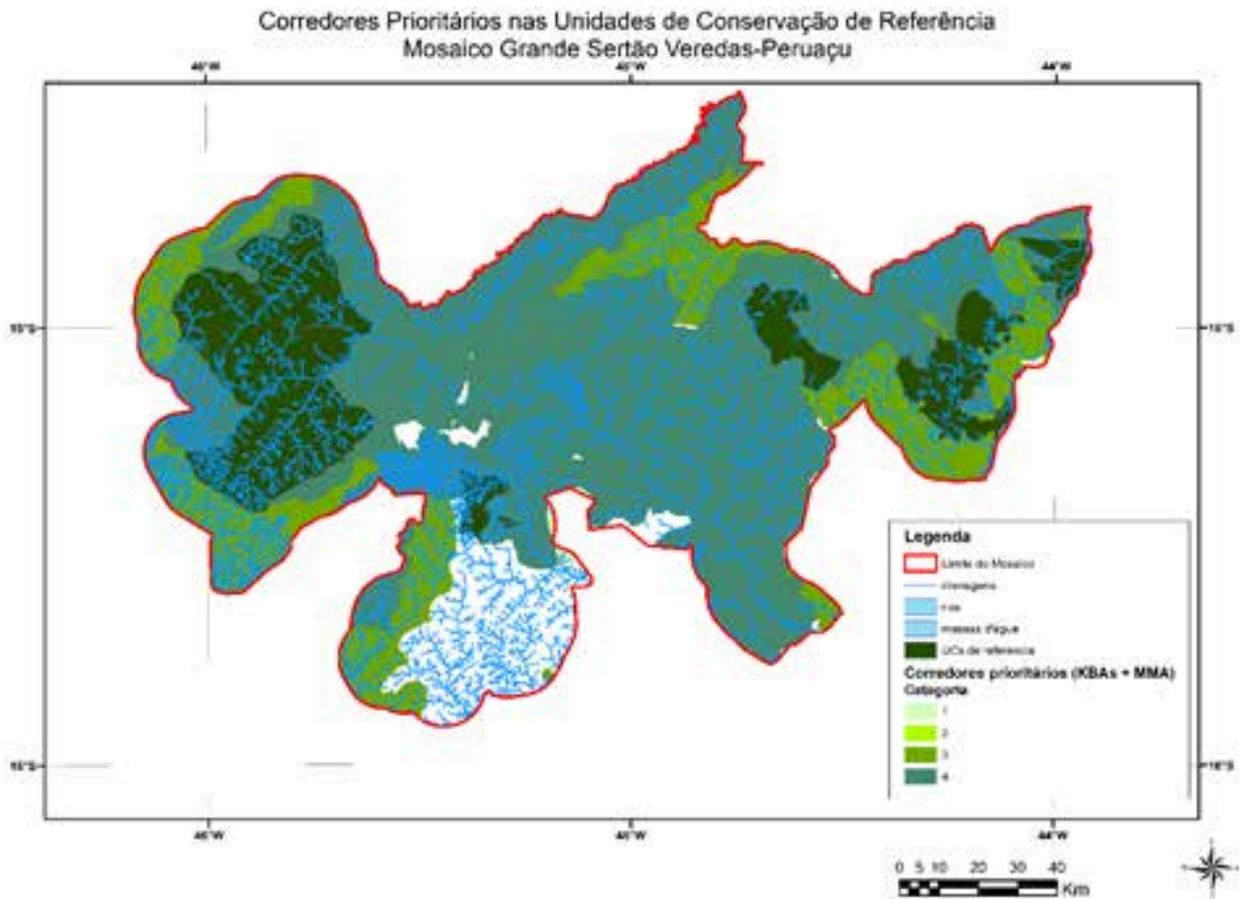


FIGURA 88: Unidades de Referência com tamponamento visando o estabelecimento de corredores ecológicos

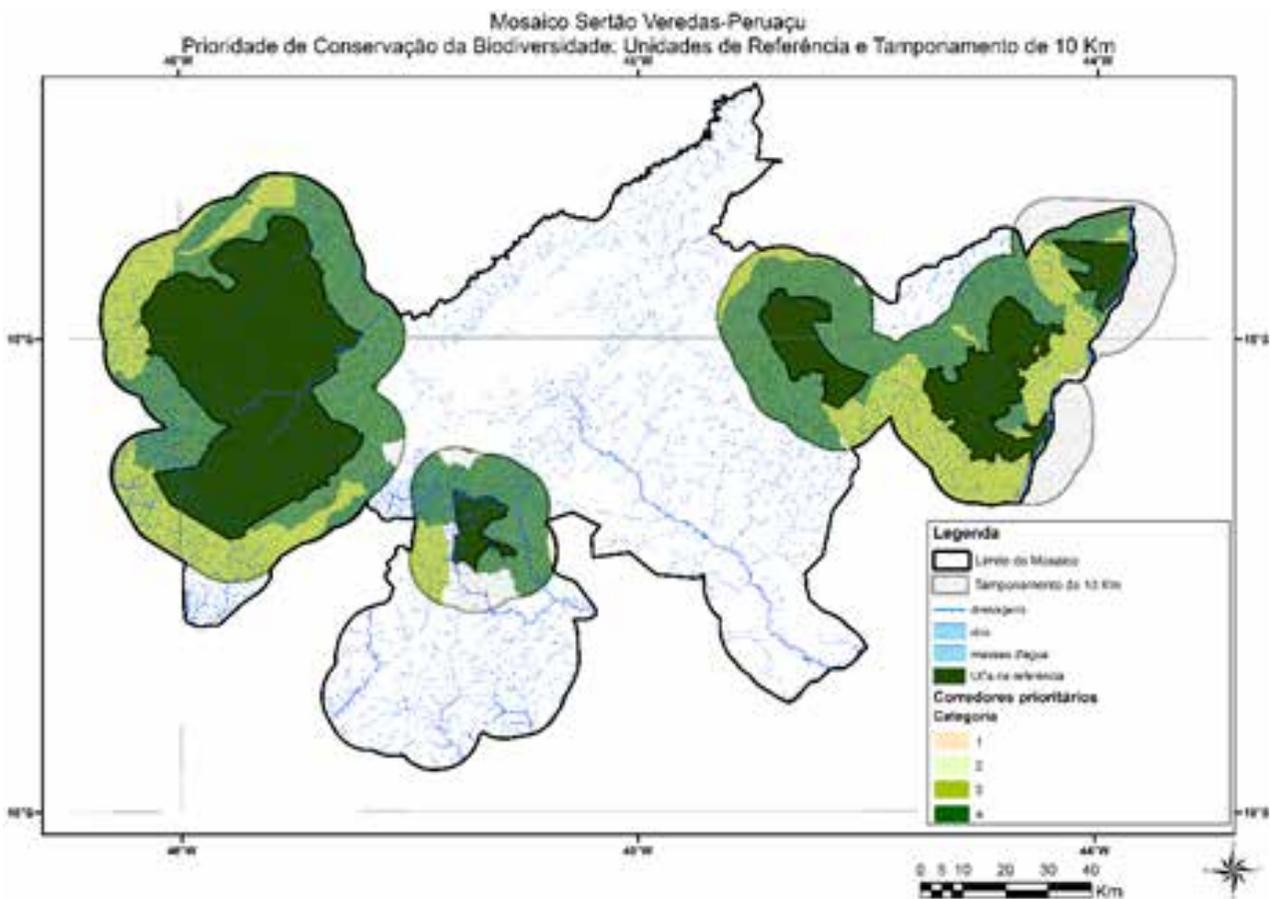


FIGURA 89: Zona de Relevância Ambiental e Interesse prioritário para conservação do Mosaico

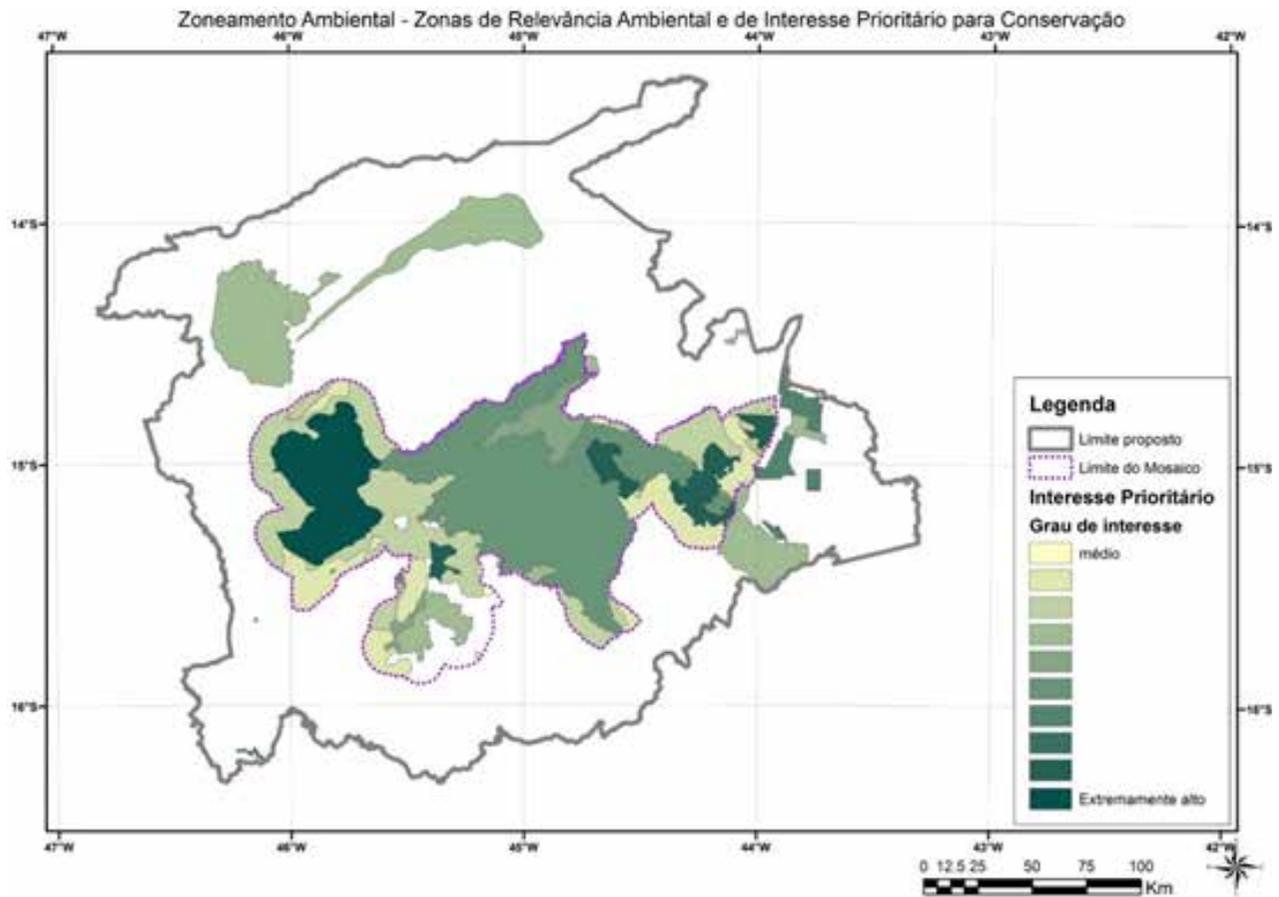
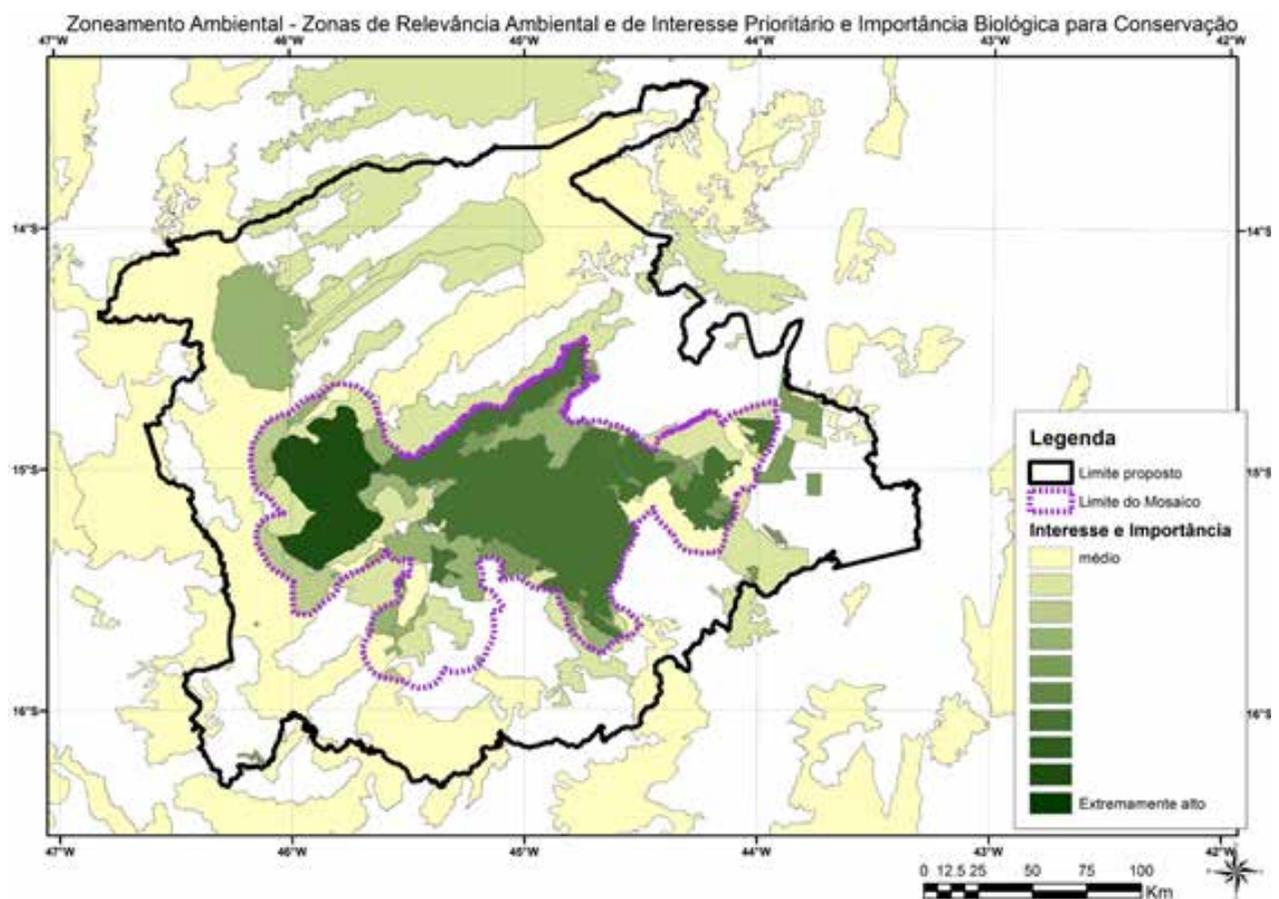


FIGURA 90: Zoneamento Ambiental do MOSAICO e suas zonas de interesse e importância



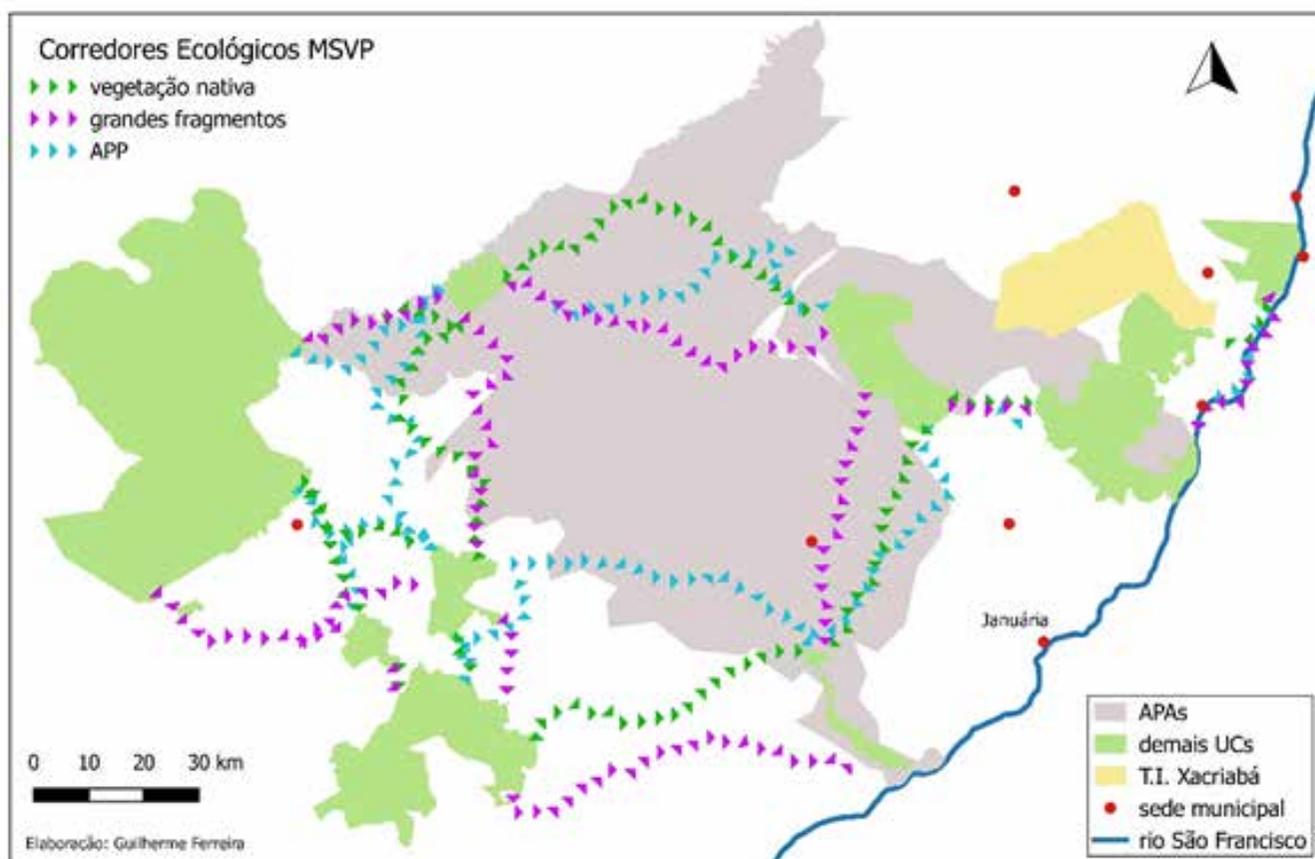
PROPOSTA DE CORREDORES ECOLÓGICOS FEITA PELO INSTITUTO BIOTRÓPICOS

No território do Mosaico, foram desenvolvidas importantes pesquisas sobre flora e fauna, além de outros temas.

No que se refere à fauna, as pesquisas desenvolvidas em várias partes do território do Mosaico pelo Instituto Biotrópicos fundamentaram propostas de estabelecimento de corredores ecológicos, os quais podem ser verificados no mapa abaixo (figura 91), que interligam principalmente as unidades de proteção integral.

A ideia é que as áreas com vegetação nativa (cor verde) e as APPs (cor azul) sejam preservadas, podendo, inclusive, serem transformadas em RPPNs ou serem definidas como Reservas Legais por seus proprietários. No caso dos grandes fragmentos (cor lilás) a proposta é que possam cumprir funções de “stepping stones”, ou seja, restabelecer a conectividade entre habitats, que um dia se encontraram unidos, mas que devido ao desmatamento para a produção agropecuária, para construção de estradas ou outras demandas, perderam a conectividade entre si.

FIGURA 91: Propostas de corredores ecológicos no Mosaico.



Fonte: Ferreira, G. B. e Ribeiro, A. P., 2016. Definindo Corredores de Biodiversidade no Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. Instituto Biotrópicos.

7. PROPOSTAS DE AÇÕES DE CURTO (3 ANOS), MÉDIO (6 ANOS) E LONGO (12 ANOS) PRAZOS PARA OS SEIS FOCOS DO DTBC

As ações propostas para os seis focos de desenvolvimento baseiam-se nas discussões dos GTs e no Conselho do Mosaico, que por sua vez tiveram como norte a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Assim, considerando os seis focos (**Agroecologia, Extrativismo Vegetal, Agronegócio, Água, Turismo e Gestão Integrada das Áreas Protegidas**) pode-se fazer os seguintes rebatimentos com os **ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 15 e 17**:

ODS 1. Erradicação da Pobreza – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

As ações propostas para o **Extrativismo Vegetal** e para o **Turismo de Base Comunitária** proporcionarão incremento de renda às comunidades de agricultores familiares em diferentes partes do território do Mosaico que estejam envolvidas com estas atividades.

ODS 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Ações propostas relacionadas com **Agroecologia e Agronegócio Sustentável** visam melhorar a produção agropecuária do território, melhorando a qualidade dos produtos e proporcionando um ambiente mais adequado para a retenção de água e para a biodiversidade do cerrado.

ODS 3. Saúde e Bem-Estar – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Ações propostas nos seis focos ajudam a atingir este objetivo uma vez que serão produzidos alimentos mais saudáveis (mais ricos e nutritivos e com menos contaminação do ar, da água e do solo), serão protegidas e recuperadas fontes de água e outros espaços importantes para a biodiversidade, será proporcionado um incremento de renda, dentre outros ganhos, que refletirão em vida mais saudável e bem-estar para o conjunto da sociedade do território do Mosaico.

ODS 4. Educação de Qualidade – Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Em todos os seis focos estão sendo propostas capacitações que envolverão homens, mulheres e jovens.

ODS 5. Igualdade de Gênero – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Serão desenvolvidas ações nos seis focos, principalmente nos focos **Agroecologia, Extrativismo, Turismo e Gestão Integrada das Áreas Protegidas**, que envolverão mulheres, inclusive jovens.

ODS 6. Água Potável e Saneamento – Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.

Ações previstas para o foco Água visam a recuperação, proteção e gestão sustentável de recursos hídricos do território, que aliadas às ações dos focos **Agroecologia, Extrativismo Vegetal, Agronegócio Sustentável e Gestão Integrada das Áreas Protegidas** contribuirão para atingir este ODS.

ODS 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico – Promover o crescimento econômico, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Serão desenvolvidas ações que proporcionarão renda incremental para comunidades do território, especialmente nos focos **Turismo e Extrativismo Vegetal**, bem como serão buscadas certificações da produção voltada para o **Agronegócio Sustentável**, que prevê, dentre outras coisas, condições adequadas de trabalho.

ODS 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Ações voltadas para o **Extrativismo Sustentável**, por meio de apoio a agroindústria e **Turismo**, principalmente por meio da implantação da Estrada-Parque Guimarães Rosa, visam alcançar este ODS.

ODS 10. Redução das Desigualdades – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Serão desenvolvidas ações nos seis focos que visam atender este ODS.

ODS 12. Consumo e Produção Responsáveis – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Ações relacionadas com os focos **Agroecologia, Extrativismo Vegetal, Agronegócio Sustentável e Água** visam atender este ODS.

ODS 13. Ação Contra a Mudança Global do Clima – Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos.

Ações previstas nos focos de Gestão Integrada das Áreas Protegidas, Água e Extrativismo Vegetal Sustentável, Agroecologia e Agronegócio Sustentável visam atender, também, este ODS.

ODS 15. Vida Terrestre – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

O foco **Gestão Integrada das Áreas Protegidas** tem como principal foco o atingimento deste ODS. Também, os focos **Água, Extrativismo Vegetal Sustentável, Agroecologia e Agronegócio Sustentável** visam atender este ODS.

ODS 17. Parcerias e Meios de Implementação – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Todos os seis focos serão trabalhados considerando fortemente as parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada.

7.1. PROPOSTAS DE AÇÕES E ORÇAMENTOS PARA A AGROECOLOGIA E EXTRATIVISMO VEGETAL

7.1.1. Capacitações

Serão realizadas oficinas com enfoque em agroecologia e produção orgânica com ênfase em implantação de sistemas agroflorestais, oficinas em frutos e plantas medicinais do Cerrado, bem como uma oficina sobre gestão de unidades de beneficiamento e comercialização de frutos do cerrado. Também, está previsto a realização de um seminário sobre cadeias produtivas de produtos do cerrado.

a) Capacitação em relação a agroecologia / produção orgânica

O aprendizado sobre agroecologia e sistemas agroflorestais terá como pano de fundo o “aprender fazendo”, isto é, as explicações teóricas e as trocas de saberes com as famílias serão seguidas de trabalhos práticos para aplicação do aprendizado.

Serão realizadas oficinas com enfoque em agroecologia e produção orgânica com ênfase em implantação de sistemas agroflorestais. A ideia é criar espaços e momentos para que as famílias pratiquem e se exercitem no “ofício” a que estão sendo convidadas, isto é, a agroecologia, a implantação dos quintais agroflorestais. Serão feitas explicações também sobre a sustentabilidade social, levando em conta que a agroecologia tem base na utilização de recursos locais, reduzindo a dependência externa de insumos, além da frequente redução dos custos de produção e a geração de novas alternativas de mercado, trabalho e renda. Do ponto de vista ecológico, as propostas agroecológicas mostram grande capacidade de reciclagem de materiais, possibilitando um circuito quase fechado de produção.

Serão realizadas 06 (seis) oficinas por prazo de execução (18 no total) com ênfase em implantação de sistemas agroflorestais nos núcleos Sertão Veredas, Pandeiros e Peruaçu, com cerca de 30 pessoas cada (30 pessoas de cada Núcleo) com 1 dia de duração. Serão realizadas 02 em cada núcleo. A meta é atingir 180 produtores e técnicos, representantes de pelo menos 30 comunidades por prazo, somando um total de 540 produtores capacitados no longo prazo.

A tabela 36 mostra os custos para a realização de uma oficina.

TABELA 36: Orçamento para a realização de oficinas.

Descrição das despesas	Unid.	Quantd.	Val.Unit (R\$)	Total (R\$)
Honorário de consultor	hora	8	120,00	960,00
Apostilas	Unid.	30	30,00	900,00
Material dos cursos (kit -caderno, caneta, lápis, borracha e pasta)	kit	30	10,00	300,00
Alimentação (2 refeições/pessoa/dia)	Unid.	30	45,00	1.350,00
Combustível	Litros	300	4,99	1.497,00
Hospedagem	Diária	1	150,00	150,00
Alimentação consultor	Unid.	2	30,00	60,00
Matéria prima (polpa de frutos, equipamentos)	Unid.	1	500,00	500,00
Apoio Logístico	STPJ	1	1.200,00	1.200,00
TOTAL				6.697,00

Considerando que serão realizadas 06 (seis) oficinas com o tema agroecologia / produção orgânica, o custo total será de **R\$40.182,00** (6 x R\$6.697,00) por prazo, perfazendo um total de **R\$120.546,00** no longo prazo.

b) Capacitação sobre uso sustentável dos frutos do Cerrado

Visa permitir condições de trabalho aos extrativistas para que possam manejar adequadamente a coleta e beneficiamento dos frutos. É uma atividade de extrema importância dado o potencial existente na região, pois visa atuar na produção de novos conhecimentos, aperfeiçoamento de técnicas já conhecidas e intercâmbio de práticas entre os próprios produtores.

Serão realizadas 9 oficinas em cada prazo, somando um total de 18 no longo prazo, sobre frutos e plantas medicinais do Cerrado, com 30 vagas por oficina, com 1 dia de duração. A meta é atingir 270 produtores e técnicos, por prazo (total 810), representando os três núcleos do território de pelo menos 20 comunidades. As oficinas serão realizadas em locais onde seja possível alojar os participantes.

Serão promovidos 7 (sete) oficinas por prazo sobre frutos de acordo com a época de frutificação dos mesmos, a saber: cagaita, pequi, favela, coco cabeçudo, buriti, araticum e umbu. Também, será realizado 1 oficina sobre artesanato e 1 oficina sobre medicina natural do Cerrado.

Considerando que o custo de cada oficina é de **R\$6.697,00** (mesmo valor da tabela, 1 acima) e que serão realizadas 09 (seis) oficinas com o tema frutos e plantas medicinais do Cerrado, o custo total será de **R\$60.273,00, em cada prazo**, perfazendo um total de **R\$180.819,00**.

c) Capacitação sobre gestão de unidades de beneficiamento e comercialização de produtos do Cerrado

A proposta é realizar dois cursos de capacitação (1 no curto e 1 no longo prazo), com 4 dias de duração, na área de gestão de unidades de beneficiamento e comercialização de produtos do Cerrado para 15 pessoas – 5 pessoas de cada Núcleo (tabela 37), perfazendo um total de 30 pessoas, 10 de cada núcleo.

TABELA 37: Orçamento para capacitação em gestão de unidades de beneficiamento e comercialização de produtos do Cerrado

Descrição das despesas	Unid.	Quantd.	Val.Unit (R\$)	Total (R\$)
Honorário de consultores 01 curso de 4 dias x 8 horas	Hora	32	120,00	3.840,00
Material dos cursos (kit -caderno, caneta, lápis, borracha e pasta para 15 pessoas)	Kit	15	45,00	675,00
Apostila	Unid	15	15,00	225,00
Alimentação (3 refeições/pessoa/dia x 15 pessoas x 1 dia)	Unid	180	7,00	1.260,00
Transporte (200 litros)	litros	2.000	4,99	9.980,00
Apoio logístico: 2 merendeiras (125,00 por curso X 2 = 250,00), 1 assistente de campo (300,00 por curso), 1 documentarista/relator (300,00 por curso) = 850,00 * .20 (RPA) = 1.020,00 * 9 cursos = 9.180,00	Cursos	1	1.300,00	1.300,00
TOTAL				17.280,00

Como serão 2 cursos, o custo total será de **R\$34.560,00**

d) Seminário sobre cadeias produtivas de frutos do cerrado

A proposta é realizar um seminário por prazo (curto, médio e longo) com o objetivo de reunir pro-

dutores e compradores vinculados à cadeia produtiva dos frutos do Cerrado. A meta é atingir 40 pessoas (tabela 38, abaixo) por seminário, perfazendo um total de 120 pessoas.

TABELA 38: Orçamento para realizar seminário sobre a cadeia produtiva dos frutos do Cerrado.

Descrição das despesas	Unid.	Quantd.	Val.Unit (R\$)	Total (R\$)
Honorário de consultores 8 horas dia x 3 dias	Hora	24	120,00	2.880,00
Material do seminário (kit caderno, caneta, lápis, borracha e pasta para 25 pessoas)	kit	25	45,00	1.125,00
Alimentação 3 refeições pessoa por dia x 25 pessoas x 3 dias		225	7,00	1.575,00
Transporte (350km x 3 veículos)	litros	1050	4,99	5.239,50
Material de divulgação (50 cartazes)	Unid	50	3,00	150,00
Apoio logístico: 2 merendeiras (250,00), 1 assistente de campo (300,00), 1 documentarista e relator (300,00) = 850,00 + 20% tributos RPA = 1.020,00		01	1.300,00	1.300,00
TOTAL				12.269,50

Como serão três seminários (1 no curto, 1 no médio e 1 no longo prazo), o total será **R\$36.807,00**.

7.1.2. Intercâmbios de experiências

A realização de intercâmbios de experiências é uma das formas mais eficazes de fortalecimento da conservação ambiental, uma vez que os exemplos convencem mais do que as palavras. Nestes intercâmbios entre as comunidades, as pessoas podem constatar as coisas boas e os avanços que os outros estão conquistando.

Serão realizados intercâmbios entre comunidades, a fim de conhecer experiências concretas sobre restauração com SAFs, produção extrativa de produtos do cerrado, de preferência por agricultores na mesma região. A fim de motivar os agricultores para implantação de SAFs e para o extrativismo sustentável é estratégico visitar pequenas áreas experimentais e

também áreas já consolidadas. As visitas de intercâmbio têm como objetivo o despertar da curiosidade dos participantes em relação ao projeto e à integração entre os participantes.

Serão realizados 30 intercâmbios, com grupos de 40 pessoas e terão duração de um dia e seguirão um programa previamente estudado a fim de otimizar a aprendizagem. Para tanto a equipe técnica estudará antecipadamente os locais a serem visitados e os conteúdos a serem debatidos. Poderá haver também intercâmbios intermunicipais com lideranças que possam multiplicar nas suas comunidades os conhecimentos adquiridos e replicar algumas boas práticas agroecológicas e extrativistas.

TABELA 39: Orçamento para realização de intercâmbios de experiências.

Descrição das despesas	Unid.	Quantd.	Val.Unit (R\$)	Total (R\$)
Alimentação	Refeições	40	30,00	1.200,00
Aluguel veículo para transporte	Diária	1	4.000	4.000,00
TOTAL				5.200,00

Considerando que será realizados 30 intercâmbios, sendo 10 no curto prazo, 10 no médio e 10 no longo, os custos totais serão:

Curto Prazo – 10 x R\$5.200,00 = R\$52.000,00

Médio Prazo - 10 x R\$5.200,00 = R\$52.000,00

Longo Prazo – 10 x R\$5.200,00 = R\$52.000,00

TOTAL = R\$156.000,00

7.1.3. Implantação de Quintais agroflorestais

A proposta é implantar quintais agroflorestais para apoiar a produção e transição agroecológica das mulheres nos núcleos Sertão Veredas, Pandeiros e Peruaçu.

Os Quintais agroflorestais fazem parte da composição da paisagem de uma pequena propriedade baseada na produção familiar. No quintal próximo à casa, a família planta e cultiva plantas alimentícias, frutíferas, ornamentais, leguminosas e medicinais. Para a família agricultora é no quintal que está grande parte dos alimentos para o consumo do dia-a-dia. É nesse espaço que os membros da família desempenham suas atividades destacando a importante presença e participação da mulher como a principal colaboradora na composição da diversidade de plantas e espécies que compõem a paisagem.

O trabalho das mulheres na produção diversificada dos quintais agroflorestais tem se mostrado fundamental tanto para a alimentação saudável, como também um potencial para a comercialização em atender os mercados locais e/ou institucionais. Observamos que foram as mulheres e seus quintas produtivos os principais mantenedores da produção e da renda das famílias.

A meta dessa ação é implantar 300 (trezentos) quintais agroflorestais, sendo 100 em cada núcleo, atendendo agricultores de pelo menos 30 (trinta) comunidades, sendo 90 no curto prazo, 90 no médio e 120 no longo.

A tabela 40, abaixo, mostra os custos de implantação de um quintal agroflorestal com área de 40x40m.

TABELA 40: Orçamento para implantação de um quintal agroflorestal com área de 40x40m.

Descrição das despesas	Unid.	Quantd.	Val.Unit (R\$)	Total (R\$)
Mudas de mutamba (produção de matéria orgânica)	Unid.	100	4,00	400,00
Mudas de banana + frete	Unid.	58	4,32	250,56
Mudas frutíferas (acerola, graviola, limão, mexerica, etc)	Unid.	74	12,00	888,00
Mudas de café	Unid.	64	3,00	192,00
Mudas do Cerrado	Unid.	56	3,00	168,00
Bandejas de hortaliças	Unid.	12	25,00	300,00
Calcário (25 kg)	saco	4	12,00	48,00
Esterco	ton.	1	400,00	400,00
Fertilizante Yorin	Kg	4	110,00	440,00
Frete para as mudas + insumos	Frete	2	200,00	400,00
Kit produtos	Kit	1	100,00	100,00
Kit ferramenta	kit	1	200,00	200,00
Esterco para plantio	ton	1	400,00	400,00
Lona	Unid.	1	200,00	200,00
TOTAL				4.386,56

Considerando que serão implantados 90 quintais no curto prazo, 90 no médio prazo e 120 no longo prazo, os custos totais serão:

Curto Prazo – 90 x R\$4.386,56 = R\$394.790,40

Médio Prazo - 90 x R\$4.386,56 = R\$394.790,40

Longo Prazo – 120 x R\$4.386,56 = R\$526.387,20

TOTAL = R\$1.315.968,00

7.1.4. Infraestrutura

7.1.4.1. Viveiros Comunitários

A proposta é implantar viveiros agroecológicos comunitários de pequeno porte para a produção de mudas orgânicas de hortaliças e mudas do Cerrado incluindo as plantas medicinais, visando auxiliar na implantação dos quintais agroflorestais. Também, no caso das medicinais, objetiva a valorização do conhecimento tradicional das mulheres.

A implantação dos viveiros agroecológicos para a produção das mudas que serão utilizadas nos quintais agroflorestais, é uma atividade que tem finalidade educativa e é essencial para a implantação dos quintais.

A implantação de viveiros agroecológicos faz parte do âmbito da agroecologia e se torna uma necessidade, para que as famílias adquiram o hábito de formar mudas e plantar espécies do Cerrado também. Por outra parte, não existe na região fornecedores de mudas e mesmo que existissem o transporte encareceria muito os quintais agroflorestais.

Serão implantados 30 viveiros agroecológicos comunitários de 20 x 10 m com capacidade para a produção de 12.000 mudas/ano em tubetes nos 03 (três) Núcleos do Mosaico. Os viveiros serão construídos em sistema de mutirão com a finalidade de que as famílias aprendam e se motivem a proteger o Cerrado, produzindo e plantando mudas (tabela 41).

TABELA 41: Orçamento para a implantação de um viveiro comunitário.

Descrição das despesas	Unid.	Quantd.	Val.Unit (R\$)	Total (R\$)
Adaptador auto soldável p/ caixa d'água 40 mm x1 1/4	Unid.	1	15,00	15,00
Adaptador soldável curto 32 mm x 1	Unid.	1	1,20	1,20
Adaptador soldável curto 40 mm x 1 1/4	Unid.	2	2,00	4,00
Agropolo micro aspersor mc - 20 1/2 1,9 mm	Unid.	22	2,50	55,00
Arame liso 1000 m	Unid.	1	400,00	400,00
Areia e brita	Unid.	12	12,00	144,00
Caixa água c/ tampa 1000 lt	Unid.	1	320,00	320,00
Cap soldável 25 mm	Unid.	4	1,00	4,00
Cap soldável 32 mm	Unid.	1	1,00	1,00
Catraca roseta zincada	Unid.	12	3,50	4,20
Cimento 20 kg	Unid.	1	22,00	22,00
Tubo soldável azul pn 60 25 mm	Unid.	8	7,00	56,00
Tubo soldável azul pn 60 32 mm	Unid.	2	11,00	22,00
Curva composta	Unid.	1	15,00	15,00
Disjuntor unipolar 15a	Unid.	2	9,00	18,00
Filtro lona disco plástico 1	Unid.	1	60,00	60,00
Fio 30,09 250g	Unid.	1	16,00	16,00
Fio flexível 4mm	Unid.	1	150,00	150,00
Joelho soldável 32 mm	Unid.	3	1,20	3,60
Luva fg red 1.1/4x1	Unid.	1	11,00	22,00
Luva soldável 32 mm x 1	Unid.	2	3,20	6,40
Registro gaveta 1 ref 665.100.01	Unid.	1	50,00	50,00

Descrição das despesas	Unid.	Quantd.	Val.Unit (R\$)	Total (R\$)
Moto bomba mark nxdp-3 3/4 cv monofásica	Unid.	1	460,00	460,00
Nipple duplo fg1	Unid.	1	7,50	7,50
Saco para mudas 12 x 28	Unid.	5000	0,15	750,00
Bomba anauger	Unid.	1	400,00	400,00
Mangueira marrom index 3/4x2,5 mm rolo	Unid.	1	150,00	150,00
Sombrite preto 50% 3 m largura	Unid.	70	15,00	1.050,00
Te soldável com redução 32 mm x 25 mm	Unid.	4	3,60	14,40
Te soldável roscável 25 mm x 1/2	Unid.	22	2,50	55,00
Cola tigre adesiva 175 g	Unid.	1	9,00	9,00
Fita tigre veda rosca 18 mm x 50 mt	Unid.	1	7,69	7,69
Estacas de eucalipto (3,0 - 13-14)	Unid.	9	55,00	495,00
Cano de pvc	Unid.	1	3,00	3,00
Peneira	Unid.	2	11,70	23,40
Ancinho	Unid.	2	8,90	17,80
Identificador de plantas (pacote)	Unid.	1	36,00	36,00
Regador	Unid.	2	11,00	22,00
Balde plástico	Unid.	2	15,00	30,00
Carrinho de mão pneu c/ câmara	Unid.	1	85,00	85,00
Tesoura de poda	Unid.	1	34,00	34,00
Esterco bovino saco 20 lt	Unid.	20	12,00	120,00
Diária (2 homens/dia)	Diária	6	60,00	360,00
Sementes diversas	Unid.	1	300,00	300,00
Frete	Unid.	1	200,00	200,00
TOTAL				6.019,19

Considerando que serão implantados 30 viveiros agroecológicos comunitários, no curto prazo, os custos totais serão:

$$\text{Curto Prazo} - 30 \times \text{R\$}6.019,19 = \text{R\$}180.575,70$$

7.1.4.2. Estações de Trabalho para beneficiamento de hortaliças no campo.

A Estação de Trabalho é uma estrutura composta basicamente de 3 equipamentos que facilitam e aumentam o rendimento das operações de colheita e beneficiamento de hortaliças. O conjunto é adequado para pequenas propriedades rurais, onde não seja viável economicamente a construção de uma casa de embalagem de alvenaria e para meeiros e

arrendatários que podem facilmente transportar os equipamentos quando se mudarem para uma nova área de plantio. Propriedades maiores também podem se beneficiar do uso da estrutura para sombreamento como um equipamento de apoio junto à lavoura, onde as hortaliças são mantidas sombreadas até o transporte a casa de embalagem onde são executadas operações mais complexas de beneficiamento, embalagem e armazenamento.

A Estação de Trabalho é uma tecnologia simples e de baixo custo que contribui para a melhoria da qualidade pós-colheita das hortaliças, ao reduzir a exposição do produto ao sol e a incidência de danos físicos a partir da colheita. Com isso, contribui para a redução das perdas pós-colheita de alimentos, que por sua vez apresenta altos custos financeiros, sociais e ambientais. Além das perdas quantitativas (hortaliças que vão para o lixo porque se deterioram antes do consumo) a melhoria do manuseio pós-

colheita contribui para a manutenção da qualidade sensorial, nutritiva e microbiológica do alimento e, portanto, é componente importante da segurança alimentar do país. Os equipamentos também propiciam condições de trabalho mais saudáveis para o agricultor.

A proposta é implantar Estações de Trabalho, sendo 30 unidades em cada núcleo. A meta é atingir 90 agricultores, representantes de pelo menos 30 (trinta) comunidades (tabela 42).

TABELA 42: Orçamento para a instalação das Estações de Trabalho.

Descrição das despesas	Unid.	Quantd.	Val.Unit (R\$)	Total (R\$)
Unidade Móvel de Sombreamento	Unid.	1	315,00	315,00
Casa de Embalagem de Lona	Unid.	1	630,00	630,00
Mesa	Unid.	1	346,00	346,00
Carrinho	Unid.	1	185,00	185,00
Serviço de perfuração para lona	Unid.	1	100,00	100,00
TOTAL				1.576,00

Considerando que serão implantadas 90 estações de trabalho, no curto prazo, os custos totais serão:

Curto Prazo – 90 x R\$1.576,00 = R\$141.840,00

7.1.4.3. Pequenas fábricas de compostagem e produtos naturais para controle de pragas e doenças.

Com o objetivo de fazer o controle preventivo das pragas e doenças e manter a fertilidade do solo, cada família deverá criar um espaço para a produção de compostagem, defensivos naturais e caldas. Estas são tecnologias simples e baratas que utilizam recursos locais. A adoção de novas práticas agroecológicas acontecerá no “aprender fazendo”, na medida em que o ambiente de aprendizagem será a própria

execução individual de tais práticas. A prática dessas tecnologias permitirá desenvolver um processo de mudança comportamental, incorporando conhecimentos, inovações, metodologias e tecnologias adaptadas à realidade sociocultural desse território.

Serão implantados 03 (três) empreendimentos familiares, um em cada núcleo do Mosaico. Os empreendimentos serão uma fábrica de compostagem e de produção de produtos naturais. Serão atendidas pelo menos 300 famílias. A tabela 43 mostra o custo de implantação de uma fábrica de compostagem.

TABELA 43: Orçamento para a implantação de uma pequena fábrica de compostagem.

Descrição das despesas	Unid.	Quantd.	Val.Unit (R\$)	Total (R\$)
Kit produtos	Kit	1	100,00	100,00
Kit ferramenta	kit	1	200,00	200,00
Esterco	ton	1	400,00	400,00
Lona	Unid.	1	200,00	200,00
Diária homem/dia	Diária	6	60,00	360,00
TOTAL				1.260,00

Considerando que serão implantadas 3 fábricas de compostagem, no curto prazo, os custos totais serão:

Curto Prazo – 3 x R\$1.260,00 = R\$3.780,00

7.1.4.4. Aquisição de máquinas e equipamentos para estruturação de unidades de beneficiamento de produtos do cerrado.

Esta ação busca apoiar a estruturação e funcionamento das 3 (três) unidades de beneficiamento (UBs) já existentes no território. A proposta é realizar melhorias na apresentação e qualidade dos produtos, bem como a estruturação das UBs de produtos do Cerrado.

Está previsto equipar estas 3 UBs com despoldadeiras, câmaras frias, tubo de congelamento, embaladoras, balanças, fogões, etc.

Também serão desenvolvidas melhorias em relação à apresentação dos produtos, tanto em termos de qualidade, como em termos de rotulagem.

As tabelas 44 e 45 apresentam os custos para melhorar a apresentação dos produtos e equipar as UBs.

TABELA 44: Orçamento para a melhoria do aspecto visual de produtos do extrativismo

Descrição das despesas	Unid.	Quantd.	Val.Unit (R\$)	Total (R\$)
Honorários de consultor para melhorar a apresentação dos produtos	Dia	01	520,00	520,00
Material de consumo (embalagens, material de limpeza, etc.)	Conj	01	1.200,00	1.200,00
Impressão de rótulos	Conj	8	1.500,00	12.000,00
TOTAL				13.720,00

TABELA 45: Orçamento para a implantação de Unidades de beneficiamento.

Descrição das despesas	Unid.	Quantd.	Val.Unit (R\$)	Total (R\$)
Câmara Fria	Unid.	3	21.000,00	62.000,00
Tubo de congelamento	Unid.	3	21.000,00	62.000,00
Armários de aço	Unid.	6	350,00	2.100,00
Estante de aço com 5 divisórias	Unid.	6	110,00	660,00
Secador solar para desidratação de frutas	Unid.	3	1.200,00	3.600,00
Seladores de pedal semi-automático	Unid.	3	450,00	1.350,00
Seladoras de pedal convencional	Unid.	3	280,00	840,00
Fogão industrial	Unid.	3	800,00	2.400,00
Panelas industriais	Unid.	9	350,00	3.150,00
Conjunto com 5 panelas de 31,7 litros, 23,8 litros, 20,4 litros, 17,4 litros e 14,5 litros	Unid.	3	1.400,00	4.200,00
Liquidificador industrial de 8 litros	Unid.	3	960,00	2.880,00
Moinho industrial	Unid.	3	2.500,00	7.500,00
Cozinhador vertical TCE 30	Unid.	3	3.600,00	10.800,00
Mini-prensa MPE40	Unid.	3	7.400,00	22.200,00
Filtro prensa FPE20/6	Unid.	3	6.200,00	18.600,00
Quebrador de coco	Unid.	3	1.200,00	3.600,00
Balança mecânica (300 kg)	Unid.	3	650,00	1.950,00
Balança eletrônica (15 kg)	Unid.	3	1.200,00	3.600,00
TOTAL				213.430,00

7.1.5. Assistência Técnica para Agroecologia e Extrativismo

A proposta é que o trabalho seja iniciado com um técnico (agrônomo, florestal, biólogo ou outros profissionais afins) e um técnico de nível médio, que tenham experiência em práticas agroecológicas e de extrativismo vegetal para atuar nos primeiros três anos de forma geral no território. A partir do quarto ano, seria acrescentado mais um técnico de nível superior e um de nível médio para atuarem conjuntamente com os outros técnicos no território como um todo e, a partir do sétimo ano, um terceiro técnico de

nível superior e um de nível médio. A ideia é que a partir do sétimo ano, cada núcleo do Mosaico tenha um técnico de nível superior e um de nível médio para atenderem os agricultores familiares nas ações de agroecologia e extrativismo vegetal.

A ideia é promover assistência técnica aos agricultores familiares da região de abrangência do Mosaico, implementando atividades de campo em 30 comunidades do Mosaico. Além da contratação de técnicos, serão adquiridos veículos traçados, bem como as despesas com o uso e a manutenção destes equipamentos. Vide tabela 46, abaixo.

TABELA 46: Orçamento para a realização de assistência técnica.

Descrição das despesas	Curto Prazo (Ano 1 a 3)	Médio Prazo (Ano 4 a 6)	Longo Prazo (Ano 7 a 12)	Custo total (12 anos) (R\$)
1. Honorários do Agrônomo ou Florestal (incluindo encargos sociais)⁽¹⁾	276.000	552.000	1.656.000	2.484.000
1.1. Técnico 1	276.000	276.000	552.000	1.104.000
1.2. Técnico 2	0	276.000	552.000	828.000
1.3. Técnico 3	0	0	552.000	552.000
2. Honorários dos 3 TA-NM (incluindo encargos sociais)⁽²⁾	138.000	276.000	828.000	1.242.000
1.1. Técnico 1	138.000	138.000	276.000	552.000
1.2. Técnico 2	0	138.000	276.000	414.000
1.3. Técnico 3	0	0	276.000	276.000
3. Veículo traçado 4x4	120.000	120.000	120.000	360.000
4. Seguro veículo 4x4	18.000	36.000	108.000	162.000
5. Manutenção do veículo (peças)	18.000	36.000	108.000	162.000
6. Manutenção do veículo (mão-de-obra)	18.000	36.000	108.000	162.000
7. Combustível para o veículo 4x4 (160l diesel/mês)	23.040	46.080	138.240	207.360
8. Lubrificantes para o veículo 4x4 (20l/ano)	2.400	4.800	14.400	21.600
9. GPS	2.500	2.500	2.500	7.500
10. Computador / Impressora	8.000	8.000	8.000	24.000
11. Material de escritório e divulgação	3.600	7.200	21.600	32.400
Subtotal (itens 3 a 11)	213.540	296.580	628.740	1.138.860
TOTAL GERAL	627.000	1.124.580	3.112.740	TS

(1) Agrônomo ou Engenheiro florestal ou afim: [R\$5.000,00 x 1,345% (INSS + FGTS + PIS) x 13,3 meses (13º e férias) + R\$2.558 (rescisão)] = 92.000,00 x 3 anos (ano 1 ao ano 3) = R\$276.000,00; (2) Técnico agrícolas/florestal de nível médio: [R\$2.500,00 x 1,345% (INSS + FGTS + PIS) x 13,3 meses + R\$1.279 (rescisão)] = 46.000 x 3 anos (ano 1 ao ano 3) = R\$138.000,00.

7.1.6. Indicadores e Orçamento Total para as Ações de Agroecologia e Extrativismo Vegetal

A tabela 47, abaixo, mostra o orçamento total para as ações de agroecologia e extrativismo, bem como, os indicadores para cada ação proposta.

TABELA 47: Indicadores e Orçamento Total Agroecologia/Extrativismo – Total: R\$7.279.646

AÇÃO	Curto Prazo		Médio Prazo		Longo Prazo		TOTAL	
	Indicador	R\$	Indicador	R\$	Indicador	R\$	Indicador	R\$
7.1.1. Capacitações								390.012
a) agroecologia	6 oficinas / 180 produtores	40.182	6 oficinas / 180 produtores	40.182	6 oficinas / 180 produtores	40.182	18 oficinas / 540 produtores	120.546
b) frutos do cerrado	9 oficinas / 270 produtores	60.273	9 oficinas / 270 produtores	60.273	9 oficinas / 270 produtores	60.273	27 oficinas / 810 produtores	180.819
c) gestão e comercialização	1 curso / 15 pessoas	17.280	-	-	1 curso / 15 pessoas	17.280	2 cursos / 30 pessoas	34.560
d) seminário	1 seminário / 40 pessoas	12.269	1 seminário / 40 pessoas	12.269	1 seminário / 40 pessoas	12.269	3 seminários / 120 pessoas	36.807
7.1.2. Intercâmbios								156.000
	10 intercâmbios / 400 pessoas	52.000	10 intercâmbios / 400 pessoas	52.000	10 intercâmbios / 400 pessoas	52.000	30 intercâmbios / 1.200 pessoas	
7.1.3. Implantação de Quintais agroflorestais								1.315.968
	90 quintais	394.790	90 quintais	394.790	120 quintais	526.387	300 quintais	
7.1.4. Infraestrutura								553.346
a. Viveiros Comunitários	30 viveiros	180.576	-	-	-	-	30 viveiros	180.576
b. Estações de Trabalho	90 estações	141.840	-	-	-	-	90 estações	141.840
c. Pequenas fábricas de compostagem	3 fábricas	3.780					3 fábricas	3.780
d. Estruturação de UBs	3 UBs	227.150					3 UBs	227.150
7.1.5. Assistência Técnica								4.864.320
	1 TNS, 1 TNM + Equipamentos	627.000	2 TNS, 2 TNM + Equipamentos	1.124.580	3 TNS, 3 TNM + Equipamentos	3.112.740	3 TNS, 3 TNM + Equipamentos	
TOTAL		1.757.140		1.684.094		3.821.131		7.279.646



7.2. AGRONEGÓCIO SUSTENTÁVEL

Conforme colocado anteriormente, para que a produção voltada para o agronegócio seja sustentável no longo prazo é muito importante que as leis e acordos sejam respeitados. Além disso, a busca por certificações na produção é algo muito importante para que o consumidor seja informado e tenha maior tranquilidade que está consumindo um produto produzido de forma sustentável.

Neste sentido, o agricultor e o pecuarista precisam estar conscientes sobre a importância de seguir as leis e acordos. Não se trata de um embate entre ruralistas e ambientalistas. Os impactos gerados pela produção feita sem os devidos cuidados são muito sérios e, em muitos casos, irreversíveis.

No caso do território do Mosaico, é imprescindível que o setor voltado para o agronegócio leve em consideração a legislação, os acordos, bem como adotem práticas que objetivem a sustentabilidade do segmento, dentre as quais foram priorizadas as descritas abaixo.

7.2.1. Planejamento da paisagem (planejamento do uso da terra) no nível das microbacias e das propriedades objetivando a implantação de Paisagens Sustentáveis.

A proposta é que o uso da terra nas propriedades seja feito de forma sustentável tendo como base o planejamento da paisagem, objetivando a implantação de paisagens sustentáveis. Isto necessariamente deverá estar compatível com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de cada propriedade e com o fato de a propriedade estar com a sua situação fundiária regularizada.

Conforme o código florestal preconiza no artigo 29, item III, o cadastramento da propriedade no CAR deverá ser feito considerando:

“...identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente - APPs, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal - RL”.

Desta forma, o proprietário deverá delimitar: a) as áreas que vem sendo utilizadas para as atividades produtivas (agricultura, pecuária, silvicultura, dentre outras) com vistas a enquadrá-las em “áreas consolidadas”; b) áreas de preservação permanente; c) área de reserva legal; d) áreas de usos restrito, se houver; e) áreas de remanescentes de vegetação nativa que

estejam fora das APPs e RLs, ou seja, excedem o limite previsto para a delimitação da RL.

O planejamento da paisagem deverá considerar o conjunto de propriedades de uma determinada microbacia, as condições dos remanescentes de vegetação nativa, incluindo as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais (RLs) e a conformação destas áreas no terreno. Numa situação ideal, as APPs, especialmente as matas ciliares, devem estar interligadas nas diferentes propriedades e, caso seja possível, interligadas às RLs destas propriedades, com vistas a formação de corredores ecológicos, que por sua vez, podem estar interligados com as unidades de conservação que compõem o Mosaico e/ou em áreas de recargas de aquíferos.

De acordo com o novo código florestal, em seu artigo Art. 14., a localização da área de Reserva Legal no imóvel rural deverá levar em consideração os seguintes estudos e critérios:

- I. o plano de bacia hidrográfica;
- II. o Zoneamento Ecológico-Econômico
- III. a formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, com Área de Preservação Permanente, com Unidade de Conservação ou com outra área legalmente protegida;
- IV. as áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade;
- V. as áreas de maior fragilidade ambiental.

Nos locais onde há remanescentes de vegetação (fora das APPs e RLs), o proprietário pode ter estes remanescentes como uma área a ser utilizada no futuro, também em atividades produtivas, ou poderão utilizar a área excedente de Reserva Legal também para fins de constituição de servidão ambiental ou Cota de Reserva Ambiental – CRA¹¹.

11 A Cota de Reserva Ambiental – CRA é um título nominativo, requerido pelo proprietário, representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação, que esteja em uma das seguintes situações: I - sob regime de servidão ambiental, instituída na forma do art. 9º-A da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; II - correspondente à área de Reserva Legal instituída voluntariamente sobre a vegetação que exceder os percentuais exigidos no art. 12 da Lei 12.651 de 25/05/2012; III - protegida na forma de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, nos termos do art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; IV - existente em propriedade rural localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público que ainda não tenha sido desapropriada. Cada CRA corresponderá a 1 (um) hectare: I - de área com vegetação nativa primária ou com vegetação secundária em qualquer estágio de regeneração ou recomposição; II - de áreas de recomposição mediante reflorestamento com espécies nativas. Cabe ao proprietário do imóvel rural em que se situa a área vinculada à CRA a responsabilidade plena pela manutenção das condições de conservação da vegetação nativa da área que deu origem ao título. É obrigatório o registro da CRA pelo órgão emitente em bolsas de mercadorias de âmbito nacional ou em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Nos locais em que as APPs e as RLs estejam comprometidas (alteradas ou degradadas), a proposta é que sejam recompostas. Neste caso, o proprietário poderá implementar o Programa de Regularização Ambiental – PRA da sua propriedade com o objetivo de se adequar ao novo código florestal, por meio de assinatura de termo de compromisso com o órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama.

Para financiar as atividades necessárias à regularização ambiental das propriedades rurais, o Programa de Regularização Ambiental poderá prever:

- I. destinação de recursos para a pesquisa científica e tecnológica e a extensão rural relacionadas à melhoria da qualidade ambiental;
- II. dedução da base de cálculo do imposto de renda do proprietário ou possuidor de imóvel rural, pessoa física ou jurídica, de parte dos gastos efetuados com a recomposição das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito cujo desmatamento seja anterior a 22 de julho de 2008;
- III. utilização de fundos públicos para concessão de créditos reembolsáveis e não reembolsáveis destinados à compensação, recuperação ou recomposição das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito cujo desmatamento seja anterior a 22 de julho de 2008.

Os proprietários localizados nas zonas de amortecimento de Unidades de Conservação de Proteção Integral são elegíveis para receber apoio técnico-financeiro da compensação prevista no art. 36 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, com a finalidade de recuperação e manutenção de áreas prioritárias para a gestão da unidade.

Ações, Metas e Indicadores para o Planejamento da Paisagem

A principal ação refere-se à existência de assistência técnica qualificada aos produtores para que este planejamento da paisagem possa ser feito. Para isso, será necessária a capacitação dos técnicos que já prestam assistência técnica aos produtores ou contratação de novos técnicos com estes conhecimentos. Os técnicos deverão ter conhecimento de sistema de informações geográficas (SIG) para que sejam elaborados mapas/croquis das propriedades.

Para que haja uma adesão ampla de produtores do território a esta atividade, serão conduzidos Diálogos de Uso do Solo, conhecidos como LUDs (sigla em inglês

para Land Use Dialogue). Os LUDs objetivam mobilizar o envolvimento dos diversos segmentos e organizações de uma determinada região de produção agropecuária e florestal para a definição de áreas e ações prioritárias que permitam melhor governança do território em busca do desenvolvimento em bases sustentáveis e a conservação dos recursos naturais (biodiversidade, água, solos, paisagem, etc) (O Diálogo do Uso do Solo – Planejando Paisagens Sustentáveis – Cadernos do Diálogo – Vol. 9, Apremavi, Atalanta-SC, 2019).

Conforme colocado anteriormente, nos locais em que as APPs e as RLs estejam comprometidas (alteradas ou degradadas), a proposta é que sejam recompostas, por meio da implementação do Programa de Regularização Ambiental – PRA da propriedade, com assinatura de termo de compromisso com o órgão ambiental competente integrante do Sisnama.

Para esse tópico, a proposta é que ao final de 12 anos, alcance-se uma meta de 60% das propriedades voltadas ao agronegócio, com planejamento da paisagem incorporado ao PRA, bem como a recuperação de 600 hectares nos três núcleos.

Os principais indicadores a serem verificados ao longo deste período são:

Indicadores operacionais:

- Nº de homens/dia de assistência técnica efetivada;
- Nº de técnicos e produtores capacitados em planejamento da paisagem nas práticas do Programa de Regularização Ambiental-PRA;
- Nº de reuniões relacionadas com os LUDs (Diálogos sobre o Uso do Solo).

Indicadores Estratégicos:

- Nº de propriedades/hectares com planejamento da paisagem elaborado e/ou em implementação;
- Nº de hectares recuperados.

7.2.2. Utilização de boas práticas agropecuárias

Trata-se de ação que a maioria dos agricultores já adota em suas propriedades. A proposta é que haja assistência técnica treinada para que estas práticas sejam consideradas pelos produtores. No caso das cooperativas, os profissionais que prestam assistência técnica, em geral, já orientam os produtores sobre estas práticas. No entanto, no caso dos agricultores familiares, a assistência técnica prestada é muito incipiente.

As principais práticas a serem adotadas são:

- a) adoção de práticas de conservação do solo visando a redução de erosão (curvas de nível, terraços, dentre outras);

- b) plantio direto;
- c) rotação de culturas;
- d) redução ao mínimo e uso adequado de agrotóxicos;
- e) promoção da integração lavoura – pecuária – florestas;
- f) adoção de sistemas agroflorestais.

Ações, Metas e Indicadores para a adoção de boas práticas

Capacitação dos técnicos que já prestam assistência técnica aos produtores

Para esse tópico, a proposta é que ao final de 12 anos, alcance-se uma meta de 80% das propriedades voltadas ao agronegócio com adoção de boas práticas agropecuárias.

Os principais indicadores a serem verificados ao longo deste período são:

Indicadores operacionais:

- Nº de homens/dia de assistência técnica efetivada;
- Nº de técnicos e produtores capacitados em adoção de boas práticas agropecuárias;

Indicadores Estratégicos:

- Nº de propriedades/hectares com boas práticas agropecuárias adotadas;

7.2.3. Adoção de relação justa com trabalhadores, fornecedores e comunidades locais.

Esta iniciativa deve ser uma praxe e visa assegurar que a relação dos produtores com trabalhadores, comerciantes e comunidades locais seja feita obedecendo os princípios de justiça social.

Deve-se buscar as seguintes condições:

- a) Manutenção de boas condições de trabalho e pagamento justo de salários e encargos aos trabalhadores;
- b) Adoção de boas práticas de comércio tanto com fornecedores de insumos, como com compradores da produção;
- c) Relação amigável com as comunidades locais.

Ações, Metas e Indicadores para a adoção de relações justas com trabalhadores, fornecedores e comunidades locais.

Capacitação dos técnicos que já prestam assistência técnica aos produtores

Para esse tópico, a proposta é que ao final de 12 anos, alcance-se uma meta de 80% das propriedades voltadas ao agronegócio com adoção de relações justas com trabalhadores, fornecedores e comunidades locais.

Os principais indicadores a serem verificados ao longo deste período são:

Indicadores operacionais:

- Nº de técnicos e produtores capacitados em adoção de relações justas com trabalhadores, fornecedores e comunidades locais;

Indicadores Estratégicos:

- Nº de propriedades com relações justas com trabalhadores, fornecedores e comunidades locais.

7.2.4. Busca de certificados que atestem a sustentabilidade da produção

Uma vez que as premissas para a produção sustentável estejam sendo atendidas quanto aos aspectos ambientais, sociais e econômicos, pode-se buscar certificados junto a certificadores credenciadas e que atestem a sustentabilidade da produção.

Um selo que ateste a produção sustentável no Mosaico pode se constituir em um diferencial para que os produtos sejam comercializados em mercados mais exigentes ou alternativos, bem como preços mais vantajosos para os produtores.

Ações, Metas e Indicadores para a busca de certificação de produção sustentável

A principal ação a elaboração de um estudo, por meio de consultoria, para implantação de certificação da produção sustentável, que considere o planejamento da paisagem, a adoção de boas práticas agropecuárias e de relações justas e amigáveis com empregados, fornecedores e comunidades locais.

Para esse tópico, a proposta é que ao final de 3 anos esteja elaborado o estudo e o selo implantado e que, ao final de 12 anos, alcance-se uma meta de 60% das propriedades voltadas ao agronegócio com certificados.

Indicador Operacional – Estudo realizado e selo de produção sustentável implantado.

Indicador Estratégico - Nº de propriedades certificadas.

7.2.5. Busca por pagamentos de serviços ambientais (PSA)

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é a remuneração ofertada para quem preserva a vegetação nativa e outros recursos naturais em territórios particulares ou em áreas de protegidas pelo poder público. O conceito é que a natureza preservada presta serviços essenciais ao planeta: fornecimento de água, ar de boa qualidade, proteção do solo, dentre outros.

De acordo com o CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), o conceito de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), em termos empresariais, consiste em um esquema voluntário na qual a provisão e conservação de serviços ambientais sejam incentivadas. Aqueles que façam a provisão dos serviços (provedores) sejam pagos e aqueles que se beneficiam ou façam uso do recurso (usuários) paguem pelo serviço.

Conforme a Conservation Strategy Fund (CSF), os produtores rurais são, em última instância, os tomadores de decisão sobre os rumos e modos em que a expansão agrícola ocorrerá nos próximos anos, assim como das abordagens de restauração para regularização fundiária. Suas decisões dependem tanto de fatores produtivos, como os tipos de terra disponíveis para produção e restauração, suas estruturas de custos, e as políticas públicas de incentivos a que podem estar sujeitos. Por isso, para maximizar sua efetividade, propostas de políticas públicas que visem melhorar as práticas agrícolas e a ocupação do solo devem compreender como produtores fazem suas escolhas, quais fatores pesam mais em suas decisões, para que incentivos possam ser desenhados de modo a mudar as escolhas produtivas do maior número de produtores, em diferentes contextos, e a um menor custo, rumo a padrões produtivos mais sustentáveis.

Ao invés de desmatar para criar gado ou exercer alguma atividade agrícola, um fazendeiro poderá ser remunerado por manter e recuperar o ecossistema original de sua propriedade.

Para o presente Plano de DTBC, a ideia é que áreas que forem conservadas e que extrapolam as reservas legais e APPs (RPPNs, Corredores ecológicos, Áreas de Recargas), recebam PSA's.

De acordo com o código florestal em seu Artigo 41, o Poder Executivo federal é autorizado a instituir, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnolo-

gias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação:

- I. pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, tais como, isolada ou cumulativamente: a) o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; b) a conservação da beleza cênica natural; c) a conservação da biodiversidade; d) a conservação das águas e dos serviços hídricos; e) a regulação do clima; f) a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; g) a conservação e o melhoramento do solo; h) a manutenção de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito;
- II. compensação pelas medidas de conservação ambiental necessárias para o cumprimento dos objetivos da Lei, utilizando-se dos seguintes instrumentos, dentre outros: a) obtenção de crédito agrícola, em todas as suas modalidades, com taxas de juros menores, bem como limites e prazos maiores que os praticados no mercado; b) contratação do seguro agrícola em condições melhores que as praticadas no mercado; c) dedução das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, gerando créditos tributários; d) destinação de parte dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, na forma da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para a manutenção, recuperação ou recomposição das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito na bacia de geração da receita; e) linhas de financiamento para atender iniciativas de preservação voluntária de vegetação nativa, proteção de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, manejo florestal e agroflorestal sustentável realizados na propriedade ou posse rural, ou recuperação de áreas degradadas; f) isenção de impostos para os principais insumos e equipamentos,

tais como: fios de arame, postes de madeira tratada, bombas d'água, trado de perfuração de solo, dentre outros utilizados para os processos de recuperação e manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito;

- III. incentivos para comercialização, inovação e aceleração das ações de recuperação, conservação e uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa, tais como:
- a) participação preferencial nos programas de apoio à comercialização da produção agrícola;
 - b) destinação de recursos para a pesquisa científica e tecnológica e a extensão rural relacionadas à melhoria da qualidade ambiental.

De acordo com a Conservation Strategy Fund (CSF), no caso de utilização de recursos hídricos em uma bacia, os programas sobre pagamento por serviços ambientais, para serem eficazes devem:

- a) trazer o argumento econômico aos usuários que se encontram a jusante, no papel de manejadores de ecossistemas para a garantia do fluxo de água, e o que eles podem perder ao não contribuir;
- b) visar estrategicamente áreas prioritárias para intervenção na área;
- c) cobrir os custos reais de oportunidade e os custos da mudança de comportamento a montante;
- d) projetar instituições para gerenciar transações que sejam eficientes e focadas em resultados, seja por meio de ações de gerenciamento direto nas áreas de captação, seja pela provisão de benefícios condicionada à mudança de comportamento.

Ações, Metas e Indicadores para busca por pagamentos de serviços ambientais (PSA)

A principal ação será a elaboração, por meio de consultoria, de um plano regional para Pagamento de Serviços Ambientais

Para esse tópico, a proposta é que ao final de 3 anos esteja elaborado o plano e que, ao final de 12

anos, alcance-se a meta de 80% das propriedades aptas recebendo PSAs.

Indicador Operacional – Plano Elaborado e implantado.

Indicador Estratégico - N° de propriedades recebendo PSAs.

7.2.6. Orçamentos para a implementação dos itens 7.2.1 a 7.2.5.

Para a execução das ações propostas, é necessário que se estruture uma assistência técnica especializada, que envolva mão-de-obra, veículos, material de consumo. Também serão necessárias capacitações, intercâmbios envolvendo experiências exitosas em outras regiões, bem como, a realização de alguns estudos específicos com vistas a busca de certificações e pagamentos por serviços ambientais.

7.2.6.1. Assistência Técnica

A proposta é que o trabalho seja iniciado com um técnico (agrônomo, florestal, biólogo ou outros profissionais afins) e um técnico de nível médio, que tenham experiência no tema de planejamento da paisagem e recuperação de áreas degradadas para atuar nos primeiros três anos de forma geral no território. A partir do quarto ano, seria acrescentado mais um técnico de nível superior e um de nível médio para atuarem conjuntamente com os outros técnicos no território como um todo e, a partir do sétimo ano, um terceiro técnico de nível superior e um de nível médio. A ideia é que a partir do sétimo ano, cada núcleo do Mosaico tenha um técnico de nível superior e um de nível médio para atenderem os produtores voltados para o agronegócio, seja para produção agrícola, seja para produção pecuária. Os trabalhos deverão ser realizados em parcerias com as cooperativas, sindicatos de produtores ou associações voltadas ao interesse do agronegócio.

A tabela 48, a seguir, mostra o orçamento para a Assistência Técnica

TABELA 48: Orçamento da realização de assistência técnica

Descrição das despesas	Curto Prazo (Ano 1 a 3)	Médio Prazo (Ano 4 a 6)	Longo Prazo (Ano 7 a 12)	Custo total (12 anos) (R\$)
1. Honorários do Agrônomo ou Florestal (incluindo encargos sociais)⁽¹⁾	276.000	552.000	1.656.000	2.484.000
1.1. Técnico 1	276.000	276.000	552.000	1.104.000
1.2. Técnico 2	0	276.000	552.000	828.000
1.3. Técnico 3	0	0	552.000	552.000
2. Honorários dos 3 TA-NM (incluindo encargos sociais)⁽²⁾	138.000	276.000	828.000	1.242.000
1.1. Técnico 1	138.000	138.000	276.000	552.000
1.2. Técnico 2	0	138.000	276.000	414.000
1.3. Técnico 3	0	0	276.000	276.000
3. Veículo traçado 4x4	120.000	120.000	120.000	360.000
4. Seguro veículo 4x4	18.000	36.000	108.000	162.000
5. Manutenção do veículo (peças)	18.000	36.000	108.000	162.000
6. Manutenção do veículo (mão-de-obra)	18.000	36.000	108.000	162.000
7. Combustível para o veículo 4x4 (160l diesel/mês)	23.040	46.080	138.240	207.360
8. Lubrificantes para o veículo 4x4 (20l/ano)	2.400	4.800	14.400	21.600
9. GPS	2.500	2.500	2.500	7.500
10. Computador / Impressora	8.000	8.000	8.000	24.000
11. Material de escritório	3.600	7.200	21.600	32.400
Sutotal (itens 3 a 11)	213.540	296.580	628.740	1.138.860
TOTAL GERAL	627.000	1.124.580	3.112.740	4.864.320

(1) Agrônomo ou Engenheiro florestal ou afim: [R\$5.000,00 x 1,345% (INSS + FGTS + PIS) x 13,3 meses (13º e férias) + R\$2.558 (rescisão)] = 92.000,00 x 3 anos (ano 1 ao ano 3) = R\$276.000,00;

(2) Técnicos agrícolas de nível médio: [R\$2.500,00 x 1,345% (INSS + FGTS + PIS) x 13,3 meses + R\$1.279 (rescisão)] = 46.000 x 3 anos (ano 1 ao ano 3) = R\$138.000,00.

7.2.6.2. Capacitações de técnicos e produtores

A proposta é que sejam capacitados técnicos que trabalham nas cooperativas, na Emater, em secretarias municipais de agricultura e meio ambiente, além de produtores.

Prevê-se a realização das seguintes capacitações:

1. Capacitações sobre o planejamento da paisagem e programas de recuperação ambiental nas propriedades (PRA);
2. Capacitações sobre boas práticas agropecuárias visando a sustentabilidade da produção;

3. Capacitações sobre relações justas com empregados, fornecedores e comunidades locais.

A proposta é realizar uma capacitação sobre cada um destes três temas nos três núcleos do Mosaico, a cada três anos. Desta forma, serão realizadas 36 capacitações (12 sobre cada tema). Cada capacitação terá três dias de duração, entre aulas teóricas e práticas e atenderá 25 pessoas, atendo um total de 900 pessoas. A tabela 49, a seguir, mostra o orçamento para a realização destas capacitações.

TABELA 49: Orçamento das capacitações.

Descrição das despesas	Curto Prazo (Ano 1 a 3)	Médio Prazo (Ano 4 a 6)	Longo Prazo (Ano 7 a 12)	Custo total (12 anos) (R\$)
1. Honorários dos consultores	9 capacitações	9 capacitações	18 capacitações	36 Capacitações
1.1. Curso 1 (PRA) (03 cursos x 40 horas x R100,00/hora = R\$12.000,00)	12.000	12.000	24.000	48.000
1.2. Curso 2 (Boas práticas) (03 cursos x 40 horas x R100,00/hora = R\$12.000,00)	12.000	12.000	24.000	48.000
1.3. Curso 3 (Relações justas) (03 cursos x 40 horas x R100,00/hora = R\$12.000,00)	12.000	12.000	24.000	48.000
Sub-total	36.000	36.000	72.000	144.000
2. Material dos cursos (kit -caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) (09 cursos x 25 pessoas x R\$10,00 o kit)	2.250	2.250	4.500	9.000
3. Apostila (09 cursos x 25 pessoas x R\$30,00 a apostila)	4.500	4.500	9.000	18.000
4. Alimentação (9 cursos x 2 refeições/pessoa/dia x 30 pessoas x 3 dias x R\$20,00/refeição)	32.400	32.400	64.800	129.600
5. Transporte (9 cursos x 300 litros de gasolina por curso x R\$5,00/L gas)	13.500	13.500	27.000	54.000
6. Material de divulgação (folders, banners)	9.000	9.000	18.000	36.000
TOTAL GERAL	97.650	97.650	195.300	390.600

7.2.6.3. Estudo para a implantação de certificação da produção sustentável no território do Mosaico

A proposta é que seja realizado um estudo com vistas à implementação de um certificado (selo), que ateste a sustentabilidade da produção e que seja aceito junto aos mercados nacionais e internacionais.

Seria um “Selo Mosaico SVP”, para os produtos que estejam sendo produzidos tendo como base as premissas da sustentabilidade, que visam o equilíbrio entre os três pilares, ambiental, social e econômico.

Para isso, será necessária a contratação de uma consultoria especializada com vistas a realizar um diagnóstico da produção agropecuária na região e estabelecer os passos necessários para obtenção da certificação. O estudo seria realizado no quarto ano de execução do Plano de DTBC, ou seja, uma ação de médio prazo. A tabela 50, abaixo, mostra o orçamento para a realização do Estudo para a Implantação de Certificado de Produção Sustentável do Agronegócio no Mosaico

TABELA 50: Orçamento para a realização do Estudo

ITEM	R\$
Consultorias	80.000
Passagens aéreas	5.000
Trabalhos de campo (transporte, hospedagens e alimentação)	10.000
Oficinas (2) (transporte, hospedagens e alimentação)	20.000
Diagramação e impressão do documento final	20.000
Seminário de Divulgação (transportes, hospedagens, alimentação)	15.000
TOTAL	150.000

7.2.6.4. Elaboração de um Plano Regional para Pagamento de Serviços Ambientais no Território do Mosaico

Primeiramente, será realizada uma revisão bibliográfica sobre os principais fatores que podem ser elencados na análise, como características de produtores, das terras e de políticas públicas. Esse levantamento será validado por parceiros e um grupo de produtores em workshop, que resultará no *modelo de escolha* a ser calibrado.

A segunda etapa envolve uma ampla saída de campo, em que uma equipe de entrevistadores irá entrevistar produtores da região para coletar dados sobre as decisões potenciais dos produtores em diferentes cenários. Caso seja considerado mais oportuno, a consulta pode ser também feita a um número reduzido de produtores durante uma atividade do tipo “workshop”.

A etapa final envolve a análise estatística dos dados coletados em campo, onde será possível fazer obter parâmetros como “a variação na probabilidade que um produtor se engaje às políticas públicas propostas”, “grupos de produtores mais propensos a aderir aos programas propostos”, “o valor ideal de um programa de PSA”, “a configuração ideal de um programa de assistência técnica”.

Um relatório técnico será produzido no final do projeto, junto com infográficos contendo um resumo ilustrado para disseminação. A análise será disseminada visando conseguir a atenção de tomadores de decisão, como órgãos governamentais e bancos de desenvolvimento que possam contribuir para a implementação das soluções e sugestões a serem desenvolvidas.

A tabela 51, abaixo, mostra o orçamento para a elaboração do Plano de PSA.

TABELA 51: Orçamento para a Elaboração do Plano de PSA

ITEM	R\$
Consultorias	420.000
Passagens aéreas	10.000
Trabalhos de campo (transporte, hospedagens e alimentação)	20.000
Oficinas (2) (transporte, hospedagens e alimentação)	20.000
Diagramação e impressão do documento final	20.000
Seminário de Divulgação (transportes, hospedagens, alimentação)	15.000
TOTAL	505.000

7.2.7. Projetos Pilotos para Recuperação de Áreas Alteradas ou Degradadas e Orçamentos.

A proposta é que as áreas que precisarem ser recuperadas apontadas pelos técnicos em conjunto com os proprietários, tenham suas propriedades inseridas em um Programa de Recuperação Ambiental (PRA) por meio de termo de compromisso com o órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama.

Os recursos para os trabalhos de recuperação poderão vir de fontes diversas, tais como, do próprio proprietário, por meio de TACs assinados com o Ministério Público, por meio de conversão de multas ambientais aplicadas pelo IBAMA ou outro órgão ambiental oficial, por meio de projetos especiais a serem financiados com recursos de captações junto a entidades públicas, privadas ou organismos internacionais.

Os custos médios para recuperação de áreas são baseados em função do método de intervenção a ser adotado, que são os seguintes (Projeto Funatura/IBAMA 2018):

Métodos de Intervenção:

1. Semeadura Direta (SD) – Método em que são formadas “muvucas” com sementes de espécies do cerrado e colocadas (mecanicamente) no terreno pronto para ser recuperado, após passar pelas medidas de conservação do solo. O custo médio de recuperação de 1 hectare utilizando a semeadura direta é de R\$12.000,00 (doze mil reais);
2. Enriquecimento com mudas (EM) – Método em que as condições de alteração da vegetação não são drásticas e é necessário o enriquecimento com plantio de mudas de espécies nativas na

recuperação. O custo médio de recuperação de 1 hectare utilizando o enriquecimento com mudas é de R\$20.000,00 (trinta mil reais);

3. Plantio de Mudas (PM) – Método em que as condições de degradação da vegetação são fortes e é necessário o plantio de mudas de espécies nativas na recuperação. O custo médio de recuperação de 1 hectare utilizando o plantio de mudas é de R\$57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).

Definindo uma meta de recuperação de 600 ha nos três núcleos (curto prazo – 150 ha; médio prazo – 150 ha; e longo prazo – 300 ha), sendo 300 ha com semeadura direta (75 curto, 75 médio e 150 longo), 200 ha com enriquecimento de mudas (50 curto, 50 médio e 100 longo) e 100 ha com plantio de mudas

(25 curto, 25 médio e 50 longo), serão necessários recursos da ordem de:

- a) SD – R\$3.600.000,00 (R\$900.000 - curto, R\$900.000 - médio e R\$1.800.000 - longo)
- b) EM – R\$4.000.000,00 (R\$1.000.000 - curto, R\$1.000.000 - médio e R\$2.000.000 - longo)
- c) PM – R\$5.700.000,00 (R\$1.425.000 - curto, R\$1.425.000 - médio e R\$2.850.000 - longo)

TOTAL – R\$13.300.000,00 (R\$3.325.000 - curto, R\$3.325.000 - médio e R\$6.650.000 - longo)

7.2.8. Indicadores e Orçamento Total para as Ações Voltadas ao Agronegócio Sustentável

A tabela 52, abaixo, mostra o orçamento total para as ações voltadas para o Agronegócio Sustentável, bem como, os indicadores para cada ação proposta.

TABELA 52: Indicadores e Orçamento Total Agronegócio Sustentável – Total: R\$19.209.920

AÇÃO	Curto Prazo		Médio Prazo		Longo Prazo		TOTAL	
	Indicador	R\$	Indicador	R\$	Indicador	R\$	Indicador	R\$
7.2.6.1. Assistência Técnica	1 TNS, 1 TNM + Equipamentos	627.000	2 TNS, 2 TNM + Equipamentos	1.124.580	3 TNS, 3 TNM + Equipamentos	3.112.740	3 TNS, 3 TNM + Equipamentos	4.864.320
7.2.6.2. Capacitações de técnicos e produtores	9 Capacitações / 225 pessoas	97.650	9 Capacitações / 225 pessoas	97.650	18 Capacitações / 450 pessoas	195.300	36 Capacitações / 900 pessoas	390.600
7.2.6.3. Estudo certificação			1 estudo	150.000			1 estudo	150.000
7.2.6.4. Elaboração de um Plano de PSA	1 plano de PSA	505.000					1 plano de PSA	505.000
7.2.7. Projetos Pilotos para Recuperação de Áreas	150 hectares	3.325.000	150 hectares	3.325.000	300 hectares	6.650.000	600 hectares	13.300.000
								0
TOTAL		4.554.650		4.697.230		9.958.040		19.209.920

7.3. ÁGUAS DO MOSAICO

Considerando os Planos de Desenvolvimento de Recursos Hídricos das regiões hidrográficas SF8 e SF9 e as discussões ocorridas no GT Águas para a elaboração do Plano de DTBC, foram propostas as seguintes ações: a) Diagnóstico da situação dos diferentes tipos de outorga existentes no Mosaico (Captação em barramento, Captação em poço tubular/artesiano, Captação em cisterna); b) Proteção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente Hídricas (nascentes, veredas e matas ciliares) em locais estratégicos no território do Mosaico; c) Projeto piloto de Gestão e Manejo Integrado das sub-bacias hidrográficas do rio Itacarambi, do rio Catolé e do rio Borrachudo.

7.3.1. Diagnóstico da situação dos diferentes tipos de outorga existentes no Mosaico.

Conforme constatado, o território do Mosaico apresenta graves problemas relacionados com a conservação de ecossistemas **hídricos**, sobretudo com fontes de água que são originadas nas fitofisionomias de veredas. Ficou evidenciada a necessidade da execução de um diagnóstico que pudesse definir com mais precisão a situação das outorgas no território de abrangência do Mosaico, principalmente as que se relacionam com a existência de poços tubulares, já que existe uma forte evidência que um grande número desses poços são em sua maioria irregulares (sem licença para funcionar) e que isso pode, associado a outros fatores como incêndios e mudanças climáticas, estar causando o que se convencionou chamar de “desbalanço hídrico”, gerando como consequência o secamento de veredas.

A tabela 53, abaixo, mostra o orçamento para a realização do Diagnóstico da situação das outorgas no território do Mosaico.

TABELA 53: Orçamento para o Diagnóstico da Situação das outorgas no Mosaico

Descrição das despesas	Custo (R\$)
Consultorias	80.000,00
Passagens aéreas	5.000,00
Trabalhos de campo (transporte, hospedagens e alimentação)	10.000,00
Oficinas (2) (transporte, hospedagens e alimentação)	20.000,00
Diagramação e impressão do documento final	20.000,00
TOTAL	135.000,00

A proposta é fazer um diagnóstico no ano 1 (curto prazo) e um no ano 7 (longo prazo), perfazendo um valor total de **R\$270.000,00**.

7.3.2. Proteção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente Hídricas em locais estratégicos no território do Mosaico.

a) Cercamento de nascentes

A meta é a proteção de um total de 200 ha de nascentes nos seguintes prazos:

- Curto Prazo (Ano 1 a 3) – 50 ha
- Médio Prazo (Ano 4 a 6) – 50 ha
- Longo Prazo (Ano 7 a 12) – 100 ha

Considerando:

- que a área de uma nascente tenha em média um hectare;
- que para cada hectare sejam necessários 400 metros de cerca;
- que o custo médio de 1 Km de cerca equivale a R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Obtém-se os seguintes custos:

- Curto Prazo – 50 ha x 400m = 20.000 m ou 20 km.
20 km x R\$9.000,00 = R\$180.000,00
- Médio Prazo – 50 ha x 400m = 20.000 m ou 20 km.
20 km x R\$9.000,00 = R\$180.000,00
- Longo Prazo – 100 ha x 400m = 40.000 m ou 40 km.
40 km x R\$9.000,00 = R\$360.000,00

Custo Total - R\$ 720.000,00

b) Recuperação de Áreas nas Margens de cursos d'água

A meta é a recuperação de 600 ha nos seguintes prazos:

- Curto Prazo (Ano 1 a 3) – 150 ha
- Médio Prazo (Ano 4 a 6) – 150 ha
- Longo Prazo (Ano 7 a 12) – 300 ha

Considerando que o custo médio de recuperação de 1 hectare equivale a R\$ 26.000,00 obtém-se os seguintes custos:

- Curto Prazo – 150 ha (R\$ 26.000 X 150) = R\$3.900.000,00
- Médio Prazo – 150 ha (R\$ 26.000 X 150) = R\$3.900.000,00
- Longo Prazo – 300 ha (R\$ 26.000 X 300 = R\$7.800.000,00

Custo Total: R\$15.600.000,00

7.3.3. Planos de Gestão e Manejo Integrado das sub-bacias hidrográfica do rio Itacarambi, do rio Catolé do rio Borrachudo.

Os membros do GT Águas do Mosaico, entre outros colaboradores, concordaram que uma das ações importantes refere-se à elaboração de propostas de Planos de Gestão e Manejo Integrado de sub-bacias hidrográficas circunscritas no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu no curto prazo (ano 1 ao ano 3). Tais planos servirão como pilotos para outras sub-bacias hidrográficas do Mosaico. Foram selecionadas a sub-bacia do Itacarambi, devido às disputas pelo uso da água, e duas sub-bacias formadoras da bacia hidrográfica do Pandeiros, ou seja, as microbacias do Catolé e do Borrachudo.

A seleção das microbacias baseou-se em critérios como:

- i. melhor disponibilidade de dados que caracterizam tais bacias;
- ii. importância para as comunidades locais;
- iii. tipos de uso dos recursos hídricos;
- iv. locais suscetíveis à erosão e deposição de sedimentos e outras formas de degradação ambiental;
- v. aspectos produtivos;
- vi. focos de pressão.

As etapas para elaboração do Plano de Gestão de Sub-Bacias Hidrográficas são:

- a) Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;
- b) Análise de alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;

- c) Balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais;
- d) Metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos RH disponíveis;
- e) Medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados para o atendimento das metas previstas;
- f) Prioridades para outorga de direitos de uso de RH;
- g) Diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos RH;
- h) Propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos RH.

A tabela 54, abaixo, mostra os custos para a elaboração de um Plano de Gestão e Manejo Integrado de Sub-bacias.

TABELA 54: Orçamento para elaboração de Plano de Gestão e Manejo Integrado de Sub-Bacias

Descrição	Custos (R\$)
Consultorias	100.000
Passagens aéreas	5.000
Trabalhos de campo (transporte, hospedagens e alimentação)	10.000
Oficinas (2) (transporte, hospedagens e alimentação)	20.000
Diagramação e impressão do documento final	20.000
TOTAL	155.000

Considerando que são três sub-bacias, o custo total será de **R\$465.000,00**, sendo um plano a ser feito no curto prazo e dois no médio prazo.

7.3.4. Indicadores e Orçamento Total para as Ações Voltadas as Águas do Mosaico

A tabela 55, abaixo, mostra o orçamento total para as ações voltadas para a proteção, conservação, recuperação e manejo dos recursos hídricos no Mosaico, bem como, os indicadores para cada ação proposta.

TABELA 55: Indicadores e Orçamento Total Águas do Mosaico – Total: R\$17.055.000

AÇÃO	Curto Prazo		Médio Prazo		Longo Prazo		TOTAL	
	Indicador	R\$	Indicador	R\$	Indicador	R\$	Indicador	R\$
7.3.1. Diagnóstico da situação das outorgas no Mosaico.	1 diagnóstico	135.000		0	1 diagnóstico	135.000	2 diagnósticos	270.000
7.3.2. Proteção e recuperação de Áreas		4.080.000		4.080.000		8.160.000		16.320.000
a) Cercamento de nascentes	50 hectares	180.000	50 hectares	180.000	100 hectares	360.000	200 hectares	720.000
b) Recuperação de Áreas	150 hectares	3.900.000	150 hectares	3.900.000	300 hectares	7.800.000	600 hectares	15.600.000
7.3.3. Planos de Gestão e Manejo Integrado das sub-bacias	1 plano	155.000	2 planos	310.000			3 planos	465.000
TOTAL		4.370.000		4.390.000		8.295.000		17.055.000

7.4. TURISMO

Com base no diagnóstico e avaliação realizados, foram elencados como prioritários, as seguintes estratégias para o eixo Turismo no Mosaico: a) Aliar formação, qualificação, assistência técnica, articulação e comunicação em rede como interdependentes na dinâmica de gestão do empreendimento, hospitalidade e operação do turismo; b) Propiciar novos conhecimentos e habilidades no uso de ferramentas participativas de elaboração de projetos, gestão, acompanhamento, monitoramento e avaliação, acessíveis aos empreendimentos ecossociais do território; c) Fortalecer as ações de Turismo de Base Comunitária a partir das bases conservacionistas no território, compreendendo sua importância atual para toda a cadeia produtiva e de conservação; d) Sistematizar e difundir conhecimentos e práticas de gestão, mobilização de recursos, comunicação e articulação a partir das bases da conservação ambiental; e) Implementar a Estrada-Parque Guimarães Rosa.

Em função disso, estão sendo previstas as ações descritas na sequência.

7.4.1. Sensibilização e Diagnóstico das Áreas Focos do Turismo no Mosaico SVP

Como parte fundamental do trabalho junto a povos e comunidades, respeitando o Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), levando em consideração o direito da Consulta Prévia e Informada da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e como o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC) nos rege junto ao trabalho nas áreas protegidas, propõe-se nesse eixo que o TDBC seja iniciado com Diagnóstico Prévio e Participativo com métodos de pesquisa-ação.

Essa etapa tem por objetivo avaliar e preparar tanto as organizações responsáveis pela execução deste instrumento balizando os conceitos aplicados em campo, bem como, identificar negócios ecossociais de base comunitária novas rotas.

Para isso, propõe-se a realização de uma primeira etapa de pesquisa-ação junto aos núcleos do Mo-

saico Sertão Veredas-Peruaçu tendo como objetivo realizar diagnóstico aprofundado das organizações, projetos e negócios ecossociais ligados ao Turismo no Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. Esse diagnóstico apoiará o alinhamento de demandas e definição dos conteúdos específicos do percurso formativo.

Prevê-se nessa fase atividades de divulgação, comunicação e sensibilização para adesão dos parceiros da Rede Mosaico para a implementação do Plano DTBC. Sugere-se que nessa fase se identifique grupos, coletivos, empreendedores e organizações cujo seus arranjos produtivos estejam em fase de consolidação.

Essa ação contribuirá para o planejamento de conteúdos e metodologias dos cursos presenciais e das demais atividades de intercâmbio e articulação a posteriori.

Para isso, é desejável o treinamento das equipes que atuam na base executiva, técnicos, coordenadores e outros. É uma proposta nas diversas etapas do projeto para qualificar e balizar informações, a criação e produção de materiais e insumos do projeto, como camisetas de identificação, insumos e materiais educativos.

Indicador de processo:

Número de organizações e negócios ecossociais participantes do processo.

Adesão de 50% de associações de base comunitária do território.

Indicador de produto:

Diagnóstico com avaliação das organizações comunitárias em desenvolvimento na cadeia do turismo.

Prospecção de novas rotas referentes as estradas vicinais da Estrada Parque Guimarães Rosa.

A tabela 56, a seguir, mostra o orçamento para a realização do Diagnóstico das áreas foco do turismo no Mosaico.

TABELA 56: Orçamento do Diagnóstico das áreas foco do turismo no Mosaico

Descrição das despesas	Curto Prazo	Curto Prazo	Custo total
1. Honorários dos consultores	Ano 1	Ano 2	Total
1.1. Consultoria 1 (Diagnóstico com articulação em rede. Pesquisa-ação)	44.000	17.000	61.000
1.2. Mobilizador social (H/M = R\$3.500) =	42.000	42.000	84.000
1.3. Sistematização dos resultados e produção do material e comunicação. Serviço de memória e análise dos dados com resultados.	13.000	13.000	26.000
Sub-total (1)	99.000	72.000	171.000
2. Material de apoio e logística			
2.1. Material dos cursos (kit -caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) (01 formação da equipe com 30 x R\$15,00 o kit)	4.500	2.000	6.500
2.2. Gráfica (Impressão de material de apoio – 30 x30,00 = 900 + Material de Infor- mação prévia = 10.000x0,48=4.800)	5.700	0	5.700
2.3. Diárias (Hospedagem e alimentação)	17.000	17.000	34.000
Subtotal (2)	27.200	19.000	46.200
Total Geral	126.200	91.000	217.200

7.4.2. Capacitações

A proposta desse eixo é aliar os processos de formação continuada contemplando os três núcleos do Mosaico. Tendo em vista os projetos, empreendimentos e redes já existentes, é sugerido para este plano que as capacitações em duas áreas de atuação: implementação e consolidação.

Entende-se por capacitações de implementação formações voltadas ao público que deseja reciclar ou iniciar sua formação na área do Turismo. Em relação ao eixo consolidação, serão estratégias de formação voltada a consolidar os empreendimentos e grupos de trabalho já existentes e que atuaram em conjunto com a Rede do Mosaico.

7.4.2.1. Capacitações voltadas à Implementação de novas ações

A partir da delimitação das zonas-foco propostas no diagnóstico, apresentadas com prospecção de novas rotas e trilhas. Desta forma, essa cartela de formações sensibilizará a abertura de novos movimentos locais. É desejável que cada turma formada, seja destinada 20% das vagas para reciclagem, ou seja, agentes sociais que desejam rever o conteúdo, realizar troca de experiência e outros.

A meta deste eixo é, ao longo de 12 anos, atingir 2600 novos agentes no território com capacidades

técnicas e emocionais para gerir seu próprio empreendimento em equilíbrio com o trabalho em rede.

Para isso, propomos um ciclo de 30 encontros formativos, com seis temáticas, com horas/aula/trabalho direcionadas, abaixo descritas. Para cada formação, sugere-se dois temas como transversais: Sustentabilidade (financeira, ambiental e emocional) e Educação Emocional.

a) Introdução ao Turismo de Base Comunitária

É um conjunto de oficinas de 30 horas/aula direcionada as novas zonas de atuação e implementação do Turismo de Base Comunitária. Essas capacitações serão feitas nas regiões pré-identificadas nos núcleos do território com calendário próprio de expansão da atividade e da política do Mosaico. A prioridade será os novos territórios englobados pela política ambiental. Turmas de até 30 pessoas.

b) Empreendedorismo e negócios ecossociais com área foco

Tem como objetivo trabalhar com conceitos do empreendedorismo voltado aos negócios de pequeno e médio da Cadeia do Turismo de pequeno e médio porte. Trará um olhar da sustentabilidade e das potencialidades deste setor. Carga horária 30 horas com turma de até 30 pessoas.

c) Boas práticas e organização comunitária

Essa é uma dimensão que atua capacitações a serem realizadas voltadas as boas práticas e organização comunitária está presente tanto na fase de implementação quanto consolidação. Tem como público específico as associações de Condutores, Comunitárias e Organizações sem fins lucrativos.

d) Empreendedorismo para mulheres

Com intuito de perceber as nuances do empreendedorismo feminino, tendo como premissa que a cadeia do Turismo é predominante masculina, mas as viagens podem ser pensadas como uma categoria feminina, esta dimensão trata deste olhar. Exclusiva para mulheres empreendedoras do Mosaico. Turmas de até 30 mulheres.

e) Empreendedorismo voltado a hospitalidade e alimentação.

A capacitação diz respeito à demanda já identificada de melhoria das relações empreendedoras e fortalecedoras voltadas para a comunidade. Este ciclo de capacitações tem foco nas casas, pousadas comunitárias e cama-café.

É desejável que os hotéis, pousadas e hostel das cidades do Mosaico tenham uma dimensão específica, visto que a Rede de Turismo Comunitário agrega e fortalece a ideia de cidades sustentáveis dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

f) Estudo de viabilidade de Roteiros e travessias com implementação.

Após os dois primeiros anos de sensibilização e ampliação das possibilidades no território, este ciclo de capacitações visa diagnosticar, avaliar e

propor um estudo de viabilização de novos roteiros do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu a partir do roteiro Mãe. Como já proposto, a Rota Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu permite uma circulação de pessoas pelo território por 15 dias. Propor novos caminhos, rotas e desenhos pode ampliar essa oportunidade. Tem como público líderes comunitários e empreendedores locais. Vale ressaltar que as cidades também podem ter seus roteiros, sendo desejável a presença de organizações e agentes públicos que incentivem a construção das rotas das Cidades Sustentáveis do Mosaico.

g) Formação de Condutores/as ambientais com interpretação ambiental – 200 horas

Curso de Educação Continuada com base na Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. A partir da experiência desenvolvida pelo Instituto Rosa e Sertão, busca-se formar novas turmas tendo como foco na interpretação ambiental. A proposta é de curso bianual com duas turmas no território, uma com foco nas cavernas e outra com foco nas áreas de veredas.

h) Educação Financeira: princípios básicos do orçamento doméstico e do seu empreendimento.

Inicia-se com este foco um olhar sobre os receptivos e casas com Cama e Café, projeto implementado pelo Sebrae-MG em 2002 na região. É desejável que esta formação seja realizada em todos os grupos da cadeia do turismo em diálogo com as demais dimensões do TDBC.

A tabela 57, a seguir, mostra o orçamento para as capacitações descritas acima a serem realizadas a curto, médio e longo prazos.

TABELA 57: Orçamento das Capacitações de Implementação de Novas Ações

Descrição das despesas	Curto Prazo (Ano 1 a 2)	Médio Prazo (Ano 4 a 6)	Longo Prazo (Ano 7 a 12)	Custo total (12 anos) (R\$)
1. Honorários dos consultores	1º rodada 3 capacitações	2º rodada 6 capacitações	3º Rodada 9 capacitações	
1.1. Introdução ao Turismo de Base Comunitária (30 cursos x 40 horas/trabalho x R100,00/hora = R\$90.000,00x5 cursos)	12.000	24.000	36.000	72.000
1.2. Empreendedorismo e negócios ecossociais	12.000	24.000	36.000	72.000
1.3. Curso 2 (Boas práticas) (03 cursos x 40 horas x R100,00/hora = R\$12.000,00)	0	24.000	36.000	60.000
1.4. Empreendedorismo para mulheres	12.000	24.000	36.000	72.000
1.5. Empreendedorismo voltado a hospitalidade e alimentação	12.000	24.000	36.000	72.000
1.6. Estudo de viabilidade de Roteiros e travessias com implementação.	0	24.000	36.000	60.000
1.7. Formação de Condutores Ambientais – 200 horas/aula. (Formação bienal)	22.000	40.000	40.000	102.000
1.8. Educação financeira -	12.000	24.000	36.000	72.000
Sub-total	82.000	208.000	292.000	582.000
2. Material dos cursos (kit -caderno, caneta, lápis, borracha e pasta – 10, 00 para 01s cursos x 25 pessoas x 8 = R\$10,00 o kit)	2.000	1.500	3.000	6.500
3. Apostila (06 cursos x 25 pessoas x R\$30,00 a apostila)	4.500	4.500	9.000	18.000
4. Diárias de apoio (6 cursos x 2 refeições/pessoa/dia x 30 pessoas x 3 dias x R\$20,00/ refeição)	21.600	21.600	43.200	86.400
5. Transporte (6 cursos x 300 litros de gasolina por curso x R\$5,00/L gas)	9.000	9.000	18.000	36.000
6. Comunicação e Sistematização	24.000	24.000	24.000	72.000
Subtotal	61.100	60.600	97.200	218.900
TOTAL GERAL	119.100	268.600	359.200	800.900

7.4.2.2. Capacitações Voltadas para Consolidação de Ações em Andamento

A segunda área foco da cartela de capacitações levantadas diz respeito aos grupos, comunidades e empreendimentos da Rede de Turismo do Mosaico. São capacitações com temas que aprofundam as práticas de atuação, com também, ampliam as áreas de atenção do empreendimento e/ou grupo.

O público identificado é composto por: gestores das unidades de conservação e demais áreas protegidas, técnicos de órgãos públicos que atuam com turismo, empreendedores sociais, condutores de visitantes, membros das comunidades, operadores de turismo, educadores.

A carga horária varia entre 12 e 40 horas, sendo sugerido 02 formações continuadas e imersões com caráter formativo experiencial. Capacitações Continuadas de 200 horas/aula.

a) Gestão compartilhada de Mosaicos: instrumentos, indicadores e gestão de pessoas.

Indicadores de processo:

1. Atuação em rede a partir da criação de até 03 GTs Uso Público e Regularização Fundiária.
2. Até 70% dos gestores realizando atualização dos indicadores de avaliação e monitoramento sobre o uso público no Mosaico.

Capacitação de Formação Continuada para gestores das Áreas Protegidas com foco em gestão integrada e indicadores para a gestão do Uso Público e Conservação. A capacitação é bianual, ou seja, acontece de dois em dois anos, com carga horária 200 horas. Tem como intuito formar os gestores das UCs na temática Áreas Protegidas e Gestão Compartilhada envolvendo povos e comunidades tradicionais e outras áreas protegidas.

b) Desenvolvimento de Viagens a partir da Hospitalidade no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu

Propõe-se a partir da ideia de curso de extensão aplicar o conceito de viagem e hospitalidade aos roteiros do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Para isso, a ideia é o fortalecimento da travessia “Caminho do Sertão” com edições complementares à realizada anualmente.

A capacitação terá como princípio a teoria e a prática com uso de metodologias que visam o planejar,

o executar, o avaliar e o comemorar, tendo como princípio a formação Dragon Dreams e técnicas de registro e avaliação contínua.

É voltada aos empreendedores, empresários e agentes de turismo da região. Pode ser recomendável para organizações que visam atuar e/ou já atuam com a cadeia produtiva do Turismo.

A tabela 58, abaixo, mostra o orçamento para a realização das duas capacitações descritas acima.

TABELA 58: Orçamento das Capacitações de Consolidação – Cursos Modulares de até 200 horas/aula

Descrição das despesas	Curto Prazo (Ano 1 a 2)	Médio Prazo (Ano 4 a 6)	Longo Prazo (Ano 7 a 12)	Custo total (12 anos) (R\$)
1. Honorários dos consultores	capacitação	capacitação	capacitação	Capacitações
1.1. Curso 1 (GESCAP) (02 cursos x 200 horas)	40.000	68.000	36.000	144.000
1.2. Curso 2 (Desenvolvimento de Viagens no Mosaico SVP)	40.000	68.000	36.000	144.000
Subtotal (1)	80.000	136.000	72.000	288.000
2. Material dos cursos (kit -caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) (06 cursos x 25 pessoas x R\$10,00 o kit)	1.500	1.500	3.000	6.000
3. Apostila (06 cursos x 25 pessoas x R\$30,00 a apostila)	4.500	4.500	9.000	18.000
4. Alimentação (6 cursos x 2 refeições/pessoa/dia x 30 pessoas x 3 dias x R\$20,00/refeição)	21.600	21.600	43.200	86.400
5. Transporte (6 cursos x 300 litros de gasolina por curso x R\$5,00/L gas)	9.000	9.000	18.000	36.000
6. Comunicação e monitoramento	6.000	6.000	12.000	24.000
Subtotal (2 a 6)	42.600	42.600	85.200	170.400
TOTAL GERAL	122.600	178.600	157.200	458.400

7.4.2.3. Oficinas de comunicação e diálogos de negócios ecossociais: construção dos valores e preços no Mosaico

A proposta é a realização de oficinas de apoio e estruturação da rede de casas da Rede de Turismo Ecocultural no Mosaico, com foco na precificação e organização comunitária para diálogo com agências locais, com a realização de diálogos formativos sobre orçamento com os grupos e associações de condutores, receptivos familiares e Operadores Locais, buscando alinhar preços de produtos oferecidos de acordo com parâmetros regionais e que colaborem para o fortalecimento da Rede em todo o território, a segurança e transparência que reforçam os princípios da base comunitária.

Além de permitir ampla divulgação e efetivação de venda dos passeios, ter o custo das viagens definido de forma coletiva reforça o princípio de transparência característico do TBC; diminui os riscos de falhas de comunicação entre as diferentes comunidades e iniciativas do MSVP e seus parceiros; faz com que os participantes do trabalho sejam incluídos na esfera da gestão e se sintam donos dos produtos.

Esclarecemos que esta é uma demanda apresentada pelos atores do Turismo Ecocultural no Mosaico e ainda não atendida. A atividade está estruturada em três oficinas com duração de 20h cada, além da sistematização dos resultados produzidos.

A tabela 59, a seguir, mostra os custos para a realização da capacitação visando a precificação e formação de mercado.

TABELA 59: Custos da Capacitação de Precificação e formação de mercado

Descrição das despesas	Curto Prazo (Ano 1 a 2)	Médio Prazo (Ano 3 a 6)	Longo Prazo (Ano 7a 12)	Custo total (R\$)
1. Honorários dos consultores	Oficina 1	Oficina 2	Oficina 3	
1.1. Facilitação da Oficina	20.000	20.000	20.000	60.000
1.2. Sistematização e produção do material de apoio.	8.000	8.000	8.000	24.000
1.3. Desenvolvimento de Aplicativo das rotas do Mosaico.		30.000	0	30.000
Subtotal	28.000	58.000	28.000	114.000
2. Material dos cursos (kit -caderno, caneta, lápis, borracha e pasta)	1.500	1.500	1.500	4.500
3. Apostila (03 cursos x 25 pessoas x R\$30,00 a apostila)	1.000	1.000	1.000	3.000
Subtotal	2.500	2.500	2.500	7.500
TOTAL GERAL	30.500	60.500	30.500	121.500

7.4.3. Intercâmbios

Compreendendo o território do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu imaginado como espaço comum, livre, aberto e capaz de abrigar a noção de ‘espírito do lugar’ (ICOMOS, 2008), a ação proposta traduz um convite permanente à criatividade e a capacidade imaginativo-inventiva do agir coletivo pela consolidação da governança territorial. Nesse sentido, pensar o território é tomar para dentro do olhar as dimensões econômicas, ambientais, culturais e políticas, sendo estas sustentadas pelas relações sociais que o atravessam.

As distâncias vividas e percorridas pelas sertanejas e sertanejos no território-Mosaico devem ser levadas em consideração quando se propõe pensar projetos de desenvolvimento e envolvimento comunitário na realidade em questão. A cidade de Januária (MG), considerada como referência regional de bens e serviços, mas também de ligação histórica com o rio São Francisco, está para Chapada Gaúcha (MG), outra ponta do Mosaico SVP, como uma viagem de 5 horas de ônibus. Para Cocos (BA), o deslocamento de cerca de 6 horas em estradas ainda não integradas na totalidade torna a realidade mais complexa. Como se perceber nestes trânsitos, sendo atravessados por paisagens outras, vivendo as distâncias? Como imaginar viajantes e comunidades locais, vivendo tais distâncias e paisagens diante dos fluxos crescentes e inevitáveis?

Buscando pensar tais distâncias e fluxos na construção de um roteiro integrado que atravessasse os Núcleos intermunicipais de planejamento ‘Peruaçu’, ‘Pandeiros’ e ‘Grande Sertão’, é proposto pelo grupo de trabalho ‘Turismo’ na revisão do Plano DTBC, a realização de intercâmbios como instrumento para formação, desenvolvimento e Educação dos coletivos de agentes do Mosaico, como também, para novas parcerias.

Desta forma, os intercâmbios aqui são lidos como uma tecnologia social que compreende aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Ao colocar o visitado na experiência de aprendizado em coletivo, os resultados são de maior impacto e promovendo maior interação.

Áreas prioritárias para a realização de intercâmbios:

- 1) Minas Gerais: Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro; na região do Vale do Jequitinhonha; Região da Serra do Espinhaço.
- 2) Bahia: Parque Nacional Chapada Diamantina, região do Capão.
- 3) Goiás – Chapada dos Veadeiros.

A tabela 60, abaixo, mostra o orçamento para a realização dos intercâmbios.

TABELA 60: Orçamento dos Intercâmbios

Descrição das despesas	Curto Prazo Intercâmbio 1	Curto Prazo Intercâmbio 2	Médio Prazo Intercâmbio 3	Custo total Total
1. Transporte	20.000	20.000	20.000	60.000
2. Diárias	12.000	12.000	12.000	36.000
3. Sistematização dos resultados e produção do material e comunicação.	15.000	15.000	15.000	45.000
Total	47.000	47.000	47.000	141.000

7.4.4. Trilhas de Longo Curso

As trilhas de longo curso no Brasil são inspiradas no sistema nacional de trilhas do Estados Unidos, Portugal e Alemanha. É uma estratégia de conservação que propicia a conectividade de paisagem, ou seja, apoia a migração da fauna de uma área protegida para a outra. Este sistema integra e complementa a proposta de Mosaicos de Áreas Protegidas e possibilita a recreação e geração de renda e trabalho com o elemento turístico.

De acordo com o ICMBIO, já estão mapeados os corredores litorâneos, como: Caminho das Araucárias (Florestas Nacionais de Canela e de São Francisco de Paula, Parques Nacionais da Serra Geral e São Joaquim) e a Transcarioca (Parque Nacional da Tijuca, Parque Natural Municipal de Grumari, Parque Estadual da Pedra Branca). Caminhos da Serra do Mar (Parque Nacional da Serra dos Órgãos). No Cerrado, Caminho de Cora Coralina (Parques Estaduais da Serra dos Pirineus, Serra Dourada e Serra de Jaraguá). Trilha da União e Circuito Flona e Serrinha do Paranoá (Parque Nacional de Brasília, Floresta Nacional de Brasília e APA do Planalto Central. E Travessia das Sete Quedas (Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros).

Pensando o território do Mosaico Sertão Veredas -Peruaçu, já temos sinalizados o Parque Nacional

Cavernas do Peruaçu e a prospecção e apoio à sinalização do Caminho do Sertão. Desta forma, se propõem o apoio a identificação de novas trilhas e que abarca não apenas o sentido simbólico e cultural por onde passa, mas também o seu contexto ambiental.

É importante ressaltar que para tal metodologia, a participação das pessoas, moradores e proprietários de fazendas ou lavouras façam parte do processo. A sinalização deve ser de baixo custo, com materiais já existentes na região e em formato de mutirão.

Os recursos destinados para esta ação são no campo técnico de definição e estruturação dos mapas, divulgação e comunicação e rodas de diálogo com a comunidade. Visa apoiar o processo de planejamento e pós sinalização com ações de comunicação.

Indicadores de Processo:

1. Até 30% do território conectado com trilhas de longo percurso a médio prazo.
2. Sinalização do Caminho do Sertão integralmente.
3. Aumento da renda em até 30% com o turismo gerado.

A tabela 61, abaixo, mostra os custos para o apoio à implementação de trilhas de longo curso.

TABELA 61: Apoio a implementação das trilhas de longo curso

Descrição das despesas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Custo total
1. Pesquisa-ação	Pesquisa inicial	Ampliação	Revisão	Total
1.1. Mapeamento, mobilização e prospecção com mutirões. (Feitura dos Mapas, demarcação com estudo prévio da paisagem)	120.000	80.000	40.000	240.000
1.2. Sinalização dos trechos já identificados	30.000	30.000	30.000	90.000
1.3. Comunicação (apoio ao site, comunicação social e divulgação do processo)	30.000	30.000	60.000	120.000
Total	180.000	140.000	130.000	450.000

7.4.5. Assistência Técnica

Para a execução e monitoramento das ações propostas, é importante que se estruture uma assistência técnica focada no Eixo Turismo, que envolve um técnico, 1 veículo, material de consumo e equipamentos.

A proposta é que o técnico atue no monitoramento das ações de turismo no território, promovam reuniões com os gestores das áreas protegidas, estimulem que os conselhos municipais sejam ativos, articulem com as secretarias de educação e cultura dos municípios para a realização de ações conjuntas,

inclusive nas escolas, com visitas às áreas protegidas e comunidades tradicionais, realizem as mobilizações para a realização de capacitações e intercâmbios, dentre outras atividades.

É recomendado que o técnico tenha parcerias com organizações locais e/ou prefeituras para sua base física, sendo também indicado o trabalho de escritório remoto (home office).

A tabela 62 mostra os custos da assistência técnica para o período de 12 anos.

TABELA 62: Custos com assistência técnica especializada

Descrição das despesas	Curto Prazo (Ano 1 a 3)	Médio Prazo (Ano 4 a 6)	Longo Prazo (Ano 7 a 12)	Custo total (12 anos) (R\$)
1. Honorários do Técnico ⁽¹⁾	276.000	276.000	552.000	1.104.000
2. Veículo traçado 4x4 ⁽²⁾	120.000	0	120.000	240.000
3. Seguro veículo 4x4	18.000	18.000	36.000	72.000
4. Manutenção do veículo (peças)	18.000	18.000	36.000	72.000
5. Manutenção do veículo (mão-de-obra)	18.000	18.000	36.000	72.000
6. Combustível para o veículo 4x4 (160l diesel/mês)	23.040	23.040	46.080	92.160
7. Lubrificantes para o veículo 4x4 (20l/ano)	2.400	2.400	4.800	9.600
8. GPS ⁽²⁾	2.500	0	2.500	5.000
9. Computador / Impressora ⁽²⁾	8.000	0	8.000	16.000
10. Material de escritório	3.600	3.600	7.200	14.400
TOTAL GERAL	489.540	359.040	848.580	1.697.160

(1) Turismólogo ou afim: [R\$5.000,00 x 1,345% (INSS + FGTS + PIS) x 13,3 meses (13º e férias) + R\$2.558 (rescisão)] = 92.000,00 x 3 anos = R\$276.000,00.
 (2) Será adquirido um novo veículo, novo GPS e novo computador/impressora no ano 7.

7.4.6. Implementação da Estrada-Parque Guimarães Rosa

A proposta é que seja elaborado o Projeto da Estrada-Parque Guimarães Rosa com vistas e proporcionar ao Governo de Minas Gerais um projeto que contemple o conceito e as normas de implementação de uma Estrada-Parque. Desta forma, este Plano prevê a elaboração do projeto executivo da Estrada.

Considerando que os trechos que compõem a Estrada-Parque correspondem a cerca de 600 km e

que, para a elaboração do projeto executivo de uma estrada prevê-se um valor de R\$20.000,00 por quilômetro, chega-se a um valor total de **R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais)**.

7.4.7. Indicadores e Orçamento Total para as Ações Voltadas ao Turismo no Mosaico

A tabela 63, abaixo, mostra o orçamento total para as ações voltadas para o Turismo no Mosaico, bem como, os indicadores para cada ação proposta.

TABELA 63: Indicadores e Orçamento Total Turismo – Total: R\$15.886.160,00

AÇÃO	Curto Prazo		Médio Prazo		Longo Prazo		TOTAL	
	Indicador	R\$	Indicador	R\$	Indicador	R\$	Indicador	R\$
7.4.1. Sensibilização e Diagnóstico das Áreas Focos do Turismo no Mosaico SVP	1 Diagnóstico	217.200					1 Diagnóstico	217.200
7.4.2. Capacitações		489.400		507.700		546.900		1.598.000
a) Capacitações voltadas à Implementação de novas ações	3 capacitações / 90 pessoas	119.100	6 capacitações / 180 pessoas	268.600	9 capacitações / 270 pessoas	359.200	18 capacitações / 540 pessoas	800.900
b) Capacitações Voltadas para Consolidação de Ações em Andamento	2 cursos	122.600	2 cursos	178.600	2 cursos	157.200	2 cursos	458.400
c) Oficinas de comunicação e diálogos de negócios ecossociais	1 oficina	30.500	2 oficinas	60.500	1 oficina	30.500	4 oficinas	121.500
7.4.3. Intercâmbios	1 intercâmbio	47.000	1 intercâmbio	47.000	1 intercâmbio	47.000	3 intercâmbios	141.000
7.4.4. Trilhas de Longo Curso	Mapeamento e sinalização	180.000	Mapeamento e sinalização	140.000	Mapeamento e sinalização	130.000	Mapeamento e sinalização	450.000
7.4.5. Assistência Técnica	1 TNS + Equipamentos	489.540	1 TNS + Equipamentos	359.040	1 TNS + Equipamentos	848.580	1 TNS + Equipamentos	1.697.160
7.4.6. Estrada-Parque	Projeto Executivo	12.000.000					Projeto Executivo	12.000.000
TOTAL		13.205.940		1.053.740		1.572.480		15.886.160

7.5. GESTÃO INTEGRADA DE UC/ÁREAS PROTEGIDAS DO MOSAICO

A ideia é que sejam desenvolvidas atividades capazes de proporcionar uma gestão integrada e eficaz do território. Para tanto, estão sendo previstas ações voltadas para a operacionalização do Conselho, comunicação, fiscalização, combate à incêndios, pesquisa e implantação de infraestrutura estratégica nas unidades e demais áreas protegidas do Mosaico.

7.5.1. Programa de Operacionalização do Conselho do Mosaico

Esse programa visa o fortalecimento do Conselho Consultivo do Mosaico, órgão fundamental para a gestão integrada. O Conselho do Mosaico é composto por um conjunto de instituições atuantes na região, sendo a presidência ocupada por um dos gestores de unidade de conservação pública a secretaria executiva ocupada por uma das entidades da sociedade

civil que fazem parte do Conselho, conforme descrito no item 5.5.6.

Do programa constam as seguintes atividades: realização das reuniões trimestrais do Conselho, capacitação de conselheiros, intercâmbios de conselheiros com outros mosaicos.

Para esse tópico, a proposta é que sejam realizados 4 reuniões por ano, 1 capacitação de conselheiros a cada dois anos e 1 intercâmbio a cada dois anos;

Os principais indicadores a serem verificados ao longo deste período são:

Indicadores operacionais:

- N° de reuniões realizadas;
- N° de conselheiros capacitados;
- N° de capacitações realizadas;
- N° de conselheiros que fizeram intercâmbios;
- N° de intercâmbios realizados.

O orçamento para estas atividades pode ser observado na Tabela 64, abaixo.

TABELA 64: Orçamento para a Operacionalização do Conselho

Descrição das despesas		Curto Prazo (Anos 1 a 3)	Médio Prazo (Anos 4 a 6)	Longo Prazo (Anos 7 a 12)	Custo total (12 anos)
Reuniões	Reuniões – R\$ 5.000,00 x 4 = 20.000,00/ano	60.000	60.000	120.000	240.000
Capacitação de Conselheiros	Honorário de consultores (8 horas x 5 dias x 1 curso) (40 x R\$ 120,00) = R\$4.800	4.800	13.440	13.440	31.680
	Material (kit caderno, caneta, lápis, borracha e pasta) (1 curso x 30 pessoas) (30 x R\$ 20,00) = R\$600	600	1.200	1.200	3.000
	Apostila (1 curso x 30 pessoas x R\$ 60,00) = R\$1.800	1.800	3.600	3.600	9.000
	Alimentação (30 pessoas x 2 dias x 3 refeições x R\$ 25,00) = R\$4.500	4.500	9.000	9.000	22.500
	Hospedagem: (30 pessoas x 2 dias x R\$ 80,00) = R\$4.800	4.800	9.600	9.600	24.000
	Combustível 300 litros x 1 curso x R\$ 5,00 = R\$1.500	1.500	3.000	3.000	7.500
	SUBTOTAL CAPACITAÇÕES	18.000	39.840	39.840	97.680
Intercâmbios de Conselheiros	Alimentação (30 pessoas x 2 dias x 3 refeições x R\$ 25,00) = R\$4.500	9.000	9.000	18.000	36.000
	Hospedagem: (30 pessoas x 2 dias x R\$ 80,00) = R\$4.800	9.600	9.600	19.200	28.800
	Transporte (2.500 km x 1 micro-ônibus) 2.500km x R\$ 5,00	25.000	25.000	50.000	100.000
	SUBTOTAL INTERCÂMBIOS	43.600	43.600	87.200	164.800
TOTAL GERAL		121.600	143.440	247.040	502.480

7.5.2. Programa de Comunicação do Mosaico

Para compor a meta de comunicação, sensibilização e educação, é importante considerar que seu percurso metodológico foi desenhado a partir das seguintes premissas:

- a) Compreende-se que toda comunicação serve para a educação ambiental, ou seja, que toda ação de comunicação está baseada na perspectiva da educação, visando não apenas a produção e repasse de informações, mas a efetiva mudança na relação dos sujeitos com o meio ambiente.
- b) Compreende-se a comunicação e a educação ambiental como espaços de construção social, onde a criação e a difusão de boas práticas, percepções e narrativas são feitas a partir das experiências e da realidade socioambiental local e regional.
- c) Compreende-se a comunicação e educação ambiental como direitos e deveres de participação democrática nos processos de conservação fortalecendo e qualificando os espaços comunitários e associativos, de forma que a promova a mudança de hábitos.
- d) Compreende-se que a comunicação deva expressar os valores do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. A partir dessa percepção, busca-se trabalhar com ferramentas e materiais de baixo impacto ambiental na sua produção como a web rádio, que beneficiem a economia sustentável local e regional, que privilegiem processos como reciclagem e reuso, utilizem serviços e insumos advindos das áreas de realização do projeto, colaborem na qualificação dos atores locais e sejam adequado aos saberes e fazeres dos diferentes públicos.

Importante, também, salientar que as etapas aqui descritas possuem atividades concomitantes entre si e conectadas metodologicamente. Além disso, é nesta etapa que será instalada a equipe permanente de comunicação do projeto, com ações de relacionamento com imprensa, agricultores, agronegócio, população urbana, credores, líderes de opinião e tomadores de decisão. Tais ações, fortalecem a gestão integrada e a própria ideia do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu enquanto território referência em desenvolvimento sustentável.

Assim, nesta etapa busca-se:

- i. promover a formação de educadores nas áreas de atuação do projeto que fortale-

çam a capacidade de mobilização, educação ambiental e fiscalização;

- ii. desenvolver as ferramentas e canais de comunicação permanentes do projeto (site; páginas de redes sociais e plataformas de comunicação ampla - Facebook, Instagram, YouTube e SoundCloud);
- iii. realizar eventos/campanhas de mobilização e sensibilização para apoio ao Mosaico e as políticas de conectividade e sustentabilidade, de abrangência territorial local, regional, nacional e internacional, fortalecendo a presença do projeto e das demais ações realizadas pelo Conselho do Mosaico.

Atividades propostas:

a) Realização oficinas de educomunicação voltada aos beneficiários do projeto:

As oficinas têm por objetivo colaborar com a rede de agentes socioambientais das águas promovam um olhar coletivo acerca das práticas comunicativas já existentes, gerem habilidades e capacidades comunicacionais em torno das pautas ambientais e colaborem para a fiscalização, o monitoramento e o desenvolvimento de iniciativas locais e regionais para voluntariado, adesão ampla e individual ao projeto. Estima-se a realização de 6 oficinas no total.

Com experiência em articulação e mobilização, buscar-se-á atentar a metodologia de mobilização e busca ativa para potencializar os agentes que já atuam na área de comunicação, profissionalmente ou não. Um dos módulos terá foco na produção de programas radiofônicos, considerando a importância de abrangência e difusão das rádios nas áreas de abrangência do projeto.

Indicadores operacionais:

1. número de agentes, especialmente jovens, formados nas oficinas de educomunicação;
2. Atualizações do site

Indicadores estratégicos:

1. número de spots e interprogramas de rádio produzidos para Spotify, rádios da região e web rádios das escolas;
2. Número de anúncios publicados em periódicos de circulação na região de abrangência do projeto;

3. Número de campanhas de mídia realizadas, com ações em escala regional e nacional;
4. Número de anúncios publicados em periódicos.

Os principais indicadores a serem verificados ao longo deste período são:

A tabela 65, abaixo, mostra o orçamento de realização de oficinas de educomunicação e registro audiovisual.

TABELA 65: Oficinas de educomunicação e registro audiovisual

Descrição das despesas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Custo total
1. Oficina de Educomunicação (Sistematização e acompanhamento)	30.000	30.000	60.000	120.000
2. Assessoria em comunicação e marketing com recorte em sociobiodiversidade e práticas.	70.000	120.000	180.000	370.000
3. Apoio aos instrumentos de divulgação local (rádios comunitárias, revista Manzuá, Site)	300.000	300.000	600.000	1.200.000
Total	400.000	450.000	840.000	1.690.000

b) Documentação e memória propositiva do território

Esta ação visa a documentação do projeto em seu desenvolvimento, a sistematização dos processos e resultados, além da sua difusão, de forma que sua memória seja produzida com os atores envolvidos, resguardada e utilizada de maneira propositiva junto aos beneficiários e à opinião pública.

Por meio da participação ativa dos beneficiários e dos agentes em campo, que atuarão nas diversas atividades do projeto, buscar-se-á registrar, documentar e produzir conteúdo verificáveis, que colaborem para a sistematização, a memória e a avaliação de processos e resultados, mas também, que sejam utilizados na mobilização, sensibilização e novas adesões a ampliação de áreas de conservação e consolidação de terras quilombolas e indígenas nas áreas de atuação do projeto.

As atividades relacionadas à memória audiovisual consistem na produção de minidocumentários que abordam os processos de conservação das áreas, a participação comunitária e de proprietários no

diálogo da gestão compartilhada, as boas práticas de uso e preservação de solos, as experiências de produção que aliam a preservação dos solos e da sociobiodiversidade e as práticas culturais ligadas a tais experiências, tais como os plantadores de água, o turismo ecocultural.

Prevê-se a difusão de boas práticas de gestão de áreas protegidas e de processos educativos, realizada por meio da distribuição de um calendário anual contendo imagens/ilustrações e textos sobre os resultados alcançados pelo projeto a cada período.

Indicadores operacionais:

1. Mínimo de 24 minidocumentários produzidos pelo projeto
2. Mínimo de 8 exposições de cada um dos minidocumentários produzidos pelo projeto
3. Mínimo de 3.000 calendários distribuídos, sendo 500 a cada ano.
4. Reconhecimento do Mosaico Sertão Veredas -Peruaçu internacionalmente.

A tabela 66 mostra os custos de documentação e divulgação de boas práticas de gestão e conservação.

TABELA 66: Documentação e divulgação das práticas de conservação

Descrição das despesas	Curto Prazo (Ano 1 a 2)	Médio Prazo (Ano 3 a 6)	Longo Prazo (12 anos)	Custo total
1.Documentação	Pesquisa inicial	Ampliação	Revisão	Total
1.1. Equipe de profissionais de audiovisual (2.000,00 a diária)	120.000	120.000	240.000	480.000
1.2. Aluguel de equipamentos	40.000	40.000	80.000	160.000
1.3. Edição	10.000	10.000	20.000	40.000
Total	170.000	170.000	340.000	680.000

c) Observatório da Gestão Compartilhada

Criado por membros do Conselho do Mosaico e agentes sociais com intuito de acompanhar e verificar os indicadores do Plano. É desejável que o grupo se reúna a cada três meses, sendo presencial ou virtual para dar seguimento a mobilização e ativação das

ações conjuntas. É desejável que este observatório seja incentivado como resultado das capacitações de longo período.

A tabela 67, abaixo, mostra os custos de implementação do Observatório da Gestão Compartilhada.

TABELA 67: Custos de implementação do Observatório de Gestão Compartilhada

Descrição das despesas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Custo total
1. Apoio as reuniões	24.000	24.000	48.000	96.000
2. Sistematização e divulgação	7.500	7.500	15.000	30.000
Total	31.500	31.500	63.000	126.000

7.5.3. Programa de Fiscalização Integrada

Visa proporcionar ao Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, um conjunto de ações de fiscalização integradas, de tal forma que haja uma potencialização dos esforços para a redução dos problemas enfrentados.

Constitui-se de um conjunto de atividades, que se inicia por um levantamento da situação a cada três anos, do ponto de vista da fiscalização das Unidades de Conservação do Mosaico e demais áreas protegidas. Prevê ainda um encontro anual dos fiscais e demais instituições responsáveis pela proteção das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico e uma capacitação a cada 3 anos para cerca de 90 guardas-parques sobre Fiscalização

Integrada do Mosaico.

Os principais indicadores a serem verificados ao longo deste período são:

Indicadores operacionais:

- N° de Guardas-parques / fiscais capacitados
- N° de capacitações realizadas

Indicadores estratégicos:

- Plano de fiscalização elaborado e avaliado anualmente

A tabela 68, abaixo, mostra o orçamento para o desenvolvimento de ações que visem trabalhar um Programa de Fiscalização Integrada para o Mosaico.

TABELA 68: Orçamento de Ações para o Programa de Fiscalização Integrada

Descrição das despesas	Curto Prazo (Anos 1 a 3)	Médio Prazo (Anos 4 a 6)	Longo Prazo (Anos 7 a 12)	Custo total (12 anos)
Levantamento da situação da fiscalização das UCs / APs e elaboração de uma estratégia de fiscalização integrada	30.000	30.000	60.000	120.000
Encontro anual de guardas-parques / fiscais ambientais para avaliação e readequação da estratégia	60.000	60.000	120.000	240.000
Capacitação de guardas-parques / fiscais	81.000	81.000	162.000	324.000
TOTAL GERAL	171.000	171.000	342.000	684.000

7.5.4. Programa Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios

Visa a execução de um conjunto de atividades capazes de prevenir e combater os incêndios que todo ano, no período mais seco, causam enormes prejuízos à flora e fauna do cerrado. A ação integrada proposta tem como fundamento o envolvimento de todas as comunidades, instituições públicas, órgãos

de assistência técnica, associações da sociedade civil e demais interessados no tema, a se unirem em um conjunto de esforços para a redução de queimadas na região do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu.

Suas atividades dividem-se em um levantamento do estado da prevenção e combate a incêndios florestais na região do Mosaico a cada três anos, encontro anual de brigadas de prevenção e combate existentes

no território e a oficina de planejamento estratégico para o público citado no primeiro parágrafo. A oficina envolve não só o aprendizado do conjunto de técnicas necessárias à prevenção e combate às queimadas, mais também a educação ambiental aos produtores rurais que manejam suas culturas com o uso do fogo.

As estratégias elaboradas na Oficina de Planejamento serão revisadas nos encontros anuais das brigadas.

Os principais indicadores a serem verificados ao longo deste período são:

Indicadores operacionais:

- Nº de brigadistas capacitados
- Nº de capacitações realizadas

Indicadores estratégicos:

- Plano integrado de prevenção e combate à incêndios elaborado e avaliado anualmente.

A tabela 69, abaixo, mostra o orçamento para o desenvolvimento de ações que visem trabalhar um Programa de Prevenção e Combate à Incêndios no Mosaico.

TABELA 69: Orçamento de Ações para o Programa de Prevenção e Combate à Incêndios no Mosaico.

Descrição das despesas	Curto Prazo (Anos 1 a 3)	Médio Prazo (Anos 4 a 6)	Longo Prazo (Anos 7 a 12)	Custo total (12 anos)
Levantamento da situação do sistema de prevenção e combate aos incêndios nas UCs / APs e elaboração de uma estratégia de ação integrada	30.000	30.000	60.000	120.000
Encontro anual de brigadistas para avaliação e readequação da estratégia	60.000	60.000	120.000	240.000
Capacitação de brigadistas	81.000	81.000	162.000	324.000
TOTAL GERAL	171.000	171.000	342.000	684.000

7.5.5. Programa Integrado de Pesquisa Científica nas Unidades de Conservação do Mosaico

Objetiva difundir as pesquisas realizadas no território do mosaico, sobretudo aquelas que tiveram como foco as áreas protegidas do mosaico. Visa ainda, o apoio a pesquisadores interessados em trabalhos científicos na região do mosaico e a realização de encontros com a presença de especialistas em espécies ameaçadas ou não do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.

As atividades se iniciam com um levantamento das pesquisas realizadas e em andamento nas UC's e demais áreas protegidas do Mosaico. Serão promovidos encontros anuais de pesquisadores das unidades de conservação do mosaico, e de outros especialistas que estejam realizando trabalhos relevantes para a

conservação e o uso sustentável do bioma cerrado. Será criado um banco de dados dos trabalhos de pesquisa realizados e o contato atualizado dos pesquisadores. Os dados serão divulgados em uma biblioteca virtual abrigada no site do mosaico e em outros que manifestarem interesse.

Os principais indicadores a serem verificados ao longo deste período são:

Indicadores operacionais:

- Nº de projetos de pesquisa em andamento
- Nº de encontros de pesquisadores realizados

A tabela 70, abaixo, mostra o orçamento para o desenvolvimento de ações que visem trabalhar um Programa Integrado de Pesquisa Científica nas Unidades de Conservação do Mosaico.

TABELA 70: Orçamento de Ações para o Programa Integrado de Pesquisas

Descrição das despesas	Curto Prazo (Anos 1 a 3)	Médio Prazo (Anos 4 a 6)	Longo Prazo (Anos 7 a 12)	Custo total (12 anos)
Levantamento das pesquisas realizadas nas UCs / APs e na região	30.000	30.000	60.000	120.000
Encontro anual de pesquisadores	60.000	60.000	120.000	240.000
TOTAL GERAL	90.000	90.000	180.000	360.000

7.5.6. Programa Implantação de infraestrutura estratégica nas Unidades de Conservação do Mosaico

Objetiva dotar cada unidade de conservação com a infraestrutura estratégica. A proposta é que cada gestor aponte as necessidades de implantação de infraestrutura, com um **teto 600 mil reais em um prazo de 12 anos:**

Curto Prazo (1 a 3 anos): **R\$150.000,00**

Médio Prazo (4 a 6 anos): **R\$150.000,00**

Longo Prazo (7 a 12 Anos): **R\$300.000,00**

Considerando as UCs incluídas na portaria 128/2009, que são 11, perfaz-se um total de **R\$6.600.000,00**.

Considerando as UCs **públicas** incluídas pelo Conselho, que são 12, perfaz-se um total de **R\$7.200.000,00**
 Considerando as Terras Indígenas Xacriabá, que são 2, perfaz-se um total de **R\$1.200.000,00**
TOTAL: R\$15.000.000,00

7.5.7. Indicadores e Orçamento Total para as Ações Voltadas à Gestão Integrada de UC/Áreas Protegidas do Mosaico

A tabela 71, a seguir, mostra o orçamento total para as ações voltadas para à Gestão Integrada de UCs e demais Áreas Protegidas do Mosaico, bem como, os indicadores para cada ação proposta.

TABELA 71: Indicadores e Orçamento Total Gestão Integrada – Total: R\$19.726.480,00

AÇÃO	Curto Prazo		Médio Prazo		Longo Prazo		TOTAL	
	Indicador	R\$	Indicador	R\$	Indicador	R\$	Indicador	R\$
7.5.1. Programa de Operacionalização do Conselho		121.600		143.440		139.040		502.480
a) Reuniões do Conselho	12 reuniões	60.000	12 reuniões	60.000	24 reuniões	12.000	48 reuniões	240.000
b) Capacitações	2 capacitações / 90 pessoas	18.000	2 capacitações / 90 pessoas	39.840	4 capacitações / 180 pessoas	39.840	8 capacitações / 360 pessoas	97.680
c) Intercâmbios	2 Intercâmbios	43.600	2 Intercâmbios	43.600	4 Intercâmbios	87.200	8 Intercâmbios	164.800
7.5.2. Programa de Comunicação do Mosaico		601.500		651.500		1.243.000		2.496.000
a.1) Oficina de Educomunicação (Sistematização e acompanhamento)	1 oficina / 30 pessoas	30.000	1 oficina / 30 pessoas	30.000	2 oficinas / 60 pessoas	60.000	4 oficinas / 120 pessoas	120.000
a.2) Assessoria em comunicação e marketing com recorte em sociobiodiversidade e práticas.	1 assessor / site atualizado	70.000		120.000		180.000		370.000
a.3) Apoio aos instrumentos de divulgação local (rádios revista Manzuá, Site)	Inserções em mídias e 6 revistas	300.000	Inserções em mídias e 6 revistas	300.000	Inserções em mídias e 12 revistas	600.000	Inserções em mídias e 24 revistas	1.200.000
b) Documentação e divulgação das práticas de conservação no território MSVP	6 mini-documentários / 1.500 calendários	170.000	6 mini-documentários / 1.500 calendários	170.000	12 mini-documentários / 3.000 calendários	340.000	24 mini-documentários / 6.000 calendários	680.000
c) Observatório da Gestão Compartilhada	3 reuniões / sistematização	31.500	3 reuniões / sistematização	31.500	6 reuniões / sistematização	63.000	12 reuniões / sistematização	126.000
7.5.3. Programa de Fiscalização Integrada		171.000		171.000		342.000		684.000
a) Elaboração de estratégia de fiscalização integrada	1 documento	30.000	1 documento	30.000	2 documentos	60.000	4 documentos	120.000
b) Encontro anual de guardas-parques / fiscais	3 encontros / 90 pessoas	60.000	3 encontros / 90 pessoas	60.000	6 encontros / 180 pessoas	120.000	12 encontros / 360 pessoas	240.000
c) Capacitação de guardas-parques / fiscais	1 capacitação / 90 pessoas	81.000	1 capacitação / 90 pessoas	81.000	2 capacitações / 180 pessoas	162.000	4 capacitações / 360 pessoas	324.000
7.5.4. Programa Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios		171.000		171.000		342.000		684.000
a) Elaboração de estratégia de ação integrada	1 documento	30.000	1 documento	30.000	2 documentos	60.000	4 documentos	120.000
b) Encontro anual de brigadistas	3 encontros / 90 pessoas	60.000	3 encontros / 90 pessoas	60.000	6 encontros / 180 pessoas	120.000	12 encontros / 360 pessoas	240.000
c) Capacitação de brigadistas	1 capacitação / 90 pessoas	81.000	1 capacitação / 90 pessoas	81.000	2 capacitações / 180 pessoas	162.000	4 capacitações / 360 pessoas	324.000
7.5.5. Programa Integrado de Pesquisa		90.000		90.000		180.000		360.000
	Levantamentos e 3 encontros		Levantamentos e 3 encontros		Levantamentos e 6 encontros		Levantamentos e 12 encontros	
7.5.6. Programa Implantação de infraestrutura		3.750.000		3.750.000		7.000.000		15.000.000
	25 AP com infraestrutura estratégica		25 AP com infraestrutura estratégica		25 AP com infraestrutura estratégica		25 AP com infraestrutura estratégica	
		3.750.000		3.750.000		7.000.000		15.000.000
TOTAL		4.905.100		4.976.940		9.246.040		19.726.480

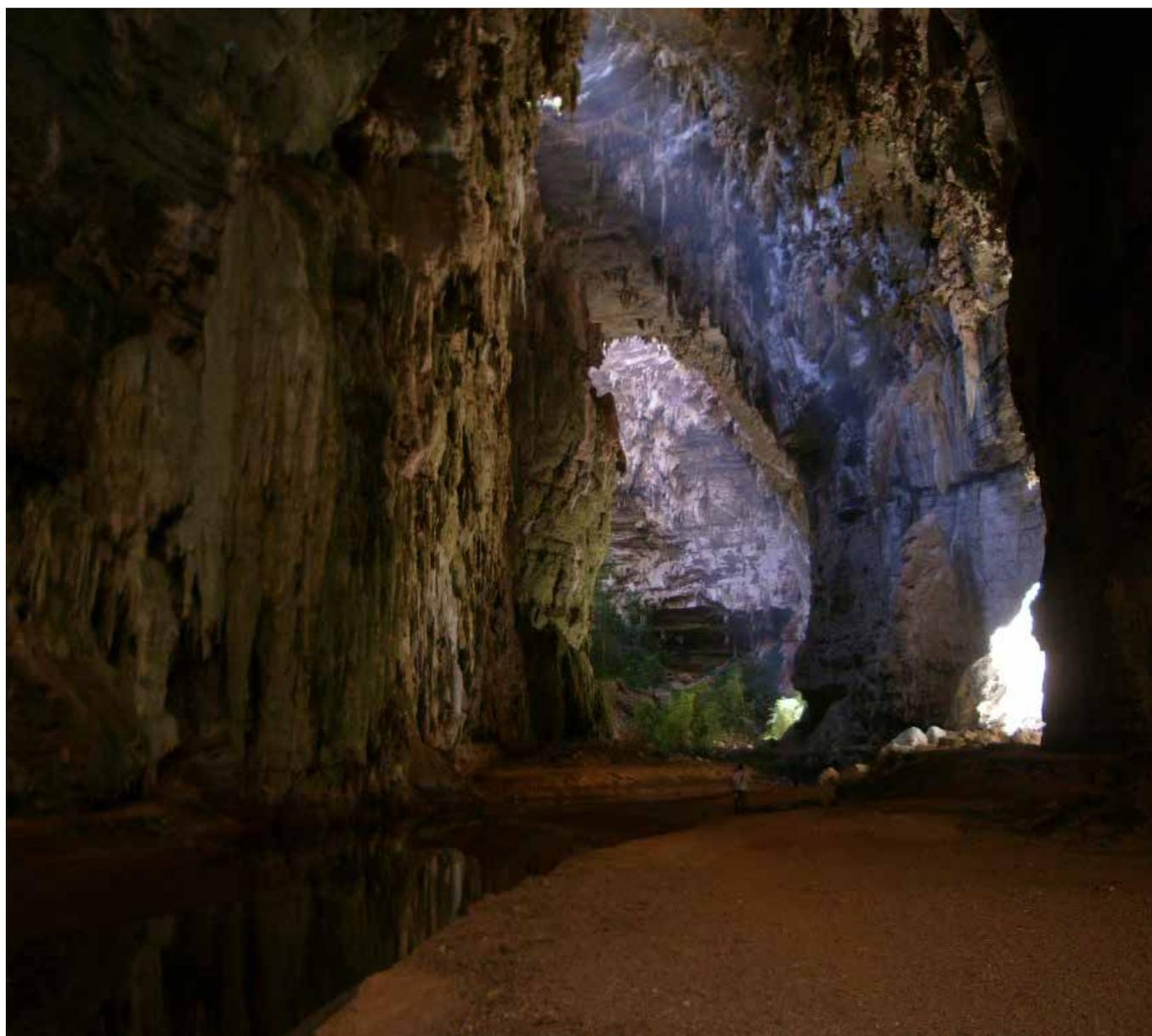
7.6. ORÇAMENTO GERAL DOS SEIS FOCOS DE DTBC

A Tabela 72, abaixo, mostra o orçamento total para a execução do Plano de Desenvolvimento Territorial

de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu para os seis focos, ou seja, Agroecologia, Extrativismo Vegetal, Agronegócio Sustentável, Águas, Turismo e Gestão Integrada.

TABELA 72: Orçamento Geral dos Seis Focos de DTBC do Mosaico SVP

FOCO DE DTBC	PRAZO			TOTAL (R\$)
	CURTO (1 a 3 Anos)	MÉDIO (4 a 6 Anos)	LONGO (7 a 12 Anos)	
AGROECOLOGIA/ EXTRATIVISMO VEGETAL	1.757.140	1.684.094	3.821.131	7.279.646
AGRONEGÓCIO SUSTENTÁVEL	4.554.650	4.697.230	9.958.040	19.209.920
ÁGUAS DO MOSAICO	4.370.000	4.390.000	8.295.000	17.055.000
TURISMO	1.205.940	1.053.740	1.572.480	15.886.160
GESTÃO INTEGRADA	4.905.100	4.976.940	9.246.040	19.726.480
TOTAL	16.792.830	16.802.004	32.892.691	79.157.206



8. FUNDO SOCIOAMBIENTAL DO MOSAICO

8.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Após dez anos de reconhecimento oficial do Mosaico e da instituição do primeiro Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC) do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu, muitas ações foram desenvolvidas mas ainda insuficientes em termos de escala e de tempo de maturação. Ainda restam grandes lacunas, tanto em termos de territórios e de comunidades a serem atendidas, quanto em termos de temas a serem trabalhados que visam o desenvolvimento sustentável.

Em função disso, verifica-se a importância da criação de um Fundo para o Mosaico para que haja uma estratégia de apoio contínuo, com vistas a financiar ações de curto, médio e longo prazos, bem como, projetos de magnitudes diferenciadas, conforme previsto no presente Plano. A ideia é que o Fundo possa ser abastecido por fontes diversas de recursos, podendo ser públicas, privadas ou do terceiro setor, tanto nacionais, como estrangeiras.

Em resumo, o Fundo visa garantir o fortalecimento da implementação do mosaico, assegurando o financiamento de ações previstas no Plano de DTBC e suas atualizações, respeitando as unidades de conservação e demais áreas protegidas, os valores, as práticas tradicionais, a cultura, a união e o saber dos moradores do território.

8.2. MISSÃO, VISÃO DE FUTURO E VALORES DO FUNDO SOCIOAMBIENTAL DO MOSAICO

8.2.1. A Missão

A missão do fundo socioambiental deve responder para quem e o que a organização se propõe a fazer, além de servir para alinhamento interno e comunicação com os demais parceiros. No caso do Fundo Socioambiental do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu a missão é:

“Gerar benefícios para o território do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, coordenando a captação de recursos e realizando a gestão dos investimentos, com governança do seu conselho consultivo para a implementação do seu Plano de Desenvolvimento Territorial com Bases Conservacionistas (DTBC).”

8.2.2. A Visão de Futuro para o Território do Mosaico

A visão de um fundo socioambiental deve apontar o futuro desejado para a organização, ou seja, o cenário a ser buscado pelos integrantes da estrutura de governança. No caso do Fundo Socioambiental do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu a visão de futuro é:

“O território do Mosaico desenvolvido em bases sustentáveis. integrando o manejo das unidades de conservação e demais áreas protegidas e proporcionando a conectividade das paisagens, através da gestão integrada das áreas protegidas, da implementação de práticas voltadas para a proteção e conservação dos recursos hídricos, para a sustentabilidade do agronegócio, para o desenvolvimento de negócios ecossociais ligados ao extrativismo vegetal racional, a agricultura sustentável e orgânica, ao desenvolvimento do turismo ecocultural, valorizando as tradições culturais e as riquezas naturais e gerando renda para os produtores.”

8.2.3. Os Valores

Os valores guiam a conduta dos integrantes da estrutura de governança no cumprimento da missão do fundo. No caso do Fundo Socioambiental do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu os princípios são:

- Transparência;
- Participação;
- Sustentabilidade;
- Governança;
- Monitoramento.

Transparência

Os atos do fundo devem ser transparentes, merecendo a mais ampla divulgação, visando garantir a legitimidade da atuação dos membros da estrutura de governança e instituir uma relação de confiança entre as diferentes instâncias do fundo, assim como transmitir segurança aos parceiros e aos doadores de recursos.

Serão produzidos site, vídeos, boletins impressos, relatórios anuais e outros materiais visuais, para divulgação das atividades e resultados alcançados no âmbito do Fundo. Também, toda a movimentação financeira será contabilizada conforme a legislação brasileira e auditada por auditores independentes, sendo os balanços disponibilizados para o público.

Participação

A participação deve permear todos os atos do fundo, garantindo o envolvimento dos representantes das instituições que atuam no Mosaico, das comunidades (produtores e moradores) do mosaico, visando assegurar a inclusão, o entendimento e o engajamento de representantes dos diversos segmentos.

Serão fortalecidas e/ou criados instâncias participativas (câmara temática de projetos, grupos de trabalho etc.), com caráter deliberativo e/ou consultivo. Serão realizadas atividades para formação de interlocutores (com destaque para jovens e mulheres) e serão instituídos procedimentos simples para apresentação de projetos.

Sustentabilidade

Os atos do fundo devem estar voltados à promoção da sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica do território do mosaico.

O objetivo é garantir o fortalecimento das ações de implementação do mosaico e a manutenção dos valores e das práticas ancestrais e tradicionais que valorizem a cultura, a união e o saber dos moradores do mosaico, bem como assegurar o financiamento de ações previstas no Plano de DTBC e outros que vierem a ser elaborados e que visem a implementação e consolidação do mosaico.

Prevê-se o fortalecimento das organizações sociais e das associações do mosaico, visando a execução do Plano de DTBC, fomentando a economia sustentável e solidária, o fortalecimento das cadeias produtivas de produtos do cerrado, o estabelecimento de tecnologias sociais e o desenvolvimento de ações integradas em nível local.

Governança

O arranjo institucional do fundo deve ser adequado à forma de gestão e às particularidades das instituições e organizações sociais que compõem o conselho do mosaico. Objetiva garantir o empoderamento das organizações sociais, das associações do mosaico.

Prevê-se a instituição de estrutura de governança adaptativa, cujas regras e procedimentos possam ser adequados no decorrer da primeira fase de operação do fundo e a criação de estrutura de governança que garanta o protagonismo das organizações sociais, das associações do mosaico e representantes das diferentes entidades nos processos de tomada de decisão.

Monitoramento

O monitoramento deve ser inerente ao fundo, possibilitando a observação e a avaliação regulares de suas atividades e projetos em todos os seus aspectos. Objetiva checar o progresso das atividades do fundo, em diferentes níveis, com o objetivo de aperfeiçoar a sua operação e garantir a sua consolidação, assim como transmitir segurança aos doadores de recursos.

Prevê-se a criação de sistema de monitoramento e informação, a criação de banco de dados, com o registro regular de documentos (acervo) e a obrigação dos membros da estrutura de governança do fundo de realizar o monitoramento contínuo de ações e projetos.

8.3. PERSONALIDADE JURÍDICA DO FUNDO SOCIOAMBIENTAL DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU

O Fundo Socioambiental do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu funcionará sob regime jurídico de direito privado.

Em relação à definição da entidade a ser gerenciadora do fundo, há duas opções que deverá orientar o debate no Conselho do Mosaico, ou seja:

- a.) Criar uma nova entidade com a finalidade exclusiva de gerenciamento do fundo, com CNPJ próprio;
- b.) Ter uma entidade parceira (da sociedade civil) que já atue no conselho do mosaico e que tenha estrutura e compromisso para desempenhar tal função.

8.4. FORMAS DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO SOCIOAMBIENTAL DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU

O Fundo Socioambiental do Mosaico será formado pelo conjunto de doações e captações feitas para serem utilizadas no desenvolvimento de ações e projetos no Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu.

As captações serão feitas junto à entidades diversas, sejam nacionais ou internacionais, públicas, privadas ou do terceiro setor. Não serão aceitos recursos provenientes de setores/empresas predatórios/destrutivos em termos ambientais e sociais.

O Fundo será constituído por duas formas concomitantes, a depender de acordos com doadores e/ou agentes financiadores: **a) Fundo Fiduciário** de capitalização permanente, o qual é abastecido por recursos de doações, que são investidos em aplicações financeiras, cujo rendimento líquido dessas aplicações será

utilizado para apoio aos projetos e outras demandas de interesse do Mosaico; **b) Fundo Rotativo**, o qual é abastecido por doações/captações diversas, cujo valor principal é aplicado diretamente em projetos e outras demandas de interesse do Mosaico.

a) Fundo Fiduciário

Os recursos captados são depositados em conta específica da entidade privada parceira, que é responsável pela contratação de um ou mais gestores de ativos financeiros para o fundo. Apenas os rendimentos auferidos pelas aplicações são utilizados para apoio aos projetos e outras demandas de interesse do Mosaico, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo conselho do Mosaico.

A gestão de ativos do fundo será feita por uma ou mais empresas especializadas, selecionadas e devidamente autorizadas para este fim e encarregadas pelo investimento dos recursos no exterior e no país, conforme definido no Artigo nº 23 da Lei nº 6.385 de 1976.

A seleção do gestor de ativos deverá ser realizada por meio de um processo competitivo e transparente, não objetado pelo doador do recurso. Deverá, ainda, observar as condições mínimas: que os serviços sejam desempenhados por pessoa jurídica com experiência em gestão de ativos no Brasil e no exterior, com representação no país, além de observar os parâmetros estabelecidos pela comissão de acompanhamento.

Os critérios para seleção de gestores de ativos serão determinados visando ao atendimento de necessidades específicas do fundo, que podem ser agrupadas nas três categorias gerais: a) habilidade de investimento internacional; b) experiência e reputação, e c) segurança e estabilidade.

A entidade privada parceira deverá manter o controle contábil atualizado e preciso de todas as movimentações financeiras, em particular das contas de investimentos e das diferentes destinações dos recursos das contas operacionais. O registro das transações será feito por meio de um sistema computadorizado auditável, operado no âmbito da entidade privada parceira, com capacidade de produzir os relatórios necessários sobre o uso dos recursos doados para o fundo.

O Fundo Fiduciário é composto por dois tipos de recursos: o capital principal e os rendimentos anuais, descritos a seguir.

O Capital Principal

O capital principal é composto por recursos recebidos através de doações ou outros mecanismos, tais como compensações ambientais e multas por crimes ambientais, patrocínio ou pela transformação de rendimentos em capital principal. É o somatório dos depósitos feitos ao Fundo, acrescidos dos rendimentos auferidos em cada ano e outras que porventura sejam feitas. Estes recursos devem permanecer intactos no longo prazo, constituindo o capital principal do fundo. O capital principal deverá ser referenciado em real.

O fundo não deverá perder poder de compra por conta da inflação. O capital principal deverá crescer anualmente pela absorção dos rendimentos auferidos, de acordo com a inflação medida pelo IPCA, no caso dos recursos da carteira no Brasil, e pelo CPI (Índice Americano de Inflação), para a carteira no exterior.

O capital principal é investido pelo gestor de ativos e gerará rendimentos cujo valor líquido será auferido anualmente e constituirá os rendimentos anuais. O capital principal poderá crescer através de novas captações (novas entradas). Os rendimentos também poderão se integrar ao capital principal.

Os Rendimentos Anuais

Os rendimentos anuais devem ser utilizados anualmente para a manutenção e investimentos em projetos.

Cabe ao conselho do mosaico decidir se todos os recursos provenientes dos rendimentos do capital principal deverão ser utilizados naquele determinado ano ou não, inclusive o destino dos rendimentos anuais que foram disponibilizados para os investimentos diretos e nos editais socioambientais, que não foram utilizados.

b) Fundo Rotativo

Os recursos captados por meio de doações/captações diversas terão o seu valor principal aplicado diretamente em projetos e outras demandas de interesse do Mosaico, ou seja, os recursos captados são direcionados à implementação dos projetos/outras ações, por meio de editais, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo conselho do Mosaico.

Estes recursos são frutos de captações junto à entidades diversas, sejam nacionais ou internacionais, públicas, privadas ou do terceiro setor, e são utilizados conforme acordos com os agentes doadores, podendo ser direcionados à determinados objetivos conforme

interesse do doador (p. ex. áreas protegidas, extrativismo, turismo, dentre outras). Possuem prazos de execução pré-estabelecidos nos contratos de doações.

Os recursos do valor principal são, também, aplicados no mercado financeiro, enquanto durar os contratos e ainda não terem sido repassados para o desenvolvimento de ações e projetos. Os rendimentos devem ser utilizados conforme acordado com os doadores para não perderem o valor de compra.

8.5. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

De forma geral, a estrutura de governança do Fundo Socioambiental do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu pode ser dividida em quatro instâncias:

1. Deliberativa: Composto pelo conselho do mosaico que aprova os projetos e outras ações, que envolvem recursos do Fundo do Mosaico. Representantes de agentes financiadores do fundo podem participar como observadores. A instância deliberativa contará com apoio de uma Câmara temática de Gestão Financeira e uma Câmara temática de projetos, designadas pelo Conselho do Mosaico.

2. Gestora: Composta pela equipe da entidade parceira envolvida na gestão e implementação dos recursos do fundo e pelo gestor financeiro, que aplica os recursos do fundo e administra os rendimentos.

A instância gestora será responsável, também, pelo Monitoramento de Ações e Projetos, com eventual apoio de membros das Câmaras Temáticas de Gestão Financeira e de Projetos.

3. Executora: Composta pelas entidades do mosaico (sociedade civil, privadas e públicas), que se qualificam para o acesso aos benefícios gerados com os recursos do Fundo do Mosaico.

4. Auditoria Externa: Realizada por auditores independentes, com vistas a emissão de pareceres sobre a utilização de recursos do Fundo.

Atribuições da Instância Deliberativa:

- Aprovar o Manual Operacional do Fundo, bem como eventuais alterações das normas e procedimentos previstos;
- Escolher a entidade privada parceira;
- Deliberar sobre o planejamento estratégico plurianual e o planejamento anual do Fundo;

- Supervisionar os processos de seleção de projetos
- Realizar a seleção final de projetos, após a triagem realizada pela Câmara Temática de Projetos e a entidade gestora do Fundo;
- Requerer análises técnicas especializadas à entidade gestora do Fundo;
- Supervisionar a atuação da entidade gestora relacionada com os recursos do Fundo.

Apoio à Instância Deliberativa

- Analisa os projetos e recomenda ao Conselho a aprovação ou reprovação dos mesmos;
- Monitoramento de projetos em conjunto com a entidade parceira.

Atribuições da Instância Gestora:

- Realizar a captação de recursos para o fundo;
- Difundir as regras e procedimentos de utilização dos recursos;
- Criar uma carteira de investimentos específica para as finalidades do fundo, e administrá-la segundo a política de investimentos ratificada pelo conselho do mosaico;
- Abrir e movimentar contas bancárias e ativos financeiros em nome da entidade parceira; tornar disponíveis, nos prazos e locais indicados, os recursos necessários, de acordo com a programação financeira prevista, e fornecer informações que possibilitem o acompanhamento de resultados e o planejamento de gastos futuros;
- Realizar, sistematicamente, pesquisas e análises de mercado para aplicações financeiras no país e no exterior, buscando oportunidades em mercados de capital emergentes, preferencialmente no Brasil;
- Receber os recursos aportados pelos doadores e investidores ao fundo;
- Propor e implementar as políticas de gestão e investimento dos recursos;
- Gerir os recursos financeiros, de acordo com as condições contratuais previamente estabelecidas;
- Informar ao conselho do mosaico a disponibilidade de recursos para o exercício seguinte;
- Apresentar relatórios de execução dos recursos;
- Sistematizar a informação para o processo seletivo dos editais;

- Responder as questões técnicas específicas;
- Capacitar representantes de entidades interessadas na execução de projetos sobre a elaboração de projetos para concorrer nos editais, bem como, na elaboração de relatórios físicos e financeiros;
- Realizar desembolsos aos executores dos projetos, conforme planejamento anual ou projetos aprovados;
- Realizar a supervisão da execução dos projetos financiados pelo fundo;
- Analisar conformidades dos contratos, orçamentos e relatórios de desempenho financeiro e contábil e fazer recomendações;
- Comunicar ao conselho do mosaico qualquer desconformidade ou irregularidade constatada na utilização dos recursos;
- Suspender a liberação dos recursos, conforme condições pré-estabelecidas.
- Realizar o Monitoramento (acompanhamento físico e financeiro) dos Projetos apoiados com recursos do Fundo;
- Enviar ao Conselho relatórios de acompanhamento dos Projetos.

Atribuições da Instância de Auditoria Externa

- Realizar a auditoria independente referente à utilização dos recursos do Fundo destinados aos Projetos e outras ações.

8.6. ETAPAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO FUNDO

As etapas planejadas para compor a implementação do Fundo Socioambiental do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu podem ser divididas em estratégias de curto (5 anos), médio (10 anos) e longo prazos (15 anos). Nos primeiros cinco anos, inicia-se com a etapa de incubação do fundo, desenvolvendo suas bases de gestão e participação, e depois segue-se com a execução da etapa de captação de recursos até sua fase de consolidação, quando as metas financeiras forem atingidas.

8.7. MECANISMOS DE SELEÇÃO, REPASSES E MONITORAMENTO DE PROJETOS POR MEIO DE EDITAIS

Com o fundo já dispondo de recursos, a proposta é que as ações previstas neste Plano possam ser implementadas por meio de projetos a serem executados por diferentes organizações que atuem no

território do Mosaico, sem fins lucrativos, podendo haver parcerias com o poder público (unidades de conservação, prefeituras, etc), porém os recursos serão repassados apenas para entidades privadas.

A estratégia principal de seleção de projetos será por meio de editais a serem conduzidos pela entidade gestora do Fundo, em um processo transparente e justo para todos os concorrentes.

O processo de seleção de projetos ocorre em três etapas distintas: recepção dos projetos e triagem, análise pela câmara temática e seleção final pelo conselho do mosaico, conforme descrito a seguir:

8.7.1. Mecanismo de Seleção

a) Recepção dos Projetos e Triagem

É feita pela entidade gestora do Fundo e realizada da seguinte forma:

- Por ordem de chegada, os projetos recebidos dentro do prazo recebem um número provisório e são cadastrados na tabela de projetos recebidos;
- Os projetos são inseridos na base de dados eletrônica;
- Os projetos são divididos tematicamente para os membros da câmara temática de projetos conforme sua especialidade.

A equipe da entidade gestora analisa os projetos com relação aos critérios de elegibilidade e à documentação exigida, preenchendo a ficha de triagem.

b) Análise dos Projetos

O trabalho da câmara temática de projetos será realizado por membros do conselho do mosaico e, se for o caso, por convidados da academia, de instituições governamentais e da sociedade civil (todos com conhecimento específico sobre o mosaico e do tema ao qual o edital se refere). O objetivo da câmara temática de projetos é analisar tecnicamente os projetos recebidos e elaborar uma lista de projetos pré-selecionados. A análise da câmara temática de projetos ocorre da seguinte maneira:

- Os membros da câmara temática de projetos (CT Projetos) recebem os projetos para análise. Cada projeto é analisado por dois integrantes da CT Projetos, podendo ser um interno e um externo (convidado).

- A análise dos projetos deve ser feita conforme a ficha de pré-seleção, preenchida por dois membros da CT Projetos para cada projeto analisado. Eles são analisados e classificados com base nos critérios de seleção prioritários e adicionais conforme a ficha de pré-seleção.
 - Além dos projetos e da ficha de seleção, os membros da CT Projetos recebem a lista completa de projetos apresentados. Qualquer projeto pode ser lido ou consultado na íntegra pelos membros da CT Projetos na ocasião da reunião de seleção.
 - O membro da CT Projetos deve fazer a indicação dos seus projetos dois dias antes da reunião. Não necessariamente devem ser indicados os melhores projetos, quando considerados isoladamente ou em termos estritamente técnicos, mas os melhores do ponto de vista estratégico.
 - Com base nas indicações recebidas anteriormente à reunião, a CT Projetos elabora uma “lista curta” para discussão em reunião presencial da CT Projetos. Caso haja poucos projetos, a lista curta será composta por todos os projetos elegíveis que não foram considerados fracos pela CT Projetos.
 - Na reunião de seleção presencial, a CT Projetos deverá analisar a lista curta. Inicialmente é apresentada uma visão de conjunto, por meio da leitura de descrições/resumo dos projetos, sem discussão. Nesse momento, poderão ser solicitados esclarecimentos, porém não deverá haver debate do mérito dos projetos antes de se completar a visão de conjunto.
 - Estabelecida a visão de conjunto sobre os projetos da lista curta, cada membro da CT Projetos faz a indicação de x projetos que considera mais importantes para o mosaico. O número de projetos a serem indicados pode variar de acordo com o número recebido e a quantidade que se pretende aprovar, considerando os recursos disponibilizados por edital.
 - Com base nas indicações (não se trata de votação definitiva) elabora-se a lista hierarquizada que serve apenas para ordenar a discussão dos projetos, de forma a não perder tempo discutindo projetos que têm pouca chance de receber apoio. O debate começa pela “cabeça” da lista, ou seja, por aqueles projetos que receberam mais indicações seguindo a ordem da lista hierarquizada.
 - Os membros da CT Projetos que fizeram a análise do projeto poderão fazer uma apresentação resumida durante a análise do mérito, com suas considerações, que poderão ser complementadas pela CT Projetos. Abre-se uma discussão para que os demais membros da CT Projetos esclareçam as eventuais dúvidas, sendo que o projeto em debate fica à disposição para leitura por qualquer membro da CT Projetos. Os projetos serão debatidos seguindo a lista hierarquizada.
 - Finalmente, há a definição da lista de projetos pré-selecionados (recomendados) que serão posteriormente enviados para o conselho do mosaico para análise e seleção final.
- c) Seleção Final**
- A seleção final é realizada pelo conselho do mosaico com base na lista de projetos pré-selecionados pela câmara técnica de gestão de projetos (CT Projetos).
- Antes da reunião, cada membro do conselho do mosaico recebe por meio digital a lista de projetos submetidos, a lista de projetos pré-selecionados pela CT Projetos, todos os projetos e as fichas de pré-seleção preenchidas pelos membros da CT Projetos. Cada projeto pré-selecionado será lido por dois membros do conselho do mosaico.
 - No início da reunião, haverá a leitura dos critérios de seleção estabelecidos no edital. Além disso, é importante levar em consideração que a lista de projetos selecionados deve contemplar diversos públicos e temas e ter projetos bem distribuídos no recorte geográfico do edital.
 - Em seguida, será estabelecida a visão de conjunto sobre os projetos pré-selecionados por meio da leitura do resumo do projeto e uma breve apresentação por um dos membros do conselho do mosaico que o avaliou. O outro membro do conselho do mosaico que leu o mesmo projeto pode ajudar complementando com informações

que considerar relevantes. Após ter sido estabelecida a visão de conjunto, inicia-se, a partir da cabeça da lista, a discussão acerca da pertinência das propostas e se há alguma objeção na seleção do projeto. Nesse momento, poderão ser solicitados esclarecimentos quanto ao teor dos projetos.

- O conselho do mosaico pode homologar a recomendação da CT Projetos ou optar quanto à não aprovação de projetos pré-selecionados, ou mesmo selecionar projetos com condicionantes no seu desenho ou orçamento. Assim, projetos interessantes que merecem apoio e que podem ser ajustados, não devem ser descartados. Cabe ao conselho do mosaico ainda o julgamento de casos especiais.
- A decisão do conselho do mosaico é lavrada em ata, que subsidiará a CT Projetos no processo de tramitação dos contratos.
- A CT Projetos envia a lista para a Entidade Gestora do Fundo para que esta estabeleça os contratos. A Entidade Gestora comunica todas as organizações que apresentaram projetos sobre o resultado do processo de seleção. Para os projetos selecionados, a Entidade Gestora elabora o contrato, que é o documento oficial que prevê o repasse de recursos às organizações. Para os projetos que necessitam de ajustes, a Entidade Gestora envia uma carta solicitando resposta sobre as adequações e/ou esclarecimentos levantados no processo de seleção.

8.7.2. Mecanismos de Contratação, Repasse e Monitoramento

a) Mecanismos de Contratação e Repasse

Com os projetos selecionados, serão assinados os contratos entre a entidade gestora e as entidades executoras, que receberão os recursos que serão depositados em uma conta específica do projeto.

Com 80% dos recursos utilizados em cada desembolso, a entidade pode requerer um novo desembolso, de acordo com o cronograma pré-estabelecido no contrato.

b) Mecanismos de Monitoramento

O monitoramento e a avaliação dos projetos é responsabilidade da Entidade Gestora, que mantém

contato direto com os beneficiários, acompanha a execução dos projetos, realiza visitas *in loco* e analisa os relatórios de progresso e finais. Em um papel adicional, quando possível, membros da Câmara Temática de Projetos também participam do monitoramento e da avaliação de projetos *in loco*.

A Entidade Gestora mantém um banco de dados para monitorar a situação atual dos projetos com informações sobre relatórios, pagamentos, visitas locais, alterações, fotos, material de comunicação, dentre outros.

Os indicadores devem ser quantitativos e qualitativos para medir os processos financiados. Os questionários utilizados na obtenção de dados devem ser escritos numa linguagem que possa ser entendida pelas comunidades de beneficiários.

8.8. LINHAS DE APOIO À PROJETOS E CATEGORIAS DE APOIO

As linhas de apoio são as ações previstas no presente Plano de DTBC, as quais estão inseridas nas linhas descritas na sequência.

a) Gestão Integrada de UCs e outras Áreas Protegidas

a.1) Implementação do Conselho do Mosaico e Ações de Comunicação do Mosaico

Objetivo: Proporcionar uma permanente integração entre as diferentes organizações do Conselho e ter uma comunicação interna e externa em funcionamento no Mosaico.

As atividades apoiadas nesta linha de ação são:

- Reuniões trimestrais do Conselho;
- Capacitações;
- Intercâmbios;
- Assessoria de comunicação;
- Produção de conteúdo e material de divulgação (revistas, vídeos, spots, dentre outros)

a.2) Implantação e Consolidação das Áreas Protegidas já Existentes e Criação de Novas.

Objetivos: Promover a implantação e consolidação das áreas protegidas do mosaico e criar novas **áreas protegidas** em locais de extrema representatividade ainda não atendidos na região do Mosaico.

As atividades apoiadas nesta linha de ação são:

- Elaboração de planos de manejo das unidades de conservação ou planos de gestão;

- Apoio à constituição e capacitação dos conselhos gestores das áreas protegidas;
- Intercâmbio de conselheiros, fiscais, brigadistas com outros Mosaicos ou com outras experiências exitosas;
- Apoio à implantação de estruturas básicas das áreas protegidas;
- Apoio a ações integradas de fiscalização;
- Apoio a ações integradas de prevenção e combate à incêndios.
- Estudos, consultas públicas e criação de unidades de conservação e outras áreas protegidas.

b) Pesquisa sobre a biodiversidade, recursos hídricos e aspectos socioculturais.

Objetivos: Melhorar o conhecimento sobre os fatores bióticos, abióticos e socioculturais nas UCs e demais áreas protegidas e seus entornos com vistas a subsidiar o desenvolvimento de ações que visem a melhor conservação e uso sustentável dos recursos naturais da região, bem como a valorização da cultura tradicional do sertão. As atividades apoiadas neste componente são:

- Apoio a pesquisas e estudos estratégicos sobre a biodiversidade e os recursos hídricos;
- Apoio à pesquisas voltadas para a valorização sociocultural das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas existentes na região;
- Apoio a ações que visam a integração das pesquisas em andamento no território do Mosaico.

c) Projetos Socioambientais

As áreas temáticas prioritárias são as previstas neste Plano de DTBC, ou seja: Fomento ao Extrativismo Vegetal Sustentável; Fomento a Agricultura Orgânica; Fomento ao Turismo Ecocultural e Valorização da Cultura Tradicional do Sertão; Fomento à proteção/recuperação de recursos hídricos; Fomento ao Planejamento da Paisagem nas áreas com Produção Agropecuária; Fomento às boas práticas de produção agropecuária; Implantação de PSAs; Apoio à processos participativos de certificações da produção sustentável no território do Mosaico. .

O Fundo Socioambiental do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu focaliza as interrelações entre comunidades de agricultores familiares, tradicionais e indígenas e o meio ambiente, com ênfase na promoção de modos de vida sustentáveis que contribuam com benefícios ambientais, conforme os acordos internacionais e políticas nacionais.

d) Custos Administrativos

São considerados custos administrativos do Fundo Socioambiental do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu todos os gastos que não sejam os investimentos diretos nos projetos realizados por meio dos editais.

Estes custos são: o gerenciamento do fundo pela entidade gestora, os custos com a equipe de coordenação e monitoramento das ações financiadas pelo fundo e auditoria.

Para cobrir os custos operacionais do gerenciamento do fundo, a entidade privada parceira (Entidade Gestora) receberá o percentual de 15% a 20% sobre os valores captados junto à doadores/financiadores.

Estes recursos cobrem os gastos com escritório, com equipamentos, material permanente e de consumo e os custos da equipe de gestão, que incluem honorários para o suporte técnico, jurídico, administrativo e financeiro, além de suporte para a realização das reuniões do Conselho e da Câmara Temática de Projetos e suporte aos auditores independentes, implementação e manutenção de sistemas informatizados de gestão e controle de projetos, suporte às ações de comunicação e de gestão de ativos financeiros, com o deslocamento da equipe da entidade privada parceira para as tarefas de monitoramento dos Projetos.

Para a auditoria do fundo estão incluídos os custos de contratação da auditoria financeira externa independente anual do próprio fundo.

e) Categorias de Apoio

Os editais do Fundo Socioambiental do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu possuem quatro categorias de apoio a projetos:

- i) Micro Projetos de até R\$ 3.600,00** para serem executados em até seis meses, visando apoiar iniciavas de estudantes locais, seja de ensino médio/técnico ou graduação para realizar, por exemplo, visita técnica em alguma UC, organizar um evento na semana de meio ambiente, realizar mutirão para plantio de mudas etc;
- ii) Pequenos Projetos de até R\$ 36.000,00** para serem executados em até um ano, visando o apoio às organizações de base comunitária, contemplando inclusive aquelas com pouca experiência na gestão de projetos;
- iii) Projetos de Médio Porte de até R\$ 144.000,00** para serem executados em até dois anos, visando beneficiar organizações

que já **possuem experiência ou projetos com resultados e impactos positivos comprovados**; e

iv) Grandes Projetos - de até R\$ 288.000,00 para serem executados em até três anos, visando beneficiar organizações que já **possuem experiência ou projetos com resultados e impactos positivos comprovados e que possam ampliar a escala de sua atuação**, podendo ser replicados em outras comunidades.

v) Projetos de Consolidação – de até R\$ 480.000,00 para serem executados em até quatro anos, visando beneficiar projetos de grande relevância, ou seja, com resultados e impactos positivos comprovados e que necessitem de um tempo maior para sua consolidação.

vi) Projetos Especiais – Sem limite definido, ficando a critério do doador de recursos em entendimento com a entidade gestora e com o Conselho do Mosaico.



BIBLIOGRAFIA

1. ABNT, 2014. NBR ISO 21101:2014. Turismo de aventura — Sistemas de gestão da segurança — Requisitos.
2. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO VALE DO URUCUIA, 2016. O Caminho do Sertão: de Sagarana ao Grande Sertão Veredas. Edi-TAO de Participação N. 001/2016.
3. AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS – ANA. Planejamento, Manejo e Gestão de Bacias Hidrográficas. In: Acervo Educacional Sobre Águas. ANA, 2017.
4. ALLEN, R. G.; PEREIRA, L. S.; RAES, D.; SMITH, M. Crop evapotranspiration: Guidelines for computing crop water requirements. Rome: FAO, 1998. 300 p. (FAO – Irrigation and Drainage Paper, 56). 66
5. ANGUERA, M. T. 1985. *Metodología de la observación en las Ciencias Humanas*. Madri: Cátedra.
6. APREMAVI (Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida), 2019. O Diálogo do Uso do Solo: Planejando Paisagens Sustentáveis. Cadernos do Diálogo – Volume 9. Atalanta-SC.
7. Associação Nacional de Ação Indigenista - ANAÍ, 2016. Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Xacriabá e Xakriabá Rancharia - PGTA Xacriabá. Salvador-BA.
8. ALMEIDA, Paulo Roberto de. (ALMEIDA, 1999) O Brasil e multilateralismo econômico. Porto Alegre: Livraria do Advogado. Editora, 1999.
9. ANTONUCCI, D. et al. (ANTONUCCI, 2009) UN-Habitat: 3 décadas de atuação. Vitruvius. 107.01. ano 09. 2009. Pg.9.
10. ANTONUCCI, D. et al. UN-Habitat: 3 décadas de atuação. Vitruvius. 107.01. ano 09. 2009. Pg.9.
11. ARRUDA, Moacir, B. Representatividade Ecológica com base na biogeografia de biomas e ecorregiões continentais do Brasil: o caso do bioma Cerrado. Tese doutorado em Ecologia. Universidade de Brasília, 2003.
12. ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. Desenvolvimento e meio ambiente: caminhos da agricultura ecológica, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002
13. BIORREGIÃO - espaço geográfico onde está incluído um ou mais ecossistemas, identificados pela topografia, cobertura vegetal, socioeconomia, cultura e história dos habitantes locais, governos e comunidade científica (MILLER, K.. Planejamento biorregional: em busca de um novo equilíbrio. Brasília: Ibama, 1997. 94 p.).
14. BIODIVERSITAS. Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para a sua Conservação. Minas Gerais: 2005.
15. BRASIL, IBAMA. Corredores ecológicos: uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil / Moacir Bueno Arruda, Luís Fernando S. Nogueira de Sá (organizadores). – Brasília: Ibama, 2003. 220 p.
16. BRASIL, ITAMARATY. Sítio: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/18072-comissao-nacional-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-lanca-plano-de-acao>
17. BRASIL, Portaria nº 463, 18/12/2018. Estabelece as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade.

18. BRASIL. (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil 1988, 1996) Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Vol. 1. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1996.
19. BRASIL. (BRASIL, Estatuto da Cidade. Lei no. 10.257, 2001) Estatuto da Cidade. Lei nº. 10.257. Brasília, 2001
20. BRASIL. (BRASIL, Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Secretaria de Governo da Presidência da República. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão., 2017) Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Secretaria de Governo da Presidência da República. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Brasília. Presidência da República. 2017.
21. BRASIL. Decreto no 5.813, de 22 de junho de 2006. Seus objetivos são garantir o acesso seguro e o uso sustentável de plantas medicinais; o desenvolvimento de tecnologias e inovações; o fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos; o uso sustentável da biodiversidade brasileira; e o desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde
22. BRASIL. Decreto no 7.794, de 20 de agosto de 2012. Seus objetivos são integrar, articular e adequar programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis
23. BRASIL. Decreto nº 8.892 de 27/10/2016
24. BRASIL. Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e Decreto no 7.390, de 9 de dezembro de 2010. Seu objetivo é garantir que o desenvolvimento econômico e social contribua para a proteção do sistema climático global.
25. BRASIL. Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e Decreto no 7.572, de 28 de setembro de 2011. Seus objetivos são incentivar a conservação dos ecossistemas e promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais.
26. BRASIL. Lei no 13.123/2015, de 20 de maio de 2015, e Decreto no 8.772, de 11 de maio de 2016,
27. BRASIL. Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA no 239, de 21 de julho de 2009. Seu objetivo é desenvolver ações integradas para a promoção e o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis.
28. BRASIL. Portaria Interministerial MMA, MDA e MDS no 380, de 15 de dezembro de 2015. Seus objetivos são adequar, articular, integrar e propor ações de acesso às políticas de saúde, educação, infraestrutura social, fomento à produção sustentável, geração de renda e gestão ambiental e territorial das áreas de uso e ocupação tradicional.
29. BRASIL, 2000. Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
30. BRASIL, 2013. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2013-2016. Brasília – DF.
31. Brasil, 2012. Código Florestal. Lei 12.651/2012
32. Brasil. 1997. Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 – Lei das Águas - Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH);

33. Brasil, 1989. Lei 7.802 de 11/07/1989 e Decreto Nº 4.074/2002. Regulamento o Uso de Agrotóxicos.
34. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA, FUNATURA, CI-Brasil, BIODIVERSITAS e UnB. Ações prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal. 1999.
35. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Edital do FMNA para reconhecimento de Mosaicos de Áreas Protegidas. 2005.
36. BRASIL. Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997.
37. Brasil. Lei 9.985 de 18/07/2000.
38. Brasil. Decreto 4.340 de 22/08/2002
39. Brasil. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
40. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. O fortalecimento de fundos socioambientais: experiências e perspectivas. TABAGIBA, Fernando C. P. ; LEME, Taciana Neto (Coord.)– Fundo Nacional do Meio Ambiente. Brasília: 2007.
41. Brasil. Lei 13.965, de 27 de julho de 2001. Cria o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado – PRÓ-PEQUI.
42. Brasil. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
43. Brasil. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.
44. BUTCHART et al. Global biodiversity: indicators of recent decline. *Science*. 2010, 328 (5982): 1164-1168.
45. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. O fortalecimento de fundos socioambientais: experiências e perspectivas. TABAGIBA, Fernando C. P. ; LEME, Taciana Neto (Coord.)– Fundo Nacional do Meio Ambiente. Brasília: 2007.
46. BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. *Conservação do solo*. 5.ed. São Paulo: Ícone, 2005. (Coleção Brasil agrícola) ISBN 8527401436.
47. CEPAL. Plano de Ação Regional para a implementação da Nova Agenda Urbana na América Latina e Caribe (2016-2036). Sítio: https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/par_esp_c1700844_web1.pdf
48. CEPAL. (CEPAL, América Latina y el Caribe. Desafíos, dilemas y compromisos de una agenda urbana común. Foro de Ministros y Autoridades Máximas de la Vivienda y el urbanismo de América Latina y el Caribe (MINURVI), 2016) América Latina y el Caribe. Desafíos, dilemas y compromisos de una agenda urbana común. Foro de Ministros y Autoridades Máximas de la Vivienda y el urbanismo de América Latina y el Caribe (MINURVI). ONU Habitat. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL, Santiago, Chile, 2016. 61p.
49. CEPAL. (CEPAL, Segundo informe anual sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe, 2018) Segundo informe anual sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe. Abril, 2018.

50. CEPAL. Multilateralism is a key element in promoting the 2030 Agenda for Sustainable Development. Sítio: <https://www.cepal.org/en/articles/2017-multilateralism-key-element-promoting-2030-agenda-sustainable-development>
51. CEPAL. ONU. (ONU C. , 2017) Plan de Acción Regional para la implementación de la Nueva Agenda Urbana en América Latina y el Caribe 2016-2036. Documento de trabajo, octubre 2017. 55p.
52. CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Dados de pagamento de subvenção. Brasília: Conab, [s. d.]. Disponível em: . Acesso em: 20 de julho de 2018.
53. CONAB - Manual de operações Conab: Título 35 – Subvenção Direta ao Produtor Extrativista (SDPE). Brasília: Conab, 2015.
54. CASA COMUM, 2015. Relatório Final – Pesquisa e Atualização de Roteiros Turísticos no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu. Projeto Turismo Ecocultural de Base Comunitária no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu.
55. Conselho do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. Atas das Reuniões: 19ª (02/12/2014); 30ª (05/04/2018); 31ª (05/07/2018); 32ª (13/12/2018).
56. CONSÓRCIO ECOPLAN-LUME-SKILL/IGAM. Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Pandeiros. Belo Horizonte, 2014.
57. COPAM - Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais/CERH-MG – Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 01/2008. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento e estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <www.conselhos.mg.gov.br/copam/> Acesso em: março de 2011.
58. DAYRELL, Carlos. Geraizeiros Y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la Agroecología e la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. Huelva:Universidade Internacional de Andalucía, 1998. (Dissertação de mestrado).
59. D'AMORE, L. J. 1993. *A code of ethics and guidelines for socially and environmentally responsible tourism. Journal of Travel Research*, p. 64-66.
60. FARIA, I. F. (coord) 2001. Turismo: Sustentabilidade e novas territorialidades. Manaus: Universidade do Amazonas.
61. FIPE, 2006. Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil, São Paulo – SP.
62. FONTOURA, A. G. C. 2016. Ecoturismo de Base Comunitária no Contexto da Amazônia Brasileira. IBAM-PQGA. Nota técnica. 2016.
63. FOURASTIÉ, J. 1979. *Les trente glorieuses ou la révolution invisible de 1946 a 1975*. Paris: Foyoral.
64. FUNATURA, 2008. Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Brasília – DF.
65. FUNATURA, 2012. Estrada Parque Guimarães Rosa: facilitando o turismo ecocultural e o deslocamento no território do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Brasília – DF.
66. FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - FPNA. (FPNA, 2007) Situação da População Mundial 2007. Desencadeando o potencial do crescimento urbano. 2007. ONU Habitat.
67. GONÇALVES, Carlos Walter. Minas e os gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. IN: LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos. Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade. Montes Claros. 2000.

68. HENDEE, J.C.; STANKEY, G.H.; LUCAS, R.C. 1990. *Wilderness management*. 2. ed. Golden: North American Press. 537 p.
69. Herrmann, G. e Costa, C. 2015. Estudo de Efetividade de Mosaicos. WWF Brasil. Brasília – DF.
70. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. Sinopse preliminar do censo demográfico - 2010. Rio de Janeiro. _____. Portal IBGE – Cidades.
71. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE, 2018. Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola do Brasil 2017.
72. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE. Perfil dos municípios brasileiros : 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016. 61 p.
73. INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA - INMET. Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=bdmep/bdmep>
74. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM. Disponível em: <<<http://www.igammg.gov.br>>>. Acesso em março de 2018.
75. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM. Portaria de Outorgas. Consulta ao Banco de Dados de Outorgas de Direito do Uso de Águas Superficiais e Subterrâneas. Disponível em: <<<http://www.igam.mg.gov.br/gestao-das-aguas/outorga>>. Acesso em março de 2018. 67
76. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM. Manual Técnico e Administrativo de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2010.
77. INSTITUTO ROSA E SERTÃO, 2012. Apostila Educação Ecocultural.
78. INSTITUTO ROSA E SERTÃO, 2015. Relatório Executivo – Viagem pelo Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu: reconhecimento dos roteiros turísticos pelas comunidades de base.
79. INSTITUTO ROSA E SERTÃO, 2016. Plano de Marketing do Turismo Ecocultural de Base Comunitária do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, Minas Gerais e Bahia.
80. IPARDES. (IPARDES, 1997) Encontro para avaliação da Habitat II, Curitiba, 1997. Pg.17.
81. IPEA. GALINDO, Ernesto e MONTEIRO, Roberta Amanajás Monteiro. (GALINDO, 2016) A nova Agenda urbana no Brasil à luz da Habitat III. boletim regional, urbano e ambiental | 15 | jul.-dez. 2016
82. IPEA. A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável/organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi (et al.).- Brasília, 2017.
83. IUCN, PNUMA & WWF, 1991. *Cuidar de la Tierra. Estrategia para el futuro de la vida*. Gland.
84. KINKER, S. 2002. Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais. Ed. Papirus, Campinas - SP (Coleção turismo).
85. MAUAD, Ana C. E. (MAUAD, 2001) A participação dos governos locais na segunda conferência das Nações Unidas sobre assentamentos humanos (Habitat II) e seus desdobramentos internacionais e nacionais. Dissertação Mestrado. Instituto de Relações Internacionais. UnB, Brasília, 2001. Pg. 66.
86. MILLER, K. Planejamento Biorregional: em busca de um novo equilíbrio. Brasília: IBAMA. 1997. 94p.
87. MISSELWITZ, VILLANUEVA E ROWELL (MISSELWITZ, 2015) The Urban Dimension of the SDGs: Implication for the New Urban Agenda”, Sustainable Development Goals and Habitat III: Opportunities for a successful New Urban Agenda, Cities Alliance, Discussion paper - #3. November 2015

88. Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2009. Portaria nº128/2009 – Reconhecimento do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu.
89. Minas Gerais, 1999. Lei Estadual nº13.199 de 29/01/1999.
90. MYERS, N. Biodiversity hotspots revisited. *Bioscience*. 2003. 53(10): 916-917.
91. MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, 2000. 403: 853 – 858.
92. Nações Unidas, 2015. Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
93. NOGUEIRA, Mônica C. R. Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do norte de Minas Gerais. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UnB/DAN – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Brasília.
94. OMT, 2005. *Proyecto de Libro Blanco – Una mirada al futuro del turismo de la mano de la Organización Mundial del Turismo*.
95. PNUD, 2012. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*.
96. PINHEIRO, MARCOS. 2013. MANUAL OPERACIONAL DO FUNDO SOCIOAMBIENTAL DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU - VERSÃO PARA DEBATE COM O CONSELHO. FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA – FUNATURA, BRASÍLIA-DF.
97. Rabobank, 2016. Manual de Boas Práticas Socioambientais no Agronegócio.
98. RUSCHMANN, D. V. de M. 1997. Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente. Ed. Papirus, Campinas – SP.
99. SAWYER, Donald et al. Perfil do ecossistema hotspot de biodiversidade do cerrado: resumo expandido. Brasília, DF. Supernova, 2017.
100. SILIPRANDI, E. Mulheres e agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: Neves, D.P.; MEDEIROS, L.S. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, p. 329-343,2013.
101. SEABRA, G. de F. 2001. As Rotas Culturais do Turismo Sertanejo. Conceitos (João Pessoa), João Pessoa - PB.
102. SERVA, M. & JÚNIOR, J. P. 1995. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo – SP, v. 35, n. 1.
103. SANTOS, R.F. dos. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
104. SCOLFORO, J.R.; OLIVEIRA, A.D.; CARVALHO, L.M.T.; MARQUES, J.J.G.; LOUZADA, J.N.; MELLO, C.R.; PEREIRA, J.R. REZENDE, J.B. & VALE. L.C.C. (2008). Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais.
105. Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (SCDB). Terceiro panorama global da biodiversidade. Montreal, Canadá: 2010. 93p.
106. SEMAD/FEAM/IEF/IGAM. Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
107. SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE/ INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – SEMA/IGAM. Qualidade das Águas Superficiais de Minas Gerais em 2016 – Resumo executivo. Belo Horizonte, MG, 2017.
108. SEABRA, G. de F. 2001. As Rotas Culturais do Turismo Sertanejo. Conceitos (João Pessoa), João Pessoa - PB.

109. SERVA, M. & JÚNIOR, J. P. 1995. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo – SP, v. 35, n. 1.
110. THORNTHWAITE, C.W., MATHER, R.J. The Water Balance. New Jersey: Laboratory of Climatology, v. 8, 1955, 104 pp.
111. WALL, G. 1997. *Is ecotourism sustainable? Environmental Management*, nº 4, vol. 21, p. 483-491.
112. WWF Brasil, 2017. Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CAR Verde – Incentivando Práticas mais Responsáveis na Produção de Commodities no Brasil.
113. WWF Brasil, 2017. Investimento Responsável e o Combate ao Desmatamento nas Cadeias de Pecuária, Soja, Papel e Celulose no Brasil.
114. WWF. 2014. Crescimento da Soja – Impactos e Soluções. Gland – Suíça.
115. WWF Brasil, Embrapa Gado de Corte. 2011. Conservando Água e Solo – Pecuária de Corte no Brasil.

ANEXOS

ANEXO 1

PROPOSTA DE DECRETO DE RECONHECIMENTO DA ESTRADA-PARQUE GUIMARÃES ROSA

Decreto nº _____, de ____ de _____ de 20__.

*Reconhece parte da Rodovia MG 479 e BR 135
como Estrada-Parque Guimarães Rosa e dá outras providências.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado,

DECRETA:

Considerando ser estratégia do Estado promover o uso racional dos recursos naturais de forma permanente com base nos princípios de sustentabilidade;

Considerando que a rodovia que liga os municípios de Formoso, Chapada Gaúcha, Januária, Itacarambi e Manga – MG 479 e BR 135, e as ramificações Arinos-Chapada Gaúcha e Bonito de Minas - Cônego Marinho - Januária, constitui-se em área de grande potencial turístico e perpassa pelo território do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu;

Considerando que a região apresenta alto valor ambiental, paisagístico, arqueológico, histórico, social e cultural;

Considerando a necessidade de ampliar as estratégias de gestão das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu;

Considerando que o território é um dos principais cenários que inspiraram a obra literária do escritor mineiro João Guimarães Rosa;

Art. 1º *Fica reconhecida a Estrada-Parque Guimarães Rosa, com o objetivo de: valorizar o conjunto paisagístico, ecológico, histórico e cultural; ampliar as estratégias de gestão das áreas protegidas inseridas no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu; fomentar atividades relacionadas ao turismo, à educação ambiental e ao lazer; fomentar a ocupação ordenada do solo e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios inseridos, buscando melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.*

Parágrafo único – *os subsídios que embasam a proposta para a criação da Estrada-Parque Guimarães estão apresentados no documento “Diagnóstico Social, Econômico, Ambiental e Cultural da Área de Influência da Estrada-Parque Guimarães Rosa”, elaborado pela Fundação Pró-Natureza (Funatura), em 2012.*

Art. 2º. *A Estrada-Parque Guimarães Rosa é constituída de uma área contínua de estrada abrangendo os municípios de Formoso, Chapada Gaúcha, Arinos, Bonito de Minas, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, São João das Missões e Manga, com a primeira ramificação entre as sedes municipais de Arinos e Chapada Gaúcha, e a segunda entre as sedes de Bonito de Minas, Cônego Marinho e Januária.*

Art. 3º. *O acompanhamento da implantação da Estrada-Parque Guimarães Rosa será feita, prioritariamente, pelo Conselho do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu;*

Art. 4º. *A implantação da Estrada-Parque Guimarães Rosa deverá conter, no mínimo, as seguintes características estruturantes:*

I – Melhorias da Estrada – as intervenções de melhorias na Estrada deverão respeitar as normas específicas das unidades de conservação por onde passa, os aspectos ambientais e culturais objetivando o menor impacto possível;

II – Redutores de velocidade – podem ser instalados em determinados trechos, como em áreas urbanas, corredores ecológicos e passagens de fauna;

III – Ciclovias, vias para o tráfego de carroças, carros-de-boi, animais e pedestres – sempre que possível, devem ser previstas, ao longo do percurso, faixas exclusivas para o deslocamento de ciclistas, pedestres, carroceiros, cavaleiros, dentre outras formas de deslocamento;

IV – Mirantes – instalação de mirantes em áreas de paisagens cênicas, com locais de estacionamento e demais equipamentos de segurança;

V – Pontos de Parada – determinar, ao longo de cada trecho, pontos de apoio à visitação turística, com informações sobre alimentação, lazer, descanso, convivência e serviços;

VI – Zoopassagens – devem ser construídas estruturas para passagem da fauna nos trechos inseridos nas unidades de conservação e adjacências, remanescentes, e outros pontos considerados necessários, assegurando a integridade física dos animais;

VII – Portais – devem ser instalados em pontos estratégicos portais com o nome da Estrada-Parque Guimarães Rosa;

VIII – Sinalização – a Estrada-Parque deverá ser sinalizada com placas de trânsito, indicativas e interpretativas, e com painéis explicativos e indicativos, em locais estratégicos para a atividade turística;

IX – Ocupação Adjacente – A ocupação lindeira da Estrada-Parque deverá ser feita de forma ordenada, em harmonia com a paisagem e evitando a poluição visual;

Art. 5º. A Estrada-Parque Guimarães Rosa deverá ser amplamente divulgada junto às comunidades locais e demais usuários e deverá constar dos mapas oficiais do Estado.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



ANEXO 2

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO SERTÃO VEREDAS – PERUAÇU (MANDATO 2018 – 2020)

A) Representação Governamental: 1. Parque Nacional Grande Sertão Veredas (ICMBio); 2. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (ICMBio); 3. APA Cavernas do Peruaçu (ICMBio); 4. Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano/APA Nascentes do Rio Vermelho (ICMBio); 5. Parque Estadual da Serra das Araras/Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari (IEF); 6. Parque Estadual Veredas do Peruaçu (IEF); 7. Parque Estadual da Mata Seca (IEF); 8. APA Rio Pandeiros/APA Cochá-Gibão (IEF); 9. Refúgio de Vida Silvestre do Pandeiros (IEF); 10. Parque Estadual de Sagarana (IEF); 11. Parque Estadual Verde Grande/APA Lagedão (IEF); 12. Parque Estadual Lagoa do Cajueiro (IEF); 13. Reserva Biológica Serra Azul (IEF); 14. Reserva Biológica Jaíba; 15. APA Serra do Sabonetal; 16. Parque Natural Municipal Salustriano (Prefeitura de São João das Missões); 17. APA Municipal de Uruana (Prefeitura de Uruana de Minas); 18. Parque Natural Municipal do Pequi (Prefeitura de Mambai); 19. IBAMA; 20. FUNAI; 21. Unimontes; 22. UFVJM - Titular / UFMG - Suplente; 23. Prefeitura de Januária - Titular / Prefeitura de Miravânia - Suplente; 24. Prefeitura de Arinos – Titular / Prefeitura de Chapada Gaúcha - Suplente; 25. Prefeitura de Manga – Titular / Prefeitura de Itacarambi - Suplente.

B) Representação da Sociedade Civil – 1. Fundação Pró-Natureza - Funatura; 2. WWF – Brasil; 3. Instituto Rosa e Sertão; 4. Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Chapada Gaúcha - ADISC; 5. Grupo de Espeleologia e Estudos Orientados - GEO; 6. Espeleogrupo Vale do Peruaçu - EVP; 7. Associação Indígena Xacriabá Aldeias Sumaré/Peruaçu; 8. Associação Indígena Xacriabá Aldeia Xacriabá; 9. Cáritas Diocesana de Januária; 10. RPPN Porto Cajueiro; 11. RPPN Aldeia; 12. Instituto Ekos Brasil; 13. Cooperativa Agropecuária Pioneira Ltda - COOAPI; 14. BrasilAgro; 15. Cooperativa Agropecuária da Região do Piratinga Ltda - COOPERTINGA; 16. Fazenda Trijunção; 17. Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu – COOPERUAÇU; 18. Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Pandeiros – COOPAE; 19. APPR Onça Quilombola; 20. Associação Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de São Domingos I, Panelas e Água Doce; 21. Associação dos Agentes Ambientais do Vale do Peruaçu - AAVP; 22. Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativista Sertão Veredas - Coop Sertão Veredas; 23. Associação Comunitária Unidos da Larga; 24 e 25 – a serem escolhidas.

ANEXO 3 PRINCIPAIS AÇÕES E PROJETOS EXECUTADOS ENTRE 2010 E 2018

Tendo como base as ações previstas no Plano de DTBC original, várias atividades foram sendo desenvolvidas a partir de 2010. O quadro abaixo lista os principais projetos executados ou em execução:

Projeto	Objetivo	Realização	Apoio financeiro	Recursos
Implementação do Conselho do Mosaico.	Referiram-se à, à capacitação de conselheiros e de gestores das UC's e à divulgação do Mosaico, por meio do Jornal do Mosaico	FUNATURA (2010 e 2014)	IEF/MG	R\$ 189.000,00
“Estrada-Parque Guimarães Rosa”	Propor como política pública a implementação de Estradas Parques em áreas de Mosaico.	FUNATURA (2011 e 2012)	Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN) e da União Europeia	R\$ 132.300,00
“Extrativismo Vegetal Sustentável na Região do MSVP	Implementar o Plano DTBC no que tange as ações planejadas para o extrativismo.	Cooperativa Sertão Veredas (2012 a 2015)	Fundo Socioambiental da CAIXA e FNMA	R\$1.106.000,00
Turismo* Ecocultural de Base Comunitária no MSVP	Implementar o Plano DTBC a partir da metodologia do Turismo de Base Comunitária.	Instituto Rosa e Sertão (2012 e 2017)	Fundo Socioambiental da CAIXA e FNMA	R\$1.563.000,00
Desenvolvimento da logomarca do Mosaico	Apoiar a identidade visual do Mosaico SVP	WWF – Brasil (2013)	WWF – Brasil	R\$15.000,00
Cooperação entre o Governo de Minas Gerais e a Região Nord Pas de Calais, França.	Troca de experiências entre as duas regiões, com foco em: a) diagnóstico do território e o planejamento espacial; b) desenvolvimento rural econômico, social e cultural	Governo de Minas (2012 e 2014)	Cooperação bilateral	S/I
Projeto Ater Cerrado	Assistência técnica e capacitações voltadas para o aproveitamento sustentável de produtos do cerrado em 4 empreendimentos do território com foco na gestão do empreendimento, produção e comercialização.	FUNATURA (2014 e 2016)	Serviço Florestal Brasileiro	R\$ 1.309.000,00
Projeto “Agroecologia nas Veredas e Matas Sanfranciscanas”	Chamada Pública de ATER Agroecologia do MDA, com vistas à execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM (2015 a 2016)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	

Projeto	Objetivo	Realização	Apoio financeiro	Recursos
Projeto Peruaçu do Programa Águas Brasil	Ações de proteção de nascentes, apoio à implementação de tecnologias sociais (cisternas, barraginhas, manutenção de bancos de sementes crioulas, etc) e assistência em agroecologia na bacia do rio Peruaçu	WWF (2014 a 2016) com parceria da Cáritas Diocesana de Januária	Agência Nacional de Águas – ANA, do Banco do Brasil e Fundação Banco do Brasil	
Pesquisas de fauna em unidades de conservação do Mosaico	Aumentar o conhecimento sobre a fauna da região e delimitar áreas para a definição de corredores ecológicos	Instituto Biotrópicos	Diversos	
Gestão do Conselho do Mosaico SVP	Realização das reuniões trimestrais do Conselho	FUNATURA / WWF Brasil (2015 e 2019)	WWF – Brasil / CEPF	R\$80.000,00
Gestão Integrada de UCs e demais Áreas Protegidas do Mosaico (WWF Brasil/CEPF)	Apoio às reuniões dos Conselhos das UCs do Mosaico, Fortalecimento do agroextrativismo, comunicação, capacitações em geral.	WWF Brasil	WWF – Brasil / CEPF	US\$185.000,00



**PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE BASE CONSERVACIONISTA DO
MOSAICO SERTÃO VEREDAS-PERUAÇU**

REVISADO E ATUALIZADO-2019



MOSAICO

sertão veredas
peruaçu



CRITICAL ECOSYSTEM
PARTNERSHIP FUND

